

## II.5.3 - Meio Socioeconômico

### II.5.3.1 - Preliminares e Metodologia

#### II.5.3.1.1 - Área de Estudo

Os estudos realizados para o meio Socioeconômico consideraram especialmente o recorte do Litoral Sul da Bahia, região de inserção da atividade que compreende as mesorregiões de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro. Contudo, para um recorte mais objetivo em relação às influências da atividade, a pesquisa de campo privilegiou os municípios de Cairu, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Nilo Peçanha, Marau, Itacaré e Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras, Belmonte, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Prado, Alcobaça e Caravelas.

Estes municípios do Litoral Sul da Bahia compreendem a **Área de Estudo** para o diagnóstico do EIA, onde buscou-se perceber quais as relações sociais construídas em torno das atividades econômicas ligadas ao Turismo, à Pesca profissional e artesanal, ao esforço de conservação e à aquicultura na região. A partir da identificação, mapeamento e caracterização de cada uma dessas atividades, bem como sua possível interface com a atividade, determinou a definição das Áreas de Influência da atividade.

A natureza da atividade a ser licenciada, realizada eminentemente em área marítima, indica que as interferências socioeconômicas estão relacionadas aos usos comuns dessa área por diversos segmentos da sociedade, ou mesmo de implicações indiretas, decorrentes da potencialidade do impacto de acidentes e vazamentos.

Essa razão levou à compreensão de que os estudos realizados para a elaboração do diagnóstico socioeconômico da **Área de Influência Direta e Indireta**, devem estar direcionados a descrever as relações sociais estabelecidas nas diversas localidades ao longo da costa, onde serão identificadas atividades humanas de ordem produtiva e cultural relacionadas com o espaço marítimo, com os recursos naturais disponíveis e o patrimônio cênico, histórico e cultural.

#### II.5.3.1.2 - Metodologia de Pesquisa

Dentro desta perspectiva recebeu principal atenção a relação entre as populações locais e os recursos naturais disponíveis, buscando compreender em que medida o uso desses recursos

compõe as condições de subsistência das populações locais e se inserem na dinâmica socioeconômica da região.

Assim como descreve a literatura especializada, as populações tradicionais, cujos modos de vida estão associados à forma de produção diretamente dependente dos recursos naturais disponíveis, são mais suscetíveis às transformações que possam ocorrer no meio ambiente e se mostram mais sensíveis à instalação de empreendimentos que causam impactos ao meio ambiente.

Em relação à atividade de perfuração exploratória, cuja operação da plataforma ocorre em área com potencial pesqueiro para diversos segmentos, os estudos consideraram as possibilidades de interferência sobre as condições de vida da população que vive da pesca e que tem nesta atividade sua principal fonte de recursos para subsistência compondo o principal público a ser pesquisado.

Para tanto, estes estudos foram baseados em metodologia de pesquisa social, estruturada a partir das percepções de campo, com uso da descrição como forma de compreensão dos modos de vida da população. Foram pesquisadas localidades costeiras, dos municípios do Litoral Sul da Bahia, buscando se identificar os atores sociais que mantivessem qualquer relação territorial com a área do bloco BM-J-2, o que permitiu a definição das Áreas de Influência do empreendimento.

Neste sentido essa descrição esteve orientada para a compreensão da organização social e produtiva acerca dos recursos naturais da região, especialmente aqueles que possam vir a sofrer quaisquer tipo de impacto decorrente da atividade.

A descrição dos aspectos sociais e econômicos que estão diretamente associados à apropriação dos recursos naturais e aos territórios explorados pelos diversos grupos de interesse da região, foi organizada de forma a permitir uma melhor compreensão da importância que esses recursos tem nas condições socioeconômicas das populações costeiras. Neste sentido, este diagnóstico manteve-se atento à percepção dos aspectos simbólicos que orientam as formas de classificação do espaço e dos elementos que constituem o cotidiano dessas populações. Os saberes, as sensibilidades, os costumes e, em última instância, a cultura local, identificam e dão sentido aos espaços, aos bens materiais e imateriais do homem.

A identificação dos modos de vida da população fundamenta-se na observação da sociabilidade estabelecida entre o homem e seu meio, seja ele de caráter simbólico, social ou territorial. Assim, o que se pretende compreender nesse sentido é como se dá a ocupação dos espaços de

sociabilidade, ou seja, como se vive o lugar e o que ele representa para as populações que o habitam.

O Estudo Socioambiental permite dimensionar as formas sociais, entendendo os padrões de ocupação da região, os regimes produtivos, as relações sociais de parentesco, a história de vida e, por fim, as relações que ligam o homem ao espaço em que vive e as relações que ele estabelece com os outros moradores na sua comunidade.

Esse entendimento parte do pressuposto de que a população envolvida com desenvolvimento da atividade não será somente “atingida” ou “afetada”, mas será a população que se relacionará com a atividade no período de sua execução.

Saber como a sociedade local receberá as interferências geradas por uma atividade, e como estas interferências podem alterar o seu cotidiano ou mesmo sua dinâmica socioeconômica, permite avaliar uma série de impactos, planejar um conjunto de ações e por fim entender o meio em que se insere da atividade.

### **II.5.3.1.3 - Apresentação do Estudo**

O estudo socioeconômico seguiu as diretrizes propostas pelo Termo de Referência N° 20/05, buscando atender plenamente aos itens propostos e sempre que possível, a sua ordem de apresentação dos temas conforme o documento. Contudo, em alguns momentos, a descrição dos temas propostos teve sua ordem alterada de forma a melhor adequar a itemização da apresentação ao desenvolvimento dos estudos.

Neste sentido, foram inseridos capítulos iniciais que descrevem a metodologia e aspectos gerais do estudo. Em seguida este relatório segue o TR, com informações acerca do “Uso e Ocupação do Solo”, “Grupos de Interesse” e “Organização Social”. No capítulo seguinte houve ainda uma outra alteração na seqüência da apresentação, com a antecipação dos capítulos sobre “Controle e Fiscalização Ambiental” e “Instrumentos de Gestão Ambiental”, dando continuidade à descrição da organização social, com ênfase neste capítulo para a conservação ambiental.

Nas seções seguintes, o TR foi seguido nos itens “Dinâmica Populacional”, “Fluxos Migratórios atuais”, “Infra-estrutura”, “Estrutura Produtiva” e “Educação”. Para estes itens os dados apresentados correspondem à Área de Influência Indireta da atividade, ou seja, ao conjunto dos 17 municípios do litoral sul da Bahia.

Posteriormente, são apresentadas as informações relativas ao diagnóstico das atividades de Pesca, Aqüicultura, Petróleo, Conservação do meio ambiente e Turismo para a área de Influência Direta da atividade. O primeiro item desta seqüência é “Qualidade da Paisagem Natural”, também antecipado para melhor organização da seqüência descritiva. Em seguida o item “Principais Recursos Socioeconômicos e sua Importância no Contexto Socioeconômico” apresenta as atividades econômicas associadas à disponibilidade, introduzindo os itens seguintes, que seguem à seqüência do TR: “Lazer Turismo e Cultura”, “Caracterização da Atividade Pesqueira”, “Identificação e Caracterização das Etnias Indígenas e Populações Extrativistas” e “Identificação e Caracterização de Tombamentos”.

#### **II.5.3.1.4 - Definição das Áreas de Influência**

##### **II.5.3.1.4.1 - Área de Influência Indireta da Atividade (All)**

A área de Influência Indireta da atividade ficou definida a partir dos estudos de modelagem probabilísticas das hipóteses acidentais para a atividade de perfuração exploratória no bloco. Em função da alta sensibilidade ambiental da região de inserção, o que se reflete diretamente sobre as condições socioeconômicas das populações que ocupam a região costeira, foi adotado um recorte conservativo, ou seja, que abrangesse as possibilidades mesmo que extremamente remota de possíveis impactos acidentais da atividade.

De acordo com as simulações das hipóteses acidentais, convencionou-se a adoção de um recorte territorial que considerasse todos os municípios costeiros cujas águas litorâneas, numa faixa de 10 Km, estivessem sob influência de pelo menos 1 % (um por cento) dos eventos acidentais calculados.

A **Figura II.5.3-1**, a seguir, ilustra a Área de Influência Indireta da atividade, que abrange os municípios de Alcobaça, Belmonte, Cairu, Camamu e Canavieiras, Caravelas, Igrapiúna, Ilhéus, Itacaré, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Una e Uruçuca.

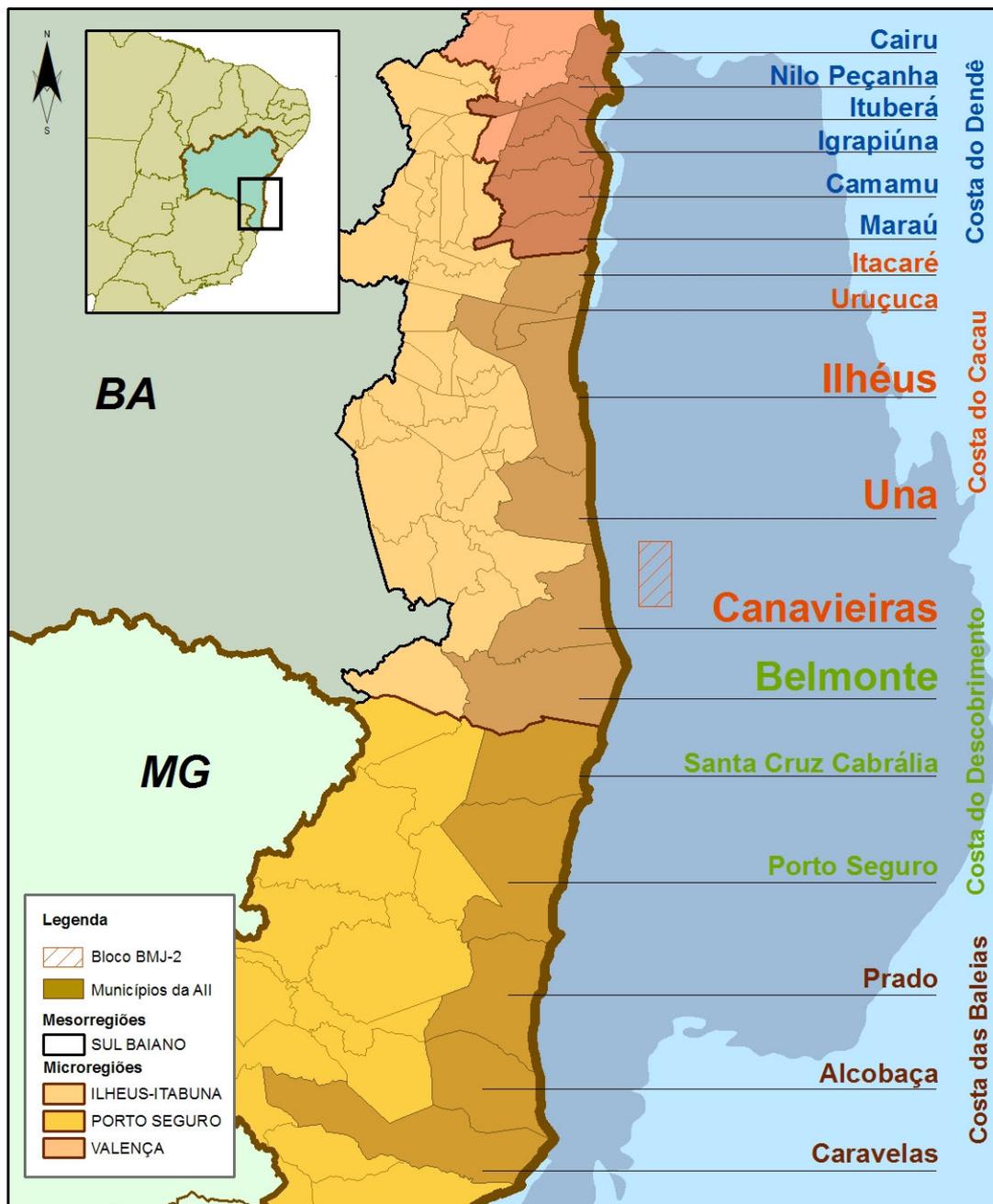


Figura II.5.3-1 - Mapa das Áreas de Influência

O **Quadro II.5.3-1** relaciona os municípios que compõem a AII, suas datas de instalação, além das microrregiões geográficas, regiões econômicas e administrativas e zonas turísticas aos quais pertencem.

**Quadro II.5.3-1 - Ano de criação, regiões administrativas e econômicas, micro e mesoregiões dos municípios da AII**

Município	Ano de Criação	Microrregião geográfica	Região Econômica	Região administrativa	Zona turística
Cairu	1608	Valença	Litoral Sul	Valença	Costa do Dendê
Nilo Peçanha	1810				
Ituberá	1758				
Igrapiúna	1989				
Camamu	1693				
Maraú	1761	Ilhéus-Itabuna	Litoral Sul	Itabuna	Costa do Cacau
Itacaré	1732				
Uruçuca	1929				
Ilhéus	1534				
Una	1890				
Canavieiras	1833	Porto Seguro	Extremo Sul	Eunápolis	Costa do Descobrimento
Belmonte	1764				
Santa Cruz Cabrália	1832				
Porto Seguro	1534				
Prado	1755				
Alcobaça	1755	Porto Seguro	Extremo Sul	Teixeira de Freitas	Costa das Baleias
Caravelas	1701				

Fonte:SEI (2006), IBGE (2001) e SCT (2006)

#### II.5.3.1.4.2 - Área de Influência Direta da Atividade

A definição da Área de Influência Direta da atividade de perfuração no bloco BM-J-2, para o Meio Socioeconômico, considerou os procedimentos operacionais da atividade e sua interface com os usos tradicionais das áreas de exploração. Ao entender como diretamente impactante somente as atividades de operação da sonda e das embarcações de apoio, bem como as áreas usadas para descarte e bases de apoio operacional, os estudos realizados buscaram identificar quais os principais usos associados às atividades de pesca e turismo, bem como as ações de conservação desenvolvidas na região.

Assim, serão consideradas no diagnóstico socioeconômico as localidades que possuem comunidades costeiras e que desenvolvem atividades de pesca na área do bloco BM-J-2. Para a atividade de Turismo, foram consideradas as localidades costeiras que possuem atividade de turismo cujos principais destinos e atrativos encontram-se na zona costeira confrontante com a atividade e, do ponto de vista do esforço de conservação ambiental, as áreas costeiras entre o

bloco e a costa, cujas áreas estão sendo estudadas para a criação de reservas extrativistas de uso controlado para atendimento à atividade de pesca das comunidades costeiras e proteção das zonas estuarinas.

Para a descrição dos aspectos relativos à pesca, foram consideradas as localidades pertencentes à área costeira de quatro municípios — Ilhéus, Una, Canavieiras e Belmonte —, especialmente aquelas cuja atividade de pesca possui maior relevância para as comunidades locais.

O mapa das áreas de influência (**2263-00-EIA-DE-4001-00 – Mapa de Áreas de Influência**) é apresentado na seção correspondente.

### **II.5.3.2 - Uso e Ocupação do Solo**

Este item consiste em uma apresentação breve sobre a história do uso e da ocupação do solo na região passível de ser direta e indiretamente afetada pela atividade de perfuração do Bloco BM-J-2. Por uso e ocupação do solo entendem-se quais populações, modos de vida e atividades econômicas, entre outras, existiram e atualmente se manifestam numa determinada área geográfica, estimulados tanto por políticas e seus instrumentos legais regulamentadores como em decorrência dos próprios mecanismos sócio-culturais.

#### **II.5.3.2.1 - Histórico de Ocupação**

##### **II.5.3.2.1.1 - Presença Indígena**

Antes da chegada dos colonizadores portugueses ao litoral sul baiano, essa área era ocupada pelos índios tupinambás, ao longo de pontos espalhados pelo litoral, mais especificamente onde ficam atualmente os municípios de Cairú, Igrapiúna, Camamu, Itacaré, Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Havia também, naquela época, presença de outras etnias indígenas, que habitavam o interior, de hábitos e costumes diferentes daquelas costeiras, que foram chamadas pelos portugueses de aimorés, que incluíam as etnias Pataxó, Pataxó-Hã-Hã-Hãe, Baenã, Kamakã, Kariri-Sapuyá, Gueren.

Segundo Sampaio (2000), os tupiniquins “tendiam a se concentrar em aldeias estáveis, relativamente grandes, onde poderiam viver de mil a três mil indivíduos”, que por estas características, tinha sua economia baseada principalmente na agricultura de mandioca e milho. Já os povos do interior “organizavam-se em pequenos bandos de apenas algumas famílias, algo em torno de dezenas, ou, no máximo, (...) uma centena de indivíduos, o que lhes facultava uma grande mobilidade”, e permitia com que vivessem da caça e da coleta (SAMPAIO, 2000).

É importante notar que se por um lado os tupiniquins “constituíam um conjunto cultural e lingüístico bastante homogêneo ao longo de toda a costa”, os grupos do interior somente se caracterizavam como unidade pelas práticas de caça e coleta e nomadismo, ou por mero contraste com os tupiniquins, pois devido ao escasso material etnográfico existente, a grande diversidade lingüística e cultural dos interioranos permanece obscura (Sampaio, 2000).

Um histórico dos conflitos da questão indígena regional e uma descrição da presença dessas populações tradicionais na região sob influência da atividade serão apresentados no item **II.5.3.15 - Etnias Indígenas e Populações Extrativistas.**

#### II.5.3.2.1.2 - Colonização

A frota portuguesa chegou a então terra tupiniquim em 22 de abril de 1500, uma quarta-feira das oitavas da Páscoa, após 44 dias de viagem desde Porto de Belém, de onde a armada saiu com bandeiras do Reino de Portugal rumo a Índia, liderada por Pedro Álvares Cabral. A frota de dez grandes naus e três caravelas, levava “homens de armas, cavaleiros, escrivãs, pilotos, mestras, oficiais e astrônomos, além dos religiosos, dos degredados e dos feitores” (BAHIA, 2005), somando a cerca de 1500 homens, e ia rumo a Índia, guiada conforme instruções do navegador Vasco da Gama, que a havia antecedido.

À vista um monte, denominado Pascoal, e chegada à ilha de Vera Cruz - que na realidade era o imenso continente brasileiro -, a frota ancorou a 4 léguas (24 km) do litoral. No dia seguinte as caravelas seguiram para próximo da ilha, onde fundearam, à foz do rio Caí (na região do atual município de Prado) ou Frade (na região do distrito de Trancoso, município de Porto Seguro) – especialistas divergem - onde em terras tiveram o primeiro contato com os nativos da região, de que falamos anteriormente. Nesta ocasião houve troca de presentes e o escrivão Pero Vaz de Caminha fez sua primeira descrição do povo indígena:

*“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas. E estão a cerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto. (...) Os seus cabelos são corredios. Andam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobre-pente [superficialmente], de boa grandura e rapados até por cima das orelhas” (História do Brasil, 2006).*

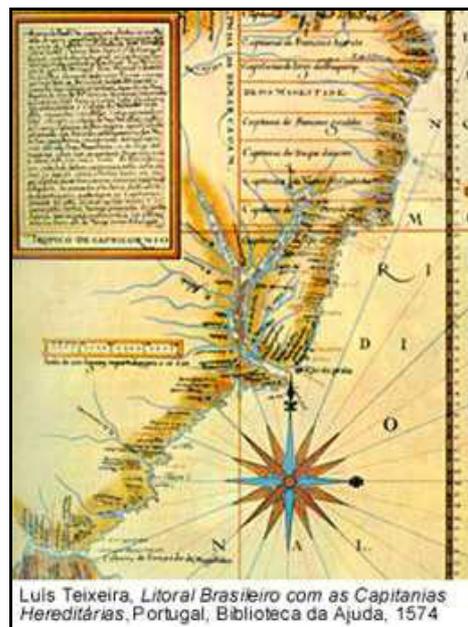
Permaneceram ancorados durante a noite, mas devida forte tempestade e ventos, na sexta-feira de manhã os navegantes decidiram por buscar local mais seguro para ancoragem. Seguiram rumo ao norte, e, a 2 km da praia na foz do rio Mutari, encontraram porto seguro. Na manhã seguinte, adentraram a grande baía, onde hoje fica Santa Cruz de Cabralia, para reabastecimento d’água. Aquela região, margeada por recifes avermelhados, foi nomeada Coroa Vermelha, nome que permanece até hoje.

Foram nas terras dessa imensa baía que o capitão-mor da frota portuguesa mandou rezar a Primeira Missa no Brasil, celebrada pelo frei Henrique Soares, de Coimbra. Fincada a cruz e estabelecidos contatos mais estreitos com os índios, houve uma Segunda Missa no Brasil, a qual, segundo os relatos de Caminha, foi assistida por cerca de 60 nativos.

Ficaram dez dias em terras brasileiras e partiram deixando dois grumetes e dois degredados, para que aprendessem a língua dos nativos e descobrissem mais sobre a terra que, por parecer mais que uma ilha, foi renomeada por Cabral de Terra de Santa Cruz, nome este que foi posteriormente substituído por Brasil. A frota de Cabral seguiu para a Índia, deixando para trás terra que, segundo Caminha, não tinha coisas de proveito a não ser árvores de pau-brasil.

No início do século XVI, o interesse da Coroa Portuguesa pelo território brasileiro limitou-se ao levantamento de informações e arrendamento de suas propriedades para exploração do pau-brasil. Inicialmente, Portugal não demonstrou interesse em colonizar o Brasil por faltar indícios de metais preciosos de maior interesse.

O território atualmente ocupado pelo estado da Bahia foi dividido em três capitanias: a capitania da Bahia, que se estendia por cinquenta léguas ao largo da costa, da foz do rio São Francisco à ponta da Baía de Todos os Santos, na foz do rio Jaguaripe, incluindo o Recôncavo desta; a capitania de Ilhéus, que se iniciava na foz do rio Jaguaripe, na mesma baía, logo abaixo da ponta sul, até a margem norte do rio Grande (atual rio Jequitinhonha); e a capitania de Porto Seguro como mostra o mapa quinhentista na **Figura II.5.3-2**, a seguir.



**Figura II.5.3-2 - Mapa quinhentista das capitânicas hereditárias**

Fonte: [http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap\\_hereditarias.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html)

A área que serviu como cenário da chegada dos portugueses - atuais municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro - é conhecida hoje como Costa do Descobrimento.

#### II.5.3.2.1.3 - Agro-exportação

A economia açucareira não vingou no Litoral Sul e Extremo Sul baiano devida mata densa que acompanha o litoral e o relevo acidentado que isolava o litoral do interior, dificultando o transporte da mercadoria para locais portuários. Esse fato, combinado aos freqüentes ataques aimorés aos engenhos de açúcar da região, fez com que a economia prosperasse somente no recôncavo baiano, no Litoral Norte.

Em 1746 foi introduzida, à margem do rio Pardo, no atual município de Canavieiras, a primeira plantação de cacau, cuja semente havia sido trazida do Pará. Em pouco tempo, a cultura da fruta havia se difundido por outros municípios, como Ilhéus. A partir de então, a cultura do cacau tornou-se a mais importante da Bahia, devida condição natural favorável que apresentava aquele local. O cacau consolidou-se como monocultura, caracterizada por produção em grandes propriedades, movida a braço escravo, voltada para o mercado externo (SANTOS e PINHO, 2003). A cacauicultura se desenvolveu entre o final do século XIX e o início do século XX, levando um grande contingente de moradores para a região que abrange os municípios de Itacaré a Canavieiras conhecida atualmente como a Zona Turística da Costa do Cacau.

Por volta de 1880 um marco importante para a região da atual Zona Turística da Costa das Baleias, municípios de Prado a Caravelas, que não era beneficiada com a economia cacauera, foi a Estrada de Ferro Bahia-Minas Gerais, que ligava a cidade de Caravelas com Philadelphia, no atual município de Teófilo Otoni. A ferrovia representou um avanço para a região, pois, combinada ao porto, possibilitava a exportação de madeira de lei, café e outras riquezas para a Europa. Na segunda metade do século XIX, Caravelas, que era importante entreposto comercial, foi também o maior produtor de café da província. Na Revolução de 30, um episódio no qual os moradores foram obrigados a ocupar cidades vizinhas de Alcobaça e Prado, até então praticamente inabitadas, fato que contribuiu com o esvaziamento da próspera cidade de Caravelas.

Em 1940, 95% do cacau nacional era produzido na Bahia, e era na região canavieira (região da Baía de Todos os Santos) e cacauicultora (Ilhéus e Itabuna) onde se concentrava 50% da população do estado. No entanto, face ao desenvolvimento do Sudeste brasileiro, o litoral baiano apenas ocupava posição econômica periférica (ALMEIDA apud SANTOS e PINHO, 2003). O processo de industrialização já iniciado no Sudeste desde 1930 ainda não estava ao

alcance das elites baianas, que permaneciam atreladas ao modelo de agro-exportação herdado da época colonial.

O atraso da industrialização baiana constituiu o “enigma baiano”, cujas causas foram atribuídas “ao baixo poder aquisitivo do mercado local, capital agro-exportador que se opunha ao desenvolvimento da indústria, mão de obra pouco qualificada, a inexistência de poupança interna, a falta de insumos básicos e de mercado consumidor local” (AGUIAR apud SANTOS e PINHO, 2003).

#### II.5.3.2.1.4 - Integração, Industrialização e Turismo

O “enigma baiano” apontava para falta de integração entre as regiões Sul e Sudeste com Nordeste. Foi então que *um* novo processo de desenvolvimento foi iniciado, com a construção da rodovia BR-101, iniciada em 1954, que ligaria o Rio de Janeiro a Bahia e com a implementação de programas governamentais de incentivo a industrialização, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que datou de 1960. Ambas ações visavam descentralizar o desenvolvimento econômico brasileiro.

Na década de 60, a diversificação dos cultivos passou a sinalizar a mudança do perfil produtivo regional, com a introdução do dendê cultivado, o aproveitamento das plantações nativas e a expansão do cravo-da-índia, seringueira e coco. Cairú se especializava em coco e piaçava, Igrapiúna em cacau, cravo, borracha e dendê, Nilo Peçanha em piaçava, cacau, borracha e pimenta-do-reino, e Ituberá em cacau, piaçava e borracha (FAZAG, 2005). Essa região entre Cairú e Maraú, devido a cultura do dendê, hoje é conhecida turisticamente como a Costa do Dendê.

Nos anos 70 e 80, o crescimento econômico da Bahia centrou-se na indústria petrolífera, na região do Recôncavo Baiano. No ramo da agro-exportação, o cacau permanecia como principal produto da região de Ilhéus. Nos meados dos anos 80, teve início o declínio da era do cacau causada pela queda dos preços do produto no mercado internacional e pela crise internacional da “vassoura de bruxa”, praga que assolou rapidamente as plantações.

Em 1990, paralelamente à crise na Costa do Cacau, o investimento na indústria de celulose e papel (empresas Bahia Sul Celulose e Vera Cruz Florestal) no Extremo Sul (de Belmonte a Caravelas) dava seus primeiros sinais de lucro, especialmente devido ao baixo preço da terra e produtividade do eucalipto na região. Por um lado, essa atividade comprometeu fisicamente aquele território, mas por outro, contribuiu para um acréscimo de 5% do PIB baiano (PORTO, 2003).

A atividade turística, de formas distintas em cada região, representou um estímulo para o incremento às atividades urbanas litorais e passou a ser uma alternativa a economia das Costas do Dendê, Cacau, Descobrimento e das Baleias, contando com a contribuição do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado entre as décadas de 1960/70 e com a efetivação da Bahiatursa (empresa estadual de turismo), em 1968. Segundo Porto (2003) o turismo “foi uma atividade fortemente estimulada pela abertura da BR-101 (...) juntamente com os atrativos físico-ambientais e a concentração de sítios históricos” no litoral baiano. Consolidou-se o pólo turístico de Porto Seguro, que se desenvolveu em forma de enclaves, por conter empreendimentos que concentram grande parte dos elementos de apoio à atividade dentro de um mesmo espaço. Assim, focos satélites como é caso do município de Santa Cruz de Cabrália, se desenvolveram ao longo do litoral, acompanhando a mesma lógica de desenvolvimento turístico (SANTOS e PINHO, 2003). Já Ilhéus encontrou na atividade turística alternativa ao cacau e, como explica Porto (2003),

*“A recente apropriação de papel turístico da cidade (...) lhe confere, hoje, a formação de uma urbanização com elementos que se agrupam em formatos próprios para exercer suas múltiplas funções: desenvolvimento de equipamentos litorâneos, com tendência de conurbação com os municípios de Itacaré e Una, favorecendo uma expansão urbana norte-sul; e uma concentração de atividades do comércio voltado para o setor atacadista – exportação do cacau – e de serviços de apoio às atividades industriais, tudo isso no antigo centro da cidade histórica de Ilhéus.”*

A criação do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, em 1983, também abriu caminho para essa nova atividade nos municípios de Prado, Alcobaça e Caravelas, que passou a atrair cientistas, ambientalistas e visitantes interessados em turismo ecológico de todo o mundo, e conseqüentemente atraiu prestadores de serviços e empresas especializadas. Já na Costa do Dendê, o destino mais conhecido é a região do arquipélago fluvial do Rio Una, onde se encontram as Ilhas de Tinharé, Boipeba e Cairú, onde fica o Morro de São Paulo, antiga vila de pescadores, local de atração para turistas nacionais e estrangeiros. Ainda nesta região situa-se a Baía de Camamu, onde dez ilhas praticamente inexploradas com vegetação primitiva e coqueirais atraem visitantes.

### **II.5.3.3 - Grupos de Interesse**

Esse item trata dos órgãos e instituições públicas e as organizações da sociedade civil que se situam na área em estudo e, que em função de sua competência e/ou atuação apresentam interesse direto ou indiretamente na atividade em questão.

Entre os grupos de interesse do estado da Bahia para o desenvolvimento da atividade, seja em função da atividade de perfuração no bloco, seus impactos e desdobramentos, ou mesmo no processo de licenciamento, destaca-se inicialmente os órgãos e instituições públicas que

possuem jurisdição em tudo o Estado da Bahia e no âmbito das municipalidades, bem como as entidades identificadas com a pesca, o turismo, a conservação do meio ambiente e outras atividades econômicas associadas a atividade.

As informações são apresentadas por região e por município, incluindo aquelas de atuação local, envolvendo localidades pesqueiras e/ou pólos turísticos identificados na área de estudo. Dentre os grupos de interesse identificados estão os órgãos ou instituições públicas estaduais e municipais, as colônias de pesca, associações de pesca, moradores, comerciantes e turísticas, as entidades ambientais e as organizações não governamentais – ONG's vinculadas as localidades inseridas na área de influência da atividade.

Assim os Grupos de Interesse foram divididos da seguinte forma:

- Instituições governamentais
  - Governos Estadual e Municipais;
  - Secretarias, autarquias, fundações e demais órgãos associados à questões relativas ao meio ambiente, pesca, aquicultura, turismo e industria.
  - Administração de Parques e Unidades de Conservação
- Setor empresarial
  - Empresas do Setor de Petróleo e Gás;
  - Empresas do Setor de licenciamento, gestão, remediação e controle Ambiental;
  - Empresas do Setor de Turismo;
  - Empresas do Setor de Pesca;
  - Empresas do Setor de Aquicultura;
- Organizações da sociedade civil
  - Colônias de Pescadores;
  - Associações de Pescadores, Marisqueiros, Armadores e Empresarios de Pesca;
- Outros interessados
  - Universidades e Instituições de Pesquisa
  - Organizações da Sociedade Civil;
  - Grupos de defesa do Meio Ambiente e ONGs

A lista completa das organizações levantadas em campo é apresentada no **Anexo II.5-A**.

## II.5.3.4 - Organização Social

### II.5.3.4.1 - Organização Social da Pesca

O estudo da Pesca da região compreendeu duas linhas de pesquisa. A primeira, apresentada a seguir, buscou o retrato da organização social da pesca, ou seja, nos modos como a sociedade está organizada em torno da atividade econômica, destacando as principais entidades do setor em cada um dos municípios, o nível de associativismo e participação dos pescadores nas representações do setor pesqueiro, e a importância social da pesca.

Uma segunda linha de pesquisa buscou compor um quadro sobre a atividade em si, descrevendo as maneiras de se pescar, o que pode incluir não só a caracterização da frota e das artes de pesca, mas como as áreas, os períodos e as espécies, bem como toda a economia envolvida na atividade pesqueira. A descrição da atividade é apresentada a diante no item **II.5.3.15 - Caracterização da Atividade Pesqueira**.

A seguir são apresentados dados a respeito da Organização Social da Pesca, nos 17 municípios que compõem a Área de Influência Indireta da atividade.

#### II.5.3.4.1.1 - Cairu

O perfil pesqueiro, elaborado pela BAHIAPESCA (1994) totalizou cerca de 1.180 pessoas vivendo diretamente das atividades pesqueiras no município. Entretanto, segundo informações obtidas junto à colônia Z-55 existem apenas 217 pescadores e marisqueiras cadastrados junto a esta entidade.

**Quadro II.5.3-2 - Número de Pescadores Distribuídos por Localidades**

Colônia de Pescadores	Localidades	Pescadores e Marisqueiras	
		BAHIAPESCA	Dados da colônia
Z-55	Gamboá	220	16
	Galeão	200	49
	Garapuí	230	28
	Canavieiras	50	29
	Boipeba	300	44
	São Sebastião	180	14
	Torrinhas	--	36
	Cova da Onça	--	1
Total	08 comunidades	1180	217

Fonte: BAHIAPESCA (1994)

Pode-se observar que, de fato, existe uma quantidade muito maior de pescadores ativos, que não são associados a nenhuma colônia de pesca ou encontram-se vinculados às outras colônias de municípios vizinhos. No município, grande parte da população, entre homens, mulheres e crianças estão direta e indiretamente envolvidos com a atividade de pesca ou a mariscagem, mesmo quando desenvolvem outras atividades paralelas. O presidente da Colônia Z-55 informou durante a campanha de campo que a instituição passou por um processo de reestruturação, estabelecendo seu escritório na sede do município, sendo esse um dos motivos do baixo associativismo. Outra dificuldade é à distância da sede às demais localidades.

A atividade pesqueira do município é basicamente artesanal e voltada principalmente para a pesca estuarina. A pesca, no rio ou nos manguezais é realizada pelos pescadores, enquanto suas mulheres, e demais membros da família, dedicam-se à atividade de mariscagem, principal forma de subsistência dessas famílias. A pesca marítima também é praticada por alguns pescadores, que em geral não costumam se afastar muito da costa (cerca de 400 metros da costa).

A **vila de Gamboa** é a sede do distrito de mesmo nome. Possui uma população de cerca de 1.600 pessoas. A principal via de acesso é marítima, mas existe interligação terrestre, por estrada carroçável, a outras localidades da Ilha de Tinharé, o que facilita o deslocamento da população. Muitas pessoas de Gamboa trabalham em Morro de São Paulo com atividades associadas ao turismo.

A maioria das famílias de pescadores reside na localidade denominada Toque, em residências simples, de pau-a-pique ou alvenaria e não dispõem de saneamento. Segundo indicações do Plano de Manejo da APA, vincula-se o surgimento dessa localidade, ao processo de especulação imobiliária ocorrido em Morro de São Paulo, e mesmo em Gamboa, quando os pescadores venderam suas antigas casas e buscaram naquela área uma alternativa de moradia.

Gamboa é tradicionalmente conhecida por seus estaleiros. A prática de construção de barcos, no entanto, vem diminuindo. Os filhos já não seguem a profissão dos pais, posto que, de acordo com depoimentos dos construtores locais, as restrições para a realização da atividade aumentaram nos últimos tempos: com a criação da APA de Tinharé e Boipeba não se pode mais extrair madeira nas proximidades, e a madeira comprada em Valença aumenta o custo da produção. Esses trabalhadores, quando estão sem encomenda de barco, realizam pequenos serviços de carpintaria.

A pesca realizada pelos pescadores de Gamboa é predominantemente voltada para a subsistência das famílias, sendo apenas as sobras levadas pelo atravessador até Valença, onde

são revendidas ou transportadas para outras regiões. Os pescadores reclamaram da diminuição dos recursos pesqueiros disponíveis; afirmam que os maiores responsáveis pela extinção são os pescadores de Valença, que praticam o arrastão.

O povoado de **Garapuá** pertence ao distrito de Gamboa e possui uma população de cerca de 700 pessoas. Localiza-se sobre uma enseada curva da Ilha de Tinharé, semelhante a uma baía, que abriga os barcos pesqueiros, ao formar uma espécie de porto natural.

O acesso de Garapuá às demais localidades da ilha de Tinharé pode ser feito por trator. Até Boipeba, o acesso é feito por mar, ou atravessando-se de barco ou canoa o rio Grande.

A principal atividade econômica desenvolvida em Garapuá é a pesca. A produção, principalmente de lagosta, polvo, caranguejo e lambreta, é destinada, em grande parte, ao abastecimento as pousadas de Morro de São Paulo e Boipeba, ou a Salvador e Valença.

A pesca de arrasto de camarão é praticada por grande parte dos pescadores. Entretanto, é a cata de lambreta que movimenta a maior parte dos membros da comunidade.

Há cerca de seis anos é desenvolvido no local o “Projeto Piloto na Vila de Garapua” inserido dentro do Projeto de Gestão dos Recursos Ambientais do Município de Cairu, com pesquisadores do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, (que coordena o projeto), e com apoio da Fundação Onda Azul e do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O principal motivo do projeto é a preocupação relacionada à extinção dos recursos pesqueiros da região. A solução já apontada após os primeiros anos de desenvolvimento do projeto sugere a aplicação da cultura do camarão, através de um sistema de gestão participativa da comunidade, como alternativa à pescaria da lagosta e do caranguejo. Para a implementação da gestão participativa, criou-se uma Associação de Moradores e Amigos de Garapuá – AMAGA. A prefeitura de Cairu doou um prédio na localidade, para funcionar como sede da associação. A AMAGA possui cerca de 80 associados. Na sede da associação estão sendo desenvolvidas oficinas de artesanatos.

A associação já possui uma casa flutuante e uma lancha, assim como todo o material para desenvolver a produção de camarão. A fazenda de camarão, composta por 200 gaiolas, já foi instalada no rio Garapuá. As pós-larvas são compradas da colônia de pescadores de Taperoá, que desenvolve um projeto paralelo de criação de camarão e reprodução da espécie. Formou-se uma cooperativa com algumas famílias para iniciar a produção, cuja renda será dividida igualmente entre todos os membros.

O **povoado de Velha Boipeba** é a sede do distrito que agrega todas as localidades da Ilha de Boipeba. A principal via de acesso é fluvial. A população de Velha Boipeba é de cerca de 1.500 pessoas, variando com a alta e a baixa estação. São Sebastião, Moreré e Monte Alegre são as demais localidades do distrito que, ao todo, possui 1.716 habitantes, conforme os dados do IBGE (2000).

A pesca do arrasto de camarão é uma das principais atividades desenvolvidas. O capital gerado com a produção é utilizado para pagar o combustível e as despesas do barco, sendo o restante dividido entre os pescadores.

A pescaria de mergulho e nos arrecifes, para a captura de polvo e lagosta, e a pescaria de mangue, para a produção de caranguejos e lambretas, são também muito significativas para a população.

Grande parte das embarcações utilizadas pelos pescadores pertence ao Sr. Geraldo (cerca de 20 embarcações), que também fornece o gelo e o combustível, atuando como intermediário, comprando parte do pescado e a revendendo em Valença. Existem, em Boipeba, mais cinco donos de barco, e outros tantos “repassadores”, como também são conhecidos os intermediários.

Os donos de barcos, em época da alta do turismo, costumam alugá-los para passeio, garantindo uma lucratividade maior do que aquela adquirida com a pesca.

Há cerca de nove anos (1997) foi criada a Associação de Moradores de Boipeba – AMABO. Atualmente a associação conta com aproximadamente 100 associados. Um dos assuntos debatidos pela AMABO refere-se ao tráfego de lanchas advindas de Morro de São Paulo, que navegam sobre os recifes de corais e transportam um grande contingente de turistas. A associação já empreendeu algumas ações: assegurou a construção do atracadouro; colocou na Internet uma *homepage* para a divulgação de Boipeba; avisou a TRANSPETRO sobre um vazamento de parafina que poluiu as praias, conseguindo que a empresa promovesse a limpeza; conquistou o apoio da TRANSPETRO para a reforma da igreja. A AMABO busca também criar mecanismos de restrição a novos empreendimentos de turismo, que visam explorar a região somente na alta temporada.

#### II.5.3.4.1.2 - Nilo Peçanha

O perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) contabilizou um total de 520 pessoas vivendo diretamente da atividade no município. Desse total estima-se que quase 200 pescadores e

marisqueiras residam no povoado de São Francisco, e cerca de 320, no povoado de Barra dos Cavalos.

A atividade pesqueira do município é eminentemente artesanal e centrada na pesca estuarina. Devido à localização do município, situado as margens do rio das Almas, com uma vegetação de mangue densa, a pesca estuarina (no rio e nos manguezais) é a mais empregada pelos pescadores da região. As mulheres e demais membros da família dedicam-se à atividade de mariscagem.

A pesca marítima é praticada pelos pescadores do povoado de São Francisco e costuma ser realizada nas áreas costeiras próximas ao município. Os pescadores do município são filiados à Colônia de Pescadores Z-40, de Ituberá. Entretanto, há três associações de pescadores no município de Nilo Peçanha. Duas situadas no povoado de São Francisco (Associação dos Pescadores de São Francisco e a Associação de Maricultores de São Francisco) e outra no povoado de Barra dos Cavalos, (Associação dos Pescadores Artesanais de Barra dos Cavalos-ASPAC).

É importante observar que foi a partir da inserção do setor petrolífero na região da baía de Camamu, que os conflitos pelos usos do espaço marítimo foram evidenciando-se, o que incentivou a organização das pessoas (especialmente pescadores) na defesa de seus interesses. Outro fator que vem colaborando para o surgimento das Associações e Cooperativas de pesca são as novas possibilidades de adquirir financiamentos, a exemplo do PRONAF - Programa de Nacional de Agricultura Familiar para a pesca.

#### II.5.3.4.1.3 - Ituberá

O perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) contabilizou 410 pessoas vivendo diretamente das atividades pesqueiras no município. Esses pescadores e marisqueiras estão concentrados, principalmente, na sede do município e no vilarejo de Barra do Serinhaém. Estima-se que cerca de 300 pescadores moram na sede e que 110 vivem em Barra do Serinhaém.

A atividade pesqueira do município é eminentemente artesanal. Devido à localização do município, situado as margens do rio Serinhaém, com uma vegetação de mangue densa, a pesca estuarina (no rio e nos manguezais) é a mais difundida entre os pescadores da região, especialmente os residentes na sede do município. As mulheres e demais membros da família dedicam-se à atividade de mariscagem.

A pesca marítima também é praticada pelos pescadores do povoado de Barra do Serinhaém e costuma ser realizada nas áreas costeiras próximas ao município.

Os pescadores do município são filiados à Colônia de Pesca Z-40, com sede no centro do município. A colônia vem se esforçando para se manter regularizada junto a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia e repassar os recursos referentes ao seguro-defeso, especialmente o do camarão.

#### II.5.3.4.1.4 - Igrapiúna

O perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) contabilizou 436 pessoas vivendo diretamente das atividades pesqueiras no município. Esses pescadores e marisqueiras estão concentrados em cinco comunidades, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3-3**, a seguir.

**Quadro II.5.3-3 - Número de Pescados Distribuídos por Localidades**

Colônia de Pescadores	Localidades	Pescadores e Marisqueiras	
		BAHIAPESCA	Colônia (2004)
Z-65	Timbuca	150	s/inf
	Pescaria	120	
	Ilha das Flores	20	
	Âmbar	40	
	Ilha do Contrato	106	
total	5 comunidades	436	s/inf

Fonte: BAHIAPECA (2004) e Pesquisa de Campo (2004)

A atividade pesqueira do município é eminentemente artesanal e centrada nas áreas de rio e mangue. A pesca marítima costuma ser realizada nas áreas costeiras próximas ao município.

Em agosto de 2003 foi fundada a Colônia de Pescadores e Piscicultores Z-65, de Igrapiúna. Devido à formação recente, sua atuação e infra-estrutura ainda são incipientes. Anteriormente, os pescadores do município eram filiados às colônias dos municípios de Camamu ou Ituberá.

#### II.5.3.4.1.5 - Camamu

O perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) contabilizou de 695 pessoas vivendo diretamente da atividade no município. Segundo informações colhidas junto à colônia de pesca Z-17, há 714 pescadores e marisqueiras filiados. Esses pescadores e marisqueiras estão distribuídos

principalmente em cinco comunidades pesqueiras. São elas: a sede do município, Cajaíba, Ilha Grande, Barcelos do Sul e Ponta de Caeira, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3-4**, a seguir.

**Quadro II.5.3-4 - Número de Pescados Distribuídos por Localidades**

Colônia de Pescadores	Localidades	Pescadores e Marisqueiras	
		BAHIAPESCA	Colônia (2004)
Z-17	Sede	350	714
	Cajaíba	50	
	Ilha Grande	150	
	Barcelos do Sul	115	
	Ponta de Caeira	30	
total	5 Comunidades	695	714

Fonte: BAHIAPECA (1994) e Pesquisa de Campo (2004)

A atividade pesqueira do município é eminentemente artesanal e centrada nas regiões estuarinas, nas áreas de rio e de mangue. A pesca estuarina costuma ser realizada na própria baía de Camamu. A pesca marítima costuma ser realizada nas áreas costeiras, entre os municípios de Cairu, nas proximidades de Morro de São Paulo. Eventualmente, algumas embarcações realizam pescarias nas regiões costeiras dos municípios de Itacaré, Ilhéus, podendo chegar até a área costeira do município de Canavieiras ao sul.

O pescado produzido é vendido a intermediários e posteriormente revendido em cidades interioranas do Estado da Bahia, como Feira de Santana e outras.

A cidade de Camamu e o povoado de Cajaíba possuem forte tradição pesqueira e estaleira. Em Cajaíba há um dos mais tradicionais estaleiros da região, aonde os barcos são feitos artesanalmente e são famosos por sua alta qualidade.

#### II.5.3.4.1.6 - Maraú

O perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) contabilizou 366 pessoas vivendo diretamente das atividades pesqueiras no município. Esses pescadores e marisqueiras estão concentrados nas três comunidades listadas no **Quadro II.5.3-5**, a seguir.

**Quadro II.5.3-5 - Número de Pescados Distribuídos por Localidades**

Colônia de Pescadores	Localidades	Pescadores e Marisqueiras	
		BAHIAPESCA	Colônia
Z-62	Barra Grande	36	83
	Taipus de Dentro	280	s/inf
	Tanque	50	
TOTAL	3 Localidades	366	83

Fonte: BAHIAPESCA (1994) e Pesquisa de Campo (2004)

A atividade pesqueira do município é eminentemente artesanal e, centrada nas áreas de rio e de mangue. A pesca marítima, realizada nas modalidades costeiras, é exercida principalmente pelos pescadores de Barra Grande, e costuma ser realizada nas áreas litorâneas próximas ao município, não chegando a alcançar as áreas centrais da baía de Camamu.

A produção de pescado do município de Marau, quando não serve à subsistência das famílias, é vendida ao intermediário e levada para Camamu.

No segundo semestre de 2002, foi fundada a Colônia de Pescadores Z-62, com a finalidade de regularizar a situação dos pescadores no município de Marau. A colônia ainda não possui sede. O presidente da colônia pode ser encontrado no povoado de Barra Grande, onde também existe uma associação de pescadores. A Associação de Pescadores de Barra Grande foi fundada também em 2002, também não possui sede e tem 83 associados.

#### II.5.3.4.1.7 - Itacaré

A pesca não é a principal atividade econômica do município, mas é a principal fonte de subsistência e renda para uma parte significativa da população nativa de Itacaré.

O perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) contabilizou 495 pessoas vivendo diretamente da atividade. Esses pescadores e marisqueiras estão concentrados principalmente na sede do município. Entretanto, segundo informações obtidas junto à Colônia de Pescadores Z-18, existem 863 pescadores filiados a ela. A maioria dos filiados é composta por pescadores do próprio município, contudo é possível encontrar pescadores filiados provenientes de outras localidades, como Serra Grande/Uruçuca e Barra Grande/Marau.

A atividade pesqueira do município é preponderantemente artesanal, embora algumas embarcações industriais sejam também encontradas atuando na área. A pesca costuma ser realizada nas áreas estuarinas e costeiras do município. A produção pesqueira de Itacaré é normalmente vendida no próprio município.

Além da Colônia Z-18, outras formas de associativismo encontradas foram a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Itacaré e a Cooperativa Mista de Pesca, ambas com sede situada às margens do rio das Contas, área de porto dos barcos pesqueiros. A Associação e a Cooperativa trabalham em parceria, e possuem uma estrutura de sede, peixaria, barcos pesqueiros, tanque de armazenamento de combustível e freezer para armazenar o pescado. Grande parte dos pescadores associados são também filiados a colônia de pescadores.

#### II.5.3.4.1.8 - Uruçuca

O município de Uruçuca possui apenas uma pequena porção de litoral, onde se localiza o distrito de **Serra Grande**. A economia deste distrito é voltada para a agricultura, turismo e pequenos serviços nas cidades próximas de Ilhéus e Itacaré.

Segundo o levantamento do perfil pesqueiro (BAHIAPESCA, 1994) foram contabilizadas 25 pessoas vivendo diretamente das atividades pesqueiras no distrito. Esses pescadores são filiados as Colônias de Pescadores Z-18 de Itacaré ou a Z-34 de Ilhéus.

A atividade pesqueira existente é eminentemente artesanal, centrada ao longo das áreas do rio das Contas e na pequena área litorânea.

#### II.5.3.4.1.9 - Ilhéus

A pesca representa uma importante atividade econômica desenvolvida em algumas localidades ao longo de costa do município, considerado, em função da circulação de embarcações na área do Bloco BMJ-2, como Área de Influência Direta da atividade. Destacam-se pela presença da atividade as localidades de Ponta do Ramo, Ponta do Mamoã, Ponta do Tulha, Lagoa Encantada, São Miguel, Malhado, Baía do Pontal, Costa Sul, Barra do Cururipe, Olivença, Acuípe e Praia dos Lençóis.



Figura II.5.3-3 - Colônia Z- 34 em obras



Figura II.5.3-4 - Atendimento aos pescadores na Z-34



Figura II.5.3-5 - Sede da colônia Z-19



Figura II.5.3-6 - Atendimento de pescadores na colônia Z-19

A atividade no município encontra-se altamente organizada, com uma boa estrutura de produção e comercialização. Inicialmente existiam três colônias de pescadores no município de Ilhéus (Z-19, Z-34 e Z-35). A colônia Z-35 foi, ao longo do tempo, absorvida pela colônia Z-34 (**Figura II.5.3-3** e **Figura II.5.3-4**), que figura juntamente com a colônia Z-19 (**Figura II.5.3-5** e **Figura II.5.3-6**) como as principais instituições representativas da categoria no município. Na região de Ilhéus existe atualmente, além das colônias de pescadores Z-19 e Z-34, a Associação dos Produtores de Pescados do Pontal (APOIOS), a Associação dos Armadores de Pesca do Camarão, além de algumas empresas de pesca, que atuam na comercialização, armazenamento e beneficiamento do pescado.

Fundada em 1947, a Colônia de Pescadores Z-34 possui área de atuação que abrange o município de Ilhéus, Una, Mascote, Itapé, Itabuna, Itajuípe e Uruçuca. A sede é própria e está localizada no bairro do Malhado, onde além da área administrativa, existe uma área para a recepção e pesagem do pescado (**Figura II.5.3-8**), uma fábrica de gelo, uma câmara fria e uma pequena área para a comercialização. Atualmente, a sede vem sendo totalmente reformada e ampliada (**Figura II.5.3-3**) com recursos provenientes de acordo de compensação firmado com uma empresa de prospecção sísmica que operou na região entre os anos de 2003 e 2005. Com esse acordo, também está sendo construído na localidade de Mamoã (**Figura II.5.3-9**), ao norte de Ilhéus, um posto da Colônia Z-34, que contará com uma câmara fria e um pequeno entreposto para a comercialização local de pescados.

A forte representatividade da Colônia de Pesca nos últimos anos, especialmente em função das conquistas em relação às compensações pagas pelas empresas de petróleo que atuam na região, fez com que o atual presidente da Colônia, conquistasse espaço na administração municipal, especialmente com a criação de uma secretaria de pesca do município. O cargo de secretário na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Interior de Ilhéus atualmente é ocupado pelo presidente da Colônia Z-34, **Sr. Reinaldo**, que por essa razão se afastara da colônia. A colônia conta ainda com consultor exclusivo, **Sr. Marcio**, que coordena o processo de reestruturação da colônia, especialmente no processo de melhoria das condições de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção dos associado. Este consultor trabalha para colônia há cerca de 4 anos e atualmente, sua atuação se dá por intermédio de um convênio pela prefeitura local.

De acordo com as informações cedidas pelo consultor da Colônia Z-34, **Sr. Márcio**, existem cerca de 3.500 pescadores, em atividade, registrados na Colônia Z-34, além de outros 6.500 pescadores não vinculados oficialmente à esta entidade, totalizando cerca de 10.000 pescadores na região.

Os pescadores trabalham como autônomos ou como parceiros, sendo imprescindível a atuação da colônia na intermediação das relações comerciais para a garantia das condições de trabalho dos pescadores. Essa garantia está diretamente associada aos recursos necessários para que um pescador, um barco e até uma equipe tenham condições de empreender uma viagem de pesca. Como a atividade, apesar do relativo desenvolvimento comercial alcançado nos últimos anos, ainda possui uma capitalização baixa, os pescadores autônomos tem, muitas vezes, precárias condições de empenhar por conta própria, recursos que permitam a cobertura prévia dos custos com gelo, combustíveis e alimentos.

Os pescadores dependem, assim, de conseguir recursos junto à compradores de pescado ou, como vem sendo realizado nas colônias de Ilhéus, com a obtenção do “vale” junto às colônias.

Quando os pescadores são empregados ou trabalham em parcerias com donos de embarcações, as despesas com combustível, alimentação, gás etc., são abatidas da produção, e o restante do resultado da pescaria é dividido entre o dono da embarcação e os pescadores. Metade fica com o dono e a outra metade é dividida em partes, segundo a função dos pescadores na embarcação. Durante os períodos de defeso os pescadores normalmente mudam a pescaria.



**Figura II.5.3-7 - Entrega da produção ao entreposto da colônia Z-19**



**Figura II.5.3-8 - Entrega da produção ao entreposto da colônia Z-34**



**Figura II.5.3-9 - Entreposto da Z-34 Pesca em Ponta do Mamoã**



**Figura II.5.3-10 - Caminhão de Transporte da Z-34 recebendo pescado no entreposto da Z-19**

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da pesca são muitas, desde a falta de formação profissional, à baixa regulamentação da atividade, a falta de políticas direcionadas para o setor, o que reflete na falta de crédito para a renovação dos equipamentos, especialmente das embarcações. Tudo isso soma-se às difíceis condições da pesca, sempre sujeitas às variações de produtividades, tanto no que se refere à sazonalidade quanto à instituição do defeso para a recomposição populacional de algumas espécies.

Durante o defeso do camarão, por exemplo, a grande maioria dos pescadores desta modalidade de pesca, passam para a pesca de linha, também muito expressiva na região. Para os representantes da Colônia Z-34 entrevistados, os principais problemas para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na região de Ilhéus estão relacionados com a falta de infra-estrutura para o desembarque e processamento do pescado capturado (porto e entreposto de pesca); à precariedade e dificuldade de reposição dos equipamentos e petrechos de pesca, além do envelhecimento da mão-de-obra local que não vem sendo renovada.

Uma parte desses problemas tem sido contornado com a obtenção de recursos junto à empresas de petróleo que atuam na região, o que não obstante tem gerado também uma certa expectativa quanto à inserção de novas atividades. As reformas que vêm sendo realizadas na Colônia Z-34, com recursos provenientes de acordo de compensação com empresa de prospecção sísmica, incluem a construção de duas salas de aula para alfabetização, sala de rádio para a comunicação com pescadores, setor administrativo e um departamento jurídico. Existe a intenção de aquisição de computadores, para a realização de cursos visando a inclusão digital dos pescadores e seus filhos, a instalação de um gabinete odontológico e o projeto de implantação de um terminal pesqueiro. E, segundo informações da própria colônia, já existem outros projetos aguardando recursos provenientes de futuros acordos de compensação à atividade pesqueira.

A Colônia de Pescadores Z-19 possui área de atuação que abrange parte do município de Ilhéus, além de Una, e Pedra de Una. A sede é própria e está localizada no bairro do Pontal, onde além da área administrativa, existe uma área na beira da praia do Pontal para a recepção e pesagem do pescado, e uma pequena área para a comercialização (**Figura II.5.3-7** e **Figura II.5.3-10**). A prefeitura local, auxilia a colônia Z-19 com o pagamento da conta de energia elétrica. A sede foi reformada com recursos provenientes de acordo de compensação firmado com uma empresa de prospecção sísmica que operou na região entre os anos de 2003 e 2005. Com esse acordo, também foram adquiridos móveis e utensílios, computador e algumas máquinas. De acordo com o presidente interino da Colônia Z-19, existem atualmente cerca de 4.000 pescadores registrados nesta entidade, além de outros cerca de 5.000 pescadores operando na região, sem registro nessa colônia. Os principais entraves para o desenvolvimento

das atividades de pesca, de acordo com o presidente interino da Colônia Z-19 são: a falta de incentivo dos governos, federal, estadual; a falta de capital de giro dos pescadores para a renovação e modernização da frota pesqueira; a atuação dos atravessadores na região, que pagam um valor absurdamente baixo para o pescado capturado na região e, a aposentadoria dos pescadores somente aos 60 anos de idade. A facilitação para obtenção de linhas de crédito visando a modernização dos barcos e a instalação de um posto médico-odontológico para os pescadores da Colônia, seriam ações voltadas para o incentivo da pesca na região, segundo informações do presidente interino da Colônia Z-19.

A Associação dos Armadores de Pesca do Camarão é uma entidade formada por armadores de pesca de Ilhéus, que apesar de existir legalmente, não possui grande representatividade, de acordo com informações prestadas por um de seus diretores. Possui atualmente cerca de 15 associados e 29 embarcações, com 14 a 21 metros de comprimento, as quais trabalham na pesca do camarão com cerca de quatro pescadores por barco. Existem também, mais de 100 embarcações menores (com 8 a 9 metros) atendendo à associação.

Em Ilhéus existem atualmente cerca de seis empresas de pesca, que atuam na compra e revenda do pescado, algumas delas atuam ainda no beneficiamento e armazenamento do pescado, o que é de grande importância para a estabilidade do setor. Atualmente as empresas locais estão se especializando e buscando novas linhas de comércio, como outros estados e até a exportação. Para tanto o processo de melhoria dos frigoríficos, câmaras de congelamentos e sistemas de embalagens estão se aperfeiçoando para se adaptar às exigências da vigilância sanitária, o que permitirá a certificação e garantia da qualidade do produto oriundo de Ilhéus.

#### II.5.3.4.1.10 - Una

O Município de Una é o único município da zona costeira associada à AID que tem sua sede afastada da costa. Na porção litorânea se destacam as localidades de Comandatuba e Pedra do Una (**Figura II.5.3-11** e **Figura II.5.3-12**). A primeira se transformou num dos principais pontos de interesse turístico da região com a construção do Ecoresort Transamérica, um dos maiores de todo o estado. A segunda é uma localidade constituída quase que exclusivamente de famílias de pescadores.

A Associação de Pescadores e Marisqueiras de Pedras do Una, localidade costeira do município, onde a pesca aparece como uma das principais atividades econômicas, foi fundada em 1995 e possui o apoio da Secretaria de Agricultura do município de Una. A sede da associação foi construída com parte de um projeto desenvolvido como compensação aos impactos da prospecção sísmica que operou na região, que também resultou na compra de

uma máquina de gelo. Existem atualmente, cerca de 50 pescadores e marisqueiras registrados na associação, além de outros 65 sem nenhum vínculo com esta entidade.

A maioria dos pescadores de Pedras do Una trabalha como empregado em embarcações empenhadas na pesca de arrasto de camarão e de linha, e a remuneração varia de acordo com o tipo de pesca. Para a pesca do camarão, a remuneração é quinzenal, enquanto a pesca de linha e outros petrechos é remunerada por dia ou semanalmente.



Figura II.5.3-11 - Embarcações em Pedra do Una



Figura II.5.3-12 - Atracadouro em Pedra do Una

Os principais problemas levantados pelos pescadores de Pedra de Una são: a falta de embarcações e equipamentos para a pesca no mar; inexistência de uma fábrica de gelo e de unidades de armazenamento e beneficiamento do pescado capturado; inexistência de uma colônia de pescadores, representativa da atividade no município de Una; as grandes distâncias percorridas pelas marisqueiras (de 8 a 9 quilômetros) para a comercialização dos mariscos coletados, por falta de compradores na região e, a atuação de pescadores de outras regiões (Ilhéus e Canavieiras) com embarcações melhor equipadas. Para os pescadores locais, a capacitação para a pesca oceânica, o beneficiamento do pescado e a realização de cursos de navegação, são ações necessárias para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na região.

#### II.5.3.4.1.11 - Canavieiras

O destaque da pesca em Canavieiras está principalmente associado a três aspectos. Primeiramente à grande produtividade da pesca de lagosta, que além de ser de extrema importância para a pesca local, atrai barcos de outros estados, como o Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina. Em segundo lugar, destaca-se que o município é um dos principais pontos de referência próximo ao pesqueiro Royal Charlotte, maior da costa brasileira, onde é realizada

pesca esportiva do Marlin Azul e, por último, destaca-se por que o estuário que ocupa toda a costa do município é considerado o berço do Robalo.

Representando uma das mais importantes atividades econômicas do município, a pesca é apoiada por algumas organizações e entidades pesqueiras, revelando um processo de institucionalização que motivou inclusive a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, reservando uma extensa área à pesca exclusiva de pescadores e marisqueiras locais, orientada por um plano de manejo específico de modo a garantir a integridade dos extensos manguezais e a recomposição populacional de algumas espécies.

Além da Colônia de Pescadores Z-20 (**Figura II.5.3-13**), o município possui ainda algumas associações, cooperativas e empresas de pesca, das quais se destacam:

- Colônia de Pescadores Z-20;
- Associação dos Pescadores de Canavieiras;
- Associação dos Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Comunidade do Atalaia;
- Associação de Pescadores e Maricultores de Campinho;
- Associação dos Pescadores e Moradores de Barra Velha;
- Cooperativa dos Pescadores de Canavieiras (CEPLAC);

A sede do município, localizada às margens do rio Pardo, concentra grande parte da frota pesqueira de saveiros e embarcações de médio e grande porte. Nas localidades mais afastadas, como Puxim de Fora, Puxim de Dentro, Oitica, Barra Velha, Praia do Atalaia e Campinho, predominam as canoas, escales e embarcações de menor porte que permitem a exploração dos recursos pesqueiros nos manguezais.

A Colônia de Pescadores Z-20 é a entidade representativa dos pescadores do município de Canavieiras. Possui sede própria e não tem nenhum apoio da prefeitura local ou de entidades relacionadas com a pesca. Com o acordo de compensação com uma empresa de prospecção sísmica, a Colônia Z-20 construiu um entreposto de pesca localizado próximo à Cooperativa de Pescadores de Canavieiras (**Figura II.5.3-16**), constituído por duas lojas que servirão para a comercialização de produtos relacionados com a pesca, uma loja para a comercialização do pescado, além de uma área para a recepção e pesagem do pescado capturado. Atualmente existem cerca de 700 pescadores artesanais associados à Colônia Z-20, além de outros cerca de 1.500 pescadores sem nenhum vínculo com esta entidade, o que totaliza aproximadamente

2.200 pescadores artesanais atuando na região de Canavieiras, de acordo com as informações levantadas junto ao presidente da Colônia Z-20.



Figura II.5.3-13 – Sede da Colônia Z-20



Figura II.5.3-14 – Pescan – Empresa de pesca de Canavieiras

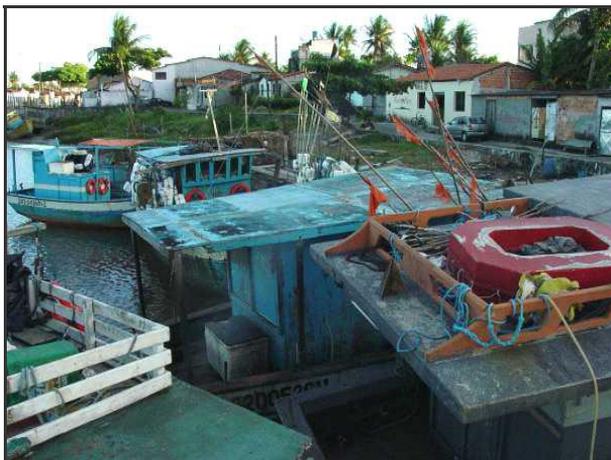


Figura II.5.3-15 - Embarcações da empresa Filial do Mar



Figura II.5.3-16 - Sede da CEPLAC – Cooperativa de Pescadores de Canavieiras

A comercialização do pescado é realizado junto às empresas (**Figura II.5.3-14** e **Figura II.5.3-15**), cooperativas ou por meio de atravessadores. Visando reduzir a atuação dos atravessadores, os representante da Colônia Z-20 possuem um projeto de constituir um entreposto de pesca para comercializar o pescado proveniente de seus associados. A área destinada para a instalação do entreposto está localizada próximo ao porto grande e, no período em de realização das pesquisas de campo estava recebendo as principais instalações, como as câmeras frigoríficas e as bancadas.

Para os pescadores locais, os principais problemas para o desenvolvimento da pesca na região de Canavieiras, são: o assoreamento da boca da barra de Canavieiras; a grande quantidade de embarcações pesqueiras de outras regiões (RJ, ES e estados do Nordeste); a falta de fiscalização sobre a pesca predatória; a escassez de recursos para a modernização da frota pesqueira local; a falta de capacitação dos pescadores para a utilização de equipamentos modernos de navegação e, o elevado preço do óleo combustível. Os pescadores julgam que o subsídio do óleo diesel; o maior apoio dos governos, federal, estadual e municipal, além da execução de cursos de informática, e de capacitação dos pescadores, seriam importantes ações visando o desenvolvimento da pesca na região.

Fundada em 2002, a Associação dos Pescadores de Canavieiras funcionou somente até o ano de 2003, sendo reativada em 2005, apesar de não possuir uma sede própria. Existem atualmente, 42 pescadores associados a esta entidade. A remuneração dos pescadores é feita por partes. Cada peixe pescado é marcado pelo pescador que o capturou. Descontadas as despesas do barco, metade do que restou fica com o dono da embarcação e o restante, cada pescador recebe pelos peixes que marcou. O mestre da embarcação é “linha livre”, ou seja, suas despesas são totalmente custeadas pelo dono da embarcação. A comercialização do pescado capturado é feita por meio de atravessadores, provenientes principalmente de Ilhéus. O presidente da associação considera a falta de um local para o armazenamento da produção e a ação dos atravessadores, os principais entraves para o desenvolvimento da pesca na região.

A Associação dos Pescadores Marisqueiras e Moradores da Comunidade do Atalaia, é a entidade representativa dos pescadores da comunidade da Praia do Atalaia, em Canavieiras, sendo que seus associados também fazem parte da Colônia Z-20. Possui sede própria que está sendo construída com recursos provenientes de acordo de compensação com empresa de prospecção sísmica, em terreno que foi doado pela prefeitura de Canavieiras (**Figura II.5.3-18**). A associação recebe apoio de empresas de pesca da região (Pescan e Cia. do Camarão). Atualmente existem cerca de 150 associados, além de outros 30 pescadores que atuam na comunidade do Atalaia, porém, sem nenhum vínculo com essa entidade. Os pescadores trabalham como autônomos, recebendo sua remuneração em forma de partes proporcionais à pesca e ao cargo na embarcação. De acordo com os representantes da associação de pescadores, os principais problemas para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na comunidade são: a falta de informação e de qualificação técnica dos pescadores associados; falta de equipamentos nas embarcações; inexistência de cursos para o ensino da atividade de pesca e, a falta de apoio dos governos federal, estadual e municipal para com as atividades pesqueiras locais. O projeto para a criação de um barco escola e a implementação de cursos de capacitação de novos pescadores, seriam ações a serem implementadas visando o desenvolvimento do setor.

Fundada em 1994, a Cooperativa dos Pescadores de Canaveiras atualmente funciona de forma bastante precária. Possui uma sede própria, proveniente de doação do Banco do Nordeste (Agência de Itabuna). Existem atualmente, 22 pescadores associados a esta entidade, e apenas duas, de onze embarcações inicialmente operando pela cooperativa. Essas duas embarcações atuais são constituídas por barcos motorizados, com cerca de 8 a 9 metros de comprimento, onde normalmente trabalham de quatro a cinco pescadores, que permanecem em média, aproximadamente oito dias no mar. Os pescadores trabalham em sistema de parceria, como meeiros da cooperativa que é a dona das embarcações. Tiradas as despesas, o restante é dividido metade para a cooperativa e a outra metade é dividida entre os pescadores. O prédio da Cooperativa dos Pescadores de Canaveiras é constituído por duas câmaras frigoríficas, uma fábrica de gelo, defumador, área administrativa, área para comercialização, tanque reservatório e bomba de óleo diesel, sendo que atualmente, toda essa infra-estrutura encontra-se totalmente desativada. Para os representantes da cooperativa, os principais problemas para o desenvolvimento das atividades de pesca são: falta de uma máquina de gelo para abastecer os pescadores da cooperativa; falta de apoio dos governos federal, estadual e municipal; falta de recursos financeiros da cooperativa, para a modernização e aumento da frota pesqueira; sucateamento da frota pesqueira da cooperativa; motores das embarcações atuais são insuficientes para a pesca em maiores distâncias; dificuldade para a obtenção de linhas de crédito. A aquisição de um grupo gerador para fazer funcionar a fábrica de gelo existente; o maior apoio dos diversos níveis de governo; a modernização da frota pesqueira local e, a reativação da cooperativa, seriam ações importantes para o desenvolvimento da atividade.



**Figura II.5.3-17 - Sede da Associação de Barra Velha**



**Figura II.5.3-18 - A nova e a antiga sede da associação de Pescadores e Moradores de Atalaia**

Além das associações descritas, existe na região de Canaveiras, outras duas associações, localizadas nas comunidades pesqueiras de Barra Velha e Campinho. A Associação de Pescadores e Moradores de Barra Velha (**Figura II.5.3-17**) reúne cerca de 20 pescadores

artesaniais da localidade de Barra Velha e Oiticica. Nesta localidade, existe também um projeto de ostreicultura já em produção, implementado por meio de parceria com a OSCIP (Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público) Pangea – Centro de Estudos Sócio-ambientais. Na localidade de Campinho existe a Associação de Pescadores e Maricultores de Campinho, com cerca de 170 pescadores associados, que em sua maioria pescam dentro do estuário.

#### II.5.3.4.1.12 - Belmonte

A pesca no município de Belmonte é, atualmente, a principal atividade econômica. O setor pesqueiro é representado na região por duas entidades, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-21;
- Associação dos Pescadores de Belmonte.

A pesca no município é realizada tanto no sistema estuarino formado pelo rio Jequitinhonha, como no mar. A Colônia de Pescadores Z-21, fundada em 1923, é a principal entidade representativa dos pescadores do município de Belmonte. Possui sede própria (**Figura II.5.3-19**) e não tem nenhum apoio da prefeitura local ou de entidades relacionadas com a pesca. Com o acordo de compensação com uma empresa de prospecção sísmica que operou na região, a Colônia Z-21 reformou a sede da entidade e está adquirindo computadores. De acordo com estimativas do presidente da Colônia Z-21, atualmente existem na região de Belmonte aproximadamente 800 pescadores, dos quais cerca de 600 registrados na colônia e outros 200 sem nenhum vínculo com a entidade. O assoreamento da boca da barra do rio Jequitinhonha e o estado da frota pesqueira local são os principais problemas levantados pelo presidente da Colônia Z-21.



**Figura II.5.3-19 - Sede da Colônia de Pescadores Z-21**



**Figura II.5.3-20 - Mercado Municipal, um dos principais pontos de comercialização do pescado em Belmonte**

A implantação da pesca esportiva do robalo no rio Jequitinhonha, a criação de fazendas marinhas com a instalação de tanques-rede no Canal do Peso e no Paçuí (afluentas do Jequitinhonha), o manejo dos manguezais em conjunto com o município de Canavieiras, acompanhando o ciclo do caranguejo uçá, além da criação de um centro de capacitação em informática para os pescadores e familiares, são projetos que a Colônia Z-21 imagina serem importantes para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no município.

A Associação dos Pescadores de Belmonte, fundada em 1997, em conjunto com a Colônia Z-21, é uma entidade representativa dos pescadores do município de Belmonte. A sede pertence à prefeitura local, que também se encarrega de cobrir os custos de energia elétrica da associação. Localizada junto ao Mercado Municipal de Belmonte (**Figura II.5.3-20**), possui câmara fria, fábrica de gelo, freezers, escritório e área para a comercialização do pescado capturado. De acordo com o presidente da associação, atualmente existem 26 pescadores registrados. Os pescadores associados trabalham como meeiros e a produção é comercializada por meio da associação. A falta de recursos financeiros para o pagamento de linha de crédito obtida para a compra de embarcações, além do reduzido número de embarcações da associação, equipadas e com autonomia para a pesca em grandes profundidades, são os principais entraves para os pescadores ligados à associação. Para eles, algumas ações poderiam ser tomadas visando o desenvolvimento da atividade de pesca no município, principal atividade econômica geradora de emprego e renda para a população local. Dentre elas são citadas o aumento do número de embarcações da associação, com equipamentos e autonomia para a pesca oceânica; o estabelecimento de parcerias com empresas, com a prefeitura e outros órgãos de governo; a aquisição de computadores, além de cursos de informática e de capacitação profissional dos pescadores.

#### II.5.3.4.1.13 - Santa Cruz de Cabralia

A pesca no município de Santa Cruz de Cabralia é, atualmente, a principal atividade econômica atrás apenas do turismo. O setor pesqueiro é representado na região por quatro entidades, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-51;
- Cooperativa de Pescadores de Santa Cruz de Cabralia – Coopesc;
- Associação das Marisqueiras e Pescadores de Santa Cruz de Cabralia – Amapesc;
- Associação de Pescadores e Índios Pataxós (APIP).

A pesca no município é realizada principalmente no mar, sendo as principais localidades pesqueiras: Mojiquiçaba, Guaiaú, Santo Antonio, Santo André, Cabrália e Coroa Vermelha. Em Santa Cruz de Cabrália estão instaladas também, cerca de sete empresas de pesca, destacando-se a Qualimar Exp Cia Ltda, Netuno Pescados e Compescal, além de outras quatro de pequeno porte.

A Colônia de Pescadores Z-51, fundada em 2002, é a principal entidade representativa dos pescadores do município de Santa Cruz de Cabrália. Possui sede própria e tem apoio da BAHIAPESCA e da Secretaria de Ação Social do Governo do Estado da Bahia. Atualmente vem negociando também, o apoio da Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura local. A área de abrangência da Colônia Z-51 vai desde Mogiquiçaba até Coroa Vermelha. De acordo com o presidente da Colônia Z-51, atualmente existem 260 pescadores registrados, além de outros cerca de 600 pescadores sem nenhum vínculo com a entidade de classe, totalizando cerca de 860 pescadores artesanais atuantes no município. A maioria dos pescadores associados à Colônia Z-51, trabalha como autônomo, recebendo sua remuneração por partes proporcionais à pesca. A comercialização é feita, em sua maior parte, por meio de atravessadores. Os principais problemas para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no município, estão relacionados com a falta de um entreposto de pesca e de um local apropriado para o desembarque do pescado capturado, que seja controlado pela Colônia Z-51; a falta de incentivo às atividades pesqueiras; o preço do óleo combustível que é bastante elevado; a comercialização que é feita principalmente por atravessadores; o precário atendimento à saúde e educação dos pescadores e seus familiares e, a questão do seguro defeso, que é bastante dependente da Federação dos Pescadores, em Salvador. O presidente da Colônia Z-51 tem projeto para a implantação de uma escola de pesca, visando a construção naval, o uso de equipamentos na pesca e técnicas de navegação. Este projeto seria um importante passo na capacitação profissional dos pescadores locais. Além disso, o subsídio para o óleo combustível e um maior apoio da prefeitura local para as atividades pesqueiras, seriam ações importantes para o desenvolvimento do setor na região.

A Cooperativa de Pescadores de Santa Cruz de Cabrália - Coopesc foi fundada em 1995, possui sede própria doada pelo município e encontra-se estruturada para o recebimento, estocagem, comercialização do pescado e atendimento aos cooperados. Os barcos com casco de fibra foram adquiridos por meio de financiamento do Banco do Nordeste, assim como as duas câmaras frigoríficas existentes. A fábrica de gelo da cooperativa foi doada pelo governador do Estado, no ano de 2000. Segundo o presidente da Coopesc, existem cerca de 90 pescadores trabalhando diretamente com a cooperativa. Apesar de alguns cooperativados

serem donos das embarcações, a maioria trabalha como autônomo, recebendo sua remuneração em forma de partes, como meeiros da cooperativa. Para o representante da Coopesc, a falta de apoio dos governos federal, estadual e municipal; a falta de integração entre os pescadores cooperativados (muitos não trabalham) e as dificuldades de acesso aos créditos bancários, são os principais entraves para o desenvolvimento das atividades da Coopesc, de acordo com o seu presidente.

A Associação das Marisqueiras e Pescadores de Santa Cruz de Cabralia - Amapesc foi fundada em 1998, e até outubro de 2005 não possuía sede própria, utilizando as instalações da Colônia Z-51. Possui cerca de 102 associados, entre marisqueiras e pescadores artesanais, das localidades de Santo André, Santo Antonio, Cabralia e Coroa Vermelha, que vivem de catar caranguejo, siri, aratu, camarão, ostra e sururu, nas áreas de mangue. A comercialização é feita para os donos de frigoríficos locais. Para a presidente da Amapesc, os principais entraves para o desenvolvimento das atividades da associação são: a falta de uma sede própria; falta de apoio e incentivo dos órgãos governamentais; as marisqueiras não recebem o seguro defeso, mesmo aquelas que freqüentemente trabalham descascando e descabeçando o camarão; e a dificuldade para a obtenção da Caderneta de Inscrição e Registro do Ministério da Marinha, que exige no mínimo o 2º grau completo. As principais demandas da representante da associação são: a implantação de fazendas marinhas; um maior controle da produção; a criação de uma estrutura para o beneficiamento da produção; o atendimento médico e odontológico dos associados e a construção de creches para os filhos das marisqueiras e pescadores.

Em Coroa Vermelha, área de ocupação indígena está localizada a Associação de Pescadores Indígenas Pataxós (APIP), que representa há 10 a comunidade indígena de pescadores das localidades de Coroa Vermelha, do Corumbau (Porto Seguro) e Mogiquiçaba (Belmonte) . Associação possui uma sede na localidade, onde está sendo articulada a criação da Reserva Extrativista da Coroa Vermelha. A pesca realizada pelos Pataxós segue ao modelo de pesca da região, com embarcações que praticam a pesca de arrasto, linha e mergulho. Uma parte dos associados pertence também à colônia Z-51, o que lhes garante direitos como a aposentadoria, seguro doença e seguro defeso.

#### II.5.3.4.1.14 - Porto Seguro

A pesca no município de Porto Seguro é, atrás apenas do turismo, uma das principais atividades econômicas. O setor pesqueiro é representado na região por duas principais entidades, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-22;
- Cooperativa de Pescadores do Sul da Bahia – Copessulba.

Existe também uma associação de pescadores (Associação Terra Mater), cuja sede ocupa o mesmo espaço da Colônia Z-22, e que apesar de ainda existir legalmente, encontra-se com suas atividades suspensas, de acordo com informações do presidente da Colônia Z-22.

A pesca no município é realizada principalmente no mar, sendo as principais localidades pesqueiras: Arraial d'Ajuda, Trancoso, Curuípe, Caraíva, Barra Velha e Ponta do Corumbau. Em Porto Seguro estão instaladas também, cerca de seis empresas de pesca. A Colônia de Pescadores Z-22, fundada em 1974, é a principal entidade representativa dos pescadores do município de Porto Seguro, abrangendo desde Caraíva até Mogiquiçaba. Possui sede própria com computadores, linha de telefone e de fax, e teve apoio da BAHIAPESCA com a doação de uma fábrica de gelo. De acordo com informações do presidente da Colônia Z-22, existem atualmente 1.585 pescadores registrados além de cerca de 800 sem nenhum vínculo com a entidade, totalizando cerca de 2.400 pescadores artesanais atuando na região de Porto Seguro. Os pescadores, em sua maioria, trabalham como autônomos, recebendo sua remuneração por partes. Alguns trabalham com 40% para o barco e os 60% restante rateado entre os pescadores, sendo que o mestre recebe uma parte maior. Alguns pescadores trabalham com 30% para o barco e os 70% restantes sendo rateado entre os pescadores. A comercialização do pescado capturado é feita para atravessadores de Porto Seguro. A colônia fornece o gelo e o óleo combustível para cerca de 30 embarcações com aproximadamente 9 metros de comprimento. Para o presidente da Colônia Z-22, os principais problemas para o desenvolvimento da pesca em Porto Seguro estão relacionados à: falta de capital de giro da colônia; a fábrica de gelo da colônia é pequena para o consumo atual; a câmara frigorífica e de congelamento também é pequena (apenas 8 toneladas); o alto preço da isca para a pesca de linha de mão; o preço do óleo combustível e os elevados custos da colônia. A Colônia de Pescadores Z-22, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, está implantando um cultivo de ostras na Ilha do Pacúio, no Rio Buranhém.

A Cooperativa dos Pescadores do Sul da Bahia - Copessulba, é um dos principais entrepostos de pesca de Porto Seguro. Possui quatro câmaras frias, quatro câmaras de congelamento e uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 75 toneladas/dia. De acordo com informações do presidente da cooperativa, existem atualmente 52 pescadores registrados dos quais apenas 37 estão ativos.

O município de Porto Seguro abrange outras localidades onde a atividade pesqueira também é praticada, em menor escala. Em Arraial d’Ajuda, na Praia dos Pescadores, existem cerca de dez pescadores dos quais cerca de seis vivem exclusivamente da pesca. Cada pescador é dono de sua embarcação. A produção de pescados é voltada principalmente para o consumo próprio e para o abastecimento de hotéis, pousadas e restaurantes locais. Em Caraíva existe a Associação de Nativos de Caraíva, onde dos seus 157 associados, cerca de 70 a 80 são pescadores. O pescado capturado é comercializado em Caraíva e em Trancoso. O catado de lambretas é feito por seis mulheres da comunidade, que comercializam em Trancoso, Nova Caraíva e Eunápolis. Em Barra Velha existem apenas cerca de 14 pescadores que operam na pesca marítima.

#### II.5.3.4.1.15 - Prado

A pesca no município de Prado também representa uma importante atividade econômica. O setor pesqueiro é representado na região por pelo menos quatro entidades, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-23;
- Associação de Pescadores de Corumbau;
- Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba – APEC;
- Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento.

A pesca no município é realizada principalmente no mar, sendo as principais localidades pesqueiras: Corumbau, Barra do Caí, Imbassuaba e Cumuruxatiba. A Colônia de Pescadores Z-23, fundada em 1973, é a principal entidade representativa dos pescadores do município. Possui sede própria, com estrutura de computadores, linha de telefone e de fax. De acordo com informações obtidas junto a seu presidente, a Colônia Z-23 tem como área de atuação, o trecho compreendido entre Corumbau e Prado. Atualmente existem 1.320 pescadores artesanais registrados na Colônia Z-23, além de outros 500 pescadores sem nenhum vínculo com esta entidade, o que totaliza cerca de 1.800 pescadores atuando na pesca artesanal do município.

A maioria dos pescadores de Prado trabalha como empregados (meeiros) dos proprietários das embarcações (donos de frigoríficos), e sua remuneração se dá em forma de partes. Para o presidente da Colônia Z-23, os principais problemas relacionados à atividade pesqueira no município de Prado se referem à falta de um entreposto de pesca controlado pela colônia, e a falta de apoio dos governos federal, estadual e municipal. A criação de um entreposto, bem como a implementação de cursos visando a capacitação dos pescadores locais (mecânica de motores e informática) seriam ações visando o desenvolvimento da atividade na região.

No ano de 2001, em função da presença das comunidades de pescadores artesanais e do alto grau de sensibilidade ambiental da região, foi criada a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, que integra um programa de parceria entre o IBAMA e a organização internacional Conservation International para prestação de apoio técnico aos pescadores artesanais e viabilização do plano de manejo (aprovado em 2001). A reserva possui cerca de noventa mil hectares de mar e os principais recursos explorados atualmente são peixes e crustáceos marinhos, principalmente camarão sete barbas.

A instituição da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau pelo poder público, ao regulamentar o uso do espaço costeiro através da organização das populações de pescadores artesanais das diversas comunidades contempladas, delimitou as áreas até então consideradas de livre acesso. Tais medidas transformaram os territórios marinhos demarcados, em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária, excluindo os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar dessas áreas.

A população extrativista da reserva conta com cerca de 800 membros distribuídos ao longo da costa, em comunidades concentradas em Cumuruxatiba, Corumbau, Caraiva, Japara, Imbassuaba, Barra do Cahy, Veleiro, Aldeia da Barra Velha e Curuipe, organizados em três associações: Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (AREMACO), Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba e Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento em Imbassuaba.

As comunidades locais são em sua maioria, descendentes de índios pataxós que habitavam a região no período pré-colonial, de europeus portugueses chegados com a colonização e negros descendentes de escravos. A estreita relação que essas comunidades possuem com o ambiente natural, provedor histórico do modo de vida das mesmas, fazem-nas atores imprescindíveis na determinação do modo de exploração a ser adotado nos territórios por elas utilizados, requisito observado pelo poder público quando regulamenta esse tipo de unidade de conservação.

A Associação de Pescadores de Corumbau, de acordo com as informações fornecidas durante as pesquisas de campo, possui cerca de 90 pescadores associados, que atuam preferencialmente na região compreendida pela reserva extrativista de Corumbau.

A Associação de Pescadores de Cumuruxatiba, fundada em 1995 encontrava-se com sua sede em construção, quando dos levantamentos de campo realizados para a elaboração do presente diagnóstico. Segundo informações do presidente da associação, a área de atuação da entidade abrange toda a RESEX de Corumbau. Atualmente existem apenas 86 pescadores associados à associação, de um total estimado para a região de cerca de 160 pescadores. Para o presidente da associação, os principais problemas para o desenvolvimento da pesca na região estão

associados à devastação dos bancos lagosteiros por embarcações provenientes do Ceará e do Espírito Santo, que atuam de forma extremamente predatória; a pesca com a utilização de compressores e a falta de uma estrutura para o desembarque e principalmente para a comercialização e escoamento do pescado capturado na região. Segundo o presidente da associação, a baixa demanda local, leva os pescadores a reduzir os esforços de pesca, fato que ocorre frequentemente com a pesca do camarão sete barbas. Dessa forma, o presidente da associação crê que a construção de uma estrutura para a estocagem, comercialização e escoamento da produção local (câmaras frigoríficas, fábrica de gelo); o maior apoio dos governos federal e estadual; linhas de crédito mais abrangentes e, a modernização da frota pesqueira local, seriam as principais ações voltadas para o desenvolvimento da atividade.

A Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, fundada em 2001, abrange os pescadores artesanais de Cumuruxatiba, Barra do Cahy, Imbassuaba, Veleiros, Corumbau, Barra Velha, e Caraíva, e possui cerca de 40 associados. A entidade é apoiada por organizações de defesa do meio ambiente, tais como a Conservation Internacional, o Tamar e o Instituto balei Jubarte, que desenvolvem projetos conjuntos de monitoramento ambiental.

Embora a Resex Corumbau seja uma zona de pesca exclusiva destas comunidades, a atuação de frotas pesqueiras de outros estados ainda se faz presente na região, o que segundo os próprios representantes legais afirma ser um problema causado pela dificuldade em fiscalizar uma área tão extensa. A pesca realizada nestas localidades aproveitam os recursos estuarinos e marinhos, e pescado capturado é comercializado para atravessadores nos meses de verão e diretamente para o consumidor final nos meses de inverno.

#### II.5.3.4.1.16 - Alcobaça

O setor pesqueiro no município de Alcobaça é representado por duas entidades, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-24;
- Associação de Pescadores Profissionais de Alcobaça.

Esta última entidade, de acordo com informações levantadas junto à pescadores locais, não é representativa da classe dos pescadores artesanais. A pesca no município é realizada tanto no mar como no rio Itanhém, sendo a Praia da Barra a principal localidade pesqueira. A Colônia de Pescadores Z-24, fundada em 1979, é a principal entidade representativa dos pescadores do município. Possui sede própria que foi doada pela prefeitura em 1987. Atualmente a colônia mantém parceria de cooperação técnica com a prefeitura local e conta com um computador, porém não possui linha de telefone e de fax. De acordo com informações obtidas junto seu presidente a área de abrangência da Colônia Z-24 inclui toda a jurisdição do município de

Alcobaça. Levantamento de campo realizado em outubro de 2005, determinou a existência de 758 pescadores registrados na Colônia Z-24, além de outros 2.750 pescadores sem nenhum vínculo com esta entidade, totalizando cerca de 3.500 pescadores artesanais envolvidos com as atividades pesqueiras no município. As embarcações de pesca são de propriedade dos donos de frigoríficos ou de pequenos entrepostos de pesca locais. Os pescadores trabalham em sistema de meeiros, sendo remunerados em forma de partes. A comercialização é feita por meio dos frigoríficos da região.

As principais empresas de pesca localizadas em Alcobaça são: Frigorífico São Jorge Ltda., Frigorífico Peixol, Compescal, Netuno, Frigorífico de Dadai, Bragança Pescado, Jubarte Pescado e Bel Pescador.

Para o presidente da Colônia Z-24, os principais entraves para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no município de Alcobaça estão relacionados à falta de interação entre os pescadores locais, à falta de apoio dos governos federal e estadual, às dificuldades de acesso às linhas de crédito bancários e a inexistência de um entreposto de pesca controlado pela Colônia Z-24. Visando a melhoria das condições de trabalho dos pescadores de Alcobaça, o presidente da colônia e os pescadores entrevistados, consideram a necessidade de apoio do governo estadual para o desenvolvimento da carcinicultura marinha e outros projetos de maricultura; a criação de um entreposto de pesca e a implementação de cursos de capacitação dos pescadores e familiares (informática, mecânica de motores e de confecção de petrechos de pesca).

#### II.5.3.4.1.17 - Caravelas

A pesca no município de Caravelas representa uma importante atividade econômica. O setor pesqueiro é representado na região pela Colônia de Pescadores Z-25. A pesca no município é realizada tanto no mar como no estuário formado pelo rio Caravelas, sendo as principais localidades pesqueiras: Alto da Glória, Ponta da Baleia, Barra de Caravelas e Ponta de Areia. Existe também em Caravelas, a Associação de Marisqueiras de Ponta de Areia e Caravelas – AMPAC, que reúne cerca de 230 associadas.

A Colônia de Pescadores Z-25, foi fundada em 1952, e é a principal entidade representativa dos pescadores do município. Possui sede própria, com estrutura de computadores, linha de telefone e de fax. A produção é comercializada para atravessadores de Caravelas.

Os principais problemas para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no município de Caravelas, de acordo com o presidente da Colônia Z-25 são: problemas na área social (em termos de atendimento aos pescadores e familiares); as restrições para obtenção de financiamentos; a inexistência de um entreposto de pesca e de um frigorífico para o

armazenamento do pescado capturado, que permita aos pescadores locais obter melhores preços de comercialização, saindo das mãos dos atravessadores. Para o representante da Colônia Z-25, a viabilização do escoamento da produção visando a melhora das condições de comercialização do pescado capturado, o maior incentivo dos governos federal, estadual e municipal para as atividades pesqueiras, a Instalação de um gabinete dentário e de um posto médico em convênio com a Colônia Z-25 e, a criação de alternativas de ocupação para os filhos dos pescadores como cursos de informática, artesanato e de línguas estrangeiras seriam ações importantes para a comunidade pesqueira do município. A empresa Aracruz Celulose, ajudou na reforma do prédio da colônia e doou um terreno com cerca de 600 m<sup>2</sup> de área onde existe um projeto para a construção de uma fábrica de gelo e um entreposto de pesca, controlado pela colônia. De acordo com informações obtidas junto seu presidente, a Colônia Z-25 tem como área de atuação o trecho que abrange as localidades pesqueiras de Alto da Glória, Ponta da Baleia, Barra de Caravelas e Ponta de Areia. Atualmente existem, segundo o presidente da Colônia Z-25, 840 pescadores registrados nesta entidade, além de outros 250 pescadores sem nenhum vínculo com a colônia, totalizando cerca de 1.100 pescadores atuando nas atividades de pesca artesanal na região de Caravelas. Os pescadores em sua maioria são meeiros dos donos dos barcos, e sua remuneração é feita na forma de partes. A produção é comercializada para atravessadores de Caravelas. Os principais problemas para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no município de Caravelas, de acordo com o presidente da Colônia Z-25 são: problemas na área social (em termos de atendimento aos pescadores e familiares); as restrições para obtenção de financiamentos; a inexistência de um entreposto de pesca e de um frigorífico para o armazenamento do pescado capturado, que permita aos pescadores locais obter melhores preços de comercialização, saindo das mãos dos atravessadores. Para o representante da Colônia Z-25, a viabilização do escoamento da produção visando a melhora das condições de comercialização do pescado capturado, o maior incentivo dos governos federal, estadual e municipal para as atividades pesqueiras, a Instalação de um gabinete dentário e de um posto médico em convênio com a Colônia Z-25 e, a criação de alternativas de ocupação para os filhos dos pescadores como cursos de informática, artesanato e de línguas estrangeiras seriam ações importantes para a comunidade pesqueira do município.

### **II.5.3.5 - Controle e Fiscalização Ambiental**

A Lei Federal nº 6.938, de agosto de 1981 estabelece as bases para a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e dispendo sobre a articulação e responsabilidade de seus órgãos nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. O SISNAMA define que os órgãos ou entidades locais responsáveis pelo controle e a fiscalização das atividades que potencialmente degradam o meio ambiente pertencem à esfera municipal.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o tema ambiental como matéria constitucional e estabeleceu novos parâmetros para os entes federados, onde os municípios foram dotados de autonomia política, administrativa e financeira. A partir de então os municípios começaram a instituir políticas municipais de meio ambiente, com o intuito de regulamentar as questões ambientais locais.

Em vista deste quadro, o Suplemento de Meio Ambiente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, 2002) do IBGE, procurou levantar informações acerca de como a questão ambiental é tratada pelos municípios brasileiros (MUNIC, 2002). O **Quadro II.5.3-6**, a seguir, resume as ações e seus desdobramentos considerados pelo estudo como instrumentos de controle e fiscalização ambiental.

**Quadro II.5.3-6 - Ações de Controle Ambiental**

Ações de Controle da Poluição	Fiscalização e combate ao despejo de resíduos domésticos
	Fiscalização e combate do despejo de resíduos industriais
	Fiscalização e controle das atividades industriais poluidoras
	Fiscalização e controle das atividades extrativas
	Fiscalização e combate a poluição veículos automotores
	Gestão de resíduos tóxicos
	Implantação /operação de estação de qualidade do ar
	Implantação de aterros sanitários
	Programa de coleta seletiva do lixo
	Reciclagem de lixo
	Outras
Ações de Gestão dos Recursos Hídricos	Ampliação e/ou melhoria da rede de esgoto sanitário
	Ampliação e/ou melhoria do sistema de abastecimento d'água
	Despoluição dos recursos hídricos
	Dragagem e/ ou limpeza de canais escoamento das águas
	Fiscalização e controle contaminação oriunda criação de animais
	Fiscalização de postos de gasolina
	Fiscalização e ou controle de garimpo
	Implantação/operação de estação monitoramento de recursos hídricos
	Implantação e/ ou melhoria do tratamento de esgoto sanitário
Outras	
Ações de Gestão dos Recursos Florestais	Contenção de encostas
	Controle de queimadas
	Controle de desmatamento
	Criação e/ou gestão de Unidade de Conservação da Natureza
	Criação e/ou gestão de jardim Botânico
	Fiscalização em áreas protegidas e combate às atividades ilegais
	Recomposição de vegetação nativa
Outros	

Ações de Gestão do Recurso Solo	Combate e/ou controle da salinização do solo
	Combate e/ou controle a processos erosivos
	Controle do uso e limites à ocupação do solo
	Fiscalização e ou controle do uso de fertilizantes e agrotóxicos
	Incentivo à promoção e práticas de Agricultura orgânica
	Introdução de praticas de desenvolvimento sustentável
	Recuperação de áreas degradadas mineração ou agropecuária
	Recuperação e/ou combate a áreas desertificação
Ações de Gestão da Atividade Pesqueira	Outros
	Fiscalização e/ ou controle de pesca predatória
Outras Ações de Caráter Ambiental	Outras
	Aplicações de multas
	Auditorias empresas públicas e privadas
	Cassação de renovação de Licença da renovação da licença de funcionamento
	Controle de vetores de doenças
	Controle, monitoramento e/ou licenciamento da ocupação urbana
	Elaboração de Plano de Gestão e Zoneamento Ecológico-Econômico
	Incentivo ao Turismo Ecológico
	Impedimento de Participação de firmas em processos licitatórios
	Impedimento de obtenção de incentivos fiscais a atividades poluidoras
	Medidas judiciais e/ou administrativas
	Programa de Educação ambiental
	Programa de controle biológico de pragas
	Suspensão temporária do funcionamento de atividades poluidoras
Ações de Controle de Resíduos e Embalagens de Produtos Tóxicos	Outras
	Existência de Central de Recebimento de Embalagens vazias de agrotóxicos
	Quantidade não significativa de agrotóxicos
	Aterro sanitário no município
	Aterro sanitário em outro município
	Incineração
	Posto de recebimento em outro município
	Vazadouro a céu aberto no município
	Vazadouro a céu aberto em outro município
	Outros
	Existência de Aterro Industrial no Município
	Quantidade produzida não é significativa
	Aterro sanitário no próprio município
	Aterro sanitário em outro município
	Aterro industrial em outro município
	Incineração
	Vazadouro a céu aberto no próprio município
	Vazadouro a céu aberto outro município

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente, 2002

As ações municipais variam de acordo com suas prioridades, portanto cada município apresenta uma abordagem diferente em relação ao controle e fiscalização ambiental. As figuras abaixo

(Figura II.5.3-21 e Figura II.5.3-22) foram baseadas nos dados da pesquisa MUNIC/IBGE 2002 e mostram as ações de controle e fiscalização ambiental desenvolvidas por cada município da área de influência do bloco BM-J-2.

Ações	Municípios																
	Alcobaça	Belmonte	Cairu	Camamu	Canaveiras	Caravelas	Igrapiúna	Ilhéus	Itacaré	Ituberá	Marau	Nilo peçanha	Porto Seguro	Prado	Sta Cruz Cabralia	Una	Uruçuca
Controle da poluição	2	3	1	0	1	3	3	1	3	1	4	0	6	3	1	6	6
Gestão dos recursos hídricos	6	2	2	1	4	1	5	5	2	1	4	1	5	5	6	5	4
Gestão dos recursos florestais	5	1	1	0	0	1	5	3	3	1	4	0	5	4	5	3	6
Gestão do recurso solo	5	1	0	0	0	2	4	2	3	1	4	0	6	4	4	3	4
Gestão da atividade pesqueira	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	1
Outras ações Ambientais	10	2	2	0	5	2	5	5	5	2	8	0	7	4	4	6	11
Controle de produtos tóxicos	2	2	2	2	4	2	2	2	2	3	4	2	4	2	2	2	2
Recebimento de embalagens de agrotóxicos	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2	3	1	2	1	1	1	1
Aterro industrial no município	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1

Número de Ações Ambientais Constituídas e/ou Estruturadas no Município

0	1	2	3
4	5	6/9	10/15

Figura II.5.3-21 - Número de Ações de Controle Ambiental nos municípios da AII

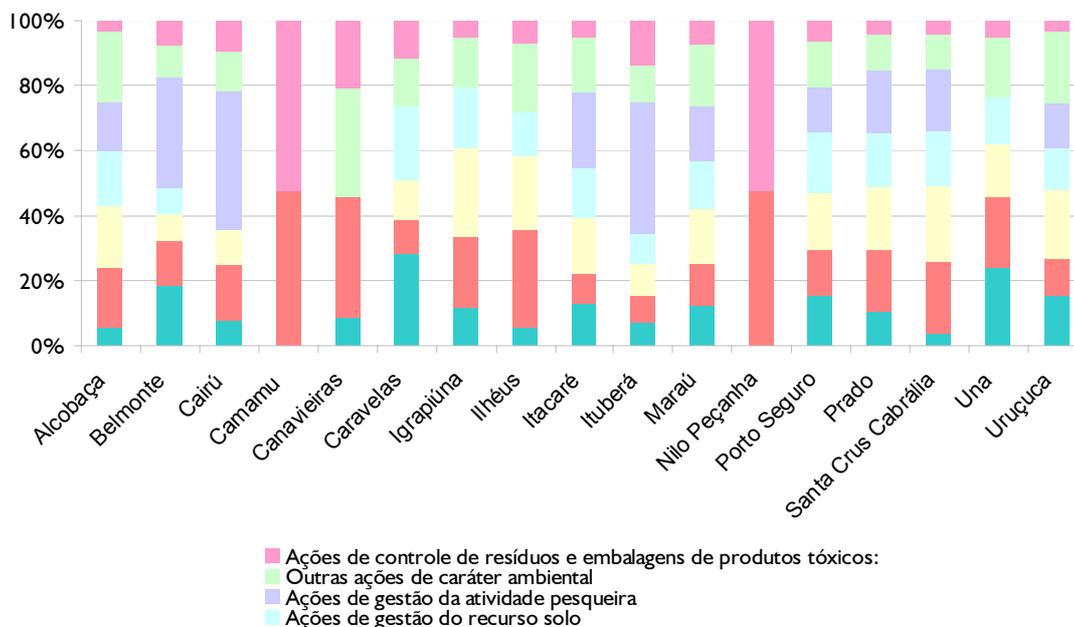


Figura II.5.3-22 - Ações de Controle Ambiental nos municípios da AII

### II.5.3.5.1 - Instituições Governamentais Encarregadas do Controle e Fiscalização Ambiental

As ações de controle e fiscalização ambiental, bem como seu monitoramento, são efetuadas através de instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal. A seguir serão descritas as principais instituições atuantes na área de influência sob estudo.

#### II.5.3.5.1.1 - IBAMA/DF

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) federal desenvolve ações na área de influência da atividade em estudo no sentido de incentivar ações de proteção a fauna e a flora regional. O IBAMA possui instrumentos de fiscalização ambiental com o objetivo de garantir que os recursos naturais do país sejam explorados racionalmente, em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos para a sustentabilidade. Para cada ação de fiscalização o IBAMA tem os seguintes objetivos:

#### Quadro II.5.3-7 - Ações de Fiscalização Ambiental do IBAMA

Ações Especiais de Fiscalização na Área de Flora	Combate a exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular nos diversos ecossistemas existentes, de modo a reduzir, sensivelmente, os níveis observados em anos anteriores. Estabelecimento de um sistema de macro monitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas irregulares. Fiscalização e monitoramento das áreas de reserva legal degradadas, para condicionar sua recuperação. Monitoramento e fiscalização das Unidades de Conservação Federais. Execução de Plano de Ação, em conjunto com a FUNAI e Polícia Federal, referente a retirada irregular de madeira em áreas indígenas.
Ações Especiais de Fiscalização na Área de Fauna	Planejamento e execução de ações dirigidas à proteção à fauna. Acompanhamento da implantação e apoio à ações necessárias ao cumprimento da legislação ambiental vigente, principalmente as relacionadas com a proteção à fauna. Fiscalização, quanto aos aspectos técnicos, da execução de ações de controle e transporte da comercialização de espécimes da fauna silvestre bem como a introdução de animais silvestres exóticos no Brasil. Realização, diretamente ou por intermédio de órgão público ou empresas especializadas, do desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos para as atividades de fiscalização da fauna silvestre brasileira mediante projetos aprovados pelo IBAMA. Fiscalização do funcionamento de portos, aeroportos quanto ao fluxo de animais silvestres; Execução da fiscalização de produtos da fauna silvestre brasileira em qualquer de suas fases/estágios (captura, criação, beneficiamento, comercialização, etc). Busca de parcerias com outros órgãos governamentais e não governamentais no que se refere as ações para coibir o tráfico de animais silvestres.
Ações Especiais de Fiscalização na Área de Pesca	Combate à pesca predatória, principalmente nos períodos dos defesos das espécies controladas, piracema e pesca predatória, nos lagos, açudes públicos e reservatórios federais, através da presença permanente dos Agentes de Defesa Ambiental, nos locais de captura, desembarque e comércio de pescado. Fiscalização e combate à atividade pesqueira da frota marginal (sem autorização e/ou registro).
Ações Especiais de Fiscalização na Área de Degradação Ambiental e Poluição	Combate à degradação ambiental e a poluição no âmbito da mineração/garimpo. Monitoramento do comércio de produtos químicos, tais como: agrotóxicos e preservativos de madeira.

Fonte: IBAMA, 2005

No que tange aos municípios da área de influência do BM-J-2, o IBAMA atua através do Escritório Regional de Ilhéus. Ainda nessa região, o IBAMA tem sedes de fiscalização no Parque Nacional Marinho de Abrolhos (Caravelas), Parque Nacional Monte Pascoal (Prado), Parque Nacional de Pau Brasil (Porto Seguro), Parque Nacional do Descobrimento (Porto Seguro), na Reserva Biológica de Una (Una) e Reserva Extrativista de Corumbau (Prado).

#### II.5.3.5.1.2 - GERCO/BA

O Gerenciamento Costeiro no Estado da Bahia (GERCO) é um Programa Federal que visa preservar os ecossistemas costeiros, evitar a degradação dos recursos naturais, compatibilizar as atividades sócio-econômicas e turísticas e a expansão urbana, controlar o acesso e uso das praias e disponibilizar um sistema de informações georeferenciadas. A área de estudo que abrange os municípios da área de influência do bloco BM-J-2 está inserida na região “Litoral Sul” do GERCO, que atua em parcerias com o Projeto Tamar, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, SEBRAE, BAHIAPESCA, Instituto Baleia Jubarte, SUDETUR e REVIZEE (GERCO, 2005).

#### II.5.3.5.1.3 - SEMARH

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (SEMARH), possui como principal atribuição a formulação da política ambiental, de recursos hídricos e desenvolvimento florestal, promovendo o desenvolvimento sustentável e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É composta por dois órgãos de administração direta - a Superintendência de Políticas Ambientais (SPA) e de Desenvolvimento Florestal de Unidades de Conservação (SFC) -, duas autarquias - Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) -, e uma empresa - Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB).

A SPA conduz o fortalecimento institucional dos municípios para a prática da gestão ambiental local. Os municípios da área de influência do Bloco BM-J-2 já habilitados para o licenciamento ambiental encontram-se especificados no **Quadro II.5.3-8**, a seguir. O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), cuja secretaria executiva é exercida pela SEMARH, tem como objetivo deliberar sobre diretrizes, políticas, normas e padrões para a preservação e conservação dos recursos naturais. Atualmente o CEPRAM é composto por quinze membros, representantes do poder público, entidades ambientalistas e das organizações da sociedade civil.

**Quadro II.5.3-8 - Municípios da AII habilitados para o licenciamento ambiental de empreendimento de micro ou pequeno porte\***

Município	Órgão Ambiental Municipal
Alcobaça	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Camamu	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente
Caravelas	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Ilhéus	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Porto Seguro	Secretaria de Meio Ambiente
Prado	Secretaria de Meio Ambiente
Santa Cruz de Cabrália	Secretaria de Meio Ambiente
Una	Secretaria de Administração (Dep. Meio Ambiente)

\*enquadrados conforme anexo III do regulamento da Lei Estadual N° 7.799/01

Fonte: Portal SEIA, 2003

**II.5.3.5.1.4 - CRA**

O Centro de Recursos Ambientais (CRA) tem como finalidade executar a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, fortalecendo os instrumentos de controle ambiental e incorporando formas de defesa ao meio ambiente, em conformidade com as políticas de desenvolvimento sustentável instituídas pelo Estado.

O CRA, através da Coordenação de Fiscalização Ambiental (COFISA), realiza fiscalização ambiental na área de influência em questão através de técnicos credenciados sediados, na Unidade Regional de Fiscalização (URF) de Ilhéus. Além das ações de fiscalização, o CRA também atende com operações planejadas a denúncias formuladas pela sociedade e às emergências ambientais. A Diretoria de Fiscalização e Monitoramento Ambiental (DIFIS) é encarregada das Coordenações de Fiscalização Ambiental e Atendimentos Emergenciais, de Atendimento a Denúncia, de Avaliação da Qualidade Ambiental e de Informações Ambientais. Por fim, o Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) é um portal que centraliza as informações e notícias relativas ao meio ambiente no Estado da Bahia.

**II.5.3.5.2 - Acordos, Convênios e outras Formas de Cooperação Interinstitucional**

A região de inserção da atividade é alvo de ações de organizações ambientais que atuam através de parcerias, convênios e acordos interinstitucionais. Cada uma delas atua com objetivos específicos, restritos normalmente a uma ou mais regiões, conforme descritos a seguir.

#### II.5.3.5.2.1 - PAT

O Projeto Amiga Tartaruga (PAT) é uma Organização Não Governamental (ONG) que atua na região da Costa do Descobrimento, nos municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado. O projeto tem por objetivo proteger as tartarugas marinhas e conservar os ecossistemas costeiros. Em 1998 o PAT e o Projeto Tamar assinaram “Protocolo para Proteção das Tartarugas Marinhas”, que estabelece o envio trimestral de relatório sobre as atividades desenvolvidas e os dados coletados ao TAMAR-IBAMA (PAT, 2005).

#### II.5.3.5.2.2 - IBJ

O Instituto Baleia Jubarte é uma ONG que tem por objetivo dar prosseguimento às pesquisas relacionadas ao Projeto Baleia Jubarte e outros projetos que visem à melhoria da qualidade de vida das comunidades litorânea da região de atuação. O Instituto, que tem sede no município de Caravelas, através de patrocínio da PETROBRAS e do apoio de organizações como Conservation International (CI) e International Fund for Animal Care (IFAW), desenvolve os Projetos Baleia Jubarte, na região do Arquipélago de Abrolhos, o Projeto Boto Sotalia do Sul da Bahia, entre os municípios de Caravelas e Porto Seguro, na região da localidade de Caraíva. O Instituto também desenvolve projetos voltados à Educação Ambiental (IBJ, 2005).

#### II.5.3.5.2.3 - ECOTUBA

Fundado em 1996, o Instituto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural do Sul da Bahia (ECOTUBA) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável dos Ecossistemas Costeiros. O ECOTUBA atua nos municípios de Canavieiras e Una, através dos seguintes projetos:

- Queloniatuba – acompanhamento e monitoramento de tartarugas na praia;
- Projeto Fibras Naturais – artesanato;
- Chama-Maré – conservação de manguezais;
- Projeto TransAção – educação ambiental para comunidades carentes;
- Projeto Alma – Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica;
- Comparação de população de praia e mangue – trabalho de conscientização acerca dos caranguejos no período da andata (de dezembro a março).

#### II.5.3.5.2.4 - IESB

O Instituto de Estudos Socioambientais da Bahia (IESB) é uma ONG que desenvolve pesquisas, projetos e ações com o objetivo de preservar a Mata Atlântica, desenvolvendo ações de conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades inseridas no Corredor Central da Mata Atlântica. A principal área de atuação do IESB é o Sul da Bahia, mais especificamente na Reserva Biológica de Una (REBIO-Una), Ecoparque de Una, Parque Estadual Serra do Conduru, Serra das Lontras e APA Itacaré–Serra Grande. O IESB atua em parceria com diversas instituições ambientais, nacionais e internacionais e fica sediado em Ilhéus.

#### II.5.3.5.2.5 - MARAMATA

A Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata (MARAMATA) é gerida pelo município de Ilhéus. Além de projetos de educação ambiental, a fundação, em parceria com o consórcio ONG Mama e Universidade Estadual de Santa Cruz, é responsável pelo Centro de Reabilitação de Mamíferos e Museu do Mar e da Capitania.

#### II.5.3.5.2.6 - ONG Yonic

Yonic é uma ONG com sede em Genebra, Suíça, que atua como uma meta estrutura para contribuir com a organização da sociedade civil de Itacaré com objetivo de promover o equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a proteção da Mata Atlântica (YONIC, 2005).

#### II.5.3.5.2.7 - Instituto Floresta Viva

O Instituto Floresta Viva, sediado no município de Uruçuca, é uma iniciativa sócio-ambiental que integra a proteção dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, com a inclusão social dos agricultores familiares que habitam a Área de Proteção Ambiental Itacaré-Serra Grande. O Instituto trabalha com a assistência a agricultores dando incentivos financeiros, conservando os ecossistemas e promovendo práticas sustentáveis nesse ramo de atividade. (IFV, 2005).

#### II.5.3.5.2.8 - ONG SOS-Itacaré

A ONG SOS-Itacaré tem como missão a defesa do meio ambiente e o respeito aos cidadãos. Segundo seu estatuto, suas finalidades visam a conservação e recuperação dos recursos naturais do município de Itacaré, a mobilização da comunidade contra a exclusão social, o

desenvolvimento de pesquisas e suas difusões através de publicações, palestras, cursos e oficinas, a promoção do turismo sustentável e construtivo para a região, e ao desenvolvimento econômico e produtivo como base para essas ações (SOS-ITACARÉ, 2005).

#### II.5.3.5.2.9 - IDES

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul é uma instituição encarregada de coordenar e integrar os resultados do Programa de Desenvolvimento Integrados do Baixo Sul – DIS Baixo Sul, com o objetivo de unir os capitais humano, social, produtivo e ambiental no sentido de contribuir para o desenvolvimento regional.

Integram o Baixo Sul alguns municípios da área de influência indireta em questão, como Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau e Nilo Peçanha.

#### II.5.3.5.2.10 - Conservação Internacional Brasil

A Conservação Internacional é uma ONG internacional que atua através da seleção de áreas para alocação de recursos e esforços em prol da conservação de espécies de fauna ameaçadas de extinção e garantir ecossistemas saudáveis. A partir da seleção, a ONG desenvolve uma série de ações estratégicas voltadas para as especificidades de cada região, usando a iniciativa local para manutenção das mesmas. Na área de influência indireta do BM-J-2, ela possui frentes na região do Corredor Central da Mata Atlântica, agindo junto à Região Cacaueira da Bahia, aos Parques Nacionais do Desenvolvimento e Monte Parcoal, ao Ecoparque de Una.

#### II.5.3.5.2.11 - IAPA

Instituto de Apoio e Proteção Ambiental, criado com intuito de auxiliar as instituições governamentais e não governamentais na captação de recursos voltados para proteção do meio-ambiente e desenvolvimento comunitário auto-sustentável. Desenvolve o “projeto Manguezal” cujo mote é o incentivo ao associativismo das comunidades ribeirinhas que vivem nas áreas de manguezais do município de Caravelas.

#### II.5.3.5.2.12 - ECOMAR

Associação de Estudos Costeiros Marinhos atua no apoio ao desenvolvimento de projetos de conservação ambiental, gestão de unidades de conservação e pesquisa. Com sede no municípios de Caravelas a ONG Ecomar atua em conjunto com a CI, IBAMA, PARNAM Abrolhos e IBJ.

### II.5.3.5.2.13 - PANGEA

O grupo PANGEA é ONG localizada em Salvador que desenvolve em conjunto com organizações locais e o FNMA o projeto de criação da RESEX Canavieiras, com trabalhos de desenvolvimento de associativismo, diagnóstico participativo, educação ambiental, entre outros.

## II.5.3.6 - Instrumentos de Gestão Ambiental

### II.5.3.6.1 - Zoneamento Ecológico-Econômico

A área de influência sob estudo abrange municípios pertencentes a duas regiões do litoral baiano, conforme divisão política do Estado, a do Litoral Sul, que possui Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e Extremo Sul, onde o zoneamento se encontra em vias de elaboração.

O ZEE do Litoral Sul da Bahia foi elaborado em 1999 pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLAN), compartimentando a área em quatro Regiões Geoeconômicas: Cacaicultora, Policultora, Pecuarista e Atividades Múltiplas. O **Quadro II.5.3-9** a seguir indica a que regiões pertencem os municípios entre Cairu e Canavieiras, que compõem parte da All das atividades no bloco BM-J-2.

**Quadro II.5.3-9 – Percentual da área do município inserido no zoneamento**

Região	Municípios da AI	% aproximado da área do municípios na Zona
<b>Cacaicultora</b>		
<b>Sub-região dos patamares orientais</b>		
Zona Ilhéus-Itabuna	Ilhéus	55
	Una	17
Zona Camacã	Una	20
Zona Coaraci	Ilhéus	19
<b>Policultora</b>		
<b>Sub-região dos mares de morros, tabuleiros e patamares orientais</b>		
Zona Ilhéus-Una	Una	60
	Ilhéus	30

Região	Municípios da AI	% aproximado da área do municípios na Zona
<b>Pecuarista</b>		
<b>Sub-região dos planaltos pré-litorâneos</b>		
Zona Mascote-Canavieiras	Canavieiras	40
<b>Atividades Múltiplas</b>		
<b>Sub-região da baixada litorânea</b>		
Zona Ilhéus-Itacaré	Ilhéus	2
Zona Canavieiras-Una	Canavieiras	40
	Una	7
Zona Camamu-Itacaré	Camamu e Ilhéus	38
<b>Sub-região dos mares de morros, tabuleiros e patamares prientais</b>		
Zona Canavieiras-Una	Canavieiras	20
	Una	5

Fonte: SEI, 1999

### II.5.3.6.2 - Planos Diretores Municipais

O Plano Diretor reúne diretrizes para o desenvolvimento do município, contendo estratégias de ocupação do território municipal, especialmente o urbano, baseado na compreensão das funções econômicas, características ambientais, sociais e territoriais do município e da sua região de influência. Nele podem estar contidos os seguintes instrumentos, conforme indicação do Estatuto das Cidades:

- Lei do Plano Diretor
- Código de Obras
- Lei de Perímetro Urbano
- Lei de Parcelamento
- Macrozoneamento
- Lei de Uso e Ocupação do Solo

Segundo a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais para a política urbana, o Plano Diretor é constitucionalmente obrigatório para todos os municípios com mais de 20.000 habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde haja interesse para uso do poder público, integrantes de áreas de especial interesse turístico ou

inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. No entanto, na maioria dos municípios da área de influência do bloco BM-J-2 com essas características, esse instrumento ainda está sendo elaborado para cumprir as exigências do Estatuto, e deverá ser apresentado até outubro de 2006. O **Quadro II.5.3-10** se refere à situação atual dos municípios da área de influência do bloco BM-J-2 em relação aos Planos Diretores.

**Quadro II.5.3-10 - Existência de Planos Diretores Municipais**

Município	Sim - Ano	Não
Alcobaça*	X - 2005	
Belmonte		X
Cairu		X
Camamu	X	
Canavieiras	X	
Caravelas	X	
Igrapiúna	X	
Ilhéus	X - 1998	
Itacaré		X
Ituberá		X
Maraú		X
Nilo Peçanha		X
Porto Seguro		X
Prado		X
Santa Cruz de Cabrália		X
Una		X
Uruçuca		X

\* Trabalho de campo

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2004

### II.5.3.6.3 - Planos e Programas Governamentais

Para a definição do universo de políticas públicas a serem tratadas neste Estudo de Impacto Ambiental, partiu-se dos seguintes critérios:

- (i) Planos e programas governamentais que por suas características possam ser prejudicados ou inviabilizados pelas atividades no Bloco BM-J-2, ou que possam prejudicá-la ou inviabilizá-la;

- (ii) Planos e programas governamentais que apresentem complementaridade ou que venham a ser beneficiados pela atividade de perfuração no Bloco BM-J-2;
- (iii) Planos e programas governamentais que devam ser considerados no processo de produção do Bloco BM-J-2; e
- (iv) Planos e programas governamentais que apresentem caminhos, soluções e metodologias que mostrem a capacidade gerencial dos órgãos públicos frente a problemas que serão enfrentados pelo desenvolvimento da atividade e que possam ser adotados pelo gerenciamento do Bloco BM-J-2 no que se refere às potenciais medidas socioambientais a serem implementadas, inclusive indicando as possíveis parcerias a serem constituídas.

Esse item, portanto, tratará das políticas públicas em funcionamento ou em fase de planejamento no estado da Bahia, especialmente quando envolvem municípios da área de influência do Bloco BM-J-2, ou que, por estarem sendo desenvolvidos em outras regiões desses estados, possam vir a ser implantados na área de influência, em função das características da atividade e de seus potenciais benefícios e impactos ambientais para a região.

As subseções deste item tratam de planos e programas relacionados: i) ao meio ambiente e aos recursos marítimos; ii) à pesca; e iii) ao turismo.

#### **II.5.3.6.4 - Planos e Programas Federais ao Meio Ambiente e aos Recursos Marítimos**

##### II.5.3.6.4.1 - Federais

No âmbito federal, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), criada pelo Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974, é a instituição responsável pela coordenação dos assuntos relativos a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). A CIRM é composta por representantes da Marinha do Brasil e dos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, Educação, Minas e Energia e Relações Exteriores.

Com objetivo de “orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País, gerando emprego e renda e contribuindo para a inserção social” (Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005), a PNRM é consolidada pelo VI Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), aprovado pelo Decreto nº 5.382, de 3 de março de 2005, que vigorará até 2007. O PSRM é

definido por postura dos organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte, que define moldura jurídica global pelo uso sustentável dos recursos do mar vivos e não vivos. O PSRM é plurianual e composto pelos programas: Recursos Pesqueiros Sustentáveis, Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa, Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Biotecnologia, Recursos do Mar, Geologia do Brasil, Ciência, Natureza e Sociedade e Aqüicultura e Pesca do Brasil. Outros mecanismos de integração e interface com o PSRM serão descritos a seguir.

O Programa de Avaliação do Potencial Pesqueiro dos Recursos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), conduzido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável da pesca oceânica através de pesquisas marinhas voltadas para o conhecimento dos recursos vivos da ZEE, promovendo planos estratégicos para o desenvolvimento tecnológico, aumento da produção, qualificação profissional e equilíbrio da balança comercial.

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Federal nº 7.661 de 16/05/1988, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), abrange os 17 estados costeiros da Federação. O PNGC tem por objetivo principal “orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural” (Art. 2º Lei 7.661 de 16/05/1988).

No escopo deste programa, cada estado brasileiro é responsável pelo planejamento e pela execução das atividades de gerenciamento costeiro na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição. Os estados devem articular com os municípios participantes do gerenciamento costeiro para a elaboração de planos e atividades locais.

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) visa essencialmente o estabelecimento jurídico do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira. O LEPLAC é implementado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), órgão encarregado dos encargos técnicos e administrativos da CIRM.

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta do MMA, através da sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamento Humanos, e do Ministério do Planejamento, através da sua Secretaria do Patrimônio da União, e objetiva ordenar os espaços litorâneos, visando a interligação entre as políticas de patrimônio e ambiental. O projeto procura combater a ocupação desordenada e irregular da orla e prevenir assim os processos erosivos e fontes contaminadoras que possam provir destas irregularidades.

A implementação do Projeto Orla inicia-se pela seleção de municípios cujos gestores, universidades, sociedade civil organizada e entidades privadas são capacitados a elaborar o Plano de Gestão Integrada a Orla. Uma vez elaborado, o Plano de Gestão é legitimado em Audiência Pública e entra em vigor conforme planejado. O Projeto Orla proporciona capacitação técnica e abre canal de articulação institucional de esforços para o gerenciamento da orla.

O Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS) foi criado pela UNESCO através da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) em parceria com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com o objetivo de que os países membros possam prever fenômenos e processos oceanográficos que possam influenciar diretamente a preservação, conservação e utilização sustentável dos oceanos. O GOOS/Brasil foi aprovado pela CIRM em abril de 1997 e, desde então, vem implementado ações através de seu Comitê Executivo, coordenado por representante do Ministério da Marinha, e composto por membros representantes dos Ministérios da Educação, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, da Secretaria da CIRM e da comunidade científica relacionada à área de atuação do programa.

Parte integrante do GOOS/Brasil é o Programa Nacional de Bóias Oceanográficas (PNBOIA), que tem como propósito “coletar dados oceanográficos e meteorológicos, por meio de um sistema operacional de bóias de fundeio e de deriva, que transmitem dados em tempo quase real via enlace de satélite” (GOOS/Brasil, 2005). O PNBOIA visa caracterizar o meio ambiente para prover informações relativas a segurança da navegação nas áreas marítimas brasileiras.

Outro programa desenvolvido pela UNESCO e sua respectiva COI é o Programa Piloto em Ciências do Mar, que objetiva realizar pesquisas e financiar pesquisas marinhas e promover interação entre o Ministério de Ciência e Tecnologia com outras instituições ativas neste âmbito com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e utilização das potencialidades da zona marítima brasileira.

O Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR), criado pela CIRM em 1997, procura incentivar a difusão de uma mentalidade em prol dos assuntos marítimos, visando o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e engajamento da população em torno de sua preservação. O PROMAR promove cursos, apóia instituições e promove exposições educativas acerca de seu objeto.

O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), tem por objetivo efetuar levantamento geológico-geofísico básico sistemático da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e em sítios de interesse geoeconômico-ambiental identificados na PCJB, visa avaliar sua potencialidade mineral e assim auxiliar políticas governamentais relativa a utilização desses recursos.

Tendo em vista a movimentação nos portos da área de influência da atividade, vale ressaltar a existência do Programa de Controle de Navios pelo Estado do Porto, que já se encontra implementado nos Portos do Rio de Janeiro e Vitória entre outros do país e é gerenciado pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil. Tem como objetivo salvaguardar a vida humana no mar, principalmente evitando derramamento ou descarga de óleo, estabelecendo sistema de inspeção de navios estrangeiros em águas brasileiras.

O Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO) foi criado pelo Decreto Presidencial de nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994 com o objetivo de “promover a parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes” (Art. 2º Decreto Presidencial Nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994). Trata-se de documento fundamental da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica - documento que visa reunir países em torno da conservação e utilização sustentável dos recursos e a biodiversidades, já assinado por 175 países -, no país.

O PRONABIO tem como mecanismo de auxílio técnico e financeiro o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), que tem todas as suas ações aprovadas pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, fórum responsável pela definição de diretrizes para implementação do PRONABIO e da Política Nacional de Biodiversidade. O objetivo do PROBIO é “identificar ações prioritárias, estimulando subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos no tema” (MMA, 2005<sup>1</sup>). Portanto, esse projeto é vigente na área de estudo, onde se presencia áreas de Mata Atlântica e outros biomas imprescindíveis de conservação.

É importante citar duas iniciativas do IBAMA de programas que tangem a fauna e flora marítima: o Centro de Estudos de Aves Marinhas (CEMAVE), cujo objetivo é estudar e propor estratégias de preservação de aves marinhas, que poderá vir por assessorar estudos neste âmbito na área de influência; e o Plano de Ação para os Mamíferos Aquáticos do Brasil, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Especial de Mamíferos Aquáticos (GTEMA), visando à pesquisa e priorização de projetos de conservação dos mamíferos aquáticos ocorrentes no Brasil, incluindo cetáceos, pinípedes, sirênios e mustelídeos.

---

<sup>1</sup> <http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm/pronabi2.html>

#### II.5.3.6.4.2 - Estaduais

A SEMARH, através do CRA, desenvolve um Programa de Educação Ambiental através das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs). As CIEAs são compostas de representantes de instituições governamentais e não-governamentais, das esferas estaduais e municipais, dos setores educacional, ambiental, empresarial e dos trabalhadores. Tem por objetivo por em prática o Programa Estadual de Educação Ambiental.

O Projeto Sistema Integrado de Informações de Licenciamento Ambiental foi criado para atender o controle dos processos relacionados ao Licenciamento Ambiental e sanções administrativas do CRA.

O Projeto Corredores Ecológicos, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, tem por meta manter a biodiversidade através da potencialização da conectividade das áreas protegidas por políticas integradas e de fomento projetos que envolvam tanto sistemas tradicionais de áreas protegidas como parques e reservas de uso restrito e áreas de interstício como terras indígenas.

Este projeto se desdobra no Projeto Corredores Ecológicos – Mata Atlântica, que visa a preservação desse bioma para a formação do Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) que procura conservar os remanescentes deste bioma em território baiano. Essa ação está associada a implantação dos Conselhos Gestores das APAs Ponta da Baleia/Abrolhos, Caraíva/Trancoso, Santo Antônio, Parque Estadual Serra do Conduru e dos Parques Nacionais do Descobrimento, do Pau Brasil e REBIO de Una. Além do fortalecimento institucional, o Projeto Corredores Ecológicos atua em parceria com entidades fiscalizadoras para operar a fiscalização nesse contexto.

A SEMARH, através da CRA e do Projeto Corredores Ecológicos, realizou uma oficina de trabalho com o tema Planejamento Estratégico da Gestão Ambiental Municipal no Corredor Central da Mata Atlântica – Bahia com o objetivo de elaborar juntamente com os municípios e a sociedade civil, estratégias para as ações da secretaria, fortalecendo a gestão ambiental municipal. Esse projeto visa integrar as políticas estaduais com as municipais e locais a fim de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com estratégias de conservação, preservação, controle e melhoria do meio ambiente. A oficina foi realizada no município de Ilhéus, no que tange a área em estudo.

#### II.5.3.6.4.3 - Municipais

Em Belmonte, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem projeto para iniciar programa de Educação Ambiental com a comunidade local. A secretaria faz monitoramento ambiental de Peso (divisa com Canavieiras) até Mogiquiçaba (divisa com Santa Cruz Cabrália).

No município de Ilhéus, a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) oferece cursos de mestrado em meio ambiente, e vem elaborando o programa para doutorado nesta área.

No município de Itacaré, o Plano de Manejo da APA Itacaré Serra Grande está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Floresta Viva.

A Prefeitura Municipal de Cairu vem desenvolvendo, em parceria com a ONG Onda Azul, um projeto de gestão participativa na região do Arquipélago de Tinharé que visa a recarga dos ecossistemas explorados através da implementação de pesquisas, educação ambiental e discussão de alternativas para manejos de ecossistemas explorados.

#### II.5.3.6.5 - Planos e Programas Relacionados à Pesca

##### II.5.3.6.5.1 - Federais

A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, através do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca, procura implementar políticas públicas estruturantes de forma a atender o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola, apoio às atividades relacionadas à comercialização de pescados e normatizar procedimentos sustentáveis com o objetivo de incrementar a produção de aqüicultura e pesca no território nacional. Para esse estudo ambiental, as seguintes ações foram consideradas relevantes:

O Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal foi desenvolvido e aprovado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca visa assistir a cadeia produtiva do pescado proveniente das comunidades pesqueiras tradicionais organizadas, cujos recursos são geridos pelo uso das comunidades pesqueiras. O Projeto deve ser implantado através de parcerias com órgãos públicos estaduais e municipais e organização de comunidades pesqueiras sem fins lucrativos com prazo de execução até junho de 2006.

O Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), instituído pela Lei 10.849 de 23 de março de 2004, caracteriza-se por financiar “aquisição, construção, conversão, modernização, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques

sobreexplotados, proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, promover o máximo aproveitamento das capturas, aumentar a produção pesqueira nacional, utilizar estoques pesqueiros na Zona Econômica Exclusiva brasileira e em águas internacionais, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil” (Art. 2º Lei 10.849 de 23 de março de 2004).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política pública voltada aos agricultores familiares, teve seu campo ampliado aos pescadores artesanais e instituiu, em 1997, o Pronaf Pesca, cujo objetivo geral é aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos e o exercício da cidadania dos pescadores e aqüicultores artesanais autônomos e com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores artesanais. O Pronaf Pesca pode financiar “redes e apetrechos, desde que de acordo com a legislação vigente, embarcações, motores, infra-estrutura de armazenamento (frízeres, câmaras, camaritas), infra-estruturas de transporte (caminhão, reboque...) e infra-estruturas de comercialização (balanças, caixas térmicas, bancas para feiras livres...)” (Cartilha Pronaf Pesca, 2005).

#### II.5.3.6.5.2 - Estaduais

A Secretaria de Combate a Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP) criou o Programa Boa Pesca com o intuito de promover a melhoria das condições de vida das marisqueiras e pescadores artesanais. O programa desenvolve cursos de capacitação técnica e gestão ambiental com as comunidades participantes, fomenta a estruturação de unidades simplificadas de recepção, beneficiamento e comercialização e colabora com a aquisição de apetrechos. O programa está presente nos municípios de Canavieiras e Prado, e conta com apoio da BAHIAPESCA, Federação dos Pescadores do Estado da Bahia e das associações e colônias de pescadores artesanais e marisqueiras.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PROPEIXE) é desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e tem por meta garantir a implantação de pólos de piscicultura em todo o estado da Bahia, beneficiando mini, pequenos e médios produtores rurais e organizações formais como associações, empresas rurais, colônias ou cooperativas.

A BAHIAPESCA é uma empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Governo do Estado da Bahia. Possui escritório em Ilhéus e em Canavieiras, mas atua em todos os municípios da área de influência do bloco BM-J-2. Seu principal projeto atualmente é o cadastramento da frota pesqueira e dos pescadores, em parceria com a SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca). Os proprietários de embarcações e pescadores estão sendo convocados a fornecer informações sobre suas embarcações e os pescadores sobre a pesca e a

produção às colônias e associações locais. Simultaneamente, a BAHIAPESCA está elaborando a edição 2005 do documento Estatística da Frota Pesqueira (Estatpesca), que sistematiza os dados sobre produção de pescado.

#### II.5.3.6.5.3 - Municipais

Todos os municípios brasileiros estão sendo submetidos ao cadastramento de pessoal e de embarcações, através da iniciativa da SEAP e IBAMA-BA e com apoio da Fundação PROGEE. O levantamento, apesar de ainda conter falha, é considerada por especialistas um primeiro passo para um diagnóstico completo da situação da pesca no Brasil.

Segundo informação da BAHIAPESCA, o município de Ilhéus tem projeto de instalar um terminal pesqueiro com deck de encoste, abastecimento, fábrica de gelo, água tratada, salão de recepção para lavagem, câmara de estocagem e caminhão. O custo estimado para o terminal é de cinco milhões de reais. Existem também planos para implantação de indústria de beneficiamento de pescado no Distrito Industrial de Ilhéus.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ilhéus desenvolve ações de fiscalização e licenciamento ambiental. O Plano Plurianual da secretaria foi elaborado em 2005 e prevê os seguintes programas: Projeto Habitat Brasil, que consiste na remoção de residências no mangue e investimentos no setor imobiliário em outras áreas, que também engloba programa de educação ambiental com as famílias, e o Programa Peixe-Boi, executado pelo Maramata. A secretaria também desenvolve projetos ligados ao gerenciamento costeiro com a ONG IESB.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Cruz de Cabralia, em parceria com o IBAMA, está mapeando a pesca de lagosta no município, embasada no Termo de Compromisso de Reajuste de Comportamento estabelecido após a ocorrência da audiência pública para discutir a pesca da lagosta e seus efeitos. A secretaria também faz fiscalização diária nas praias locais e desenvolver programas de orientação e educação ambiental.

#### II.5.3.6.6 - Planos e Programas Relacionados ao Turismo

##### II.5.3.6.6.1 - Federais

É relevante citar o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), de iniciativa federal, concebido para promover o fortalecimento do turismo nas regiões brasileiras, em uma ação coordenada entre as organizações federais, estaduais e municipais, encorajando o desenvolvimento, a preservação e a restauração do meio ambiente.

#### II.5.3.6.6.2 - Estaduais

A Secretaria de Cultura e Turismo, através da Bahiatursa, órgão oficial do turismo do estado da Bahia, desenvolve três programas na área turística: o Bahia Qualitur, Fidelidade Bahia e o Programa de Capacitação de Agentes de Viagens. O Bahia Qualitur é um selo de qualidade dos serviços turísticos cedido a empresas que atinjam o padrão de qualidade estabelecido pelo programa para o produto oferecido.

O Programa Fidelidade Bahia visa expandir a procura turística na Bahia, ampliando o conhecimento dos turistas acerca da Bahia, estimulando suas visitas, incrementando o retorno desses turistas ao estado e incentivando o consumo de outros produtos turísticos. O Programa consiste num Cartão Fidelidade Bahia, com o qual o cadastrado usufrui descontos, pacotes especiais e outras vantagens exclusivas em estabelecimentos comerciais, lojas e casas de cultura e lazer.

O objetivo do Programa de Capacitação de Agentes de Viagens é preparar os agentes e operadores a melhor vender os atrativos turísticos da Bahia e capacitá-los para o turismo receptivo.

#### II.5.3.6.6.3 - Municipais

A Secretaria Municipal de Turismo de Belmonte tem planos de implementar a pesca esportiva de robalo no município como atrativo turístico. A data preliminar para o primeiro campeonato de pesca é 1º de maio de 2006. No encerramento do campeonato, haverá um seminário para barganhar parceiros como as empresas Veracel e Coelba para criação de robalo em tanque. A secretaria também tem planos de estabelecer um plano de manejo do manguezal, acompanhando o ciclo do caranguejo, consorciado ao município de Canavieiras. A secretaria promove cursos de capacitação de recepção e camareira através do Programa Qualitur, do SENAC e Instituto de Qualidade.

O principal programa sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo de Ilhéus é o de ecoturismo nas regiões de Olivença, através da revitalização do balneário, Lagoa Encantada e Rio do Engenho.

Os guias de turismo do município de Santa Cruz de Cabrália têm formação em Educação Ambiental e o município está trabalhando para que, em breve, todos os guias sejam credenciados pelo IBAMA.

O município de Itacaré vem desenvolvendo programas em prol do desenvolvimento sustentável. Um desses programas é o Plano Itacaré 2015 – Diretrizes para o Desenvolvimento Turístico Sustentável, que visa a implementação de estratégias que visem o desenvolvimento sustentável regional. O Programa de Certificação em Turismo Sustentável é iniciativa do Instituto de Hospitalidade e visa aprimorar a competitividade entre as pequenas empresas de turismo da região. Em novembro de 2005, a empresa TOI - Tour Operators' Initiative for Sustainable Tourism Development, organização internacional composta de grandes operadoras de turismo com apoio da UNEP, da UNESCO e da Organização Mundial do Turismo, iniciou um projeto piloto para apoiar as empresas e a comunidade local, nas áreas econômica, ambiental e socio-cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município de Itacaré. A Secretaria Municipal de Turismo está em vias de elaboração do Programa Domingo na Praia, no qual visa promover atividades de lazer ao ar livre para a população itacareense e seus visitantes.

Ainda no município de Itacaré é desenvolvido o Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE), financiado pelo Fundo Brasileiro pela Biodiversidade, que criou o Pólo Ecoturístico de Itacaré, onde são promovidas ações como o Projeto Marambaia – Um sonho ecológico, realizado pela Universidade Estadual Santa Cruz - UESC, que atua na área do Assentamento Marambaia, localizado na APA Itacaré - Serra Grande. O Projeto trabalha na implementação de trilhas ecológicas e infra-estrutura de apoio comercial para o incremento à venda de plantas nativas, produtos artesanais e iguarias produzidas na comunidade. O Pólo Turístico de Itacaré também prevê ações em conjunto com a Associação pedagógica Dendê da Serra, de cunho filantrópico, que tem por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança e do adolescente através de ações educativas voltadas para a conservação do patrimônio natural e cultural da região.

#### **II.5.3.6.7 - Conclusão**

Conclui-se que os planos e programas governamentais supracitados não apresentam impedimentos para a atividade de perfuração no Bloco BM-J-2. No entanto, deve-se atentar para o fato de que empreendimentos petrolíferos de toda natureza podem vir a causar impactos na sua área de inserção, o que justifica o processo de licenciamento ambiental exigido para implantação dos mesmos. Portanto, recomenda-se que sejam efetuados contatos e, quando possível, parcerias com instituições político-administrativas atuantes na região, especialmente na Área de Influência Direta, no sentido de afinar a atividade com as intenções locais de desenvolvimento.

### II.5.3.7 - Dinâmica Populacional

A seguir serão apresentadas informações sobre a Área de Influência Indireta baseadas em dados secundários, fundamentalmente do Censo Demográfico e Perfil dos Municípios Brasileiros, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo PNUD, do DATASUS, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que disponibiliza estatísticas de todos os municípios do estado, e Censo Cultural da Bahia. Esses dados foram complementados por informações fornecidas pelas Prefeituras Municipais, em visitas realizadas na região de estudo em outubro de 2005.

Primeiramente serão demonstrados dados de demografia, distribuição e mapeamento da população, bem como a localização dos principais assentamentos humanos, complementados por dados acerca da migração regional incluindo os fluxos migratórios atuais e as causas da migração. As informações sobre migração foram baseadas no relatório da SEI, *Dinâmica Sociodemográfica da Bahia 1980-2000*.

Após o subitem sobre a Infra-Estrutura Regional - que relacionará dados dos sistemas de saúde, transporte, comunicação, energia elétrica, segurança pública, meio ambiente e saneamento básico - será apresentada a estrutura produtiva regional, com dados sobre emprego, economia e principais atividades exercidas pela população local. Por fim, será caracterizado o sistema de ensino público e privado incluindo dados como índice de alfabetização, cursos profissionalizantes oferecidos na área de estudo e iniciativas de educação ambiental.

A Área de Influência Indireta da atividade compreende 17 municípios do Estado da Bahia situados na mesorregião Sul Baiana.

#### II.5.3.7.1 - Aspectos Demográficos

A população dos 17 municípios da área de influência indireta da atividade de perfuração no Bloco BM-J-2, que abrangem uma área de 23.473 quilômetros quadrados, somava-se, em 2000, a 708.176 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 31,8 habitantes por quilômetro quadrado, conforme indica o **Quadro II.5.3-II**. Os municípios que compõe a maior parte da população da AII são Ilhéus (31,4%) - que também possui a maior concentração de habitantes por quilômetro quadrado (120,7) -, e Porto Seguro (13,5%).

**Quadro II.5.3-11 - População total e densidade demográfica**

Município	População	% pop. sobre o total da All	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica
Alcobaça	20.900	3,0	1.475	14,2
Belmonte	20.032	2,8	2.010	10,0
Cairu	11.410	1,6	451	25,3
Camamu	33.661	4,8	885	38,0
Canavieiras	35.322	5,0	1.376	25,7
Caravelas	20.103	2,8	2.393	8,4
Igrapiúna	14.960	2,1	508	29,4
Ilhéus	222.127	31,4	1.841	120,7
Itacaré	18.120	2,6	730	24,8
Ituberá	24.133	3,4	423	57,0
Maraú	18.366	2,6	774	23,7
Nilo Peçanha	11.213	1,6	385	29,1
Porto Seguro	95.721	13,5	2.408	39,7
Prado	26.498	3,7	1.665	15,9
Santa Cruz Cabrália	23.888	3,4	1.551	15,4
Una	31.261	4,4	1.159	27,0
Uruçuca	20.323	2,9	338	60,1
All Total	708.176	100,0	23.473	31,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

#### II.5.3.7.1.1 - Taxas de Urbanização

A taxa de urbanização mede o percentual da população que vive em áreas urbanas em relação com o total da população. Entre os anos de 1991 e 2000, houve uma expansão urbana significativa nos municípios da área de influência indireta, considerando que a taxa de urbanização média da All cresceu de 0,37 a 0,53, ou seja, mais que a metade da população na região sob estudo vivia em área urbana, no último ano censitário. No entanto, alguns municípios como Alcobaça, Camamu, Igrapiúna, Itacaré, Maraú e Nilo Peçanha apresentaram taxas de urbanização abaixo de 0,50, significando que a maior parte da população nesses municípios situava-se em áreas rurais, como mostra o **Quadro II.5.3-12**.

**Quadro II.5.3-12 - Taxa de urbanização**

Município	População 1991			População 2000		
	Total	Urbana	Taxa Urb.	Total	Urbana	Taxa Urb.
Alcobaça	15.410	5.464	0,35	20.900	7.446	0,36
Belmonte	22.070	10.860	0,49	20.032	10.806	0,54
Cairu	15.217	5.597	0,37	11.410	6.981	0,61
Camamu	32.850	8.125	0,25	33.661	12.107	0,36
Canavieiras	33.019	20.658	0,63	35.322	26.343	0,75
Caravelas	19.763	8.932	0,45	20.103	10.332	0,51
Igrapiúna	12.695	966	0,08	14.960	2.377	0,16
Ilhéus	223.750	144.232	0,64	222.127	162.125	0,73
Itacaré	18.431	4.275	0,23	18.120	7.951	0,44
Ituberá	20.553	11.806	0,57	24.133	15.910	0,66
Maraú	17.496	2.651	0,15	18.366	2.849	0,16
Nilo Peçanha	12.290	1.980	0,16	11.213	2.495	0,22
Porto Seguro	34.661	23.315	0,67	95.721	79.619	0,83
Prado	22.632	9.655	0,43	26.498	14.169	0,53
Santa Cruz Cabralia	6.535	3.197	0,49	23.888	13.527	0,57
Una	23.757	5.347	0,23	31.261	15.274	0,49
Uruçuca	30.763	9.040	0,29	20.323	14.158	0,70
All Total	605.068	290.284	0,37	708.176	447.790	0,53

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000

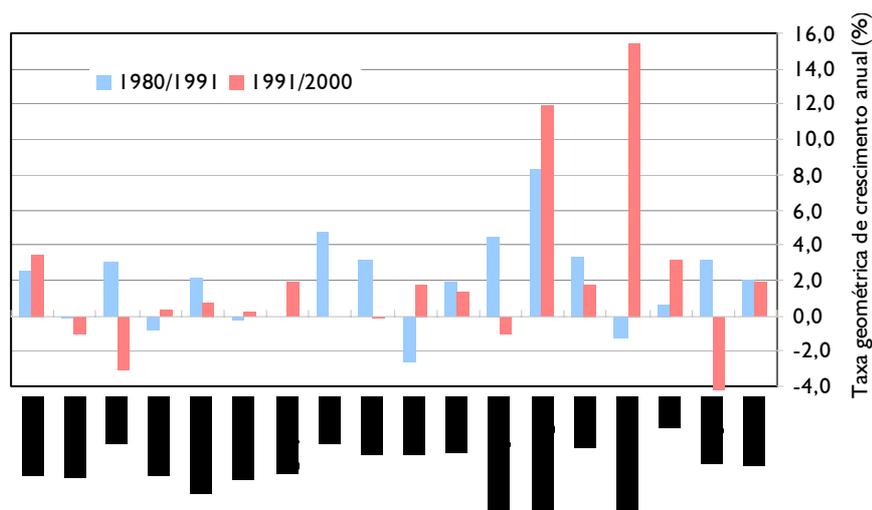
#### II.5.3.7.1.2 - Crescimento Populacional

A taxa média geométrica de crescimento anual dos municípios da área de influência indireta aponta para um crescimento populacional estável, de 2,0%, entre os anos de 1980 e 2000. Porém, a situação variou dentre os municípios, como se pode ver no **Quadro II.5.3-13**. Nota-se que Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia destoaram dos demais municípios nesse dado, visto que tiveram crescimento acima de 10% somente no intervalo entre 1991 e 2000. Já os municípios de Cairu e Uruçuca apresentaram um decréscimo populacional significativo de mais de três por cento neste mesmo período, como mostra o **Quadro II.5.3-13**.

**Quadro II.5.3-13 - Crescimento populacional**

Município	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
	1980/1991	1991/2000
Alcobaça	2,6	3,4
Belmonte	-0,2	-1,1
Cairu	3,0	-3,1
Camamu	-0,9	0,3
Canavieiras	2,1	0,8
Caravelas	-0,3	0,2
Igrapiúna	n/d	1,8
Ilhéus	4,7	-0,1
Itacaré	3,1	-0,2
Ituberá	-2,6	1,8
Maraú	1,9	1,3
Nilo Peçanha	4,4	-1,0
Porto Seguro	8,3	12,0
Prado	3,4	1,8
Santa Cruz Cabrália	-1,3	15,5
Una	0,7	3,1
Uruçuca	3,1	-4,5
All Total	2,0	2,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000



**Figura II.5.3-23 - Taxa de crescimento anual (intervalos 1980/1991 e 1991/2000)**

O **Quadro II.5.3-14**, a seguir, retirado da publicação “Dinâmica Demográfica da Bahia: 1980-2000 Vol. I”, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, mostra o ranking dos municípios que cresceram acima de 4% ao ano entre 1991 e 2000. Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro figuraram nos dois primeiros lugares.

**Quadro II.5.3-14 - População e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual dos Municípios com Taxas Superiores a 4% ao Ano, Por Ordem Decrescente Bahia, 1991-2000**

Região Econômica	Municípios	População		Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)
		1991	2000	
Extremo Sul	Santa Cruz Cabrália	6.535	23.888	15,49
Extremo Sul	Porto Seguro	34.661	95.721	11,95
Sudoeste	Mirante	8.189	13.666	5,86
Chapada Diamantina	Érico Cardoso	7.307	12.160	5,82
Chapada Diamantina	Ibicoara	8.726	14.453	5,77
Sudoeste	Barra do Choça	24.844	40.818	5,67
RMS	Lauro de Freitas	69.270	113.543	5,64
Sudoeste	Caatiba	9.707	15.508	5,34
Extremo Sul	Mucuri	17.606	28.062	5,32
Serra Geral	Piripá	10.416	16.128	4,98
Sudoeste	Encruzilhada	21.362	32.924	4,92
Sudoeste	Boa Nova	13.505	20.544	4,77
Serra Geral	Guajeru	8.534	12.836	4,64
Nordeste	Rodelas	4.298	6.260	4,27
RMS	Dias D'Ávila	31.260	45.333	4,22
Oeste	Barreiras	92.640	131.849	4
RMS	Camaçari	113.639	161.727	4
Total		482.499	785.420	5,56

Fonte: SEI, 2003 – Dinâmica Sociodemográfica da Bahia (1980/2000)

#### II.5.3.7.1.3 - Distribuição da População por Sexo

A distribuição da população segundo sexo é indicativa do mercado de trabalho regional. Normalmente, municípios com a população masculina mais elevada são aqueles que atraem mão-de-obra especificamente masculina, seja no setor industrial ou agropecuário. A maior concentração da população masculina em quase a totalidade dos municípios da All – com exceção somente de Ilhéus - comprova a tendência do mercado de trabalho regional. Os municípios com a maior concentração masculina em 2000 foram Igrapiúna, Itacaré, Maraú e Una, onde estes representavam 53% da população total, como pode-se observar no **Quadro II.5.3-15**.

**Quadro II.5.3-15 - Distribuição da população por sexo**

Município	População 2000			%	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alcobaça	20.900	10.677	10.223	51,1	48,9
Belmonte	20.032	10.172	9.860	50,8	49,2
Cairu	11.410	5.873	5.537	51,5	48,5
Camamu	33.661	17.452	16.209	51,8	48,2
Canavieiras	35.322	17.947	17.375	50,8	49,2
Caravelas	20.103	10.228	9.875	50,9	49,1
Igrapiúna	14.960	7.927	7.033	53,0	47,0
Ilhéus	222.127	110.445	111.682	49,7	50,3
Itacaré	18.120	9.614	8.506	53,1	46,9
Ituberá	24.133	12.226	11.907	50,7	49,3
Maraú	18.366	9.720	8.646	53,2	46,8
Nilo Peçanha	11.213	5.873	5.340	52,4	47,6
Porto Seguro	95.721	48.704	47.017	50,9	49,1
Prado	26.498	13.588	12.910	51,3	48,7
Santa Cruz Cabralia	23.888	12.541	11.347	52,5	47,5
Una	31.261	16.597	14.664	53,1	46,9
Uruçuca	20.323	10.351	9.972	50,9	49,1
All Total	708.176	360.535	347.641	50,9	49,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

#### II.5.3.7.1.4 - População por Faixa Etária e Razão de Dependência

Para a análise da estrutura da população foram estabelecidas três faixas etárias: a população de 0 a 14 anos, a de 15 a 64 anos e a de 65 anos e mais, visando identificar características e tendências de rejuvenescimento ou envelhecimento da população. Nos municípios em estudo, a população entre 0 e 14 anos totalizava 35% da população da região em estudo, entre 15 a 64 anos totalizava 60% e os 5% restantes representavam a população de 65 ou mais anos, como se observa no **Quadro II.5.3-16**, o que indica que a região como um todo é de estrutura jovem.

**Quadro II.5.3-16 - População por faixa etária**

Município	População 2000			
	0 a 14	15 a 64	65 e +	Total
Alcobaça	7.665	12.141	1.094	20.900
Belmonte	7.286	11.443	1.303	20.032
Cairu	3.954	6.945	511	11.410
Camamu	13.558	18.496	1.607	33.661
Canavieiras	11.672	21.287	2.363	35.322
Caravelas	7.101	11.750	1.252	20.103
Igrapiúna	6.196	8.214	550	14.960
Ilhéus	70.327	140.711	11.089	222.127

Município	População 2000			
	0 a 14	15 a 64	65 e +	Total
Itacaré	7.081	10.219	820	18.120
Ituberá	8.920	14.078	1.135	24.133
Maraú	6.918	10.643	805	18.366
Nilo Peçanha	4.184	6.429	600	11.213
Porto Seguro	34.060	59.401	2.260	95.721
Prado	10.019	15.274	1.205	26.498
Santa Cruz Cabralia	8.723	14.485	680	23.888
Una	11.287	18.677	1.297	31.261
Uruçuca	6.824	12.264	1.235	20.323
All Total	247.777	427.851	32.548	708.176

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

O indicador Razão de Dependência é uma forma de avaliar a relação entre as faixas etárias economicamente ativas (PIA) e a população economicamente dependente, a fim de que se possa fazer uma avaliação da situação social de dependência. Este indicador é obtido através do peso da população considerada inativa (de 0 a 14 e de 65 ou mais anos) sobre a população potencialmente ativa (de 15 a 64 anos). Assim, quanto mais elevada a Razão de Dependência, maior é a presença de jovens e idosos na população, e, em consequência, maior é a proporção de dependentes a serem sustentados pelos segmentos produtivos da população. Cabe estar atento para o fato de que a razão de dependência faz uso apenas de variáveis demográficas, não levando em consideração variáveis sociais e econômicas, como o desemprego.

**Quadro II.5.3-17 - Razão de Dependência**

Municípios	Razão de Dependência %
Alcobaça	72,1
Belmonte	75,1
Cairu	64,3
Camamu	82,0
Canavieiras	65,9
Caravelas	71,1
Igrapiúna	82,1
Ilhéus	57,9
Itacaré	77,3
Ituberá	71,4
Maraú	72,6
Nilo Peçanha	74,4
Porto Seguro	61,1
Prado	73,5
Santa Cruz Cabralia	64,9
Una	67,4
Uruçuca	65,7
All Total	65,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

No Brasil, em 2000, a Razão de Dependência era de 65,4 decrescendo nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste e crescendo significativamente nas regiões Norte e Nordeste, onde se encontrava em patamares superiores a 80. Nota-se que neste mesmo ano a Razão de Dependência (**Quadro II.5.3-17**) total da All figurou na média brasileira (65,5%). No entanto, ao analisarmos os municípios separadamente, nota-se números elevados como os dos municípios de Camamu (82,0%) e Igrapiúna (82,1%). Já Ilhéus (57,9%) apresentou Razão de Dependência abaixo da média nacional para aquele ano.

#### II.5.3.7.1.5 - Indicadores Demográficos Básicos

Para uma melhor compreensão da dinâmica demográfica da All são apresentados a seguir três indicadores básicos que determinam não só o crescimento demográfico e a composição da população por faixa etária, como também se constituem em importantes indicadores de qualidade de vida.

#### II.5.3.7.1.6 - Mortalidade Infantil (Baixa, Média, Alta)

A taxa de mortalidade infantil representa a relação entre o número de crianças que morrem entre 0 e 1 ano de idade incompletos, sobre o total de crianças nascidas vivas. A taxa normalmente se expressa pelo número de mortos por 1000 nascidos vivos. Segundo o IBGE, “altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, condições de vida e desenvolvimento socioeconômico”, e são classificadas em altas, (acima de 50%), médias (entre 20% e 49%) e baixas (menos de 20%). Considerando os dados do **Quadro II.5.3-18**, nota-se que a taxa média de mortalidade infantil na All em estudo é média, de 48 crianças por mil nascidas vivas.

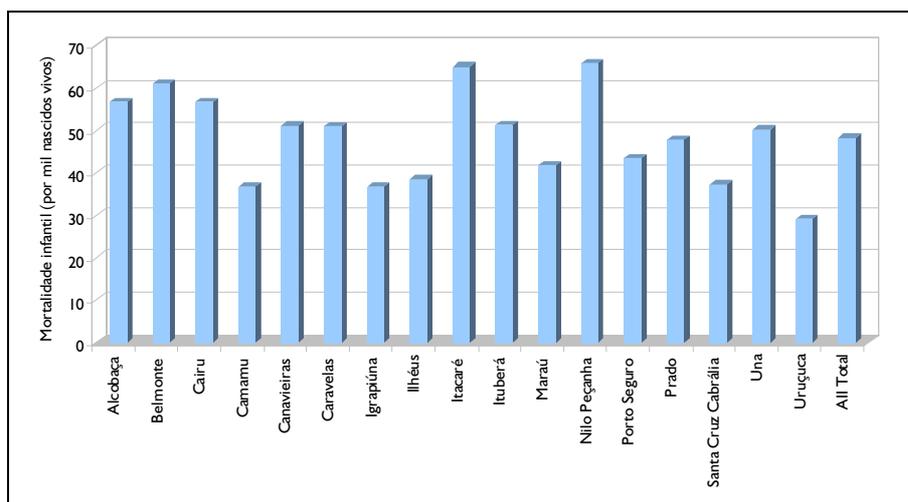
**Quadro II.5.3-18 - Mortalidade infantil (/1000)**

Município	Mortalidade infantil
Alcobaça	57
Belmonte	61
Cairu	57
Camamu	37
Canavieiras	51
Caravelas	51
Igrapiúna	37
Ilhéus	39
Itacaré	65
Ituberá	51

Município	Mortalidade infantil
Maraú	42
Nilo Peçanha	66
Porto Seguro	43
Prado	48
Santa Cruz Cabrália	37
Una	50
Uruçuca	29
All Total	48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

A taxa de mortalidade infantil nos municípios de Belmonte, Itacaré e Nilo Peçanha, acima de 60, são consideradas altas. Já o município de Uruçuca, onde essa taxa figurou em 29 crianças mortas por nascidas vivas, foi o que apresentou melhores dados acerca deste indicador, como ilustra a **Figura II.5.3-24**.



**Figura II.5.3-24 - Mortalidade infantil**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

#### II.5.3.7.1.7 - Esperança de Vida

Este indicador corresponde ao número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento e também está relacionado às condições socioeconômicas da população. A média de esperança de vida ao nascer na área de influência (All Total) foi 63,8 anos em 2000. Os municípios que obtiveram índices mais baixos na área em estudo foram Itacaré e Nilo Peçanha, sendo que a média de anos de vida para ambos foi 59 anos, como mostra o **Quadro II.5.3-19**.

**Quadro II.5.3-19 - Esperança de Vida**

Município	Esperança de Vida
Alcobaça	61,1
Belmonte	60,1
Cairu	66,7
Camamu	66,7
Canavieiras	62,6
Caravelas	62,6
Igrapiúna	66,7
Ilhéus	66,1
Itacaré	59,2
Ituberá	62,7
Maraú	65,1
Nilo Peçanha	59,2
Porto Seguro	64,7
Prado	63,5
Santa Cruz Cabrália	66,5
Una	62,8
Uruçuca	69,2
All Total	63,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

#### II.5.3.7.1.8 - Taxa de Fecundidade

Esse indicador expressa, em média, o número de filhos que uma mulher teria durante sua vida fértil. O **Quadro II.5.3-20** mostra que esse indicador apresentou uma queda significativa em todos os municípios em estudo no período intra-censitário, o que aponta para possíveis melhorias nas condições de vida, educação e de informação na população. A taxa de fecundidade média na área de influência em estudo caiu quase 30% neste período, situando-se em 3,2 em 2000. Os municípios da área de influência indireta com as menores taxas de fecundidade neste mesmo ano foram Belmonte (2,5), Ilhéus (2,2), Una (2,4) e Uruçuca (2,5).

**Quadro II.5.3-20 - Taxa de fecundidade**

Município	Taxa de fecundidade	
	1991	2000
Alcobaça	3,8	3,3
Belmonte	4,6	2,5
Cairu	3,5	3,2
Camamu	5,7	4,0
Canavieiras	4,3	2,8
Caravelas	3,6	3,1
Igrapiúna	5,7	4,1
Ilhéus	3,7	2,2

Município	Taxa de fecundidade	
	1991	2000
Itacaré	5,7	3,5
Ituberá	4,2	3,4
Maraú	5,1	4,0
Nilo Peçanha	5,1	3,6
Porto Seguro	4,2	3,2
Prado	4,6	3,5
Santa Cruz Cabrália	4,1	3,1
Una	5,6	2,4
Uruçuca	4,3	2,5
All Total	4,5	3,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

### II.5.3.7.2 - Mapeamento da População

Nota-se pela **Figura II.5.3-25** mostrada abaixo que, na região em estudo, a população se concentrava, em 2000, data do último Censo Demográfico, nos municípios de Ituberá, Camamu, Uruçuca, Ilhéus e Porto Seguro, municípios com densidade demográfica de 60 a 120 habitantes por quilômetro quadrado. Os municípios menos populosos eram Belmonte e Caravelas, que possuíam apenas de 1 a 10 habitantes por quilômetro quadrado.

Na seção de mapas é apresentado o conjunto 2263-000-EIA-DE-001 – Mapa de Turismo, Acessos e Ocupação, as principais localidades, áreas urbanas que configuram os principais assentamentos humanos ao longo da costa.

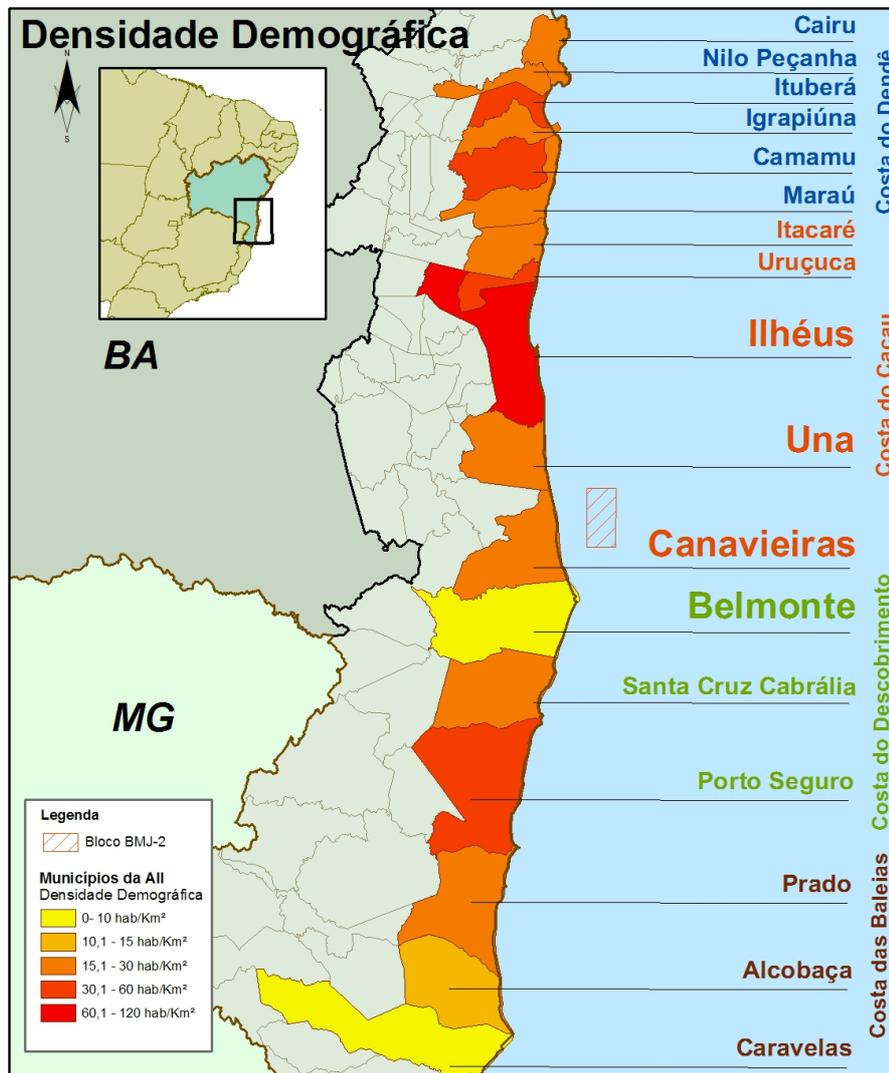


Figura II.5.3-25 - Mapa de Densidade Demográfica

## II.5.3.8 - Fluxos Migratórios Atuais

### II.5.3.8.1 - Imigração e Emigração

O estado da Bahia vivenciou movimentos de emigração significativos desde as primeiras décadas do século XX, porém não há registro de estudos formais com tais estatísticas. Nas décadas entre 1940/80, estima-se que mais de um milhão e meio de pessoas deixaram o estado para residir em outras unidades da Federação, sendo que o maior movimento ocorreu ao longo da última década. Segundo Muricy, “a grande maioria desses emigrantes baianos se dirigia para o sudeste brasileiro, sobretudo São Paulo” (MURICY, 2003).

Ainda que tenha sido grande o número de emigrantes, a partir da década de 70 ocorreu uma forte imigração para o estado da Bahia constituída tanto de pessoas naturais da Bahia como de pessoas naturais de outros estados brasileiros. Um dado notável é que, em 1980, foram recenseadas 480 mil pessoas não naturais do Estado, ou seja 5% da população residente naquele ano (MURICY. 2003). A principal origem dos imigrantes na Bahia era o próprio nordeste, destacando-se os naturais do estado de Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Ceará. Os imigrantes se dirigiram principalmente às áreas urbanas nas microrregiões Cacaueira e Extremo Sul, no que tange a área de estudo do bloco BM-J-2.

O **Quadro II.5.1-22** mostra a evolução das populações municipais entre os anos de 1980 e 2000, conforme classificação do SEI. Os municípios de Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Alcobaça e Una apresentaram taxa de imigração líquida entre 1991 e 2000. Já os municípios de Igrapiúna, Ituberá e Prado apresentaram taxas de crescimento geométrico anual de 1% a 2% ao ano no período entre 1991 e 2000, o que significa que esses municípios não sofreram ganhas ou perdas migratórias significativas. Os municípios de Caravelas, Canavieiras, Maraú e Camamu declinaram seus ritmos de crescimento entre 1991 e 2000, crescendo por emigração líquida. Os municípios de Ilhéus, Itacaré, Nilo Peçanha, Cairú e Uruçuca e Belmonte apresentaram perdas absolutas de população nesse mesmo intervalo.

**Quadro II.5.3-21 - Evolução das populações municipais (1980-2000)**

Sugestivo de imigração líquida	Santa Cruz de Cabrália
	Porto Seguro
	Una
	Alcobaça
Sem perdas ou ganhos migratórios líquidos significativos	Ituberá
	Igrapiúna
	Prado
Sugestivo de emigração líquida	Caravelas
	Canavieiras
	Maraú
	Camamu
Emigração líquida com perdas absolutas de população	Belmonte
	Ilhéus
	Itacaré
	Nilo Peçanha
	Cairú
	Uruçuca

Fonte: SEI, Dinâmica Demográfica da Bahia 1980-2000, Vol. II

### **II.5.3.8.2 - Causas da Migração**

As principais causas dos movimentos migratórios na região em estudo seguem as tendências do país como um todo. A partir dos anos trinta, as migrações internas se deram em duas vertentes: para fronteiras agrícolas e para o sudeste. Mais especificamente nos municípios da área de influência, a economia cacaueteira foi responsável pela atração de imigrantes para municípios como Ilhéus e Belmonte. Já o movimento em rumo ao sudeste se deu através do êxodo rural, em deslocamentos compulsórios para as cidades, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra. Esse segundo fator de migração acabou por inflar as áreas urbanas do sudeste causando, progressivamente, a degradação da vida na cidade, com o aumento da violência, diminuição da oferta de emprego, poluição e condições precárias de saneamento. Foi por essa razão que a tendência de migração para as cidades passou a ser “polinucleada” ou seja, aglomerados urbanos passaram a surgir nas regiões predominantemente rurais.

Recentemente, avaliações da mobilidade humana no Brasil têm apontado para o crescimento das migrações intra-regionais, ou de curta distância, de fluxo urbano-urbano e intra-metropolitanos. A migração entre cidades ou municípios das regiões metropolitanas em geral ocorre em razão da busca de emprego e de melhor qualidade de vida.

Outra forma de migração corrente na área de estudo é a sazonal. Esse tipo de migração é protagonizado por proprietários, posseiros e arrendatários que vendem periodicamente a força de trabalho o que acaba por atrair desempregados a fim de completar suas rendas, mas prevenindo a migração definitiva. Neste tipo de migração, o trabalhador de um modo geral se desloca deixando a família no local de origem e retornam ao fim da temporada. Municípios agropecuários, industriais, ou que tenham suas economias baseadas na prestação de serviços, principalmente turísticos, têm esse tipo de característica migratória.

Nos casos específicos dos municípios de Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro, é possível notar também a imigração de estrangeiros. Esses municípios, cuja atividade principal é o turismo, têm atraído cada vez mais visitantes com capital de investimento local que passam a viver para administrar seus empreendimentos.

O principal problema da migração na região como a que tratamos neste estudo é a difícil absorção da mão-de-obra. Os migrantes no geral chegam com expectativas de conseguirem empregos e são obrigados a ocupar sub-empregos (ou empregos informais). Os sistemas de infra-estrutura tampouco contribuem para um bom recebimento dessa população, visto que esses, muitas vezes, já não são suficientes para a população local, como veremos a seguir.

## II.5.3.9 - Infra-estrutura

### II.5.3.9.1 - Sistema de Saúde

#### II.5.3.9.1.1 - Leitos Hospitalares

O número de leitos hospitalares por mil habitantes é um dos indicadores da capacidade do município absorver a demanda por serviços hospitalares. A média de leitos hospitalares por mil habitantes na área de influência sob estudo foi 1,6 e os municípios que apresentaram maiores números de leitos por mil habitantes foram Belmonte (4,3) e Caravelas (4,1), como mostra o **Quadro II.5.3-22**.

**Quadro II.5.3-22 - Leitos hospitalares**

Município	População estimada	Leitos/1000 Hab
Alcobaça	21.894	3,7
Belmonte	19.603	4,3
Cairu	10.609	-
Camamu	33.832	1,2
Canavieiras	35.807	2,0
Caravelas	20.361	4,1
Igrapiúna	15.437	-
Ilhéus	221.786	3,1
Itacaré	18.055	1,6
Ituberá	24.886	1,4
Maraú	18.549	-
Nilo Peçanha	10.986	-
Porto Seguro	108.568	1,2
Prado	27.311	1,7
Santa Cruz Cabrália	27.539	0,7
Una	32.840	1,6
Uruçuca	18.126	-
All Total	729.896	1,6

Fonte: IBGE, 2002

#### II.5.3.9.1.2 - Estabelecimentos de Saúde

Segundo o Anuário Estatístico de Saúde no Brasil, o indicador de estabelecimentos de saúde aponta o “número de estabelecimentos que prestam serviços de saúde com um mínimo de técnica apropriada, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, para atendimento

rotineiro à população, tais como: postos de saúde, centros de saúde, prontos-socorros, hospitais, unidades de complementação diagnóstica e terapêutica”. São caracterizados em três categorias, a saber: 1) com internação – quando possui um conjunto de elementos destinados à acomodação de pacientes internados para permanência por um período mínimo de 24 horas com acompanhamento médico; 2) sem internação – quando possui um conjunto de elementos que permite o atendimento de pessoas em regime de não-internação, como o atendimento ambulatorial ou de emergência/urgência; e 3) apoio à diagnose e terapia – quando realiza atividades que auxiliam a determinação do diagnóstico e/ou complementam o tratamento e a reabilitação de doentes (clínica radiológica, serviços de hemodiálise, etc.), tendo como responsável um profissional de nível superior.

**Quadro II.5.3-23 - Estabelecimentos de Saúde**

Município	Com internação	Sem internação	Serviços de diagnose e terapia	Total
Alcobaça	1	10	-	11
Belmonte	3	4	-	7
Cairu	-	8	-	8
Camamu	2	8	-	10
Canavieiras	2	3	2	7
Caravelas	1	8	-	9
Igrapiúna	-	7	-	7
Ilhéus	6	57	12	75
Itacaré	1	1	-	2
Ituberá	2	11	-	13
Maraú	-	10	-	10
Nilo Peçanha	-	5	-	5
Porto Seguro	3	19	5	27
Prado	1	6	1	8
Santa Cruz Cabrália	1	6	-	7
Una	1	4	-	5
Uruçuca	-	6	1	7
All Total	27	173	21	244

Fonte: IBGE, 2002

Nota-se, no **Quadro II.5.3-23**, que a área de influência indireta do Bloco BM-J-2 estava equipada com 27 estabelecimentos com serviço de internação, 196 sem serviço de internação, 21 estabelecimentos para diagnose e terapia. O município de Ilhéus se caracterizou como o melhor equipado para atendimento de saúde, contendo, em 2002, um total de 75

estabelecimentos. É importante lembrar que o número de estabelecimentos deve ser considerado em proporção a população total e que os municípios que não têm infra-estrutura de saúde adequada recorrem aos vizinhos para tais serviços.

### II.5.3.9.1.3 - Mortalidade

Os seguintes capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) foram considerados para esse estudo, por haverem apresentado os maiores números de óbitos, segundo dados de 2003: I – Algumas doenças infecciosas de parasitárias; II – Neoplasias; III – Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas; IX – Doenças do aparelho circulatório; X – Doenças do aparelho respiratório; XI – Doenças do aparelho digestivo; XVI – Algumas afecções originadas no período perinatal; e XX – Causas externas.

A maior causa de mortes na área de influência indireta em estudo são doenças do aparelho circulatório, que corresponderam a 19% dos óbitos, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. A segunda maior causa dos óbitos nessa região foram causas externas, que incluem acidentes de transporte, suicídios, homicídios - definidos como lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com intenção de matar, inclusive as intervenções legais - e causas de intenção indeterminada, como se pode observar no **Quadro II.5.3-24**.

**Quadro II.5.3-24 - Mortalidade**

Município	Cap. 1 – Infecciosas e parasitárias	Cap. 2 -Neoplasias	Cap. 4 - Endócrinas/nutricionais	Cap. 9 – Aparelho circulatório	Cap. 10 – Aparelho respiratório	Cap. 11 – Aparelho digestivo	Cap. 16 – Período perinatal	Cap. 18 - Sintomas e sinais anormais	Cap. 20 – Causas externas	Total
Alcobaça	1	6	6	5	3	1	3	36	8	75
Belmonte	9	2	7	25	10	6	1	10	14	86
Cairu	2	3	3	15	3	1	3	4	2	39
Camamu	5	5	3	19	10	3	9	41	12	111
Canavieiras	2	14	4	22	5	9	9	127	9	212
Caravelas	1	3	3	24	5	2	3	21	12	78
Igrapiúna	2	1	4	2	-	-	2	14	4	33
Ilhéus	53	116	74	256	61	51	55	279	145	1.165
Itacaré	5	4	6	12	1	1	3	10	4	48
Ituberá	3	7	8	27	9	3	11	36	7	117

Município	Cap. 1 – Infecções e parasitárias	Cap. 2 -Neoplasias	Cap. 4 - Endócrinas/nutricionais	Cap. 9 – Aparelho circulatório	Cap. 10 – Aparelho respiratório	Cap. 11 – Aparelho digestivo	Cap. 16 – Período perinatal	Cap. 18 - Sintomas e sinais anormais	Cap. 20 – Causas externas	Total
Maraú	3	3	3	10	3	-	5	21	1	53
Nilo Peçanha	5	5	2	10	1	1	4	15	5	50
Porto Seguro	30	32	22	55	27	16	41	63	77	384
Prado	8	2	5	15	4	4	9	49	24	124
Sta Cruz Cabralia	8	3	3	16	5	1	8	5	15	69
Una	5	5	7	8	3	4	11	53	12	113
Uruçuca	10	9	16	35	12	7	9	31	18	153
All Total	159	226	180	580	174	116	195	845	397	3.043

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, 2003

### II.5.3.9.2 - Transporte

#### II.5.3.9.2.1 - Sistema Viário

Existiam, em 2001, 30.440 veículos registrados na região em estudo entre automóveis, caminhonetas, ônibus e motos. Ilhéus concentrava, neste mesmo ano, 52% dos automóveis, 42% das caminhonetas, 41% dos caminhões e 43% dos ônibus da área de influência indireta do BM-J-2. O segundo município com maior concentração de veículos foi Porto Seguro, que, tinha 27% do total de veículos dessa região como mostra o **Quadro II.5.3-25**.

**Quadro II.5.3-25 - Veículos de transporte**

Municípios	Total	Automóvel	Camioneta	Caminhão	Ônibus	Moto	Outros(1)
Alcobaça	464	214	87	19	9	108	27
Belmonte	365	151	52	11	2	116	33
Cairu	43	23	6	4	-	7	3
Camamu	563	292	105	46	11	96	13
Canavieiras	947	392	180	44	9	286	36
Caravelas	489	258	92	13	27	83	16
Igrapiúna	200	59	30	17	5	89	-
Ilhéus	13.413	9.044	1.923	575	365	1.079	427
Itacaré	111	42	36	4	5	21	3
Ituberá	1.031	473	165	79	19	276	19
Maraú	38	22	4	5	-	7	-

Municípios	Total	Automóvel	Camioneta	Caminhão	Ônibus	Moto	Outros(I)
Nilo Peçanha	167	95	44	14	4	8	2
Porto Seguro	8.139	3.841	1.132	306	308	1.925	627
Prado	760	382	120	45	8	147	58
Santa Cruz Cabrália	1.020	502	143	47	14	214	100
Una	432	201	92	39	10	77	13
Uruçuca	523	280	120	60	2	54	7
All Total	30.440	17.243	4.577	1.419	843	4.845	1.513

Fonte: DETRAN, 2001

(I) Com menos de 1% de representatividade os tipos: reboque, tr. rodas, micro ônibus e triciclo foram incluídos em "outros".

O sistema viário da Área de Influência Indireta do Bloco BM-J-2 tem como eixo a rodovia federal BR-101. A BR-101 é uma rodovia longitudinal que liga o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte pelo litoral, nas direções sul e norte.

Um mapa rodoviário entre Ilhéus e Belmonte é apresentado na seção de mapas (**2263-00-EIA-DE-4001 - Mapa de Turismo, Acessos e Ocupação**). Os principais acessos entre estes municípios se dão pelas seguintes rodovias:

- BA-001 - trecho que liga Ituberá a Camamu, passando por Igrapiúna.
- BA-001 – trecho que liga Itacaré a Ilhéus pelo litoral.
- BA-001 – trecho que segue até Canavieiras, passando por Una.
- BR-101 e BA-275 - acesso a Belmonte e Santa Cruz de Cabrália.
- BA-262 – liga Ilhéus a BR-101
- BR-415 – ligas Ilhéus a Itabuna

Nos demais municípios da área de influência indireta destacam-se as seguintes rodovias:

- BA-885 - liga as sedes municipais de Nilo Peçanha e Ituberá pelo litoral.
- BA-650 serve como ligação entre a BA-001 e a BR-101.
- BA-270 - interliga a BA-001 e a BR-101.
- BR-267 – liga os municípios de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Tem ligação com a BR-101.
- BR-101 e BA-489 – acesso a Prado.
- BA-001- trecho que segue até Caravelas, passando por Alcobaça.

### II.5.3.9.2.2 - Sistema Aeroviário

O Aeroporto de Ilhéus (Aeroporto Jorge Amado), de administração da INFRAERO desde 1981, opera com onze vôos diários e é a principal porta de entrada para turistas que visitam o litoral sul baiano. Sua capacidade de passageiros por ano chegou a 230 mil em 2002. Em 2004 o aeroporto transportou cerca de 214 mil passageiros e 3,5 mi de carga.

O Aeroporto Internacional de Porto Seguro opera com vôos nacionais regulares de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. O aeroporto tem capacidade para receber aeronaves com porte de Boeing 767 ou Airbus A330.

A relação completa dos aeroportos e aeródromos situados na região em estudo encontra-se no **Quadro II.5.3-26**.

**Quadro II.5.3-26 - Aeroportos e aeródromos**

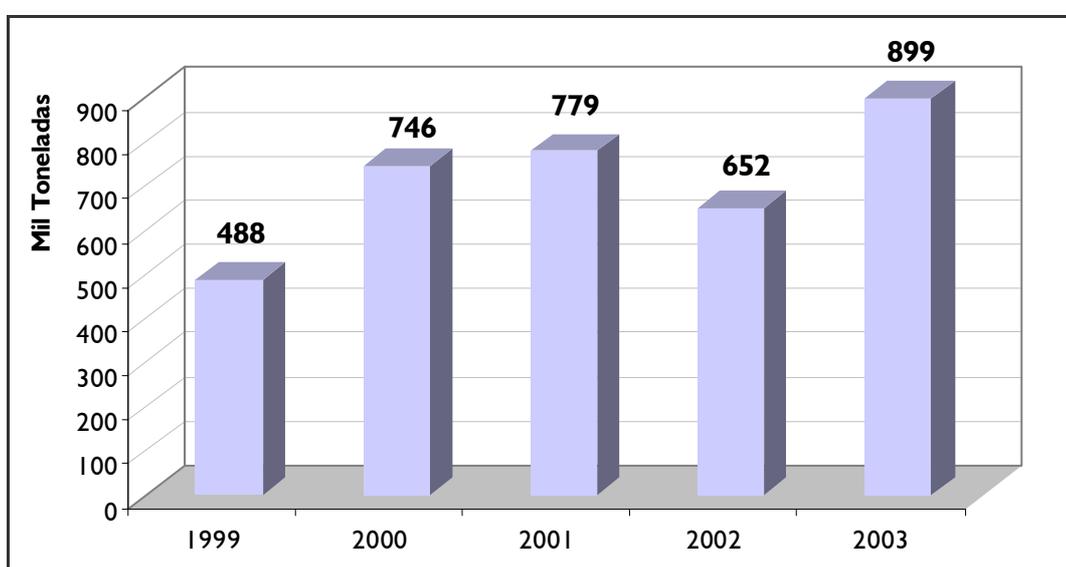
Município	Denominação do Aeródromo	Regime	Pista	
			Dimensões	Piso
Alcobaça	Fazenda Cana Brava	Privado	1.400 x 23m	Asfalto
Belmonte	Belmonte	Público	1.200 x 30m	Asfalto
Cairu	Lorenzo	Privado	570 x 18m	Gramma
	Morro de São Paulo	Privado	1.000 x 18m	Concreto
Canavieiras	Canavieiras	Público	1.340 x 30m	Asfalto
Caravelas	Caravelas	Público	1.530 x 50m	Asfalto
Ilhéus	Ilhéus/Jorge Amado	Público	1.575 x 45m	Asfalto
Porto Seguro	Outeiro das Brisas	Privado	950 x 20m	Terra
	Intern.Porto Seguro	Público	2.000x 45m	Asfalto
Prado	Prado	Público	1.200 x 30m	Asfalto
Sta C. Cabrália	Usina Santa Cruz	Privado	1.400 x 30m	Asfalto
Una	Hotel Transamérica	Privado	1.900 x 30m	Asfalto

### II.5.3.9.2.3 - Sistema Marítimo

O principal porto da região sul da Bahia é o Porto de Ilhéus, cais de uso público com profundidade de 10,00 m (32,80 pés), administrado pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e com movimentação em torno de um milhão de toneladas por ano. O porto trabalha com a exportação de soja, derivados de cacau, sementes de algodão e cargas em geral e com a importação de amêndoas do cacau, peças industrializadas e cargas em geral. O Porto também recebe navios de turismo de diversas partes do Brasil e do mundo.

O Porto de Ilhéus possui instalações de acostagem, armazenagem, incluindo armazéns e para carga geral e granéis sólidos e pátios para carga geral e contêineres. Possui dois terminais de uso privativo e exclusivo, explorados por arrendatários, um para derivados de petróleo (arrendado a empresa BRASILGAS) e outro para trigo a granel (arrendado a empresa Moinho de Ilhéus). Para maiores informações sobre o Porto de Ilhéus ver o **item II.3 – Descrição da Atividade** deste EIA, considerando que este será uma das bases de apoio para a atividade..

A **Figura II.5.3-26** demonstra a movimentação de carga no Porto de Ilhéus entre os anos de 1999 e 2003.



**Figura II.5.3-26 - Movimentação de carga no Porto de Ilhéus**

(Fonte: CODEBA, 2005)

### II.5.3.9.3 - Comunicação

#### II.5.3.9.3.1 - Telefonia

Os serviços de telefonia nos municípios da All são de responsabilidade da TELEBAHIA. Durante os levantamentos de campo foi possível observar que a cobertura por satélite dos serviços de telefonia celular na sedes dos municípios da All é satisfatória, porém o serviço não funciona bem na área rural ou nas estradas.

### II.5.3.9.3.2 - Correios e Telégrafos

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) presta serviços nas cidades da All através de agências próprias, franqueadas, postos de venda e caixas coletoras de correspondência, como indica o **Quadro II.5.3-27**, a seguir.

**Quadro II.5.3-27 - Serviço de correios e telégrafos**

Município	Total	Agência				Posto venda de selo	Caixa de coleta	Outros <sup>(2)</sup>
		Correio	Correio Franqueada	Correio Comunitário	Correio Satélite <sup>(1)</sup>			
Alcobaça	3	1	-	-	-	-	2	-
Belmonte	4	1	-	-	-	-	3	-
Cairu	4	1	-	-	-	-	1	2
Camamu	5	1	-	-	1	-	3	-
Canavieiras	3	1	-	-	-	-	2	-
Caravelas	4	1	-	-	2	-	1	-
Igrapiúna	1	1	-	-	-	-	-	-
Ilhéus	15	1	2	2	-	2	7	1
Itacaré	2	1	-	-	-	-	1	-
Ituberá	2	1	-	-	-	-	1	-
Maraú	2	1	-	-	-	-	1	-
Nilo Peçanha	2	1	-	-	-	-	1	-
Porto Seguro	27	1	1	-	3	1	21	-
Prado	3	1	-	1	-	-	1	-
Sta Cruz Cabrália	2	1	-	-	-	-	1	-
Una	3	1	-	1	-	-	1	-
Uruçuca	2	1	-	-	-	-	1	-
All Total	91	21	3	4	6	3	51	3

Fonte: ECT

(1) A partir de 1995, Agência de Correio Social passou a chamar-se Agência de Correio Satélite.

(2) Corresponde a outras unidades operacionais como: Centro de Tratamento de Encomendas, Centro de Tratamento de Cartas, Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas Centro Distribuição Domiciliar, Posto de Correio, Agência de Correio Comercial Tipo I.

### II.5.3.9.3.3 - Meios de Comunicação

Quanto às imagens de televisão, podem ser captadas, nos municípios da All, transmissões das redes Globo, Bandeirantes, SBT, Record, e Rede TV. Somente no município de Ilhéus há emissora local de televisão, A TV Sul Bahia. No **Quadro II.5.3-28** estão discriminados os veículos de comunicação – rádios, jornais, revistas, televisão e serviços de alto-falante - existentes nos municípios da área de influência.

**Quadro II.5.3-28 - Meios de comunicação**

Município	Rádio	Jornal	Revista	Televisão	Serviço de alto-falante
Alcobaça					Sonorização JB
Belmonte	Rádio Cultura				RR Produções
Cairu					Voz de Boipeba
Camamu					A Voz da Cidade RB Publicidade D.S Publicidade
Canavieiras	Rádio Atalaia	Jornal Tabu			Dance Music Publicidade Voz de Canavieiras Voz Globo Publicidade
Caravelas	Caravelas FM	Folha de Caravelas			
Ilhéus	Gabriela FM	Diário de Ilhéus	Vitrine	TV Sul Bahia	
	Rádio Baiana de Ilhéus	Folha do Litoral			
	Rádio Cultural de Ilhéus	Folha Verde			
	Rádio Santa Cruz	Jornal da UESC			
		Folha da Praia			
		Jornal Oficial do Município			
		Novo Tempo			
		O Marimbondo			
	Pauta				
	Tribuna Regional				
Itacaré	Rádio Itacaré FM				
Ituberá	Litoral FM	Opa do Patigi: O futuro começa aqui Baixo Sul em Ação Jornal Informativo No Caminho da Cidadania			RDA Publicidade e Promoções
Maraú		Boca da Barra			A Voz da Cidade
Porto Seguro	Porto FM	Jornal do Sol			ASL Publicidades
Prado	Prado FM				
Sta C. Cabrália		Costa do Descobrimento			
Una					Voz do Povo
Uruçuca	Rouxinol FM				Transa Som Divulgações e Publicidades

Fonte: Censo Cultural da Bahia, 1998

#### II.5.3.9.4 - Energia Elétrica

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) é a empresa responsável pela distribuição de energia dos municípios da Área de Influência Indireta. Observa-se, pelo **Quadro II.5.3-29**, que o consumo de energia elétrica residencial correspondeu, em 2001, a 31% do consumo total de energia elétrica nos municípios da área de influência indireta, seguido do industrial (26%) e do comercial (23%).

**Quadro II.5.3-29 - Consumo de energia elétrica (mWh)**

Municípios	Residencial	Industrial	Comércio	Serviços e Poderes Públicos	Rural	Próprio	Total
Alcobaça	3.802	524	1.668	1602	808	4	8.408
Belmonte	3.272	226	801	1894	459	13	6.665
Cairu	2.924	83	2.827	972	122	1	6.929
Camamu	3.286	1.836	946	1826	779	8	8.681
Canavieiras	5.826	839	1.871	2497	396	10	11.439
Caravelas	3.484	567	1.428	1442	1.275	-	8.196
Igrapiúna	397	-	-15	413	4	-	799
Ilhéus	50.914	69.437	28.785	36082	2.977	84	188.279
Itacaré	2.176	80	1.681	880	380	10	5.207
Ituberá	3.471	2.848	1.276	1474	784	387	10.240
Maraú	1.633	15	594	986	457	-	3.685
Nilo Peçanha	1.205	82	381	829	58	-	2.555
Porto Seguro	34.789	2.447	46.074	13980	2.191	306	99.787
Prado	5.606	1.307	3.209	2098	3.014	2	15.236
Santa Cruz Cabrália	5.353	105	3.554	2154	485	2	11.653
Una	2.406	171	8.470	1152	1.509	-	13.708
Uruçuca	3.802	44	645	1258	637	-	6.386
All Total	150.087	124.250	110.966	78.472	19.154	853	483.782

Fonte: COELBA, 2001

#### II.5.3.9.5 - Saneamento Básico

Para fins de análise do sistema de saneamento básico nos municípios da área de influência indireta, foram considerados dados do IBGE sobre abastecimento d'água, esgotamento sanitário e destino do lixo. O **Quadro II.5.3-30** expressa o percentual dos domicílios em condições adequadas de saneamento básico.

**Quadro II.5.3-30 - Saneamento Básico**

Município	Domicílios	% dom. c/ abastecimento de água adequado (1)	% dom. c/ Esgotamento sanitário adequado (2)	% dom. c/ destino do lixo adequado (3)
Alcobaça	4.862	48,0	21,0	86,8
Belmonte	5.091	31,0	1,8	79,0
Cairu	2.602	65,4	33,6	81,0
Camamu	7.389	35,2	24,5	46,0
Canavieiras	8.789	46,0	8,2	85,3
Caravelas	4.897	45,7	20,6	78,4
Igrapiúna	3.192	29,1	20,3	37,0
Ilhéus	54.031	57,3	58,0	80,9
Itacaré	4.177	33,0	19,8	44,9
Ituberá	5.589	44,2	32,3	58,3
Maraú	4.072	25,8	10,6	55,8
Nilo Peçanha	2.596	44,6	26,2	49,3
Porto Seguro	23.905	39,4	44,2	85,8
Prado	6.122	43,1	17,3	82,8
Santa Cruz Cabralia	5.758	50,1	37,7	89,2
Una	7.424	30,6	23,5	62,9
Uruçuca	5.101	55,0	61,3	79,3
All Total	170.280	41,8	26,9	71,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

(1) Abastecimento de água adequado = abastecimento de água por rede geral e com canalização interna (domicílios urbanos) + abastecimento

(2) Esgotamento sanitário adequado = esgotamento por rede geral ou pluvial ou fossa séptica (domicílios urbanos e rurais)

(3) Destino do lixo adequado = lixo coletado (domicílios urbanos) + lixo coletado, queimado ou enterrado (domicílios rurais)

Nota-se que na área em estudo, 42% dos domicílios têm abastecimento d'água adequado, ou seja, por rede geral e com canalização interna e sistema de abastecimento, 27% possui esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 72% tem destino do lixo adequado, que significa, coletado, nos domicílios urbanos, e coletado, queimado ou enterrado, nos domicílios rurais.

Os municípios que apresentaram melhores condições de abastecimento d'água foram Cairu (65%), Ilhéus (57%) e Uruçuca (55%), de esgotamento sanitário foram Ilhéus (58%) e Uruçuca (61%) e de destino do lixo Santa Cruz de Cabralia (89%), Alcobaça (86,8%), Porto Seguro (85,8%) e Canavieiras (85,3%). Já os municípios onde a estrutura de saneamento básico mostrou-se precária foram, para abastecimento d'água, Igrapiúna (29%) e Maraú (25%), para esgotamento sanitário, Belmonte (2%) e Canavieiras (8%), e para destino do lixo Igrapiúna (37%) e Itacaré (44%).

### II.5.3.9.6 - Segurança Pública

Todos os municípios da All dispõem de equipamentos de segurança pública compatíveis com o porte de suas populações e nível de desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, na All, os municípios de Ilhéus e Porto Seguro, em menor medida, dispõem de equipamentos de segurança pública que atendem não só a suas necessidades, como também a dos municípios de entorno.

Apresenta-se no **Quadro II.5.3-31**, os equipamentos de segurança dos municípios da All.

**Quadro II.5.3-31 - Equipamento de segurança pública**

Alcobaça	4ª Companhia do 13º BPM
	1º Pelotão da 3ª Companhia do 8º BPM
Belmonte	Destacamento policial militar do 4º Pelotão da 33ª CIPM
Cairu	Posto Policial Militar do 2º Pelotão da 33ª CIPM do 2º CPR
	Destacamento policial militar do 6º Pelotão da 33ª CIPM
Camamu	Destacamento de Polícia Militar do 5º Pelotão da 33ª CIPM
	Posto Policial Militar do 5º do 5º Pelotão da 33ª CIPM
	5º Pelotão da 2ª Companhia do 2º BPM
Canavieiras	3º Pelotão da 4ª Companhia do 13º BPM
Caravelas	5º Pelotão da 2ª Companhia do 2º BPM
	Posto Policial Militar do 5º Pel da 4ª Cia do 13º BPM do 2º CPR
	Destacamento policial militar do 5º Pelotão da 33ª CIPM
Igrapiúna	Destacamento de Polícia Militar do 4º Pelotão da 33ª CIPM
	Posto 3.1/1 DA 3ª Companhia do BPM
Ilhéus	5º Grupamento de Bombeiros Militar
	2º BPM de Ilhéus, do 2º CPR
	5º Cia PM do 2º BPM/Zona Norte, do 2º CPR
	1ª Companhia do 2º BPM, do 2º CPR
	2º Cia PM do 2º BPM/ Zona Sul do 2º CPR
	2º Batalhão da Polícia Militar, do 2º CPR
	6º Cia PM do 2º BPM/ Zona Oeste, do 2º CPR
	5ª Companhia do 2º BPM
	6ª Companhia do 2º BPM
	2ª Companhia do 2º BPM
	4º Pelotão da 6ª Companhia do 2º BPM
7ª COORPIN	
Delegacia da Polícia Federal	

Itacaré	4º pelotão da 5ª Cia PM do 2º BPM, do 2º CPR
	Destacamento policial militar do 5º Pelotão da 33ª CIPM
Ituberá	Destacamento de Polícia Militar do 4º Pelotão da 33ª CIPM
	Destacamento Policial Militar da 3ª Companhia do 2º BPM
Maraú	3º Pelotão da 6ª Companhia do 13º BPM do 2º CPR
Nilo Peçanha	Destacamento policial militar do 4º Pelotão da 33ª CIPM
	Posto Policial Militar do 4º Pelotão da 33ª CIPM do 2º CPR
	2º Pelotão da 6ª Companhia do 13º BPM
Porto Seguro	4ª Cia do 8º Batalhão de Polícia Militar do 2º CPR
	1º Pelotão da 5ª Companhia do 8º BPM
	Sede da 5ª Cia do 8º BPM do 2º CPR
	1ª Companhia do 8º BPM
Prado	6ª Companhia do 8º Batalhão
	1º Pelotão da 1ª Companhia do 8º BPM
	5º Pelotão da 1ª Cia do 8º BPM do 2º CPR
	1º Pelotão da 6ª Companhia do 8º BPM do 2º CPR
	2º Pelotão da 6ª Companhia do 8º BPM do 2º CPR
	3º Pelotão da 6ª Companhia do 8º BPM do 2º CPR
	4º Pelotão da 6ª Companhia do 8º BPM do 2º CPR
	8º BPM
	6º Grupamento de Bombeiro Militar
	2º Grupamento de Bombeiro Militar
	2º Pelotão da 5ª Companhia do 8º BPM
	4º Pelotão da 4ª Cia do 8º BPM do 2º CPR
	Sede do 8º BPM
	2º Pelotão da 4ª Cia do 8º BPM do 2º CPR
	4º Pelotão da 4ª Companhia Independente do 8º BBPM
	5º Pelotão da 4ª Cia do 8º BPM do 2º CPR
	2º Pelotão da 43ª CIPM
	Delegacia da Polícia Federal
	Posto Policial Militar do 2º Pelotão da 43ª CIPM do 2º CPR
	Posto Policial Militar de Comuruxativa do 2º Pel da 43ª CIPM do 2º CPR
Posto Policial Militar do 2º Pelotão da 43ª CIPM do 2º CPR	
2ª Companhia do 8º BPM	
Santa Cruz de Cabrália	Destacamento Policial Militar do 2º Cia 2ª Companhia do 2º BPM
Una	Destacamento Policial Militar do 4º Pelotão do 2º BPM
Uruçuca	DPM da 5ª Cia PM do 2º BPM, do 2º CPR

BPM - Batalhão de Polícia Militar

CPR - Comando de Policiamento Regional

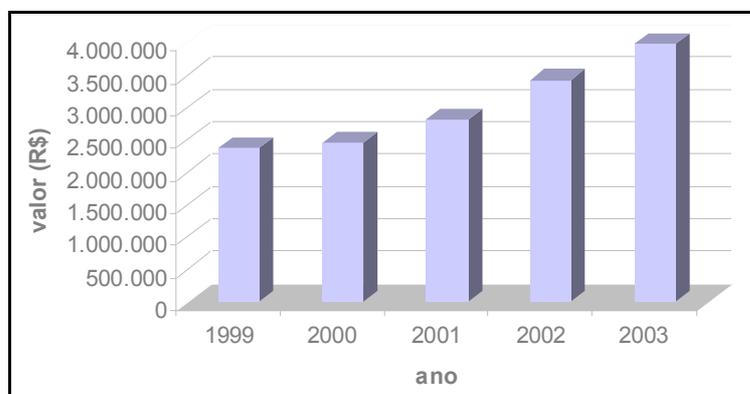
CIPM - Companhia Independente de Polícia Militar

Fonte: Polícia Militar da Bahia, 2004

## II.5.3.10 - Estrutura Produtiva

### II.5.3.10.1 - PIB

O indicador Produto Interno Bruto (PIB) representa a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas em uma determinada unidade geográfica. A **Figura II.5.3-27** mostra a evolução do PIB total dos municípios da área de influência indireta entre os anos de 1999 e 2003. Os números indicam que houve crescimento gradual na economia regional e que o maior crescimento do PIB, de 21%, se deu entre os anos de 2001 e 2002. Já entre os anos de 2002 e 2003, o crescimento se situou na faixa dos 17%, o que ainda assim aponta para um quadro econômico positivo.



**Figura II.5.3-27 - Evolução do PIB na AII**

O PIB é composto por três setores da economia: agropecuário, industrial e de serviços. No **Quadro II.5.3-32** constam os valores do PIB para cada setor econômico por município da área de influência indireta em estudo no ano de 2003. Vê-se que no município de Ilhéus o PIB industrial consistiu em cerca de 61% do PIB total. Já em Porto Seguro o PIB de serviços foi o mais representativo, representando por volta de 70% do PIB total. Nos municípios de Caravelas e Prado, o PIB agropecuário foi mais de 60% do PIB total.

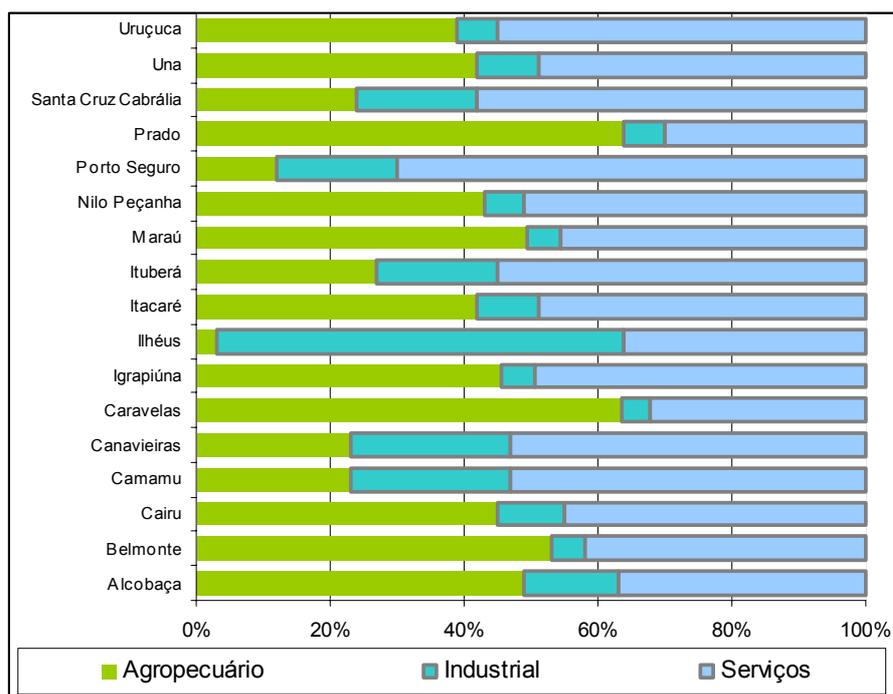
**Quadro II.5.3-32 - Estrutura do PIB**

Município	Agropecuário		Industrial		Serviços	
	Total	%	Total	%	Total	%
Alcobaça	45.103,19	49%	12.988,92	14%	34.296,48	37%
Belmonte	36.015,97	53%	3.343,73	5%	28.304,92	42%
Cairu	15.601,44	45%	3.437,77	10%	15.838,82	45%
Camamu	17.288,08	23%	17.925,02	24%	40.373,75	53%
Canavieiras	19.509,73	23%	19.771,97	24%	44.665,64	53%

Município	Agropecuário		Industrial		Serviços	
	Total	%	Total	%	Total	%
Caravelas	62.135,34	63%	4.129,92	4%	31.853,94	32%
Igrapiúna	13.679,81	45%	1.532,36	5%	14.889,60	49%
Ilhéus	46.482,13	3%	867.820,93	61%	513.912,49	36%
Itacaré	18.894,03	42%	4.186,06	9%	21.875,59	49%
Ituberá	16.583,03	27%	11.372,34	18%	34.131,85	55%
Maraú	21.613,87	49%	2.355,11	5%	19.791,84	45%
Nilo Peçanha	10.911,84	43%	1.588,58	6%	13.014,87	51%
Porto Seguro	37.264,49	12%	53.449,59	18%	212.743,45	70%
Prado	95.584,40	64%	9.325,73	6%	45.539,28	30%
Santa Cruz Cabralia	16.031,91	24%	11.966,54	18%	39.408,85	58%
Una	32.728,03	42%	7.133,77	9%	37.583,89	49%
Uruçuca	15.809,69	39%	2.373,78	6%	22.515,37	55%
All Total	614.907,34	17%	1.709.568,37	47%	1.342.538,58	37%

Fonte: IPEA, 2000

A distribuição do PIB nos municípios da All pode ser observada na **Figura II.5.3-28** a seguir.



**Figura II.5.3-28 – Distribuição do PIB nos municípios**

A **Figura II.5.3-29** mostra a estrutura do PIB da área de influência indireta. A maior parte do PIB desta região foi da atividade industrial (46%), seguido de serviços (37%) e agropecuária (17%).

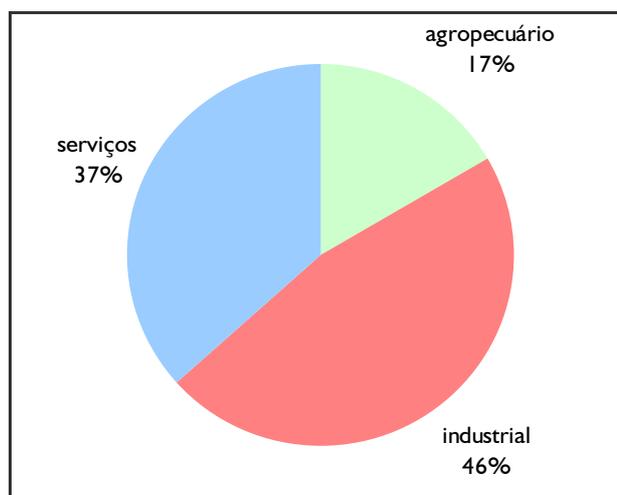


Figura II.5.3-29 - Estrutura do PIB da AII

### II.5.3.10.2 - Emprego Informal e Desocupação

A maior parte da população da área de influência indireta do Bloco BM-J-2 (uma média de 71%), possui empregos informais, ou seja, são empregados sem carteira assinada, trabalham por conta-própria, não são remunerados em ajuda a membro do domicílio ou são trabalhadores na produção para o próprio consumo, como mostra o **Quadro II.5.3-33**. Esse dado é notório principalmente nos municípios de Camamu e Nilo Peçanha, onde mais de 80% da população ativa encontra-se nessa situação.

Quadro II.5.3-33 - Emprego informal e desocupação

Município	Grau de Informalidade (1)	Taxa de desocupação % (2)
Alcobaça	79,44	13,28
Belmonte	63,35	22,55
Cairu	78,51	16,01
Camamu	81,04	11,55
Canavieiras	74,92	22,13
Caravelas	66,84	18,36
Igrapiúna	72,74	18,42
Ilhéus	57,68	22,44
Itacaré	77,10	9,16
Ituberá	75,23	12,59
Maraú	75,84	13,72
Nilo Peçanha	86,57	11,07
Porto Seguro	67,14	17,25

Município	Grau de Informalidade (1)	Taxa de desocupação % (2)
Prado	72,07	12,74
Santa Cruz Cabrália	75,23	15,65
Una	59,19	19,41
Uruçuca	55,72	28,97
All Total	70,68	16,41

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra

(1) (Empregados sem carteira assinada + Conta-própria + Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio + Trabalhador na produção para o próprio consumo) / Pessoas ocupadas x 100

(2) - (Desocupados / Pessoas economicamente ativas) x 100

A taxa de desocupação é a relação entre o número de pessoas desocupadas e as pessoas economicamente ativas. Consideram-se desocupadas aquelas pessoas que:

- Não possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- Não possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular;
- Que estejam procurando trabalho.

Na região em estudo, a taxa de desocupação em 2000 foi em média 16,41%. A **Figura II.5.3-30** demonstra que o município de Uruçuca obteve a maior taxa de desocupação (29%) entre os municípios da área de influência indireta. Os municípios de Belmonte, Canavieiras e Ilhéus também apresentaram taxas altas de desocupação, por volta dos 22%. O município de Itacaré apresentou a menor taxa de desocupação na região em estudo, de menos que 10%.

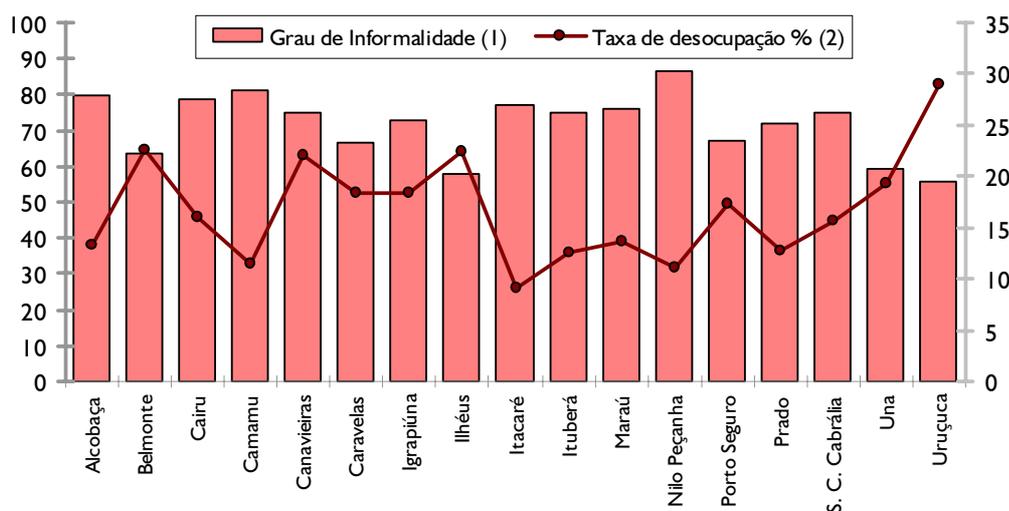
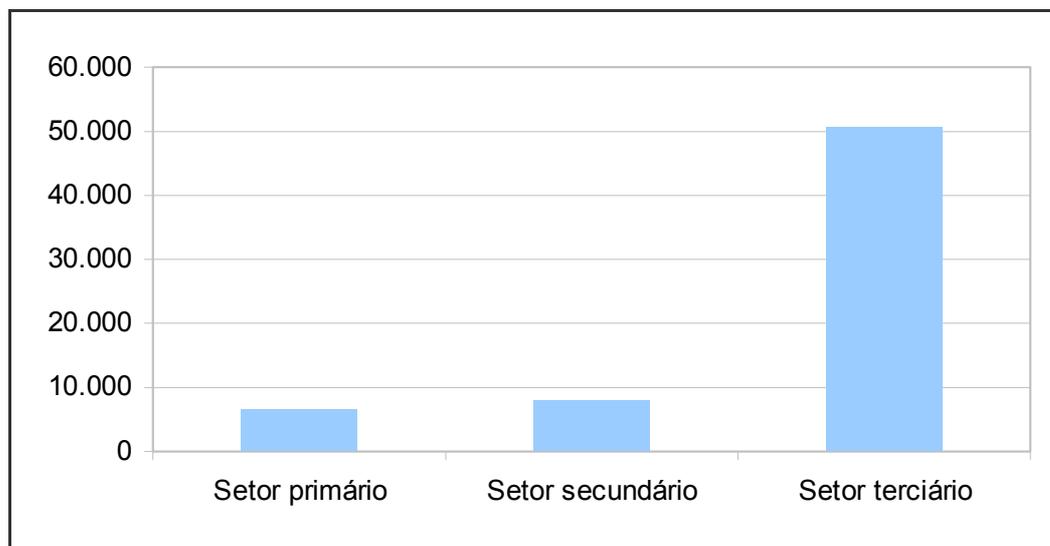


Figura II.5.3-30 - Taxa de desocupação

Fonte: IPEA, 2000

### II.5.3.10.3 - Emprego por Setor

O Cadastro Central de Empresas de 2003 classificou empresas por atividade em três setores: o primário, que abrange empresas na área agropecuária e de pesca, o setor secundário, que abrange empresas de atividade industrial e o setor terciário, de serviços. O pessoal ocupado nas empresas do setor terciário representaram 77% do total de pessoal ocupado na área de influência indireta, como mostra a **Figura II.5.3-31**. Outros 12% e 10% estavam ocupados nos setores secundário e terciário, respectivamente.



**Figura II.5.3-31 - Pessoal ocupado nas empresas na AII por setor**

Fonte: IPEA, 2000

Os municípios com o maior contingente de pessoas ocupadas no setor terciário foram Ilhéus e Porto Seguro, como se pode observar no **Quadro II.5.3-34**. Um fato que pode chamar atenção é o de que o setor secundário (industrial) tenha menos de 10.000 empregados e seja responsável por 46% do PIB na região. Tal fato talvez possa ser explicado por duas razões: a primeira é que a atividade industrial hoje em dia não requer muita mão de obra, visto que o modo de produção é quase totalmente mecanizado e a segunda razão é que muitas indústrias estão recorrendo à terceirização dos serviços devido ao menor custo tributário que essa estratégia oferece, e por isso o setor de terciário passa a concentrar grande parte das pessoas trabalhando, inclusive, no setor secundário.

**Quadro II.5.3-34 - Pessoal ocupado nas empresas nos municípios da AII por setor**

Município	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
Alcobaça	65	26	476
Belmonte	55	105	505
Cairu	33	8	655
Camamu	117	361	617
Canavieiras	64	327	1.022
Caravelas	633	116	587
Igrapiúna	558	X	47
Ilhéus	684	3.693	22.004
Itacaré	95	25	983
Ituberá	289	233	1.084
Maraú	168	5	179
Nilo Peçanha	X	65	60
Porto Seguro	54	705	13.974
Prado	220	199	1.085
Santa Cruz Cabrália	62	295	1.113
Una	510	122	1.212
Uruçuca	333	24	430
All Total	6.653	8.122	50.724

Os municípios com menos de três informantes estão identificados com o caractere X.

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2003

## II.5.3.11 - Educação

### II.5.3.11.1 - Ensino Público e Privado

A maior parte das instituições de ensino na área de influência indireta são de responsabilidade da esfera municipal e situam-se na área rural. Existem, ao todo, 258 estabelecimentos de educação infantil, 745 estabelecimentos de ensino fundamental, e 7 estabelecimentos de ensino médio na área rural da região em estudo. Na área urbana dos municípios da área de influência, existem ao todo 192 estabelecimentos de ensino infantil, 296, de ensino fundamental e 53, de ensino médio. O **Quadro II.5.3-35**, a seguir, mostra a distribuição desses estabelecimentos por município da área de influência indireta.

**Quadro II.5.3-35 - Estabelecimentos de ensino**

Município	Nível de Ensino	Rural			Urbana		
		Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular
Alcobaça	Educação Infantil	-	5	-	-	3	-
	Ensino Fundamental	-	48	-	-	8	-
	Ensino Médio	-	-	-	1	-	-
Belmonte	Educação Infantil	-	3	-	-	5	2
	Ensino Fundamental	-	37	-	4	7	1
	Ensino Médio	-	-	-	1	1	-
Cairu	Educação Infantil	-	14	-	-	1	-
	Ensino Fundamental	-	22	-	1	3	-
	Ensino Médio	-	2	-	1	1	-
Camamu	Educação Infantil	-	5	-	-	2	1
	Ensino Fundamental	1	83	-	3	10	1
	Ensino Médio	-	-	-	1	-	-
Canavieiras	Educação Infantil	-	7	-	-	9	6
	Ensino Fundamental	-	46	-	5	12	6
	Ensino Médio	-	-	-	2	-	-
Caravelas	Educação Infantil	-	3	-	-	15	-
	Ensino Fundamental	-	15	-	4	15	-
	Ensino Médio	-	-	-	1	-	-
Igrapiúna	Educação Infantil	-	6	-	-	3	-
	Ensino Fundamental	-	54	-	-	6	-
	Ensino Médio	-	-	-	1	-	-
Ilhéus	Educação Infantil	1	9	-	-	13	42
	Ensino Fundamental	2	16	1	21	28	26
	Ensino Médio	-	-	-	10	-	9
Itacaré	Educação Infantil	-	35	-	-	6	1
	Ensino Fundamental	-	43	1	2	9	1
	Ensino Médio	-	-	-	-	1	-
Ituberá	Educação Infantil	-	-	-	-	5	4
	Ensino Fundamental	-	35	-	4	15	5
	Ensino Médio	-	-	-	1	-	2
Maraú	Educação Infantil	-	62	-	-	1	-
	Ensino Fundamental	-	70	-	2	2	-
	Ensino Médio	-	1	-	-	1	-
Nilo Peçanha	Educação Infantil	-	37	-	-	1	-
	Ensino Fundamental	-	48	-	1	3	-
	Ensino Médio	-	-	-	1	-	-

Município	Nível de Ensino	Rural			Urbana		
		Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular
Porto Seguro	Educação Infantil	-	7	2	-	12	5
	Ensino Fundamental	-	55	2	3	30	4
	Ensino Médio	2	1	1	4	-	3
Prado	Educação Infantil	-	5	-	-	6	2
	Ensino Fundamental	-	39	1	4	8	2
	Ensino Médio	-	-	-	1	2	-
Santa Cruz Cabrália	Educação Infantil	-	7	-	-	5	5
	Ensino Fundamental	-	14	-	-	8	3
	Ensino Médio	-	-	-	2	1	-
Una	Educação Infantil	-	39	-	-	5	2
	Ensino Fundamental	-	69	-	3	6	2
	Ensino Médio	-	-	-	2	1	-
Uruçuca	Educação Infantil	-	8	-	-	5	1
	Ensino Fundamental	-	63	-	2	5	1
	Ensino Médio	-	-	-	1	1	-
All Total	Educação Infantil	1	255	2	0	109	83
	Ensino Fundamental	3	737	5	63	176	60
	Ensino Médio	2	4	1	22	14	17

Fonte: Inep, 2003

Os municípios da área de influência em estudo tinham, em 2004, data do último censo escolar do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, um total de 3.362 alunos matriculados em creches, 19.830 alunos matriculados para o ensino infantil, outros 168.370, para o ensino fundamental e 36.296 matrículas para o ensino médio, conforme exposto no **Quadro II.5.3-36**.

**Quadro II.5.3-36 - Matrículas iniciais**

Município	Dependência	Matrícula Inicial			
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alcobaça	Estadual	0	0	0	740
	Municipal	202	392	7.901	0
	Privada	41	144	149	0
	Total	243	536	8.050	740
Belmonte	Estadual	0	0	939	789
	Municipal	0	641	4.763	435
	Privada	43	118	40	0
	Total	43	759	5.742	1.224

Município	Dependência	Matrícula Inicial			
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Cairú	Estadual	0	0	177	177
	Municipal	168	473	2.831	298
	Total	168	473	3.008	475
Camamu	Estadual	0	0	1.012	1.712
	Municipal	453	205	9.042	0
	Privada	0	102	113	0
	Total	453	307	10.167	1.712
Canavieiras	Estadual	0	0	2.134	1.250
	Municipal	30	531	5.332	0
	Privada	7	187	444	0
	Total	37	718	7.910	1.250
Caravelas	Estadual	0	0	1.282	958
	Municipal	387	1.188	5.382	0
	Privada	0	32	0	0
	Total	387	1.220	6.664	958
Igrapiúna	Estadual	0	0	428	533
	Municipal	26	837	4.280	0
	Total	26	837	4.708	533
Ilhéus	Estadual	0	156	11.531	9.515
	Municipal	152	2.481	19.081	0
	Privada	636	2.345	4.232	1.296
	Total	788	4.982	34.844	10.811
Itacaré	Estadual	0	0	589	151
	Municipal	75	538	3.875	253
	Privada	0	62	189	0
	Total	75	600	4.653	404
Ituberá	Estadual	0	0	679	1.203
	Municipal	316	335	5.607	0
	Privada	0	221	498	294
	Total	316	556	6.784	1.497
Maraú	Estadual	0	0	364	276
	Municipal	0	944	4.246	312
	Total	0	944	4.610	588
Nilo Peçanha	Estadual	0	0	67	379
	Municipal	57	354	5.882	0
	Total	57	354	5.949	379
Porto Seguro	Estadual	0	0	610	6.437
	Municipal	0	1.932	20.011	50
	Privada	72	540	1.356	233
	Total	72	2.472	21.977	6.720
Prado	Estadual	0	0	611	890
	Municipal	296	672	6.781	330
	Privada	0	103	248	0
	Total	296	775	7.640	1.220

Município	Dependência	Matrícula Inicial			
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Santa Cruz de Cabralia	Estadual	0	0	0	1.532
	Municipal	0	585	4.904	0
	Privada	45	157	105	0
	Total	45	742	5.009	1.532
Una	Estadual	0	0	1.102	1.168
	Municipal	240	534	6.255	85
	Privada	0	100	80	0
	Total	240	634	7.437	1.253
Uruçuca	Estadual	0	0	461	1.170
	Municipal	116	342	5.840	90
	Privada	0	47	155	0
	Total	116	389	6.456	1.260
All Total	Estadual	0	156	22.808	32.113
	Municipal	2.518	14.770	136.826	2.084
	Privada	844	4.904	8.736	2.099
	Total	3.362	19.830	168.370	36.296

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2004

### II.5.3.11.2 - Alfabetização

As taxas de analfabetismo nos municípios da área de influência variaram de 17% em Porto Seguro a 44% em Marau. A taxa de analfabetismo nas áreas rurais foi maior que nas áreas urbanas em todos os municípios em estudo, o que indica que há uma relação direta entre as taxas de analfabetismo e de urbanização. A média da taxa de analfabetismo na região em estudo figurou em 29% (20% na área urbana e 38% na área rural), como mostra o **Quadro II.5.3-37**, a seguir.

**Quadro II.5.3-37 - Taxa de analfabetismo**

Município	Taxa de Analfabetismo (%)		
	Total	Urbana	Rural
Alcobaça	26,9	14,1	34,3
Belmonte	29,1	20,7	39,4
Cairu	27,0	24,1	31,6
Camamu	36,4	24,7	43,1
Canavieiras	26,3	21,3	41,0
Caravelas	29,2	22,3	36,9
Igrapiúna	36,4	20,7	39,4
Ilhéus	19,7	13,4	37,4
Itacaré	32,6	19,6	42,9

Município	Taxa de Analfabetismo (%)		
	Total	Urbana	Rural
Ituberá	30,5	23,5	45,3
Maraú	43,8	19,4	48,5
Nilo Peçanha	31,4	21,5	34,3
Porto Seguro	17,4	13,9	35,9
Prado	25,8	18,2	34,9
Santa Cruz Cabrália	22,2	14,1	33,5
Una	34,3	26,0	42,3
Uruçuca	29,0	23,9	41,4
All Total	28,7	20,1	38,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra

Apesar da alta taxa de analfabetismo citada acima, a análise do percentual de analfabetos por faixa etária, como se pode ver no **Quadro II.5.3-38**, evidenciou uma redução significativa em todos os municípios da área de estudo, entre os anos de 1991 e 2000. Os municípios que apresentaram os melhores indicadores nesse aspecto em 2000 foram Alcobaça, Porto Seguro, Prado e Belmonte entre população entre 10 e 14 anos, Porto Seguro e Ilhéus entre a população de 15 e 17 anos, e Ilhéus e Porto Seguro, considerando a população acima de 25 anos.

**Quadro II.5.3-38 - Percentual de analfabetos por faixa etária**

Município	Percentual de analfabetos					
	10 a 14 anos		15 ou mais anos		25 ou mais anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Alcobaça	45,9	5,8	49,7	30,3	51,7	36,4
Belmonte	48,4	9,7	47,1	30,7	49,7	36,8
Cairu	59,0	15,4	51,9	28,6	58,7	34,0
Camamu	47,1	25,2	51,1	37,7	53,5	44,3
Canavieiras	38,2	13,2	40,3	27,7	46,2	31,2
Caravelas	49,6	11,4	50,2	31,6	56,6	39,2
Igrapiúna	71,0	22,6	61,5	38,8	67,8	47,0
Ilhéus	33,5	10,9	34,8	20,6	38,2	24,0
Itacaré	50,1	15,4	54,5	34,9	60,8	43,0
Ituberá	43,1	14,9	47,7	31,9	56,0	37,9
Maraú	60,9	28,6	56,1	45,8	59,1	58,2
Nilo Peçanha	56,9	18,4	57,8	33,5	62,3	36,8
Porto Seguro	36,3	6,2	35,0	18,6	37,5	23,6

Município	Percentual de analfabetos					
	10 a 14 anos		15 ou mais anos		25 ou mais anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Prado	41,7	9,2	47,1	28,4	50,6	32,6
Santa Cruz Cabrália	44,4	9,6	42,4	24,1	45,6	30,0
Una	49,2	21,0	46,6	36,7	49,9	45,9
Uruçuca	38,6	21,6	46,4	31,2	50,7	43,1
All Total	46,5	14,1	47,9	30,8	53,0	37,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000

A análise das taxas de analfabetismo por faixas etárias indica que, em todos os municípios da área de influência indireta, é no contingente com mais idade onde a falta de qualquer escolaridade é mais representativa. Entre a população com 10 a 14 anos, a taxa média de analfabetismo situou-se, em 2000, em 14%, entre a população com 15 anos e mais, em 31% e, entre a população com mais de 25 anos, em 38%.

### II.5.3.11.3 - Anos de Estudo

Em 2000, a média de anos de estudo nos municípios da área de influência indireta foi 3,25 anos, o que refletiu o baixo nível de educação formal da população. Esse indicador foi alarmante no município de Maraú, que teve média de 1,98 anos de estudo, ou seja, a média da população é a conclusão da primeira série do ensino fundamental. Já o município de Ilhéus apresentou 5 anos de média de anos de estudo, que indica que a média da população seria a conclusão da 5ª série do ensino fundamental, conforme mostra o **Quadro II.5.3-39**.

**Quadro II.5.3-39 - Média de anos de estudo**

Município	Média de anos de estudo
Alcobaça	3,24
Belmonte	3,20
Cairu	3,41
Camamu	2,57
Canavieiras	3,56
Caravelas	3,15
Igrapiúna	1,93
Ilhéus	4,97
Itacaré	2,76
Ituberá	3,17

Município	Média de anos de estudo
Maraú	1,98
Nilo Peçanha	2,57
Porto Seguro	4,64
Prado	3,44
Santa Cruz Cabralia	4,28
Una	2,25
Uruçuca	3,15
All Total	3,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

#### II.5.3.11.4 - Cursos Profissionalizantes

A única instituição de ensino profissional na área de influência indireta em estudo, segundo informações do Cadastro Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), é a Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC de Uruçuca. A EMARC, como é conhecida, é de gestão pública federal e oferece os seguintes cursos técnicos: agricultura, agropecuária, zootecnia, agrimensura, alimentos e turismo e hotelaria.

#### II.5.3.11.5 - Educação Ambiental

Segundo a publicação do IBGE Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente, de 2002, era 13 os municípios da região em estudo que continham iniciativas de Educação Ambiental, como mostra o **Quadro II.5.3-40**, a seguir. Não foi possível identificar o percentual da população abrangida por essas iniciativas de educação ambiental por falta de estatística neste sentido. Entre os municípios da zona costeira associada à AID somente Belmonte não possui iniciativa nestes sentido, segundo os dados do IBGE.

**Quadro II.5.3-40 - Iniciativa de Educação Ambiental**

Município	Sim	Não
Alcobaça	X	
Belmonte		X
Cairu		X
Camamu		X
Canavieiras	X	
Caravelas		X
Igrapiúna	X	

Município	Sim	Não
Ilhéus	X	
Itacaré	X	
Ituberá		X
Maraú	X	
Nilo Peçanha		X
Porto Seguro	X	
Prado	X	
Santa Cruz Cabrália	X	
Una	X	
Uruçuca	X	
All Total	13	6

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros, Meio Ambiente 2002

### II.5.3.12 - Qualidade da Paisagem

A Área de Influência Direta da atividade está inserida na região conhecida com “Costa do Cacau” especificamente a região costeira dos municípios de Ilhéus, Canavieiras e Una mais a costa do município de Belmonte. Essa região caracteriza-se principalmente pela presença de uma grande diversidade de unidades naturais, representadas por praias, terraços, dunas, ilhas, recifes, canais de marés e lagoas com vegetação herbácea, restingas e mangues, que definem estruturas produtivas e formas de organização espacial decorrentes das atividades de pesca, turismo, lazer e cultivos de palmáceas como o coco-da-baía e o dendê.

Destaca-se, neste sentido, a presença de extensas zonas estuarinas, onde predominam importantes áreas de manguezais, como é o caso da sede de Ilhéus e Canavieiras. Essa característica da zona costeira é proporcionada principalmente pelas condições geomorfológicas geradas a partir da presença de alguns rios, como é caso dos rios Almada, Cachoeira e Santana, que deságuam na baía do Pontal em Ilhéus, os rios Pardo e da Barra que forma uma extensa área navegável às margens da qual nasceu a cidade Canavieiras, o Rio Una que passa no centro do município de Una e forma em sua barra a Ilha de Comandatuba e o rio Jequitinhonha, que acolheu em sua barra a cidade de Belmonte.

Associados às barras desses rios, surgiram as principais cidades da região, especialmente em períodos históricos em que a alternativa terrestre não representava o principal eixo de desenvolvimento urbano do país. Com a alternativa de transporte marítimo figurando como principal vetor de ocupação ao longo costa, as barras que ofereciam melhores abrigos para

embarcações, permitiram maior desenvolvimento do processo de colonização, proporcionando a formação de baías e zonas de mistura, cuja a influência das condições oceanográficas de corrente e ondulação são mais favoráveis à cabotagem. A saída para o mar e as condições de embarque e desembarque marítimo, especialmente para o escoamento da produção agrícola, determinaram historicamente a formação de muitas cidades ao longo da costa, especialmente nessa região onde o ciclo da lavoura cacaeira no Brasil teve seu principal centro, como é o caso de Ilhéus, Canavieiras e Belmonte, localizadas respectivamente, na baía do Pontal (rios Cachoeira, Santana e Almada), barra do Rio Pardo e barra do rio Jequitinhonha.

Além das grandes extensões de manguezais, normalmente associados aos diversos rios que seguem em linhas paralelas à costa, a região é marcada pela presença de algumas ilhas (Comandatuba, Atalaia e outras) e muitas praias arenosas, com predomínio de uma estreita e contínua faixa de coqueiral ao longo da costa. Também contínua e constante é a linha de recifes e formações rochosas que formam uma barreira paralela ao litoral, amenizando a influência da maré em muitas praias da região.

As dificuldades de acesso viário terrestre à maior parte do litoral desses municípios permitiu uma melhor condição de preservação dos ambientes naturais. Essa condição foi modificada a partir da criação da BA-001, dividida em dois trechos, a Estrada-Parque Ilhéus-Itacaré, onde está localizada a região conhecida como litoral norte de Ilhéus, e o trecho entre Ilhéus e Canavieiras. A cidade de Belmonte possui atualmente dois acessos, um a partir de Santa Cruz Cabralia, pela BA-001 ao sul e outro a partir de ligação com a BR-101 em trecho não pavimentado da BA-275.

A construção e pavimentação da BA-001 permitiu maior efetividade da ocupação humana na costa, especialmente a partir do estabelecimento de empreendimentos voltados para o turismo na região, tais como hotéis, pousadas, condomínios, casas de veraneio, pousadas, agências, parques ecoturísticos etc. Essa ocupação, intensificada especialmente nas três últimas décadas, modificou as feições e os padrões de ocupação em algumas localidades costeiras. Em algumas delas, vilas tradicionais de pescadores, a atividade de pesca artesanal convive com a atividade de turismo, o número de edificações vêm aumentando com a presença de casas de veraneios, pousadas e bares, aumentando a pressão de ocupação num processo contínuo de valorização fundiária.

Em relação à pesca, mais especificamente, observa-se a que atividade desenvolvida por quase todos os pescadores da região segue os moldes artesanais, ou seja, embora apresente características comerciais, o baixo incremento de tecnologias modernas de pesca, bem como a

utilização de muitos petrechos fabricados artesanalmente, dissocia a pesca praticada pelos pescadores locais da pesca que utiliza modernos recursos de localização de cardumes, navegação por satélite e boas condições de permanência no mar por longos períodos. O que não quer dizer que a Pesca Industrial, não seja praticada na região. Muitas embarcações, provenientes do Espírito Santo, Ceará e Santa Catarina procuram a região por suas boas condições de pesca, concorrendo com as comunidades locais pelos estoques pesqueiros.

A qualidade dos ambientes naturais fomentou ainda a criação de algumas Unidades de Conservação na região, especialmente associadas a ambientes lacustres, zonas de mangues e ambientes costeiros. Além de Unidades de Conservação de uso integral, outras unidades, de uso sustentável, vem sendo discutidas na região, tais como a implantação de Parques Ecológicos como forma de incentivo ao ecoturismo e, Reservas Extrativistas Marinhas cujo objetivo é manutenção e recuperação dos estoques pesqueiros da região.

### **II.5.3.12.1 - Principais Localidades Costeiras associadas à AID**

#### **II.5.3.12.1.1 - Município de Ilhéus**

A cidade de Ilhéus se desenvolveu no estuário formado pelos rios Almada, Cachoeira e Santana, em região com farta disponibilidade de recursos pesqueiros, especialmente pela presença de extensos manguezais e com uma importante presença no setor de pesca do estado, já que as condições de abrigo da baía do Pontal para pequenas e médias embarcações são excelentes.

Duas notáveis características geomorfológicas são distinguidas nessa região: uma estreita planície costeira e um conjunto de planícies de montes elevados (SILVA, 1970 apud FIDELMAN, 2000). Os rios Cachoeira, Santana, Fundão e Almada compreendem, juntos com pequenos canais que escoam direto para o oceano, o sistema hidrográfico. A cidade apresenta uma configuração de ilha, separada do continente pelos rios Cachoeira, Almada, Fundão e pelo canal do Itaípe, compondo um ambiente onde se destacam os 1.272 ha de cobertura de manguezal (PROJETO MATA ATLÂNTICA NORDESTE, 1994). A área mais representativa está localizada na zona urbana ao longo das margens e pequenas ilhas (bancos de sedimentos) da porção estuarina dos rios Cachoeira, Santana e Fundão. Eles formam faixas de larguras variáveis, algumas vezes interrompidas por formações elevadas (FIDELMAN, 2000).

Historicamente, a presença de extensas lavouras cacaeiras marcou o processo de ocupação e de desenvolvimento da economia local, mobilizando grande parte da mão-de-obra da região. Com a crise do setor, o desenvolvimento das áreas do interior do município e da região sofreu

profundas modificações, que implicaram na mudança da estrutura social, influenciando nos vetores de ocupação do município.

A partir da década de 70, iniciou-se o processo de reestruturação produtiva do setor agrícola da região, em grande parte devido aos esforços do CEPLAC (Centro de Pesquisas da Lavoura Cacaueira). A modernização da agricultura, somados ao processo de urbanização, gerou uma profunda transformação do processo de ocupação na região. Neste período os setores associados à pesca e, especialmente, ao turismo ganharam novo impulso, gerando novas alternativas de desenvolvimento econômico, bem como induzindo à ocupação de áreas costeiras do município.

O município de Ilhéus, além de uma economia historicamente pulsante, e de representar durante séculos um papel cultural e político muito forte na região sul da Bahia e no próprio estado, possui uma grande extensão de costa, formada por inúmeras praias, tanto a norte quanto ao sul da cidade, propiciando um importante conjunto de atrativos turísticos que colocam a cidade entre os importantes destinos do estado.

Limitado ao norte pelo município de Uruçuca, já próximo à divisa com Itacaré e ao sul pelo município de Una, Ilhéus possui três áreas distintas, o litoral norte, o litoral sul e a cidade, no estuário dos rios Almada, Cachoeira e Santana. Ao longo de todo o litoral podem ser encontradas localidades costeiras com características distintas, mas que em geral estão associadas à presença de comunidades de pescadores e/ou alguma atividade de turismo. A seguir são descritas as principais localidades pesquisadas.

#### a) Praias do Norte (Ponta do Mamoã, Ponta da Tulha e Ponta do Ramo)

A região do Litoral Norte de Ilhéus, com acesso pela Estrada-Parque Ilhéus-Itacaré, é marcada pela presença de várias localidades costeiras, nas quais se destacam as Pontas do Ramo, de Mamoã (**Figura II.5.3-32**) e da Tulha (**Figura II.5.3-33**). Formada tradicionalmente a partir de pequenas vilas de pescadores, essa região passou a receber a visitação turística, promovendo a instalação de casas de veraneio, restaurantes e cabanas de praia. Formada por arruamentos sem calçamento e com pouca infra-estrutura urbana e, em algumas áreas, ocupações irregulares e desordenadas, estas localidades recebem em grande parte turistas que possuem ou alugam casas, normalmente provenientes de cidades do interior da Bahia, como Itabuna e Jequié, como também do interior de Minas Gerais e outros estados.



**Figura II.5.3-32 - Jangadas de Madeira em Ponta do Mamoã**



**Figura II.5.3-33 - Ponta da Tulha**

A infra-estrutura receptiva para o turismo ainda é insipiente, com pequenas pousadas e áreas de camping. Em algumas dessas localidades existe já alguma infra-estrutura como posto policial e escola, como é o caso de Ponta da Tulha.

Em relação à atividade de pesca, existem nas pontas do Ramo, Mamoã e Tulha cerca de 60 pescadores, destaca-se o uso de jangadas e pequenas canoas. Contudo a pesca com jangada nos moldes tradicionais vem perdendo força na medida em que a madeira utilizada para a construção das embarcações vem se escasseando e tendo seu corte restrito. A inexistência de áreas de abrigo na costa, tais como recifes e barras, fazem com que este tipo de embarcação seja o único que permite a pesca em alto-mar. Vale lembrar que as jangadas, após o seu uso no mar são trazidas para as praias, sendo colocadas sobre a areia longe da influência da Maré.

Em alguns pequenos pontos, como é o caso da Ponta da Tulha, pescadores mais experientes conseguem manobrar barcos motorizadas e ultrapassar a barreira de corais e pedras que acompanham a costa na região, abrigando-os em áreas próximas à praia nos períodos de maior calmaria.

Destaca-se nesse trecho a presença da APA da Lagoa Encantada, área que se estende até a costa, abrangendo às duas margens da BR-001 entre as localidades de praia do Jóia e Fazenda Orlandy.

b) Ilhéus – Sede (Barra do Itaípe e São Miguel, Ponta do Malhado e Baía do Pontal)

A sede do município de Ilhéus (**Figura II.5.3-34**), formada pelo aglomerado urbano do município, responde pela maior produção pesqueira do município. Além da grande concentração de barcos, beneficiados pelas ótimas condições de atracação da baía do Pontal (**Figura II.5.3-37**), pela barra do Itaípe e no Malhado, existe no município condições de consumo e de comercialização de grande parte do produto da pesca da região. Registra-se no município algumas empresas especializadas no beneficiamento, armazenamento, transporte e exportação do pescado, bem como a existência de duas colônias com infra-estrutura que permite tanto o apoio aos pescadores, tais como o fornecimento de capital para custeio de óleo, gelo e demais artigos de consumo nos barcos, bem como para o beneficiamento, armazenamento, comercialização e transporte da produção.

A grande maioria dos pescadores, armadores e demais trabalhadores do setor pesqueiro do município residem nos bairros de Ilhéus, especialmente em área periféricas formadas a partir do declínio da atividade cacauera na região. Segundo informações das colônias de pescadores (Z-19 e Z-34), o município conta com cerca de 7000 pescadores cadastrados e outros 5000 ainda sem registro de trabalho.

A cidade de Ilhéus se desenvolveu originalmente na ilha formada pelos rios Almada (**Figura II.5.3-35**), Cachoeira, Fundão e Santana e pelos canais artificiais Jacaré e Itaípe. Este último foi construído no final do século passado pelo engenheiro naval François Gaston Lavigne, oficial do exército de Napoleão, que o construiu para facilitar a passagem das canoas que traziam cacau da região do rio Almada para o embarque no porto.

As zonas estuarinas compõem uma região de extensos manguezais, que além de compor um formar paisagístico especial para o município, são de grande relevância social, pois representam importante área de exploração pesqueira, especialmente no rio Almada, muito procurado para pesca de camarão (**Figura II.5.3-36**).

O estuário é composto ainda pelos rios Santana, que estende-se desde sua confluência até a localidade do Rio do Engenho, a aproximadamente 6 km à montante e o rio Cachoeira, cujo estuário se estende até aproximadamente 10 km da foz. Esses ambientes constituem local para recreação, lazer, e turismo, especialmente por apresentarem importantes atrativos paisagísticos (e.g. manguezais ao longo de suas margens, cachoeiras). Constitui ainda, importante sítio histórico da colonização brasileira, abrigando a terceira igreja mais antiga do país. Os recursos estuarinos representam ainda fonte alternativa de subsistência para comunidade de baixa renda, através da pesca e coleta de crustáceos e moluscos.



Figura II.5.3-34 - Vista da Cidade de Ilhéus e parte da baía do Pontal



Figura II.5.3-35 - Barra do rio Almada, em São Miguel e cidade de Ilhéus ao fundo

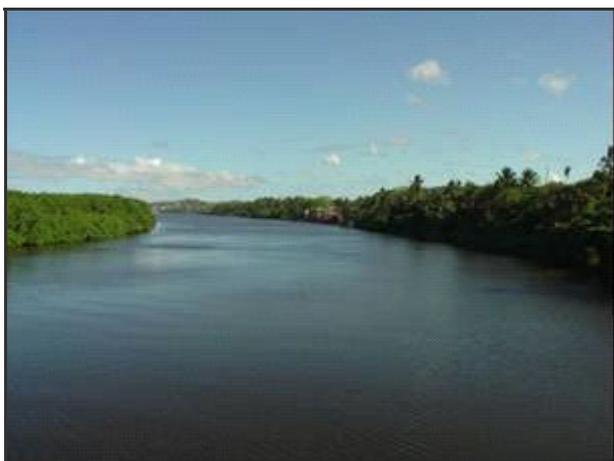


Figura II.5.3-36 - Zona Estuarina do Rio Almada com cidade de Ilhéus ao Fundo

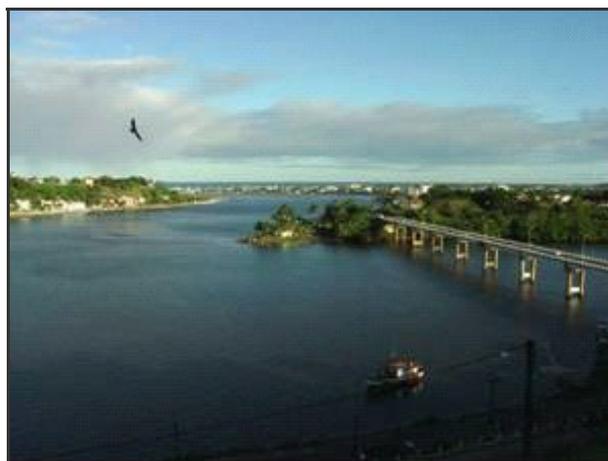


Figura II.5.3-37 - Vista geral da Baía do Pontal na confluência dos rios Cachoeira e Santana

c) Praias do Sul (Praia do Sul, Olivença, Cururupe, Canabrava)

A porção costeira ao sul de Ilhéus é marcada pela presença de inúmeras praias que se entendem por mais de 30 quilômetros de costa (**Figura II.5.3-38**). A beleza cênica e as boas condições de balneabilidade tornam esta região bastante atrativa para o turismo praticado ao longo das praias. Destacam-se nessa região a praia do Sul, onde a presença de hotéis e pousadas é intensa, Olivença que além de inúmeras pousadas (**Figura II.5.3-41**) e casas, vem sendo pretendida pelos Tupinambás de Olivença, povo indígena que reclama a posse e a demarcação de suas terras (**Figura II.5.3-40**). A praia do Cururupe, ao norte de Olivença desta-se por ter sido o palco de massacre indígena em 1937, conhecido como “a última batalha do caboclo Marcelino”. Anualmente acontece uma marcha dos Tupinambás de Olivença até a

localidade, que tem no evento uma importante manifestação pelo reconhecimento de sua luta pela demarcação das terras onde vivem.

Ao sul, seguindo em direção ao município de Una, a ocupação costeira vem se intensificando com a expansão da atividade de turismo, especialmente com o estabelecimento de condomínios de alto padrão e pousadas, como é o caso das praias de Canabrava e Águas de Olivença (**Figura II.5.3-39**).



**Figura II.5.3-38 - Vista aérea das praias do sul**



**Figura II.5.3-39 - Águas de Olivença**



**Figura II.5.3-40 - Praça no centro de Olivença, área reivindicada pelos Tupinambás**



**Figura II.5.3-41 - Pousadas no centro de Olivença**

#### II.5.3.12.1.2 - Município de Una

Há cerca de 60km ao sul de Ilhéus, o município de Una tem a sua sede distante da costa, às margens do rio Una. O município possui importantes áreas de Mata Atlântica em bom estado de conservação, consideradas de alta relevância para conservação da biodiversidade. Devido a

estas características, foi criada dentro dos seus limites, em 1980, a Reserva Biológica de Una, unidade de conservação de proteção integral, que possui 11.400ha e é administrada pelo Governo Federal (IBAMA). Considerada por ambientalistas como uma das áreas mais importantes do planeta para a conservação ambiental, devido ao grande número de espécies da fauna e flora da mata atlântica, sendo o principal o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*).

Una era uma antiga sesmaria de Ilhéus que mais tarde recebeu a colonização de diferentes povos entre eles, alemães, austríacos e poloneses, que efetivaram o primeiro povoado nas embocaduras dos rios Una e Maruim. A interiorização do município deveu-se ao avanço do mar no litoral, que fez com que seus habitantes fossem procurar locais mais seguros para morar. Em tupi, Una significa escuro, e deve-se a coloração do rio que banha a cidade (IPHAN, 2003).

#### d) Barra do Acuipe, Ilha do Desejo e Lençóis

Na divisa entre os municípios de Ilhéus e Una, ainda às margens da BA-001, encontram-se as localidades de Acuipe, Ilha do Desejo (**Figura II.5.3-42**) e Lençóis, que apesar de contíguas recebem diferentes nomes. Na localidade, a divisão entre o padrão construtivo nos terrenos entre a rodovia e a praia e nos interiores é bastante marcante. Na área da praia as casas de veraneio e condomínios, associadas especialmente à uma recente valorização imobiliária, torna mais restrito o acesso à praia. Enquanto na outra margem da rodovia o padrão é de construções populares, de moradores da região que trabalham na atividade. Essa região, que como em outros casos ao longo da costa, fora uma antiga fazenda, cujas terras vem sendo progressivamente desmembradas e negociadas com particulares e empresas de turismo.



**Figura II.5.3-42 - Ilha do Desejo ao fundo**

#### e) Ilha de Comandatuba

A ilha de Comandatuba, também conhecida como Ilha da Fantasia foi uma antiga vila de pescadores que, a partir da instalação do Hotel Transamérica, maior *resort* da América do Sul, teve sua vocação direcionada para a atividade de turismo (**Figura II.5.3-43**). Atualmente o acesso é restrito aos trabalhadores e hóspedes do Hotel, que conta com completa estrutura para receber os turistas e envolve o maior aeroporto privado do Brasil (localizado a dez minutos do hotel), campo de golfe (**Figura II.5.3-44**), piscinas, lagos artificiais, restaurantes e etc.

Entre os principais atrativos aproveitados, estão as extensas faixas de areias, as boas condições de preservação da Mata Atlântica na Ilha, que permite o desenvolvimento do ecoturismo, áreas para pesca, entre outros.



**Figura II.5.3-43 – Vista aérea do Hotel Transamérica**



**Figura II.5.3-44 – Campos de Golfe na ilha de Comandatuba, com aeroporto ao fundo**

Fonte: <http://www.comandatuba.com.br>

#### f) Pedras de Una

O distrito de Pedras de Una (**Figura II.5.3-45**) fica localizado a aproximadamente 11 km da sede do município, que fica em região de serra no trecho encachoeirado do rio Aliança. Cercado a oeste por topografia acidentada, com serras e morros, estando à margem esquerda do rio Aliança, a localidade encontra-se próximo à barra do rio, em uma região cujo acesso é realizado por uma estrada de terra de aproximadamente 8 km. Pedras de Una se desenvolveu a partir do aproveitamento dos recursos estuarinos e marinhos, especialmente da pesca de camarão sete barbas e rosa e a catação de crustáceos, contando com um atracadouro para

desembarque (**Figura II.5.3-46**). Destaca-se na região a presença de uma extensa área preservada de vegetação de manguezal, além de bolsões de Mata Atlântica.

Em relação às condições ambientais locais, é destacado como principal problema o lançamento de esgoto *in natura* no rio Aliança, especialmente na proximidade da sede urbana do município, incluindo os efluentes gerados pelo hospital Municipal de Una que tem afetado diretamente o estuário, trazendo prejuízos para o meio ambiente e a exploração pesqueira.



**Figura II.5.3-45 – Centro da comunidade de Pedra do Una**



**Figura II.5.3-46 – Atracadouro em Pedra do Una**

#### II.5.3.12.1.3 - Município de Canavieiras

Localizado no litoral sul da Bahia, o município de Canavieiras ostenta uma das maiores áreas contínuas de manguezais do Estado, com cerca de 8.000 ha. Conforme classificação do relatório de Avaliação e Ações Prioritárias para a Biodiversidade das Zonas Costeiras e Marinhas (Fundação Bio-Rio, 2002) a região apresenta importância biológica muito alta. O manguezal se estende por toda a costa do município, na divisa com Una nas proximidades da Ilha de Comandauba até a foz do rio Jequitinhonha no município de Belmonte (PANGEA/FNMA, 2005).

A zona de mangue, extremamente importante para a reprodução da vida marinha, integra-se ao ambiente terrestre composto por algumas áreas de mata atlântica, formando uma rede de canais que interligam Comandatuba à Belmonte por cerca de 70 Km, abrigando um conjunto de ilhas, comunidades de pescadores e a própria sede municipal de Canavieiras.

As comunidades que se destacam ao longo de toda a zona estuarina do mangue de Canavieiras são Oiticica, Puxim do Sul, Puxim de Fora, Barra Velha, Sede do município, Atalaia e

Campinhos. Todas essas áreas integram o projeto “Ações integradas para conservação, recuperação e preservação ambiental do manguezal de Canavieiras -BA”, que prevê, entre outras ações, a criação de uma reserva extrativista.

Nas áreas das antigas fazendas localizadas entre as localidades de Poxim do Sul e Barra Grande (barra do Albino), estão sendo instaladas cerca de 9 fazendas de camarão, em áreas localizadas entre a BA-001 e os manguezais.

g) Oiticica/Puxim do Sul

Localizadas dentro das áreas de manguezais de Canavieiras (**Figura II.5.3-47** e **Figura II.5.3-48**), Oiticica e Puxim do Sul são duas comunidades que tiveram origem com movimentos que lutam pela democratização do uso da terra. Deste modo, inicialmente, as pessoas destes assentamentos tiravam seu sustento da agricultura (fruticultura) e da pecuária de pequena escala. Essas atividades ocorrem até hoje com poucos excedentes para geração de renda. Os assentamentos foram estabelecidos próximos à BA-001 de forma quase paralela.



**Figura II.5.3-47 - Vista dos Canais que interligam toda a área dos Manguezais**



**Figura II.5.3-48 – Vista Aérea do Manguezal (rio Salgado)**

No limite desses povoados ocorrem riachos e rios e a presença desses que possibilitam o uso dos recursos pesqueiros do manguezal a medida em que a atividade agrícola realizada pela comunidade não supria suas necessidades. Com a decadência da agricultura, a pesca passou a ser, nessas comunidades, a atividade econômica de maior importância a nível local.

Atualmente Oiticica apresenta pessoas que se sustentam apenas da pesca de camarão do estuário e da mariscagem. Já Puxim do Sul, além das famílias tradicionalmente estabelecidas, no local existem muitas pessoas de famílias forasteiras (de fora) que se sustentam com atividades de pesca e mariscagem.

Na comunidade de Oiticica, situada no extremo norte de Canavieiras, na divisa com o município de Una, a atividade de pesca está concentrada nas áreas de manguezais, distribuídas por 28 áreas que são exploradas com o uso de pequenas embarcações, em geral canoas e escales (PANGEA/FNMA, 2005).

Oiticica apresenta um acesso limitado ao seu espaço territorial, com poucos portos de livre trânsito, portanto públicos, distantes da comunidade. Os portos próximos existem, porém apresentam baixo caudal, o que inviabiliza a navegação durante as marés baixas e dificulta a qualidade de vida da comunidade pesqueira.

A comunidade de Puxim de Fora está assentada na ilha dos coqueiros, concentrando uma área relativamente menor de manguezal no seu território, com 8 áreas de pescas, sempre próximas ao espaço insular (PANGEA/FNMA, 2005).

#### h) Puxim de Fora

Próximo à barra do rio Puxim (**Figura II.5.3-49** e **Figura II.5.3-50**), na região por onde se iniciou o processo de colonização do município de Canavieiras, fica a localidade de Puxim de Fora. Em uma porção da ilha de Comandatuba, a localidade tem seu acesso restrito, especialmente em função da instalação do *resort*. O cultivo de coco da Bahia é a principal atividade econômica dessa comunidade, que tem a pesca como uma atividade econômica complementar. Em Puxim de Fora, as atividades econômicas extrativas estão predominantemente vinculadas aos recursos pesqueiros da costa, sendo realizadas preferencialmente no verão. Os recursos do estuário são utilizados para consumo próprio, tornando-se uma fonte alimentar protéica de grande importância.



**Figura II.5.3-49 - Barra do Puxim**



**Figura II.5.3-50 - Vista dos canais e áreas no interior dos manguezais**

### i) Barra Velha

A localidade de Barra Velha está localizada numa ilha, formada por um estuário que abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, compondo uma morfologia peculiar. A ilha é formada por braços de mar e águas costeiras desde a Barra do João Paulo, localizada um pouco mais ao sul da ilha. A formação de brejos exerce influência direta na salinidade, permitindo que a zona atue como área de reprodução e engorda de variadas espécies, com destaque especial do camarão branco. Esse é o organismo de maior importância para a comunidade local, devido ao seu uso histórico, sendo a ilha um dos lugares, no município, que tradicionalmente comercializa o recurso com valor agregado, na forma de camarão inteiro seco salgado (FNMA/PANGEA, 2004).

Aa comunidade de Barra tem o acesso por via terrestre restringido, já que a principal travessia é realizada por uma balsa de tração manual em um canal de cerca de 100 metros de largura (**Figura II.5.3-51**). Ocupada por fazendas de plantio de coco e de apicultura, Barra Velha se caracteriza pelo uso incipiente dos recursos pesqueiros, motivo pelo qual a população pesqueira não extrapola seus limites territoriais e estão vinculados em termos extrativos ao Riacho da Barra Velha, apresentando 23 áreas de pesca no setor interno da ilha.

Entre os principais produtos pesqueiros produzidos na região, destaca-se o camarão branco, o sururu, o caranguejo, o aratu, o siri, a lambreta e a ostra. Esta última vem sendo cultivada em viveiros há cerca de um ano com relativo sucesso. No primeiro ciclo, referente a um período de oito meses, a produção, segundo informações da associação local, foi de 4500 unidades em lanternas e 3000 em cordados.

A comunidade de Barra Velha é formada por cerca de 200 pessoas, que vivem basicamente da pesca e da agricultura, concentrada na produção de melancia e mandioca. Recentemente, a comunidade conquistou, através da atuação da associação local, a instalação de unidades individuais de captação de energia solar, o que permitiu que a energia elétrica chegasse à Barra Velha (**Figura II.5.3-52**). O projeto faz parte de um programa do governo federal com recursos do FAT e do BIRD e beneficiou cerca de 48 famílias.

Existe próximo à Barra Velha outras ocupações mais isoladas como o caso de Brinquinho, na barra do Albino, localidade cujo acesso se dá somente por barco pelos canais nos manguezais.

Barra Velha possui ainda uma escola, que atualmente não funciona por falta de turmas.



**Figura II.5.3-51 – Travessia de Balsa no acesso à vila de Barra Velha**



**Figura II.5.3-52 – Casa em Barra Velha com Unidade de captação de energia solar**

j) Sede Municipal

A sede municipal de canavieiras está localizada às margens do rio Pardo, onde está localizado o Porto Grande, principal atracadouro da cidade (**Figura II.5.3-53**, **Figura II.5.3-54** e **Figura II.5.3-55**). Está cercada por áreas de mangues, e protegida do mar pela ilha de Atalaia e outras seis ilhas. O acesso à rede hidrográfica é feito mediante seus portos distribuídos nas ribeiras da cidade, tanto no rio Pardo, como em canais do estuário.



**Figura II.5.3-53 – Porto Grande – Centro de Canavieiras**



**Figura II.5.3-54 - Barcos atracados no rio Pardo**



**Figura II.5.3-55 – Vista aérea da cidade de Canavieiras (foto: Bahiapescas, 2002)**

A cidade, que foi fundada por colonizadores portugueses, por volta de 1700, tem aproximadamente 35.000 habitantes, Possui ruas largas, planas e arborizadas e ainda conserva o casario típico dos séculos XVIII e XIX, em bom estado de conservação (IPHAN, 2003). Além das atividades relativas à pesca e ao turismo, a economia local tem o cacau, a pecuária, especialmente a criação de aves e a produção de leite, a produção de carvão vegetal e de piaçava, figurando entre as principais atividades.

A comunidade de pescadores explora cerca de 23 áreas de pesca localizadas em manguezais e possui ainda uma boa frota de embarcações de maior porte que praticam a pesca marinha de camarão, peixe e lagosta. A pesca de mangue, presente principalmente nos bairros ribeirinhos, próximos da cidade, é realizada com um alto nível de especialização para a captura, principalmente de crustáceos e moluscos. (PANGEA/FNMA, 2005).

O turismo local está baseado ainda na atividade náutica e gastronômica, já que a região é considerada um dos melhores pesqueiros de robalo e caranguejo e, especialmente, internacionalmente conhecida em função da pesca esportiva do Marlim Azul. A pesca esportiva do Marlim tem em Canavieiras sua principal referência terrestre, já que é na cidade que estão localizadas as principais agências internacionais de turismo que negocia os pacotes para os praticantes desta modalidade esportiva. Próximo à costa do município existe um pesqueiro denominado de Royal Charlotte Bank, onde se pratica, especialmente no mês de Novembro, a pesca esportiva do marlim azul Nesse pesqueiro, formado nos limites do banco vulcânico submarino de mesmo nome, desenvolve-se um habitat propício a determinadas espécies de peixes. Esses locais são conhecidos pelos pescadores como “beirada”, “parede” e “coroa”, devido ao declive desta feição geomorfológica, onde alguns peixes se concentram. Esse pesqueiro é utilizado apenas por alguns pescadores, pois está localizado a uma grande distância

da costa. Somente aqueles que possuem maiores embarcações ou capital para bancar o combustível e os demais custos do deslocamento, o utilizam para pescar.

#### k) Vila de Atalaia

Localizada numa planície costeira, próxima ao estuário da desembocadura do rio Pardo, ao sul da ilha, a vila de Atalaia se formou nas proximidades da pequena igreja construída no local (**Figura II.5.3-56**). Constituída basicamente de uma comunidade pesqueira, a localidade mantém estreito limite ao perímetro urbano da cidade de Canavieiras, interligada através de uma ponte que permite o acesso dos que visitam a cidade aproveitar o principal atrativo local, a praia grande, com 17 km de extensão, com bares, restaurantes e pousadas.

Recentemente, devido ao avanço da especulação imobiliária na ilha, o acesso principal à barra do rio Pardo foi fechada com a instalação de cercas de arame farpado e a presença de guardas armados. A expressa proibição de outorgar livre acesso às pessoas tem gerado um conflito com a comunidade de Atalaia que, tradicionalmente, se aproveitavam das boas condições da barra do rio Pardo como uma das saídas para o mar. Grande parte do manguezal, no território da Atalaia, foi identificado no diagnóstico realizado para a criação da Resex de Canavieiras como um ecossistema degradado, para qual forma foi definido um programa de recuperação de áreas degradadas, que vem sendo executado desde o segundo semestre de 2003, num convênio entre a associação local, IBAMA e a ONG Pangea.



**Figura II.5.3-56 – Igreja no centro da vila de Atalaia**

## I) Campinhos

A localidade de Campinhos é formada por um conjunto de comunidades pesqueiras, distribuídas ao longo dos canais dos mangues no trecho entre a sede do município e o município de Belmonte. Destacam-se as localidades de Brasa, Laranjeiras, Jacaré, Campinhos e Marobá que, em função da proximidade compõem a localidade de Campinhos.

A população local depende do transporte marítimo para chegar até a sede do município. A atividade econômica predominante é a pesca e a mariscagem, especialmente nas áreas de mangues (PANGEA/FNMA, 2005). Com a criação da RESEX está sendo implementado um programa de criação de ostras em convênio entre o FNMA a ONG PANGEA e Associação de Pescadores e Maricultores de Campinhos (**Figura II.5.3-57**). A fazenda foi implantada há cerca de um ano, porém sua produção ainda não está consolidada.



**Figura II.5.3-57 – Criação de Ostras em Campinhos**

### II.5.3.12.1.4 - Município de Belmonte

Nascido há mais de 500 km de sua foz, o rio Jequitinhonha (**Figura II.5.3-58** e **Figura II.5.3-59**) cruza os estados de Minas e Bahia. Próximo a sua foz, nasceu a cidade de Belmonte, importante sítio histórico associado ao período do descobrimento, quando a fragata de Pedro Álvares Cabral teria pela primeira vez aportando em terras brasileiras. A região da foz do rio Jequitinhonha é formada por longas extensões de manguezais, compartilhadas com o estuário formados pelo rio Pardo, que deságua no Município de Canavieiras, determinando a formação de vários tipos de paisagens, como as praias, os manguezais, os tabuleiros costeiros e formações arbustivas (mussunungas). A foz compartilhada entre os rios Pardo e Jequitinhonha

estende-se do norte da Ilha da Atalaia até a ilha ainda sem nome na foz do Rio Jequitinhonha, ao extremo sul baiano e o estuário fluviomarinho em questão é compartilhado sem que se possa ter uma definição de onde começa ou termina a ação destes dois corpos d'água, e sim uma área comum de retrabalhamento dinâmico de sedimentos, alagamento e submersão.

A costa do município se estende por sua porção sul com a formação de praias arenosas, formadas pela deposição de sedimentos carregados pelo Jequitinhonha. Na zona estuarina compartilhada a paisagem é dominada pela presença dos manguezais que abriga uma grande diversidade de uma fauna, especialmente moluscos, crustáceos, peixes e aves migratórias.

A grande utilização dos recursos pesqueiros no município rendeu ao município de Belmonte o título de “Capital do Guaiamu”, espécie que ganhou inclusive uma estátua na cidade.

Embora os recursos pesqueiros sejam de grande importância econômica para o município, tradicionalmente a lavoura de cacau já desempenhou importante papel em outros períodos, o que atualmente vem sendo substituído pela produção de celulose, atividade que ocupa grande parte da área agrícola dos municípios com lavouras de monocultura de eucalipto. Há algum tempo o município vem recebendo investimentos no sentido de aproveitar o seu potencial turístico, atividade ainda insipiente se comparado com os municípios da Costa do Descobrimento, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

Os acessos rodoviários aos municípios de Belmonte são também escassos, já que além da BA-101 que liga o município à Cabrália, existe ainda uma outra estrada, a BA-275, que ainda não está pavimentada e liga o município à BR-101.



**Figura II.5.3-58 – As margens do rio Jequitinhonha na cidade**



**Figura II.5.3-59 – O rio Jequitinhonha na maré baixa**

#### m) Mogiquiçaba

Além da sede do município, outra importante localidade costeira do município é Mogiquiçaba, localizada às margens da BA-001 que liga à cidade ao município de Santa Cruz Cabrália. O povoado (**Figura II.5.3-60 e Figura II.5.3-61**) se formou próximo à barra do rio Preto, e teve na pesca sua atividade principal até o desenvolvimento do turismo na região. Atualmente, a população local é composta por poucos pescadores, sendo que apenas dois barcos ainda se encontravam em atividade no período de pesquisas em campo. Além disso, a maioria dos pescadores trabalhava ainda em outras atividades, como agricultura, serviços ligados ao setor de turismo, ou mesmo na produção de celulose desenvolvida pela empresa Vera Cruz no município.



**Figura II.5.3-60 – Igreja**



**Figura II.5.3-61 – Vila de Moradores**

### **II.5.3.13 - Recursos Naturais Utilizados e sua Importância Socioeconômica**

Os ambientes costeiros e marinhos representam para as populações humanas importantes fontes de recursos naturais que, historicamente, vem se diversificando em suas formas de exploração através do avanço tecnológico e o aprofundamento do conhecimento acerca do potencial. Nesses ambientes, amplamente diversificado do ponto de vista biológico, e conseqüentemente sensível dado a complexidade de seus sistemas, está concentrada grande parte da população mundial e, da mesma maneira, grande parte das cidades mais populosas do país.

A sensibilidade dos ambientes costeiros e a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais nessas áreas tem sido tema de importantes estudos e ações, especialmente ao longo das últimas décadas, impondo um importante e decisivo desafio para a sociedade e para o estado, gerir de forma ambientalmente responsável os recursos naturais disponíveis, sejam eles renováveis ou não.

Os desafios na gestão dos recursos naturais recaem sobre importantes dilemas, especialmente refletidos na diferença de relações dos diferentes segmentos da sociedade, cujos interesses e formas de apropriação do recurso impõem aos diversos atores sociais percepções muitas vezes distintas sobre a sua importância, os riscos, a utilidade e os meios de preservação dos mesmos. Não é incomum que, em muitos casos, conflitos se estabeleçam em função da apropriação de determinados recursos entre grupos sociais distintos, especialmente quando o recurso está para além do regime de propriedade assumido pela sociedade.

Em relação aos recursos naturais costeiros e marinhos, pelas questões históricas e geográficas no processo de ocupação dos territórios, esses conflitos a cerca dos recursos naturais se desdobram em questões de grande complexidade social e de difícil equacionamento político, em função da diversidade de atores envolvidos e, como acontece na maioria dos casos, em função da ausência de propriedade identificável. Podem ser citados como principais questões a serem observadas a cerca do entendimento das questões sociais relativas à apropriação dos recursos naturais, as seguintes:

- As diferentes representações sociais dos diversos atores, e suas divergências de interesse e de percepção acerca dos recursos naturais;
- As condições sociais, historicamente construídas, de acesso e de controle do acesso aos mesmos;
- Os diferentes usos atuais e potenciais, suas implicações econômicas e sociais;
- Os regimes de propriedade e/ou de hereditariedade, que expressam condições de transferência social do acesso a determinados recursos, que se estende da doação à venda, passando pela circulação através de redes de parentesco e etc; e
- Os regimes de uso compartilhado e a distribuição, socialmente, dos frutos de sua exploração.

O debate acerca dos usos e dos mecanismos de gestão dos recursos naturais, em função deste e outros motivos, são questões que vem sendo discutidas nas últimas décadas e que transcendem as questões econômicas e territoriais na medida em que envolvem segmentos diferenciados da sociedade.

O litoral sul baiano, região de inserção da atividade, vem refletindo este debate em função da progressiva inserção de diversos atores sociais, num campo de interação, debate e correlação de poderes e percepções. A presença da atividade de pesca artesanal, o desenvolvimento do turismo, o esforço de conservação da biodiversidade, a urbanização, a atuação da comunidade

científica, a agricultura e pecuária, o setor de exploração de petróleo, a presença de comunidades indígenas, a carcinicultura, entre outros, compõem esse campo de múltiplos atores cujos interesses, motivações e percepções são muitas vezes concorrentes e antagônicos.

Não são poucas as ações de integração e de democratização das condições de acesso em relação a esses recursos, representados nos espaços públicos e mesmo institucionais definidos para essa integração. Além da criação de conselhos municipais de meio ambiente, secretarias, representações locais dos órgãos ambientais e da criação de unidades de conservação, a inserção de novos empreendimentos, especialmente nos setores de turismo, carcinicultura e petróleo tem motivado a realização de audiências públicas e debates sobre o tema.

Por outro lado, a degradação ambiental, tanto pela ação continuada de exploração dos recursos como pela ocorrência eventos de maior visibilidade social, como foi o caso da mortandade de peixes, caranguejos e etc, atingem especialmente os ecossistemas mais frágeis e complexos, como os manguezais, recifes de coral e estuários, provocando alterações estruturais, muitas delas irreversíveis, afetando de forma direta e indireta o potencial de geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais. A percepção dos diversos atores sociais sobre os problemas ambientais suas causas e as responsabilidades dos diversos grupos de interesse e atores sobre essa ação, apesar do potencial de geração de conflitos, por outro lado tem gerado maior preocupação com a degradação ambiental e ações de compatibilização de interesse, como é caso das pesquisas, audiências e compensações geradas em função da mortandade de peixe, ocorrida há alguns anos na região.

Por último, ações de integração têm sido adotadas a partir da criação de unidades de uso sustentável na região, de modo a garantir a primazia de comunidades tradicionais locais na exploração de recursos pesqueiros de áreas costeiras e marinhas, controlando os estoques e permitindo a recuperação de determinados ambientes, a partir da promoção da educação ambiental, do associativismo, do cooperativismo e da autonomia local sobre a gestão territorial dos recursos naturais.

### **II.5.3.13.1 - Principais Recursos Naturais Utilizados**

Esta seção trata de maneira geral, de aspectos relacionados aos recursos naturais disponíveis e seus usos pelas populações humanas que vivem na região. Foram selecionados aspectos relativos aos recursos naturais costeiros e marinhos, objetivando a observação das possíveis interfaces com a atividade. Destacam-se como principais recursos naturais utilizados na AID os seguintes:

### II.5.3.13.1.1 - Águas Continentais

Composto pelos principais rios que drenam diversas regiões dos estados de Minas Gerais e Bahia, o conjunto hidrográfico que deságua na zona costeira da área de influência é marcado por diversificadas ações antrópicas, tais como o despejo de efluentes domésticos e naturais, abastecimento, irrigação, geração de energia, entre outros. A precariedade da Infra-estrutura de saneamento básico tem afetado particularmente os rios que cortam os centros urbanos e recebem esgotamento doméstico, industriais e hospitalares sem tratamento, contaminando suas águas.

Uma das áreas mais atingidas é o estuário formado pelos rios Almada, Cachoeira, Fundão e Santana, onde o aumento da matéria orgânica e decomposição de material poluente reduz a quantidade de oxigênio dissolvido na água provocando, em alguns casos, o desaparecimento de espécies mais sensíveis. O rio Cachoeira, por exemplo tem recebido, além do esgoto dos centros urbanos de Ilhéus e Itabuna, resíduos do Centro Industrial de Itabuna, principalmente da produção de laticínios e do beneficiamento de látex e dendê. O estuário do rio Almada é considerado, segundo informações do Diagnostico Ambiental produzido pelo SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia) como um dos mais prejudicados pela poluição.

Destacam-se como principais rios na área definida como Área de Influência Direta os seguintes.

**Quadro II.5.3-41 – Principais Rios na Área de Influência Direta**

Rio	Área de Drenagem	Principais Usos
Rio Almada	Almadina, Coaraci e Uruçuca, Itajuípe, Ibicaraí, Lamanto Júnior, Itabuna e Ilhéus.	Agricultura, pesca artesanal, irrigação, e Ecoturismo
Rio Colonia/Cachoeira	Itororó, Fimino Alves, Santa Cruz da Vitória, Itaju do Colônia, Floresta Azul, Ibicaraí, Jussari, Itapé, Itabuna e Ilhéus	Agricultura, irrigação, pesca artesanal, Recebimento de Efluentes Urbanos e Ecoturismo
Rio Santana	Ilhéus, Itabuna e Buerarema	Agricultura, irrigação, pesca artesanal, Recebimento de Efluentes Urbanos e Ecoturismo
Rio Itacanoeira ou Fundão	Município de Ilhéus	Agricultura, pesca artesanal e Recebimento de Efluentes Urbanos
Rio Curutinga	Município de Ilhéus	-
Rio Aguipe	Ilhéus, Una e Buerarema	-
Rio Una	Una e Arataca	Agricultura, irrigação, Recebimento de Efluentes Urbanos e Ecoturismo
Rio Comandatuba/Doce	Una	-
Rio Salgado	Una	-

Rio	Área de Drenagem	Principais Usos
Rio Pardo	Rio Federal, que nasce no Estado de Minas Gerais e deságua no Estado da Bahia, em Canavieiras. Outros municípios baianos inseridos na área dessa bacia são os seguintes: Cândido Sales, Belo Campo, Planalto, Vitória da Conquista, Itambé, Itapetinga, Barra do Choça, Caatiba, Encruzilhada, Ribeirão do Lago, Macarani, Maiquinique, Itarantim, Potiguará, Pau-Brasil, Camacá e Mascote.	Agricultura, irrigação, Recebimento de Efluentes Urbanos, Ecoturismo, pesca artesanal, esportes náuticos.
Rio Jequitinhonha	Abrange grande parte do nordeste do Estado de Minas Gerais e pequeno setor do sudeste da Bahia. A área compreende 63 municípios.	Agricultura, irrigação, pesca artesanal, Recebimento de Efluentes Urbanos e Ecoturismo
Rio Mogiquiçaba	Belmonte	Atividades humanas, pesca artesanal, Ecoturismo

Fonte: SEIA e SEMARH (2005)

### II.5.3.13.1.2 - Estoques Pesqueiros Marinho

Este estudo considerou, em relação à pesca realizada na plataforma continental, que as principais áreas de atuação são determinadas pela presença de maiores estoques pesqueiros, o que ocorre em determinados ambientes marinhos onde a ocorrência de algumas espécies é mais freqüente. Neste sentido, buscou-se identificar quais são os esses ambientes e quais as espécies de maior ocorrência.

#### a) Ambientes Recifais

Os ambientes compostos por recifes de Coral são ecossistemas marinhos encontrados em regiões de águas quentes e claras e formados pela deposição do esqueleto calcário de organismos como corais, algas e moluscos. Constituem-se em habitats essenciais para peixes e outros recursos pesqueiros, abrigando uma extraordinária variedade de plantas e animais e constituindo, juntamente com os manguezais, uma das principais fontes de recursos pesqueiros para muitas comunidades.

Os ambientes recifais, presentes em toda a costa brasileira, caracterizam uma parcela expressiva da plataforma continental e talude superior da área de estudo, e condicionam parte significativa da produção pesqueira marítima do estado. Os recursos pesqueiros recifais praticamente sustentam uma numerosa frota de características artesanais no estado da Bahia. Esta frota utiliza principalmente anzóis e linhas-de-mão, arte de pesca muito seletiva, empregada na captura de espécies nobres e de alto valor comercial (MARTINS *et al.*, 1998; CEPENE, 1999).

A frota linheira emprega estratégias de pesca extremamente adaptativas, típicas de pescarias tropicais e multiespecíficas. Os pescadores exploram a diversidade de peixes recifais,

redirecionando continuamente o esforço de pesca não apenas para as diferentes espécies disponíveis na época de cada pescaria, mas também para diferentes locais de concentração de peixes, denominados de pesqueiros.

Segundo informações do Programa REVIZEE, provenientes da amostragem dos desembarques da pesca-de-linha no sul da Bahia, os principais pesqueiros explorados pela frota baiana distribuem-se sobre a plataforma continental, desde profundidades de 20m, e concentram-se na região da plataforma externa até a zona de quebra da plataforma, entre 40 e 150m de profundidade (VIANNA *et al.*, 1999; MARTINS *et al.*, 1998). Os pesqueiros estão associados às feições geomorfológicas dos fundos, como alinhamentos de arenitos de praia submersos, afloramentos rochosos, paleocanais, bancos de algas calcárias e diversas formas de recifes coralinos (DIAS, 1998).

Na área de influência direta da atividade de perfuração, entre Ilhéus e Canavieiras, destaca-se o pesqueiro conhecido localmente como Mar de Cima ou Rêgo de Comandatuba, formado por paleocanais associados aos cânions dos rios da região que entalham o talude e plataforma continental (FRANÇA, 1979). Também cabe realçar a importância dos pesqueiros da zona de quebra da plataforma e talude superior, conhecidos localmente como “beiradas” e “paredes”, entre eles a Beirada de Ventura, Beirada da Canoa, Beirada do Homem e Beirada do Dentão. Outros pesqueiros de menor importância na, reportados na amostragem da pesca linheira do Programa REVIZEE foram: o Través de Ilhéus, Baçueira, Selvagem Grande, Oiteiro da Beira da Serra, Quilombinho, Olivença, Buíra e Terra Firme. (VIANNA *et al.*, 1999; FROTA *et al.*, 1999; MARTINS *et al.*, 1998). Maiores detalhes sobre os pesqueiros da região ve **item II.5.3.14.14 – Áreas de Atuação e Recursos Pesqueiros** deste diagnóstico.

Os desembarques da frota linheira que opera no sul da Bahia apresentam uma sazonalidade bem marcada. A captura dos peixes recifais, conhecidos popularmente pelos pescadores como “peixe de fundo”, principalmente das categorias comerciais “guaiúba”, “vermelho” e “badejo” é mais intensa a partir de março, predominando nos desembarques durante os meses de inverno e primavera. A partir de outubro, os desembarques deste grupo tendem a cair gradualmente até fevereiro. Nos meses de verão, as frotas locais dirigem o esforço de pesca também para a captura de espécies pelágicas, como os dourados, albacoras (atuns), agulhões, bonitos e cavalas disponíveis na área de pesca (SAMPAIO *et al.*, 1999), conhecidos popularmente como “peixes boiados”, devido a sua característica de habitar próximo à superfície marítima.

Na zona de borda da plataforma, além dos atuns e agulhões, concentram-se outros recursos que sustentam pescarias específicas, a exemplo da exploração do olho-de-boi (*Seriola spp*) com linha-de-mão e isca-viva, tendo o xixarro (*Selar crumnotalmus*) como principal isca. O olho-de-

boi é capturado principalmente nos pesqueiros das "paredes", na quebra da plataforma continental e talude superior (MATSUI, 1999; SAMPAIO *et al.*, 1999).

Outra pescaria de linha importante na costa baiana, durante o verão, é aquela dirigida à caranha (*Lutjanus cyanopterus*) em áreas de agregação para desova, denominadas de "caranheiros". Os caranheiros são explorados anualmente, em períodos de lua minguante para crescente, nos meses de janeiro e fevereiro (MATSUI, 1999).

#### b) Fundo de Cascalho e Bancos de Algas Calcárias

As espécies alvo da pesca da lagosta na região — nomeadamente a lagosta-vermelha e a lagosta-verde — apresentam distribuição ampla sobre a plataforma continental, desde a zona costeira até a borda da plataforma. Essas espécies ocorrem preferencialmente em fundos de cascalho e bancos de algas calcárias. (PAIVA, 1997; IBAMA, 1994a; IBAMA, 1993).

A captura da lagosta na plataforma externa, em profundidades superiores a isóbata de 50m, é realizada tanto pela frota industrial, quanto pela frota artesanal, utilizando armadilha de fundo e redes "caçoeiras" (SEAGRI, 1994; IBAMA, 1994). Segundo as estatísticas oficiais, as embarcações da "frota industrial" licenciadas para a pesca com "covos" (armadilhas) na Bahia estão sediadas em Ilhéus. Essas embarcações possuem casco de ferro e comprimento superior a 14m (CEPENE, 1999).

As frotas lagosteiras que utilizam armadilhas no sul da Bahia operam preferencialmente na zona de plataforma externa, nas proximidades da zona de quebra da plataforma continental, normalmente acompanhando a distribuição dos fundos de cascalho, podendo eventualmente operar em menores profundidades (PAIVA, 1997; IBAMA, 1994).

Recentemente, as lagostas também têm sido alvo da pesca com rede-de-emalhar do tipo "caçoeira", denominada na região rede "lagosteira" ou rede "caçoeira para lagosta" (CEPENE, 1999). Essas redes são colocadas junto aos fundos de cascalho ou sobre formações recifais costeiras, operando em profundidades superiores a 40m, inclusive atingindo a zona de borda da plataforma.

Apesar de não existirem registros nas estatísticas oficiais, é freqüente a operação de embarcações lagosteiras provenientes de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará e do Rio Grande do Norte, pescando com armadilhas e redes "caçoeiras" para lagosta, nas mesmas áreas de atuação das frotas locais.

### c) Talude (Parede)

A exploração de peixes demersais com espinhel-de-fundo em zonas mais profundas, sobre o talude superior, no sul da Bahia, está limitada à presença esporádica de embarcações do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, operando em profundidades que raramente ultrapassam os 500m. O resultado dos espinheleiros visitantes tem estimulado alguns armadores locais a investirem na atividade, porém a pesca com espinhel-de-fundo sobre o talude, realizada por embarcações das frotas locais, ainda não passam de experiências pontuais.

### d) Área Pelágica

A área pelágica refere-se ao ambiente composto exclusivamente pela coluna d'água, onde estão localizados principalmente os peixes boiados, ou seja, aquelas espécies que não estão associadas diretamente aos ambientes de fundo (recifes, lamas, fundos de cascalho e de algas).

O conhecimento atual sobre os grandes teleósteos pelágicos tem origem fundamentalmente a partir de dados gerados pelas pescarias comerciais, o que, por si só, já demonstra a sua alta importância econômica. Destacam-se, porém, as espécies do gênero *Thunnus*, o bonito listrado, *Katsuwonus pelamis*, e o espadarte, *Xiphias gladius*.

Por outro lado, como a quase totalidade das espécies foi obtida a partir das capturas de barcos atuneiros operando com espinhel e, em menor escala, com vara e isca-viva, os quais constituem métodos de pesca altamente seletivos e mais comumente empregados na área oceânica, a biodiversidade identificada a partir destas capturas não deve ser interpretada como um indicador real da riqueza de espécies do domínio oceânico da Zona Econômica Exclusiva brasileira.

Embora para os atuns e afins não se possa falar de espécies raras / ameaçadas, registra-se com preocupação a "extinção comercial" da albacora-azul, *Thunnus thynnus*, a qual, de um nível alto de abundância, já praticamente não mais ocorre nas pescarias nacionais.

Nessa área, a pesca oceânica é desenvolvida especialmente com o uso de espinhel-de-superfície (monofilamento) com atratores luminosos (*light sticks*). De acordo com informações apresentadas em outros diagnósticos ambientais da pesca na região, existem cerca de 50 barcos arrendados e 30 embarcações nacionais em atividade na costa brasileira. Embarcações das frotas de Natal (RN), Santos (SP) e Itajaí (SC), empregando esse tipo de espinhel, voltado

para a captura do espadarte, atuns e agulhões. Algumas dessas embarcações têm sido observadas com frequência, operando na região de estudo.

De acordo com informações quanto às áreas de captura, provenientes do preenchimento de "mapas de bordo", com uma resolução de 5° de latitude e longitude, 20% da produção total dessas frotas e 35% do espadarte capturado pelo Brasil são registrados na região oceânica imediatamente ao sul de Ilhéus, entre 15°-20°S, em áreas com profundidades acima de 1.000m, sendo 80% em profundidades maiores que 3.000m.

É importante realçar que a pesca oceânica de pequena escala tem sido objeto de projetos governamentais visando o desenvolvimento de frotas locais, para exploração de recursos pelágicos na zona oceânica sobre o talude continental. A área de estudo encontra-se na região-alvo destes projetos, caracterizada por apresentar uma plataforma continental estreita (menos de 20 milhas náuticas de largura), que favorece o acesso das pequenas embarcações das frotas locais aos recursos oceânicos, como o espadarte, atuns e espécies afins, que ocorrem em maior abundância junto à borda da plataforma continental e nas águas sobre o talude do Estado da Bahia (VIANNA e OLAVO, 2000; BAHIA PESCA, 2000).

#### e) Fundos de Lama

As áreas conhecidas como "lamas" para os pescadores locais, são áreas marinhas onde o substrato é constituído de uma camada de sedimento lodoso, ou seja, fundos de lama onde podem ser encontradas algumas espécies de camarões e peixes. Nessas áreas ocorrem importantes pescarias, especialmente utilizando técnicas de arrasto, com redes direcionadas para a captura de camarão. A ocorrência desses ambientes é freqüente no litoral, ao longo da costa especialmente em águas rasas. A exploração, de acordo com pescadores locais dedicados à pesca do camarão, pode chegar até 60 metros, sendo mais comum entre a profundidade de 5 e 30 metros de profundidade da lâmina d'água.

#### f) Manguezais

A região costeira da Bahia, marcada pela presença de extensos manguezais, como é caso da região de deságüe do rio Una, nas proximidades do arquipélago de Tinharé-Boipeba, na Bahia de Camamu, na zona estuarina de Ilhéus e de Canavieiras assim como em Caravelas. Os manguezais são caracterizados como ecossistemas costeiros, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés e constituído de espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas), além de micro e

macro algas (criptógamas). As espécies vegetais que compõem os manguezais são adaptadas à variações do grau de salinidade, provocada pela mistura das águas continentais e marinhas, sendo característico desses ambientes a concentração sedimentos predominantemente lodosos, com baixo teor de oxigênio.

Os manguezais são considerados áreas vitais no nosso planeta, porque são ambientes muito especiais de grande importância ecológica e econômica, que ocorrem por todo litoral onde os rios deságuam no mar, ocorrendo uma mistura de água salgada com água doce. Os manguezais são ecossistemas produtivos e complexos que produzem bens e serviços de grande valor econômico para a sociedade como um todo, e para as comunidades litorâneas principalmente, que usam seus recursos naturais como base da dieta alimentar. Esses bens e recursos são produzidos e dado gratuitamente” a sociedade. Essa noção de “gratuidade” refere-se ao fato dos manguezais serem áreas públicas, de acesso aberto para atividades tais como: a pesca, a catação de caranguejo e de lambreta.

A população das localidades costeiras, possui uma relação tradicional com os manguezais da região, de onde retiram alimentos. Em geral estas localidades se constituem em comunidades dependentes da existência dos manguezais e dos ciclos biológicos para sua sobrevivência. Pescadores e Marisqueiras, por exemplo, retiram grande parte dos alimentos para a família dos manguezais. Destaca-se nos manguezais da Bahia, especialmente na região sul.

Além de espécies como o Guaiamum, e outras tantas espécies de caranguejo, siri, bem como moluscos, como a lambreta, o sururu, que normalmente estão associadas ao mangue, outras importantes espécies como tainha e o camarão, tem as zonas de mangue como área de reprodução. Outras espécies freqüentam ainda os manguezais para alimentação, sendo também representativas na produção de alimentos para as comunidades costeiras, como é o caso do polvo e algumas espécies de peixes, como a caranha, o robalo, o baiacu (“come lambreta”), o carapitanga, o caramuru (“se alimenta de caranguejo mole”), a carapeba e a tainha.

#### II.5.3.13.1.3 - Aspectos Cênicos (Praias e Atrativos Naturais)

Entre os recursos naturais da região, destaca-se com o crescimento do turismo, as praias, ilhas, barras e outras belezas naturais da região. A diversidade de formações das praias, que conjuga a presença de mata atlântica, extensos manguezais, formações de corais, coqueirais, entre outros aspectos, transformou a região num importante destino do estado e do país, sendo as imediações de Ilhéus, tanto ao norte quanto ao sul os locais mais procurados.

A seguir são destacados alguns dos principais atrativos naturais dessa região, que por sua constituição cênica acabam por figurar como importantes recursos naturais economicamente explorados.

**Quadro II.5.3-42 – Praias localizadas na Zona Costeira dos Municípios de Ilhéus, Una, Canavieiras e Belmonte**

Praias	
Ilhéus	
Praia de São Miguel	Área de coqueirais, areia branca e fina. Cabanas, pousadas e uma vila de pescadores.
Praia Boca da Barra – Pinah	Forma uma prainha particular com cabanas. Ponto de pesca
Praia do Malhado	Antiga praia dos ferroviários atualmente freqüentada por pescadores. O mar cobre quase toda a faixa de areia. Não é recomendada para banhos.
Praia da Avenida	É a única despoluída de Ilhéus, graças ao trabalho do Governo, que retirou todos os esgotos, transferindo para estação de tratamento.
Praia do Cristo	Usada para prática de esportes náuticos (barcos a vela, caiaques, jet-sky, hobby-cat).
Praia da Concha	Pequena, com cerca de 100 m de extensão, dá boa visão para a baía do Pontal e praia da Avenida. É recomendada para banho. É rodeada de coqueiros e vegetação nativa, ao pé do Morro de Pernambuco.
Praia do Pontal	Ficou famosa por ser ponto de partida da etapa brasileira do campeonato mundial de Triathlon (ciclismo, corrida e natação). Palco de grandes festas. Ali também desembarcou o fundador da cidade, Francisco Romeiro, e foi onde ocorreu a Invasão Holandesa, em 1635.
Praia do Norte	Coqueirais e Mata Atlântica. O rio Almada corre paralelo à praia por muitos quilômetros. Possui cabanas padronizadas e ciclovia. Boa para banho, caminhadas, surf e pesca.
Praia Mar e Sol	Adequada para banho, caminhadas, prática de esportes, como andar de bicicleta, jogar futebol e pescar. Com coqueiral, cabanas e pontos de venda de objetos de arte e artesanato local. Forma piscinas na maré baixa e serve para surf na maré cheia.
Praia do Jóia	Coqueirais, barracas e cabanas. Boa para caminhadas e banho de mar.
Praia Barramares	Possui cabanas de praia. Boa para banho.
Praia dos Coqueiros	Possui pousada com piscina e cabanas de praia. Indicada para banho e caminhadas. Jangadas para pesca em alto mar.
Praia Ponta do Ramo	Boa para caminhadas, banho de mar e pesca. Possui cabanas e coqueirais.
Praia Mamoã	Possui pousada, cabanas, é boa para banho e caminhadas. Várias jangadas utilizadas pelos pescadores, para pesca em alto mar.
Praia Ponta da Tulha	Vastos coqueirais. Possui pousadas, casas de veraneio, vila de pescadores, bares e cabanas. Recomendada para banhos, caminhadas e pesca.
Praia do Sul	Recifes e coqueiros compõem a paisagem, que é recomendada para caminhadas, pesca e surf. Possui casas de veraneio, hotéis (os maiores da cidade) e pousadas.
Praia dos Milionários	O nome deve-se ao fato de que antigamente era freqüentada pelos ricos coronéis do cacau. É a mais procurada do litoral sul pelos banhistas e turistas. Praia extensa, margeada por coqueiral. Possui camping, várias cabanas padronizadas, chuveiros e sanitários. Boa para banho e caminhadas.
Praia Cururupe	Rica em manguezais. Possui cabanas e caiaques. O local é um Sítio Histórico, palco de uma batalha, em 1559, quando a aldeia dos índios tupiniquins foi praticamente exterminada pelos portugueses. Os corpos dos índios se espalharam cerca de 2 km de praia, no que ficou conhecida como a Batalha dos Nadadores.

<b>Praias</b>	
Praia do Back Door	Primeira praia do distrito de Olivença. Possui coqueiral e recifes. Não possui cabanas. Boa para surf, mas perigosa para o banho.
Praia de Batuba	Possui coqueiral e recifes. Boa para surf. Bastante freqüentada, mas perigosa para banho. Há restaurantes que servem frutos do mar. Possui camping com adequada infra-estrutura. Passeios ecológicos pela Mata Atlântica.
Praia Cai n'Água	Coqueirais e amendoeiras, enseada entre recifes. Possui casas de veraneio, muitas cabanas, boa para surf.
Praia Jairi	Situada junto à foz do riacho Jairi. Possui cabanas e casas para aluguel. Boa para banho.
Praia de Canabrava	Coqueirais, recifes, casas de veraneio e chalés para aluguel. Boa para banho. Possui grandes resorts.
Praia de Águas de Olivença	Possui condomínio com casas de veraneio e cabanas de praia. Boa para banho.
Praia de Acuípe	Possui vegetação de restinga e coqueiral. Vários hotéis e pousadas. Boa para caminhadas, banho de mar e pesca de molinete. Existe um navio naufragado (há aproximadamente 20 anos).
Praia do Desejo	Boa para caminhadas e banho de mar.
<b>Una</b>	
Praia de Acuípe	Mar calmo e águas mornas – bom para banho. Atrativos: ao norte, o mar encontra-se com a foz do rio Acuípe, o que torna este local ótimo para pesca.
Praia da Ilha do Desejo	Continuação da Praia de Acuípe; propícia para banho em todos os períodos das marés. Muitos coqueiros margeiam toda a costa; possui boa infra-estrutura turística. Atrativos: ao sul, encontra-se a barra do rio Acuípe – ótimo local para a pesca e banhos. Após a foz do rio, a praia torna-se deserta – uma boa opção para os praticantes do naturismo.
Praia de Lençóis	Rica em manguezais, restingas e coqueirais. Possui pousada, cabanas, casas de veraneio. Boa para banho e caminhadas.
Praia Itapororoca	Praia pouco freqüentada, com ondulações fortes, boa para pesca. Areias contornadas por vastos coqueirais e ao fundo alguns trechos de Mata Atlântica.
Praia da Independência	Praia pouco freqüentada, boa para banho e caminhadas. O encontro do rio com o mar é o que torna esta praia especial.
Praia de Comandatuba	Boa para banho e caminhadas. Atrativos: pode-se banhar na lama negra medicinal, visitar uma típica casa de nativos, além de observar a técnica de tirar água de cacimba e subir os coqueiros com a peia.
Praia de Pedras de Uma	Mar calmo em todos os períodos das marés, ótima para a pesca, margem repleta de coqueiros. Atrativos: praia deserta e virgem.
<b>Canaveiras</b>	
Praia do Norte	Características: com trechos de Mata Atlântica – aproximadamente 11 km. Atrativos: boa para caminhadas.
Praia da Barra Velha	Características: coqueirais e grande área de Mata Atlântica preservada. Atrativos: boa para banho de mar, caminhadas e para pesca com molinete.
Praia da Barra do Albino	Características: possui área para banho, areias monazíticas, coqueirais, sítios e casas de veraneio.
Praia de Patipe	Características: costa cercada de coqueirais. Água doce e salgada. Atrativos: boa para pesca, prática de caiaque e windsurf.
Praia da Costa	Características: 6 km de extensão, urbana, é a mais freqüentada. Apresenta vegetação de restinga e extenso coqueiral, além de pousadas, chalés e ótimas cabanas. Atrativos: boa para surf, caminhadas e banho de mar.
Praia de Atalaia	Características: possui cabanas de praia. Atrativos: boa para banho e caminhadas.
Barra de Canaveiras	Características: possui cabanas de praia. Atrativos: boa para banho e caminhadas.
Praia do Sul	Características: vegetação de mangue e coqueiros. Atrativos: boa para pesca.

<b>Praias</b>	
<b>Belmonte</b>	
Praia de Mogiquiçaba	Na região existem várias espécies de aves. A flora também merece destaque, devido à presença de Mata Atlântica às margens da BA-001. A praia é boa para caminhadas e para banho em todas as marés. É favorável para a pesca de molinete e rede (pescada, cação e arraia são os peixes mais capturados), para a prática de windsurf e surf e para passeios a cavalo. Tem infra-estrutura turística em meio ao coqueiral e espaço para camping. É área de desova de tartaruga marinha.
Praia do Rio Preto	Deserta e sombreada por coqueiral, em frente a sítios particulares. Oferece boas condições para banho e caminhadas nas areias compactas.
Praia do Mangue Alto	Propícia para banho, pesca de molinete (cação, robalo, carapeba e cavala), caminhadas e surf. Os frequentadores têm oportunidade de observar a diversidade natural: brejo, restinga, manguezais e coqueiral.
Praia da Barra	Localizada na foz do Jequitinhonha, tem barracas de praia e vegetação densa, além de coqueiral. Permite banho de mar e de rio, pesca de molinete e prática de surf.
Praia do Mar Moreno	Com coqueiral e barracas de praia, é adequada para banho, pesca de molinete ou de rede, prática de surf, bodyboard e windsurf. Tem extensão de 7 km.
Praia do Meio	Ilhota situada na foz do rio Jequitinhonha, ótima para pescar. Com difícil acesso, a não ser de barco.
Praia do Norte	Ondas fortes, coqueiros, areia fina e batida. Boa para banho. Pouco frequentada.
Praia de Barra Nova	Apresenta um belo manguezal e é quase deserta. A frequência, porém, aumenta muito nas noites de lua cheia. Boa para banho durante a maré baixa e adequada para a prática do surf, na maré alta. O melhor período para o banho de rio vai de abril a setembro, quando o nível das águas está mais baixo. Ideal para caminhadas, o acesso é a pé ou de bicicleta, através da praia de Belmonte. Ali se pratica a pesca de rede e de molinete, para captura do robalo e do camurim açu.
Praia do Peso	Ideal para banho. Pouco frequentada. Dali saem também os barcos para o passeio no rio Passuí.

Fonte: BahiaTursa. www.bahia.com.br

### Quadro II.5.3-43 – Principais Ilhas na Zona Costeira da AID

<b>Ilhas</b>	
Ilha da Fantasia/Comandatuba	A ilha da Fantasia (ou Comandatuba), localizada na barra do rio Comandatuba, possui uma grande área de mata atlântica, com uma extensa faixa de areia ornada por coqueiros. Atualmente a ilha é ocupada por um dos maiores resorts do país, com ampla infra-estrutura de turismo de alto padrão.
Ilha de Atalaia	Com 17km de extensão, a ilha do Atalaia está situada à frente da antiga cidade de Canavieiras. A ilha está ligada ao município pela ponte Antônio Carlos Magalhães. Graças à beleza e boa infra-estrutura (com hotéis, pousadas, bares e restaurantes), o lugar é muito frequentado por turistas e veranistas.
Ilha das Garças	Localizada ao sul da Barra do Rio Pardo, a Ilha das Garças é um paraíso natural. A ilha tem esse nome porque é considerada o refúgio das garças, que se dirigem para lá, ao pôr do sol. O local é propício para banho de lama negra medicinal, com propriedades terapêuticas.

Fonte: BahiaTursa. www.bahia.com.br

#### II.5.3.13.1.4 - Áreas de Carcinicultura

Em Canavieiras, além da atividade pesqueira, a carcinicultura marinha (criação de camarões marinhos) vem se desenvolvendo de forma bastante expressiva. De acordo com informações do representante do escritório da empresa Bahia Pesca em Ilhéus, existem atualmente cerca de

4.000 hectares de terras negociados na região para o desenvolvimento da carcinicultura marinha. Desse total, 670 hectares já se encontram licenciados para a implantação e 300 hectares já estão em operação, constituídos por cerca de 10 empreendimentos localizados entre as localidades de Poxim do Sul e Barra Grande (ou Barra do Albino), na região de Canavieiras. A produtividade média alcançada nas fazendas da região é de cerca de 6.000 kg/ha/ano, obtida em três ciclos de engorda anuais.

A atividade de criação de camarão vem se desenvolvendo nessa região, ocupando extensas áreas de antigas fazendas que ficam próximas aos canais e estuários localizados nos municípios de Una e Canavieiras. Essa região está se transformando no mais novo pólo de cultivo de camarão da Bahia. Com a divulgação do Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para Carcinicultura Marinha, realizado e distribuído em CD pela Bahia Pesca, a região tem sido bastante procurada por empresas de outros estados e de outras regiões da Bahia, atraídas especialmente pelas condições climáticas favoráveis, a fartura de água e terrenos com topografia apropriada. Este Macrodiagnóstico foi elaborado com base num SIG (Sistema de Informações Geográficas) que considerou dentre diversos fatores, também as unidades de conservação e os ecossistemas sensíveis e protegidos pela legislação ambiental, como os mangues.

As fazendas de carcinicultura ocupam atualmente 2.648 hectares de terra entre as localidades de Poxim do Sul e Barra Grande (ou Barra do Albino), na região de Canavieiras. Outro importante recurso natural utilizado nas fazendas de camarão é a captação de água marinha ou salobra que, nessa região é realizada a partir de aduções nos rios Salgado, da Barra e Sedrero.

**Quadro II.5.3-44 – Áreas de Aproveitamento para atividade de Carcinicultura**

Comunidade	Empresa	Localização	Fazenda (Ha)	Viveiros (Ha)	Numero Viveiros	Situação (CRA)
Oiticica		Km 28, BA-001	172	47,3	16	Licença simplificada
	OCEAN	502.644 8.276.914	530	36,5	15	Licença simplificada
Poxim do Sul		Pedra do Rocha, Poxim, 18-Poxim	256,45	135	49	Licença simplificada
Poxim do Sul		km 18	400			Área comprada
			45,14	23,54	10	Licença simplificada
Poxim do Sul	DRENO SOLO	Km 20, BA001	219	49		Licença simplificada
Barra Velha		Faz. Bom Sossego km 12, BA-001	140,47	49,6	13	Licença simplificada
Sede		km 12	184			Área comprada
Sede		500.460 8.278.545	68	28,36	8	Licença simplificada
Oiticica		15°24,558' 38°59,442'	45	20		Licença simplificada
			80			Área comprada
Sede		15°36,212' 38°57,516'				

Fonte: FNMA/PANGEA, 2005

#### II.5.3.13.1.5 - Áreas de Ostreicultura

As principais áreas destinadas ao cultivo de ostras estão localizadas nos estuários existentes nas localidades de Barra Velha e Campinhos, em Canavieiras. Em Barra Velha, com o auxílio da ONG Pangea, os pescadores vinculados à Associação dos Pescadores e Moradores de Barra Velha já se encontram produzindo ostras, e o resultado da primeira safra encontrava-se próximo da despesca. O cultivo de ostras na localidade de Campinhos, por outro lado, foi implantado mais recentemente e encontra-se ainda em fase inicial de criação e sem resultados de produção. A espécie que vem sendo cultivada no sul da Bahia é a ostra do mangue, *Crassostrea rhizophorae*.

#### II.5.3.14 - Lazer, Turismo e Cultura

O turismo representa para o estado da Bahia, especialmente para as cidades e localidades costeiras, uma das mais importantes atividades econômicas, especialmente importante do ponto de vista social por permitir maior descentralização de investimentos, maior envolvimento de comunidades locais, gerando importantes oportunidades de empregos nos mais diversos setores da economia.

Em especial, nas últimas décadas a economia em torno da atividade turística tem reorientado a ocupação ao longo da costa, trazendo profundas transformações sobre os modos de vida das comunidades locais, bem como representando um dos segmentos mais importantes para a economia do estado.

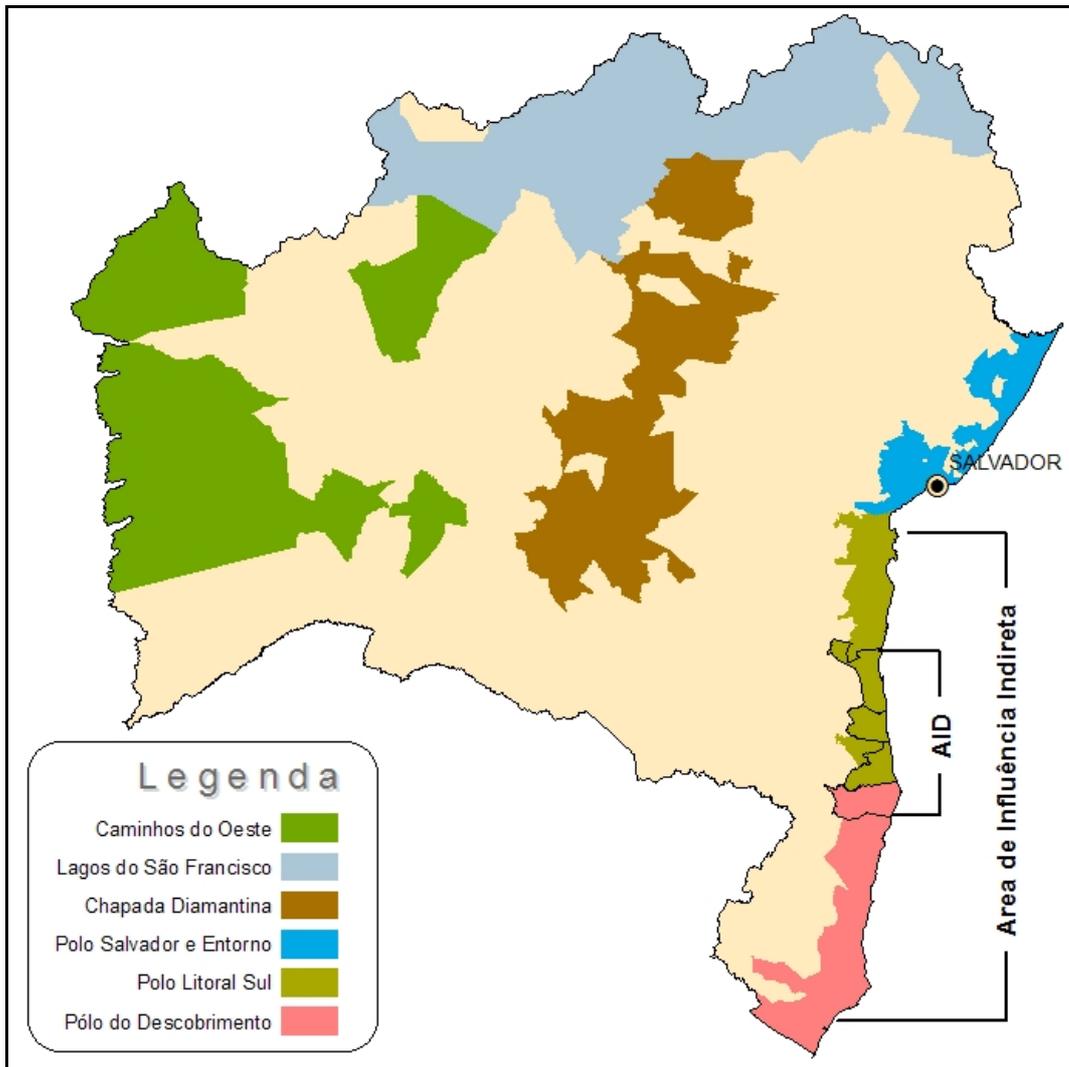
Os investimentos em turismo começaram a ganhar força no final dos anos 1950, quando o setor passou a ser inserido no planejamento estadual. Nessa época, o turismo praticado na Bahia caracterizava-se como uma atividade incipiente, em grande medida realizada por visitantes estrangeiros que chegavam à Capital em transatlânticos, ou por turistas nacionais/regionais que se deslocavam de áreas interioranas em busca das propriedades terapêuticas das águas das estâncias hidrominerais (Itaparica, Olivença, Caldas do Jorro e Águas de Cipó). Centralizado em Salvador, o setor dispunha de poucos equipamentos e serviços, mas a iniciativa privada já se fazia presente com uma oferta, ainda que restrita, de empreendimentos hoteleiros, assim como de bares e restaurantes. O apoio prestado pelo organismo municipal responsável pela gestão da atividade restringia-se à concessão de informações e ao suporte à organização das manifestações populares, com destaque para o Carnaval.

A segunda fase da gestão turística baiana iniciou-se em 1963, após a inauguração da BR-116, a Rio-Bahia, que possibilitou o incremento do fluxo de turistas nacionais por via rodoviária. Durante o período vigente entre esse ano e 1971, a gestão do turismo passou por transformações expressivas nos âmbitos municipal e estadual. Foi desencadeado então o processo de gestão contínua do turismo, tendo por marcos a implantação, em 1966, do Departamento de Turismo (SUTURSA) e da Hotéis da Bahia S. A (Bahiatursa) em 1968.

Nos anos 1970, o crescimento turístico no Brasil, capitaneado pela ação governamental e atrelado ao processo de industrialização que ocorreu no país e, em particular, na Bahia, possibilitou um sistema viário, que promoveu maior acessibilidade à Capital e também aos núcleos turísticos litorâneos.

A partir da década de 90, as indicações e estratégias de desenvolvimento motivaram a formulação do PRODETUR-BA, elaborado em 1992. O Governo do Estado, antes mesmo da liberação dos recursos efetuada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE), iniciou uma aplicação maciça de investimentos direcionada à atividade turística baiana, possibilitando a atração de um amplo leque de empreendedores nacionais e estrangeiros.

De modo a facilitar a implantação das estratégias programadas para o estado e, ao mesmo tempo, permitir o incremento da ação promocional, a Secretaria de Turismo e Cultura do Estado da Bahia - SUDETUR subdivide o estado em zonas turísticas, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-62**, a seguir.



**Figura II.5.3-62 – Divisão das Regiões Turísticas – Secretaria de Cultura e Turismo**

No ano de 2001 a SUDETUR desenvolveu uma série de “Roteiros Ecoturísticos da Bahia”, divulgando os atrativos das zonas turísticas em roteiros de passeios, fotografias e os mapas temáticos das regiões. O objetivo da SUDETUR ao desenvolver a série não limitava-se a estimular a visitação, mas também pretendia-se atrair possíveis investidores desse setor da economia. No presente estudo, as zonas que abarcam a área de influência da atividade, referem-se às zonas turísticas denominadas de Costa dos Coqueiros, baía de Todos os Santos, Costa do Dendê e alguns municípios da Costa do Cacau.

O PRODETUR, como é conhecido o Programa de Desenvolvimento do Turismo, realizou um amplo diagnóstico em todas as localidades aonde a atividade vem apresentando potencial econômico.

Após a realização da primeira fase do programa, o PRODETUR I, a Secretaria da Cultura e Turismo (SCT) do Governo do Estado da Bahia e a equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV) elaboraram um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. Este estudo, que propõe um plano de desenvolvimento estratégico para os municípios, serviu de base para a elaboração do presente diagnóstico. Dali foram obtidas informações a respeito das modalidades de turismo praticado, da estrutura disponível, da circulação de turistas, entre outras.

Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, o fluxo de turistas na Bahia em 2000 foi de 4,2 milhões de pessoas. Desse universo, Salvador recebeu cerca de 1,9 milhão, correspondendo a 45% do fluxo total. A distribuição mostra a diversificação geográfica do turismo, se comparada com números da década de 80, quando o fluxo para Salvador correspondia a aproximadamente 65% do fluxo global para a Bahia. Este movimento ocorreu como consequência da política de interiorização do turismo, iniciada na década de 80.

No litoral sul a demanda turística é basicamente nacional, e a faixa etária dos visitantes está em torno de 31 anos — menor do que a média do estado da Bahia, que é de 37 anos. A maior parte desse universo é composta por pessoas atraídas pelas atividades de ecoturismo, por suas belezas naturais, pelo seu clima e pela riqueza histórica da área, com igrejas, conventos, capelas, fortificações e antigos quilombos da época da colonização. Embora alguns destes monumentos estejam tombados pelo patrimônio nacional, seu estado de conservação é considerado precário..

O maior fluxo de contingente, a deficiência de infra-estrutura urbana e de hospedagem, e o parcelamento dos solos de forma desordenada têm contribuído para danificar o meio ambiente com a descaracterização da faixa litorânea. Observa-se, além disso, uma aguda degradação dos corpos d'água, devido ao lançamento de esgotos *in natura* e resíduos sólidos urbanos.

Dentre as obras de melhoria de acesso financiadas pelo PRODETUR-I para impulsionar o turismo da chamada Costa do Dendê à Costa do Cacau têm-se: a construção do Aeroporto de Valença; a construção da rodovia Nazaré-Valença, interligada ao sistema ferry-boat; a implantação do sistema de lanchas rápidas que interligam o Terminal Marítimo de Passageiros de Salvador ao Morro de São Paulo; a construção da rodovia asfaltada Ilhéus-Itacaré e a nova estrada Itacaré-Camamu (projeto).

### II.5.3.14.1 - Descrição das Atividades Turísticas

A região de inserção da atividade possui, como pode se observar uma notória vocação para o desenvolvimento da atividade turística. Essa vocação está principalmente associada aos recursos naturais e a qualidade ambiental dos ambientes costeiros, onde predominam as praias arenosas, longas faixas de manguezais, baías, formações lacustres, serras e rios encachoeirados em uma região onde predomina a mata atlântica e toda a sua diversidade.

Além dos aspectos naturais destaca-se ainda o patrimônio histórico-cultural, em grande parte associada ao período áureo da lavoura cacaeira, quando a região de Ilhéus figurava como um dos principais centros culturais e econômicos do estado e do país. Dessa época, ainda observam-se importantes fazendas, fábricas de chocolate, o casario antigo do centro histórico das cidades de Ilhéus e Canavieiras e todo o patrimônio imaterial que permanece vivo no imaginário social local. Ganha destaque na construção deste imaginário a literatura de Jorge Amado, personalidade ilustre da cidade que traduziu e incorporou personagens reais e imaginários da cidade de Ilhéus às suas histórias, que pela fama alcançada, acabam por impregnar um pouco mais de história as ruas e os casarios antigos de Ilhéus.

O Município de Belmonte, mesmo que ainda sob influência da área de plantio de cacau, tem como referência histórica a região do descobrimento do Brasil, ao lado de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Localizado na foz do rio Jequitinhonha a cidade guarda importantes monumentos históricos do período colônia, muitos deles associados à cidade de Belmonte em Portugal, local de onde partiram muitos dos navegadores que aportaram aqui no período colonial. A primeira capela fundada na região data de 1694, quando uma missão jesuítica se instalou para a catequese dos índios Botocudos (Pataxós).

O **Quadro II.5.3-45**, a seguir, apresenta os principais recursos (atrativos) e as principais modalidades de turismo desenvolvidas nas principais localidades costeiras associadas à AID.

**Quadro II.5.3-45 - Turismo nas Principais Localidades**

Município	Localidades	Patrimônio			Modalidade de Turismo				
		Cênico/Natural	Histórico	Cultural	Hotelaria	Veraneio	Pesca de Marlin	Mergulho	Ecoturismo
Ilhéus	Estrada-Parque Ilhéus/Itacaré	X				X			
	Praias do Norte	X			X	X			X
	São Miguel	X			X	X			
	Baía do Pontal	X	X	X	X	X			
	Praias do Sul	X			X	X			
	Barra do Cururupe/Olivença	X	X	X	X	X			X
	Praias do Jairi/Canabrava/Águas de Olivença	X		X	X	X			
Una	Acuipe/Praia de Lençóis	X			X	X			X
	Pedras de Una			X					
Canavieiras	Comandatuba	X		X	X		X		X
	Poxim do Sul/Poxim de Fora	X							X
	Oiticica	X							X
	Barra Velha	X							X
	Canavieiras (Sede)	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atalaia (Praia Grande)	X				X			X
Belmonte	Campinho	X							
	Belmonte	X	X	X		X	X		X
	Mogiquiçaba	X				X			

Fonte: Pesquisa de Campo e Informações da BAHIATURSA, 2005

### II.5.3.14.2 - Planos ou Programas Governamentais e Investimentos no Setor

Os órgãos responsáveis pela gestão das atividades turísticas do estado são a BAHIATURSA, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia e as Secretarias Municipais de Turismo. De acordo com informações obtidas na Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, a atividade consolida-se cada vez mais como um dos grandes vetores da expansão econômica do estado, em virtude das ações voltadas para o marketing turístico e para a qualificação dos serviços através da capacitação de mão-de-obra — focos da ação governamental. Dentre as ações dos órgãos governamentais implementadas no intuito de incentivar esse setor estão: a promoção e a participação de eventos; a captação de eventos; a captação de vôos e cruzeiros marítimos; o investimento em infra-estrutura, em publicidade e propaganda; desenvolvimento de produtos turísticos e capacitação de recursos humanos para servir de mão-de-obra para o turismo.

Conforme os dados divulgados pela BAHIATURSA, a receita turística global no ano de 2001 — ou seja, o gasto total dos turistas que visitaram a Bahia no referido ano — foi de US\$ 908

milhões, o que representa um crescimento de 6% comparado ao ano de 2000, cujo faturamento global foi de aproximadamente US\$ 857 milhões. Em 2001, a Bahia foi visitada por 4,3 milhões de turistas, contra 4,1 milhões em 2000. O crescimento verificado foi de 4%. Tomando-se como base o fluxo de 1,9 milhão de turistas no ano de 1991, o crescimento na década foi de 117,5%. (BAHIATURSA, 2002).

O governo vem incentivando os empresários a investir no turismo da Bahia e a participar do ramo de entretenimento. Para tanto, a estratégia inclui o desenho de uma nova geografia turística, a definição de um planejamento global e estruturado de *marketing* e recursos humanos. Também estão incluídos o desenvolvimento de projetos para a conscientização da população sobre a importância e a necessidade do desenvolvimento turístico para o estado, e a captação de recursos para investimentos em infra-estrutura nas áreas turísticas.

O setor empresarial do turismo tem investido na região em estudo, e suas iniciativas recebem o apoio do Governo do Estado. Os últimos investimentos privados catalogados na Secretaria de Cultura e Turismo totalizam de US\$ 5,2 bilhões. Quando comparados os US\$ 5,2 bilhões de investimentos privados com os US\$ 2,3 bilhões de investimentos governamentais, verifica-se que, para cada dólar investido pelo governo, serão investidos US\$ 2,26 pelo empresário.

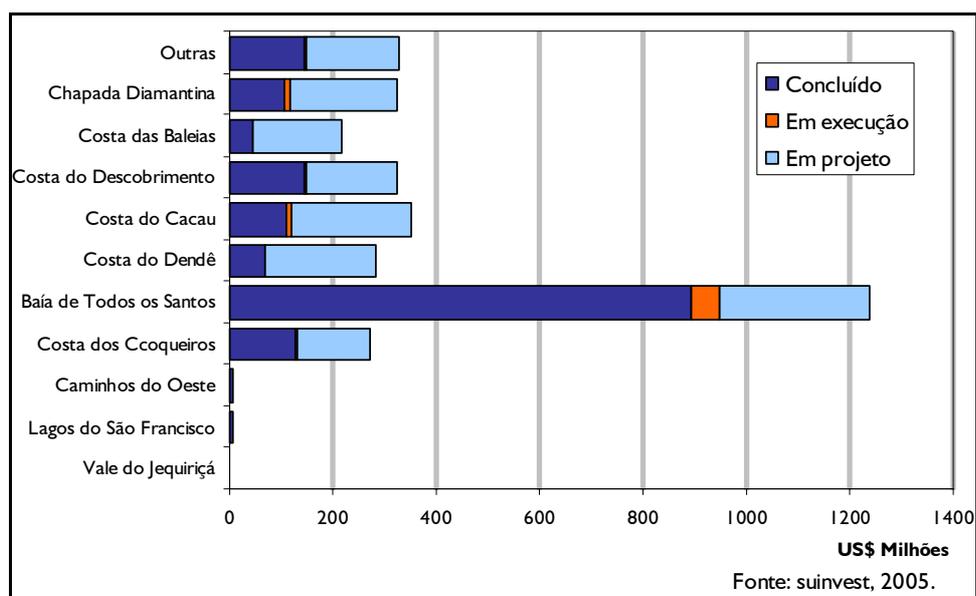
Os investimentos programados pelo estado, dentro do PRODETUR, para o período de 1991 a 2020, segundo os dados da SCT (Secretaria de Cultura e Turismo), em 2005 são os apresentados no **Quadro II.5.3-46**, a seguir.

**Quadro II.5.3-46 - Programa de Investimentos Públicos nas Zonas Turísticas**

Programa de investimentos públicos nas zonas turísticas (em us\$ 1.000)				
Zonas	Concluído	Em execução	Em projeto	Total
Vale do Jequiçá	869			869
Lagos do São Francisco	5.348	93	907	6.348
Caminhos do Oeste	5.600	811	1.831	8.242
Costa dos Ccoqueiros	128.587	2.329	140.300	271.216
Baía de Todos os Santos	894.363	53.698	288.150	1.236.211
Costa do Dendê	68.643	37	214.462	283.142
Costa do Cacao	109.584	11.014	230.227	350.825
Costa do Descobrimento	145.967	3.329	174.967	324.263
Costa das Baleias	45.002	90	172.412	217.504
Chapada Diamantina	107.355	10.859	205.439	323.653
Outras	143.819	3.625	181.578	329.022
Total geral	1.655.137	85.885	1.610.273	3.351.295

Fonte: suinvest, 2005 e Secretaria de Cultura e Turismo – Bahia - Valores em US\$ 1.000

Os maiores investimentos já empregados no setor de turismo se concentraram na região metropolitana de Salvador, seguidos Pela Costa do Descobrimento e Costa dos Coqueiros (**Figura II.5.3-63**). Embora o parco volume de investimentos empregado atualmente reflita do desaquecimento econômico e falta de recursos do estado, os investimentos projetados para os próximos 15 anos indicam uma perspectiva mais otimista.



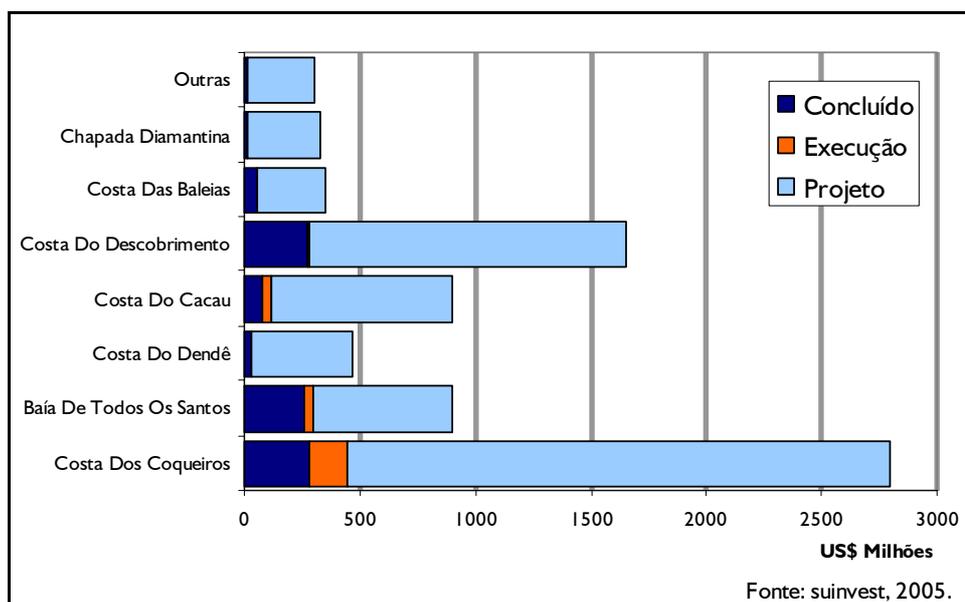
**Figura II.5.3-63 - Investimentos Públicos em Turismo**

Os investimentos privados (**Quadro II.5.3-47 e Figura II.5.3-64**) já concluídos ultrapassaram no último ano a barreira de US\$ 1 bilhão. Contudo, o volume de investimentos em projetos para os próximos anos é seis vezes maior, esses investimentos são direcionados especialmente à Costa dos Coqueiros e à costa do Descobrimento, devendo criar mais de 20 mil leitos para hospedagem nos próximos anos.

**Quadro II.5.3-47 - Programa de Investimentos Privados nas Zonas Turísticas**

Investimentos Privados Em Zonas Turísticas				
Zonas Turísticas	Concluído - US\$	Execução - US\$	Projeto - US\$	Global - US\$
Costa Dos Coqueiros	281.499	167.426	2.350.519	2.799.444
Baía De Todos Os Santos	258.412	41.067	600.515	899.994
Costa Do Dendê	29.146		443.000	472.146
Costa Do Cacau	78.622	41.200	779.000	898.822
Costa Do Descobrimento	277.946	5.000	1.368.400	1.651.346
Costa Das Baleias	51.201		298.450	349.651
Chapada Diamantina	18.350	200	307.000	325.550
Outras	16.545		288.000	304.545
Total Geral	1.011.721	254.893	6.434.884	7.701.498

Fonte: Suinvest, 2005 e Secretaria de Cultura e Turismo – Bahia - Valores em US\$ 1.000



**Figura II.5.3-64 – Investimentos Privados**

Os investimentos do setor privado estão direcionados especialmente para a construção de hotéis, resorts, pousadas e demais empreendimento destinados à hospedagem (**Quadro II.5.3-48**), bem como estabelecimentos comerciais e restaurantes. De acordo com a estimativa do Governo da Bahia entre os empreendimentos propostos, o número de leitos disponíveis para cada uma das zonas turísticas do estado, é o seguinte.

**Quadro II.5.3-48 – Investimentos no Setor Privado Direcionados para Construção de Hotéis**

Leitos Em Estabelecimentos De Hospedagem				
Zonas Turísticas	Concluído	Execução	Projeto	Global
Costa Dos Coqueiros	5.536	1.531	7.098	14.165
Baía De Todos Os Santos	6.037	621	2.261	8.919
Costa Do Dendê	2.153		700	2.853
Costa Do Cacau	3.447	94	5.530	9.071
Costa Do Descobrimento	8.609	60	4.086	12.755
Costa Das Baleias	2.506		572	3.078
Chapada Diamantina	1.142	20	150	1.312
Outras	1.145		0	1.145
<b>Total Geral</b>	<b>30.575</b>	<b>2.326</b>	<b>20.397</b>	<b>53.298</b>

Fonte: Suinvest, 2005.

Destaca-se neste sentido a costa do Descobrimento, com maior número de leitos já instalados, 8.609 e que deve ser superada pela costa dos coqueiros, que deverá atingir a marca de mais de 14 mil leitos. A costa do Cacau aparece em segundo, com seis mil e poderá a chegar ao patamar de 9 mil com os novos investimentos.

Entre as principais ações planejadas para os municípios da zona costeira associada à AID, destacam-se, de acordo com o Programa de Desenvolvimento do Setor (PDITs) apresentado para o ano de 2004, ações definidas para o Litoral Sul, englobando os municípios da Costa do Cacau na ordem de R\$ 211 milhões, como mostra o **Quadro II.5.3-49**, a seguir.

**Quadro II.5.3-49 – Ações e investimentos do PRODETUR no sul da Bahia (R\$)**

Litoral Sul	211.080.516
Costa do Cacau	128.107.000
Canavieiras	28.365.000
Construção de aterro sanitário e usina a ser compartilhado com Santa Luzia, e elaboração e implantação de PDLU de Canavieiras	400.000
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Canavieiras – Sede	2.989.000
Implantação do Centro Turístico-Ambiental	200.000
Implantação do terminal marítimo turístico	250.000
Recuperação da drenagem do centro da cidade	180.000
Recuperação do Centro Histórico Governador Paulo Souto – 2ª Etapa	2.656.000
Ampliação do aeroporto para aeronaves de grande porte	3.000.000
Construção de ponte de acesso à Era Nova	85.000
Construção de ponte de acesso da Vila de Ouricana ao estreito	130.000
Criação de centro de convenções de tamanho médio	1.500.000
Implantação de museu e centro cultural para revitalização das manifestações culturais	50.000
Implantação de um portal de entrada com posto policial	25.000
Pavimentação asfáltica da rodovia Transouricana via Santa Maria Eterna	15.000.000
Recuperação da ponte Barra-Velha	850.000
Urbanização da orla e acesso a Ilha de Atalaia Norte	350.000
Urbanização do Parque Luiz Eduardo, banhado pelo Rio Pardo, com quadras de esportes	400.000
Urbanização na Lagoa Robalo	300.000
Ilhéus	69.877.000
Apoio a captação de investimentos privados em animação e lazer	30.000
Apoio a implantação do Museu de Ilhéus no Palácio Paranaguá	100.000
Construção de aterro sanitário e implantação de PDLU de Ilhéus e Olivença	4.290.000
Implantação da APA Lagoa Encantada – 2ª Etapa	200.000
Implantação de sistema de abastecimento de água de Olivença	1.300.000
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Olivença	1.150.000
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Pontal – Orla Sul	7.470.000
Implantação do contorno rodoviário de Ilhéus	9.500.000
Implantação do Projeto Orla	5.000.000
Recuperação do Quarteirão Jorge Amado – 2ª Etapa	3.187.000
Construção de nova ponte de acesso a Pontal	8.500.000
Construção de Terminal de Passageiros do Porto de Ilhéus	300.000
Construção do Aeroporto Internacional da Costa do Cacau	23.000.000
Construção do pavilhão de feiras no Centro de Convenções	3.000.000
Estudo da implantação do Parque Temático na área de Vila do Braço	50.000
Implantação do projeto de recomposição da mata ciliar do Rio Almada	100.000
Melhoria da estrada de acesso à Lagoa Encantada	400.000
Recuperação ambiental do Rio Cururupe	100.000
Urbanização da Av. Soares Lopes	2.000.000
Urbanização de Areias – Lagoa Encantada	200.000

<b>Litoral Sul</b>	<b>211.080.516</b>
<b>Costa do Cacau</b>	<b>128.107.000</b>
<b>Uma</b>	<b>3.960.000</b>
Apoio a implantação de Centro de Atendimento ao Turista	20.000
Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Una	20.000
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Una	2.000.000
Melhoria do acesso da sede de Una ao Distrito de Comandatuba	1.500.000
Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU	420.000

Fonte: SUINVEST, 2005

Em relação aos municípios do Litoral Sul (Costa do Descobrimento) os dados da Suinvest, para o ano de 2004 definidos de acordo com PDITS da Secretaria de Turismo da Bahia, ficou na ordem de R\$ 190 milhões, como mostra o **Quadro II.5.3-50**, a seguir, cujo detalhamento se restringe ao município de Belmonte.

**Quadro II.5.3-50 - Ações e investimentos do PRODETUR no extremo sul da Bahia (R\$)**

<b>Litoral Extremo Sul</b>	<b>189.854.000</b>
<b>Costa do Descobrimento</b>	<b>9.6441.000</b>
<b>Ação Global - Costa do Descobrimento</b>	<b>6.748.000</b>
Assistência Técnica para fomentar o Associativismo	150.000
Capacitação Empresarial	200.000
Capacitação Profissional na CD	1.650.000
Implantação de Módulos de Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e da Costa do Descobrimento Cultural	22.000
Implantação Módulos de Gestão Administrativa e Fiscal	150.000
Pesquisa dos Indicadores Estatísticos do Turismo	1.000.000
Plano de Marketing da Costa do Descobrimento	700.000
Planos Diretores Municipais	50.000
Promoção Turística	272.000
Reavaliação Regional da Gestão dos Resíduos Sólidos da Costa do Descobrimento	2.000.000
Recuperação das Áreas Degradadas PRAD dos lixões da Costa do Descobrimento	44.000
Sinalização Turística da CD	44.000
	466.000
<b>Belmonte</b>	<b>32.462.000</b>
Ciclovía Belmonte – Centro / Praia (2 km)	60.000
Implantação do Aterro Sanitário e PDLU de Belmonte	342.000
Passarela de acesso à praia de Mogiquiçaba – Belmonte	100.000
Pavimentação e Drenagem de Belmonte	1.500.000
Recuperação do Patrimônio Histórico de Belmonte	1.000.000
SES Belmonte – Ampliação da Rede Coletora Sub-Bacia Matriz	287.000
Urbanização de Mogiquiçaba e Pça. de Lazer	70.000
Rodovia BA 001 Belmonte/Canavieiras	28.804.000
SAA de Mogiquiçaba	125.000
SES de Mogiquiçaba	174.000

Fonte: SUINVEST, 2005

O **Quadro II.5.3-51**, a seguir, mostra um panorama do setor, com informações sobre o volume total de investimentos no estados e dos pólos, de acordo com a região de inserção.

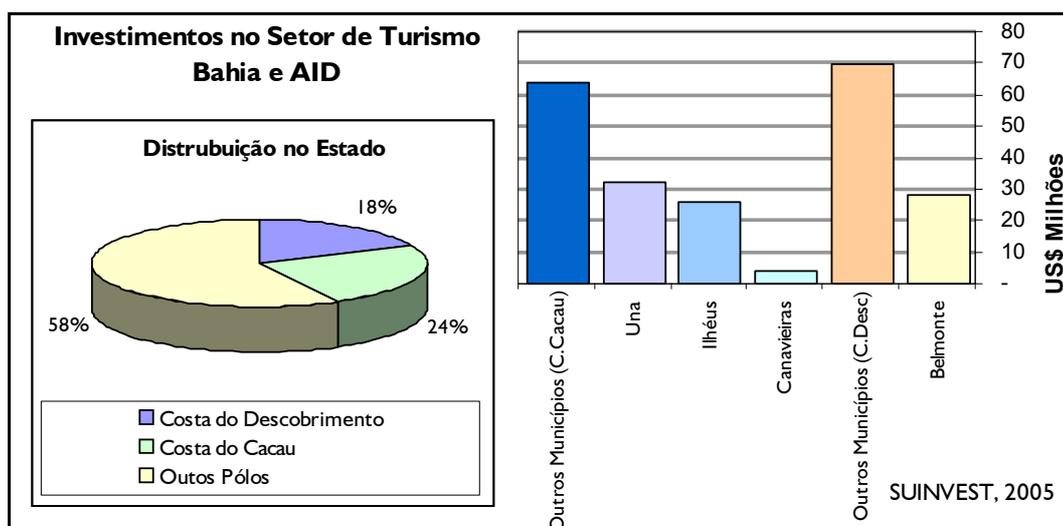
**Quadro II.5.3-51 – Resumo dos investimentos do PRODETUR (R\$)**

<b>Litoral Extremo Sul</b>	<b>189.854.000</b>
Costa do Descobrimento	96.441.000
<b>Belmonte</b>	<b>32.462.000</b>
Outros Municípios (C.Desc)	63.979.000
<b>Litoral Sul</b>	<b>211.080.516</b>
Costa do Cacau	128.107.000
Canavieiras	28.365.000
Ilhéus	69.877.000
Una	3.960.000
Outros Municípios (C.Cacau)	25.905.000
<b>Total geral (BAHIA)</b>	<b>706.774.156</b>

Fonte: SUINVEST, 2005

Observa-se que o município que receberá o maior investimento para o desenvolvimento do setor é Ilhéus, especialmente pela reforme e internacionalização do Aeroporto. Na costa do Descobrimento, a proeminência de Belmonte no cenário local se dá pelo planejamento da construção de um trecho da rodovia BA 001 entre Belmonte e Canavieiras, integrando definitivamente os dois pólos.

A **Figura II.5.3-65**, a seguir, ilustra a distribuição destes investimentos.



**Figura II.5.3-65 – Investimentos no setor de turismo Bahia e AID**

As ações principais associadas ao desenvolvimento do turismo na região estão associadas aos programas desenvolvidos pelo Governo do Estado da Bahia, as municipalidades desenvolvem ações e programas locais mais direcionados e específicos, com dotações orçamentárias reduzidas. Os quatro município da zona costeira associada à AID possuem secretarias que apóiam o desenvolvimento do setor, com destaque para Belmonte e Ilhéus, que possuem pastas dedicadas ao assunto.

A descrição dos principais pontos ao longo da costa em estudo, com potencial turístico instalado a em vias de desenvolvimento, serão descritos na seção seguinte.

### II.5.3.14.3 - Áreas de Desenvolvimento Turístico

A Área de Influência Direta da atividade está dividida entre duas zonas turísticas da Bahia, as costas do Cacau e do Descobrimento. A primeira abrange os municípios costeiros localizados entre Itacaré e Canavieiras, e a segunda todo o trecho costeiro entre Belmonte e Porto Seguro.

**Quadro II.5.3-52 – Divisão das áreas de influência de acordo com as zonas turísticas**

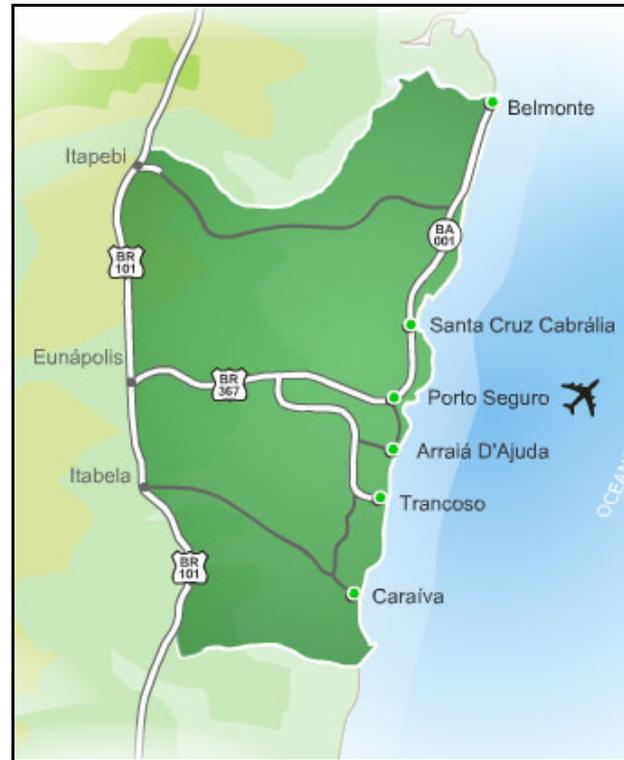
Zona Turística	AII
Costa do Dendê	Cairú
	Camamu
	Igrapiúna
	Ituberá
	Maraú
	Nilo Peçanha
Costa do Cacau	Valença
	Canavieiras
	Ilhéus
	Itacaré
	Una
Costa do Descobrimento	Uruçuca
	Belmonte
	Porto Seguro
Costa das Baleias	Santa Cruz de Cabrália
	Alcobaça
	Caravelas
	Prado

Fonte: SCT (2006)

As figuras a seguir (**Figura II.5.3-66** e **Figura II.5.3-67**) ilustram os acessos e os principais pontos de interesse de cada uma das Zonas Turísticas na qual se insere a Área de Influência Direta da atividade.



**Figura II.5.3-66 - Costa do Cacau**



**Figura II.5.3-67 - Costa do Descobrimento**

Fonte: BAHIA-TURSA, 2005

#### II.5.3.14.3.1 - Costa do Cacau

De acordo com estudos realizados na região, Ilhéus, uma das principais referências da chamada *Costa do Cacau*, representa o 3º pólo turístico da Bahia. A exploração da atividade turística, no entanto, ainda é pouco desenvolvida diante da demanda crescente. O tipo de turismo, que em grande parte aproveita os recursos naturais paisagísticos litorâneos, está concentrado no veraneio, ecoturismo e turismo histórico cultural, com predomínio de empreendimentos de gestão familiar, ou seja, explorado por pequenos e médios empresários em regime familiar de administração, especialmente no que se refere às pousadas e aos pequenos hotéis. O número de hotéis de grande porte é reduzido, destacando-se o recém inaugurado Opaba Hotel, em Ilhéus, e o Hotel Transamérica, na ilha de Comandatuba, em Una. Nestes últimos exemplos, realiza-se um tipo de turismo diferente e mais amplo do que o modelo familiar, já que somam-se aos atrativos naturais, atrações como danceterias, prática de esportes, entre outras.

A cidade de Canavieiras apresenta um perfil semelhante embora mais modesto no que se refere à infra-estrutura instalada e à circulação de turistas. Destaca-se no município a presença de algumas pousadas, especialmente nas proximidades da Ilha de Atalaia e a rede de bares e restaurantes na Praia Grande, também na ilha. Contudo é crescente o interesse de grupos estrangeiros, redes de resorts e hotéis nas praias mais reservadas ao norte da cidade, especialmente nas localidades de Barra Velha e Poxim, onde a preservação dos ambientes favorece o desenvolvimento do Ecoturismo. A criação da Reserva Extrativista no Município, no entanto, poderá trazer maiores dificuldades à implantação de grandes empreendimentos, na medida em que forem criados maiores entraves no processo de licenciamento ambiental. Destaca-se ainda em Canavieiras o turismo náutico referente à pesca do Marlin Azul, no pesquiroy Royal Charlotte, atividade que ocorre no mês de Novembro e que atrai turistas de diversos locais do mundo.

A cidade de Ilhéus está localizada a 462 km ao sul de Salvador e tem seu litoral cortado por cinco rios e uma série de lagoas e baías. Entre as diversas construções coloniais, a cidade possui ainda construções do início do século, associadas ao período áureo do café, tais como uma capela de abóbada rara em forma de espiral, e uma catedral gótica construída na primeira metade do século XX, ambas com grande valor arquitetônico. As principais atividades de lazer da cidade diferem pouco daquelas do tempo de Jorge Amado, mas ainda aproveitam o potencial histórico-cultural, especialmente na rede de bares e restaurantes e nas praças e pontos históricos da cidade.

Entre as 15 praias, a mais extensa e popular é a praia Norte, que tem 50 km de comprimento, alinhados com muitos bosques da Mata Atlântica e coqueiros. É uma praia de areia fina, onde o mar é verde. É ideal para surfistas e para a pesca de carapeba, tainha, robalo e pescada.

Um pouco além da praia do Cristo, numa ponta onde há o encontro das águas do mar e da baía do Pontal, existe um ponto para barcos à vela e outros esportes náuticos.

Importante no roteiro da pesca esportiva, Ilhéus possui bons pontos na Praia do Jairi e nas praias do Sul, também procuradas para a prática do surfe, bem como as três outras praias: Back Door, Batuba e Cai n'Água (ou Milagres), todas com ondas de até 2,5 m.

Na área de Ilhéus existem dois *resorts*, seis hotéis e oito pousadas. Além do acesso à cidade por rodovia federal e estadual, há vôos diários de Salvador e de outros pontos no sul do Brasil.

O município de Una abriga um o maior *resort* da América do Sul, o Hotel Transamérica, localizado na Ilha de Comandatuba. O local, também conhecido como “ilha da fantasia”, atrai turistas de alto poder aquisitivo e, devido à sua grande estrutura, sofre menos com a sazonalidade — um problema comum enfrentado por empresários locais do turismo.

Outra atração turística importante na região é o Ecoparque de Una, que ocupa uma área no entorno da Reserva Biológica de Una, possibilitando a visita de turistas. Além disso, o município de Una possui restingas de alta importância biológica, contendo espécies endêmicas, segundo a Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha, segundo o BDT (Banco de Dados Tropicais).

O Ecoparque de Una é uma RPPN (Reserva Privada do Patrimônio Natural) e tem como principais atrações as caminhadas em pontes suspensas nas copas das árvores, em meio a densa Mata Atlântica e banhos no rio Maruim. O parque é administrado pelo IESB (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia), financiado pela Conservation International.

#### II.5.3.14.3.2 - Costa do Descobrimento

Compreendendo os municípios de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, é o segundo maior destino turístico da Bahia e conta com o Aeroporto Internacional de Porto Seguro, além de ampla infra-estrutura que potencializa o desenvolvimento do setor.

Nesta região, encontram-se três parques nacionais - o do Descobrimento, o do Monte Pascoal e o do Pau Brasil - além de áreas de proteção ambiental, reservas indígenas e praias e rios de águas limpas. A cultura local oferece artesanato indígena e tradições como o reisado, os bailes pastoris, a puxada do mastro e os mandus.

A região tem sido alvo de grandes investimentos, como a implantação de hotéis-resort, restaurantes, residencial services, empreendimentos, como parques ecológicos, temáticos e esportivos, além de empresas voltadas para o turismo de lazer náutico, entre outras.

O município de Belmonte apresenta uma modesta infra-estrutura destinada ao atendimento da demanda turística. Situada em uma planície entre o Rio Jequitinhonha e o oceano Atlântico, Belmonte foi assim batizada em alusão à cidade natal do navegador Pedro Álvares Cabral. Os principais atrativos naturais estão associados às zonas de mangues e extensos coqueirais e praias desertas, reduto da tranquilidade, completam a singela paisagem.

A cidade se destaca pela abundância de crustáceos que, não à toa, rende, à cidade, o apelido de “capital do guaiamum”. Fundada ainda no século XVII, a cidade possui alguns casarões coloniais, que marcam o período de ouro de cacau, no final do século XIX. No centro da cidade, chama a atenção um imponente farol. Encomendado em 1892 à mesma empresa que construiu a Torre Eiffel, o farol de Belmonte justifica a atual localização inusitada por conta de um recuo natural de 1.500m das águas do mar.

## II.5.3.15 - Caracterização da Atividade Pesqueira

### II.5.3.15.1 - Preliminares

A caracterização da atividade pesqueira foi realizada a partir de informações produzidas em pesquisas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2005, quando foram realizadas visitas às principais entidades de pesca da região, empresas, localidades de concentração de pescadores e órgãos públicos vinculados à atividade pesqueira. Essas informações se somaram às pesquisas em dados secundários produzidos para a região, como é caso do ESTATPESCA realizado pela Bahia Pesca, Programas de desenvolvimento, diagnósticos ambientais da região, bem como de estudos realizados para o licenciamento de outros empreendimentos petrolíferos na região.

Esta seção trata especificamente das questões relativas aos modos de pesca da região, ou seja, descreve os diversos aspectos relativos à prática pesqueira na região, como a utilização e caracterização das embarcações, as técnicas e petrechos de pesca, os regimes, as áreas utilizadas, os locais de desembarque, as espécies capturadas, as técnicas de armazenamento e de processamento do pescado, bem como os meios de comercialização.

Os aspectos associados à organização do setor pesqueiro, a importância da atividade econômica da pesca para a região, bem como a situação de representação e questões sociais da pesca, são tratadas no item **II.5.3.4.1- Organização Social da Pesca** da seção da Socioeconomia.

A atividade pesqueira sob influência direta da atividade é aquela realizada na zona marinha situada ao longo dos municípios de Ilhéus, Una, Canavieiras e Belmonte, nas proximidades da área correspondente ao Bloco BM-J-2. Nesse espaço marítimo, são desenvolvidas atividades pesqueiras típicas de áreas costeiras, áreas da plataforma externa e do talude superior. Nas áreas marítimas do Bloco BM-J-2, atuam frotas pesqueiras originárias dos municípios confrontantes (Ilhéus, Una, Canavieiras e Belmonte), assim como de outros municípios vizinhos, cuja identificação é bastante dificultada pela falta de estudos e pela falta de regularidade na incidência dessas frotas provenientes de outras localidades.

Este diagnóstico, entretanto, prioriza a descrição das atividades pesqueiras das localidades confrontantes com a área do Bloco BM-J-2, que desenvolvem suas atividades pesqueiras principalmente nessas áreas, em função da proximidade com relação ao porto de origem, que configura uma relação de influência direta.

As atividades pesqueiras que se encontram sobre influência da atividade são as apresentadas e caracterizadas a seguir.

### **II.5.3.15.2 - Caracterização Geral**

O Estado da Bahia possui a maior extensão de litoral dos estados do Brasil, com 427 milhas e cerca de 800 km em linha reta e aproximadamente 1.200 km, considerando-se as grandes reentrâncias, representando 13% da costa brasileira, possuindo uma das maiores reservas de peixe de qualidade em águas costeiras. As características deste litoral constituem-se num fator importante para a análise da estrutura pesqueira e as diversidades zonais aí encontradas.

Essas peculiaridades fisiográficas se manifestam através de diferenças em relação ao traçado do litoral, bem como na constituição e expansão da plataforma continental que, desde o limite com Sergipe até a altura da cidade de Belmonte, apresenta-se bastante estreita, com cerca de 12 milhas de largura. A partir daí, vai havendo uma expansão progressiva, chegando, na região do extremo sul, a atingir 120 milhas.

O fundo da plataforma continental é duro e extremamente acidentado, formado por uma laje calcária associada à estruturas coralinhas. Esse fundo rochoso e irregular, principalmente na isóbata dos 50m e no limite do talude é o habitat de espécies nobres, tais como: vermelhos, badejos, garoupas, chernes e lagostas. A captura destas espécies, normalmente sedentárias, habitantes dos fundos rochosos, fica limitada ao uso de linha simples, espinhéis e armadilhas (covos), o que favorece e condiciona a atuação de uma frota artesanal.

No litoral baiano merece destaque a Baía de Todos os Santos, com seus 1.100 km<sup>2</sup> e a Baía de Camamu que, juntas, possuem um grande número de estuários, formando um complexo de manguezais que se estende de forma praticamente contínua entre elas. Este enorme complexo de manguezais, ecossistema cuja riqueza biótica é fartamente comprovada, proporciona o sustento a um elevado contingente de pescadores e marisqueiras, além de representar um enorme potencial para o cultivo de organismos marinhos.

Merece referência ainda o Arquipélago dos Abrolhos, a cerca de 70 km da costa do litoral sul da Bahia, formado por um conjunto de recifes de corais, ilhas vulcânicas, manguezais e canais de maré, localizado na parte mais larga da plataforma do Estado, que se constitui na zona mais piscosa do litoral. Sua exploração, entretanto, é restringida por importantes e necessárias medidas ecológicas (Potencial Pesqueiro do Estado da Bahia - DESEMBANCO/Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais - 1995).

O setor pesqueiro é traduzido em duas atividades, a pesca e a mariscagem. A distinção entre elas se dá em função do produto capturado e do sexo do indivíduo que exerce a atividade. Enquanto a pesca é exercida basicamente pelos homens que utilizam embarcações e petrechos de pesca para captura de peixes e crustáceos, a mariscagem é uma atividade considerada feminina, embora alguns homens a exerçam, resultando na captura manual de moluscos e crustáceos ou utilizando armadilhas.

A pesca marítima realizada na região é dominada pelas modalidades costeiras, voltadas, sobretudo, para o arrasto do camarão, para a pesca de rede e de linha-de-mão. Em zonas mais profundas, além da isóbata de 50m, sobre a plataforma externa e talude superior, ocorrem importantes pescarias de linha, dirigidas para espécies como o dourado, vermelho, dentão, guaiúba, cações, cavalas, badejo, corvina, entre outros recursos.

A pesca da lagosta com armadilhas ("covos" ou "manzuás") é realizada, principalmente, sobre a plataforma externa, até a zona de borda da plataforma continental.

Os recursos pesqueiros da zona de borda da plataforma continental e talude superior da região também atraem frotas visitantes de outros Estados, além das frotas locais dedicadas à pesca-de-linha e a atividade lagosteira. Entre as frotas visitantes, destaca-se a presença de lagosteiros do Ceará e Rio Grande do Norte, assim como embarcações das frotas de espinhel-de-fundo do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Cabe destacar ainda que, nas áreas mais profundas, ocorrem as atividades pesqueiras dos barcos de espinhel-pelágico-monofilamento do Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina, dedicados à captura do espadarte, atuns e agulhões.

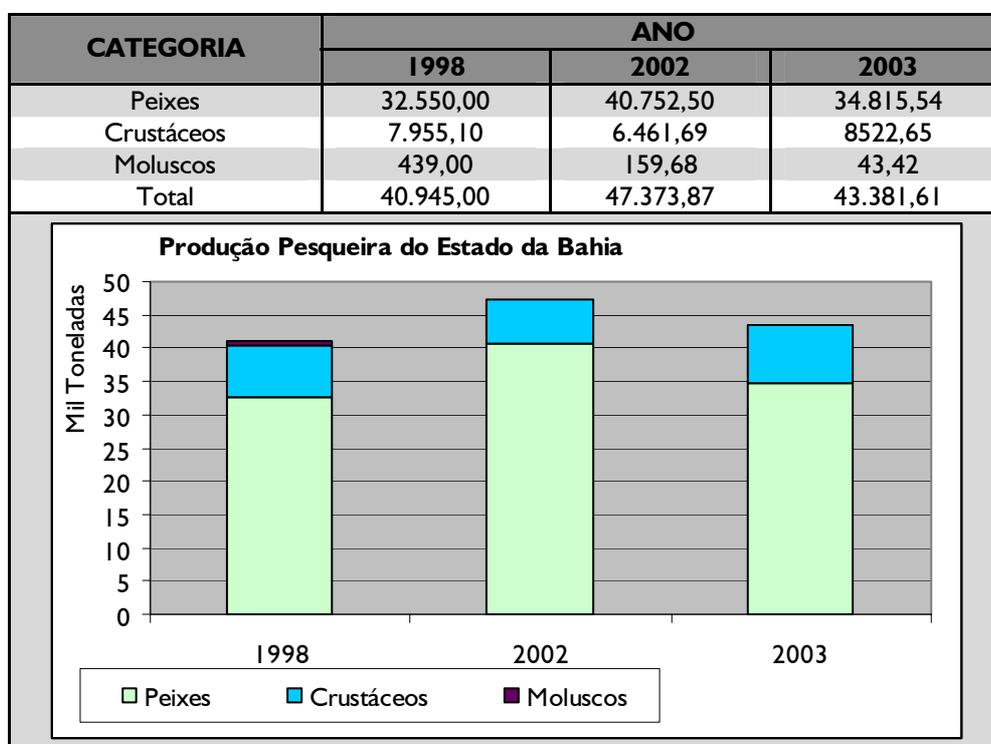
Nas regiões estuarinas, que representam grande parte do litoral baiano, a mariscagem reveste-se de grande importância sócio-econômica, absorvendo considerável mão-de-obra feminina, envolvendo, porém, na maioria das vezes, quase todos os membros da família no beneficiamento do produto. Segundo o Perfil do Setor Pesqueiro (BAHIA PESCA, 1994), esta categoria congregava 10.819 profissionais, que contribuem de forma decisiva na renda familiar, necessitando de especial atenção, visto a peculiaridade da atividade.

A presença de extensos manguezais ao longo da costa favorece a atividade de coleta de mariscos sem a utilização de embarcações, intensamente praticada na Bahia. Esta atividade é realizada por marisqueiras que fazem a coleta com o uso de armadilhas simples ou mesmo através da captura manual. Essa atividade, marcada pelo seu caráter rústico, expressa fortemente a cultura das comunidades pesqueiras mais tradicionais, especialmente em relação à culinária e aos modos de vida local, associando de forma bastante direta estas populações com os recursos naturais disponíveis e a qualidade ambiental das áreas exploradas.

Essa produção não pode ser acompanhada diretamente pelas campanhas de monitoramento estatístico realizadas pela Bahia Pesca, pois normalmente a produção não possui pontos de desembarques regulares e a sua comercialização ou consumo é desenvolvida em nível local. A produção de mariscos expressa nos resultados do ESTATPESCA, refere-se àquela realizada com a utilização de embarcações, geralmente canoas ou catraias.

A produção estimada de pescado no Estado da Bahia para o ano de 2003 foi de 43.381,61 toneladas, distribuídas como apresentado no **Quadro II.5.3-53**.

**Quadro II.5.3-53 - Produção pesqueira (t) do Estado da Bahia, 1988-2002-2003**



FONTE: Projeto ESTATPESCA, 1998, 2002, 2003

A produção estimada em 2003 apresenta um decréscimo de 8,4% em relação à produção de 2002 e um incremento da ordem de 5,6% quando comparada à produção de 1998 (**Quadro II.5.3-53**). Para que haja uma análise criteriosa do comportamento da produção pesqueira se faz necessário um quadro histórico de estatística que possibilite uma leitura dessa produção. Isto é, no momento, no Estado da Bahia não há séries históricas que permitam um diagnóstico preciso das variantes que influenciam nos resultados da produção.

### **II.5.3.15.3 - Caracterização Física das Embarcações e Métodos de Conservação do Pescado**

As embarcações usadas para a atividade de pesca na zona costeira associada à AID da atividade, ou seja, nos municípios de Ilhéus, Una, Canavieiras e Belmonte, são, em geral, embarcações de pequeno e médio porte, ou seja, embarcações que possuem pouca autonomia para pesca oceânica, não possuindo estrutura para passar mais do que uma semana no mar, tanto no que se refere ao transporte de combustível, quanto ao armazenamento do pescado.

O tipo de propulsão (motor, remo, vela), o tamanho das embarcações — se são compostas ou não por quilha e convés — são, ambos, fatores que influenciam na autonomia das mesmas. A maior autonomia e melhores condições de trabalho a bordo — equipamentos — possibilitam alcançar maiores distâncias da costa e maiores profundidades. Desse modo, o levantamento da presença dessas características na frota das localidades estudadas é utilizado neste trabalho como um indicador da possibilidade de influência da atividade sobre as suas atividades.

Segundo informação dos pescadores e da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, que produz informações sobre a pesca em conjunto com a Bahia Pesca, secretaria estadual do setor, as embarcações que predominam na região podem ser canoas, barcos a motor, jangadas e saveiros de vários tamanhos.

A região possui ainda diversas embarcações motorizadas, construídas em geral com casco de madeira e, em alguns poucos casos de fibra, com quilha, com convés e casaria, conhecida vulgarmente como saveiros. Os saveiros, que podem eventualmente ser identificados pelos pescadores com diversos nomes, tem grande variação de tamanho, podendo ser de 4 até 17 metros.

A autonomia dos saveiros encontrados na região pode chegar a até uma semana no mar, mas em geral os pescadores passam no máximo quatro ou cinco dias, pois as condições de armazenamento do gelo e dos pescados não permitem um tempo maior de permanência. As caixas de gelo são em geral feitas de madeira ou fibra, com revestimento interno de isopor, o que não permite o acondicionamento da produção por períodos muitos longos.

Os itens a seguir mostram os principais tipos de embarcações, apresentando fotos ilustrativas obtidas nas pesquisas de campo realizadas na região de estudo da atividade.

### II.5.3.15.3.1 - Escaleres, Canoas e Bateiras

São embarcações (**Figura II.5.3-68**) que guardam muitas semelhanças e recebem nomes diferentes de uma localidade para outra. Geralmente atuam mais em áreas estuarinas, e raramente passam mais que um dia no mar. Em geral esses tipos de embarcação, usadas especialmente para pesca de linha, rede de arrasto e espera, quando usados para a pesca oceânica, circulam em áreas próximas à costa, levam poucos pescadores, no máximo três pessoas e permanecem durante algumas horas no mar. O sistema de armazenamento do pescado é feito com o uso de caixas de isopor e gelo. As condições de alimentação e para o pernoite também não são adequadas para a permanência em mar aberto, assim como a vulnerabilidade diante de eventuais tempestades.



**Figura II.5.3-68 – Escaleres, Canoas e Bateiras**

### II.5.3.15.3.2 - Jangadas

Passando de duas a cinco horas no mar, os pescadores de jangada (**Figura II.5.3-69**), que normalmente saem em dupla para “fora”, não tem meios para armazenamento do pescado (caixas de gelo e câmaras) e precisam de constante esforço de deslocamento, especialmente quando ainda utilizam velas de pano, o que reduz bastante a área de atuação, privilegiando pesqueiros mais próximos. Utilizada na pesca de calão (rede, para a pesca do camarão) e de linha, para a captura de espécies como a guaiuba, dourado, atum, entre outros peixes “boiados” e de fundo, a jangada permanece nas comunidades de pescadores como uma importante alternativa de subsistência para as famílias destas localidades.

Contudo a pesca com jangada nos moldes tradicionais vem perdendo força na medida em que a madeira utilizada para a construção das embarcações vem se escasseando e tendo seu corte restrito. A inexistência de áreas de abrigo na costa, tais como recifes e barras, fazem com que este tipo de embarcação seja o único que permite a pesca em alto-mar. Vale lembrar que as jangadas, após o seu uso no mar são trazidas para as praias, sendo colocadas sobre a areia longe da influência da Maré.



**Figura II.5.3-69 - Jangadas**

### II.5.3.15.3.3 - Casco de Alumínio (Barco a Motor)

As embarcações de casco de alumínio (**Figura II.5.3-70**) equipadas com motor de popa são em geral usadas nas áreas com menor influência de ondulações. Atuam especialmente em áreas de manguezais, estuários e rios da região. Durante as pesquisas de campo, este tipo de embarcação foi encontrada na atividade pesqueira somente no município de Canaveiras, usadas para pescarias com linhas e redes manuais de espera.



Figura II.5.3-70 – Barco a motor (casco de alumínio)

#### II.5.3.15.3.4 - Saveiros

A região possui ainda diversas embarcações motorizadas, construídas em geral com casco de madeira e, em alguns poucos casos de fibra, com quilha, com convés e casario, conhecidas vulgarmente como saveiros. Os saveiros, que podem eventualmente ser identificados pelos pescadores com diversos nomes, tem grande variação de tamanho, podendo ser de 4 até 17 metros. Divididos entre pequenos (4-7 m), médios (8-12m) e grandes (13-17m) (**Figura II.5.3-71**, **Figura II.5.3-72** e **Figura II.5.3-73**). A pesca de saveiro é bem variada, permitindo o uso de caçoerias, redes de arrasto e de espera, linha e espinhel.

A autonomia dos saveiros encontrados na região pode chegar a até uma semana no mar, mas em geral os pescadores passam no máximo quatro ou cinco dias, pois as condições de armazenamento do gelo e do pescado não permitem um tempo maior de permanência. As caixas de gelo são em geral feitas de madeira ou fibra, com revestimento interno de Isopor, o que não permite o acondicionamento da produção por períodos muito longos.



**Figura II.5.3-71 – Saveiros Pequenos**



**Figura II.5.3-72 – Saveiros Médios**



**Figura II.5.3-73 – Saveiros Grandes**

### **II.5.3.15.4 - Dinâmica de Circulação**

As embarcações de pequeno porte, tais como canoas, botes a remo e escaleres são usadas para a navegação em áreas de manguezais e, em alguns casos, para pesca próximo à costa em baixas profundidades. A baixa capitalização da pesca na região faz com que grande parte das comunidades que têm na pesca um dos meios de produção de alimentos, utilize este tipo de embarcação tanto para a pesca como para o transporte local, permitindo o acesso à áreas mais isoladas de manguezais e entre localidades.

Além do baixo poder aquisitivo dos pescadores, o tipo de porto em cada localidade é um dos fatores que define o tipo de embarcação a ser utilizada na atividade. Segundo a declaração de alguns pescadores não adianta investir em embarcações se não há um porto adequado para garantir a sua preservação.

Entre as diversas localidades dos municípios pesquisados, existem alguns atracadouros para aportar as embarcações. Em geral, os barcos ficam atracados em áreas, onde a barra do rio apresenta melhores condições de entrada e saída, ou onde o mar apresenta menores ondulações e pedras, como baías e enseadas. Os locais que oferecem melhores condições de atracadouro, funcionando assim, como portos naturais, são:

- Bahia do Pontal em Ilhéus – Área utilizada por todo tipo de embarcação, apresenta excelentes condições de abrigo e quatro pontos de atracação (Ponte do gás, praia do Pontal, Copex e Maramata);
- Ponta e praia do Malhado – Área vizinha ao Porto de Ilhéus com boas condições de abrigo.
- Barra e baixo curso do rio Pardo em Canavieiras – Área que historicamente sempre apresentou boas condições até para embarcações de maior porte, mas que vem sofrendo com o processo de assoreamento da barra. Área com vários pontos de atracação;
- Barra e baixo curso do rio Jequitinhonha em Belmonte – Boas condições de atracação, contudo a área navegável do rio é restrita e apresenta problemas de formação de bancos de areia;
- Foz do rio Una, na localidade de Pedras de Una – Boas condições de atracação para embarcações de pequeno e médio porte.

### II.5.3.15.5 - Número de Embarcações

A quantificação da frota atuante na pesca da região, em função da disparidade de informações, vem se apresentando como uma tarefa de difícil execução. Este ano, por iniciativa da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), num convênio com a Bahia Pesca e Capitania dos Portos da Bahia, está sendo realizado um cadastramento das embarcações.

Neste sentido, as informações que compuseram estes estudos tiveram como base as informações fornecidas pelas colônias de pesca e associações de pescadores, bem como por meio de dados estatísticos publicados no ESTATPESCA da Bahia Pesca. A disparidade das informações em alguns casos é grande, o que merece, nestes casos, ressalvas quanto aos quantitativos apresentados.

As informações coletadas anualmente para a composição dos ESTATPESCA da Bahia, para o ano de 2003 permitiram a composição do **Quadro II.5.3-54**, a seguir.

**Quadro II.5.3-54 - Número de Embarcações por Municípios**

Município	Canoa/ Catraia	Jangada	Barco a motor	Saveiro pequeno	Saveiro médio	Saveiro grande	Total	%
Canavieiras	34			35	75	9	153	41,4
Ilhéus	20	14	4	27	80	1	146	39,5
Belmonte	24		2	3	16		45	12,2
Una	18			4	4		26	7,0
Total AID	96	14	6	69	175	10	370	
Total BA	4606	108	389	922	1026	56	8061	
%	26	4	2	19	47	3		
% BA	57	1	5	11	13	1		

Fonte: BAHIAPESCA, 2003

Como pode ser observado no **Quadro II.5.3-54** acima, a maior parte das embarcações está concentrada nos municípios de Canavieiras e Ilhéus, com 41,4% e 39,5% das embarcações, respectivamente. 90% dos Saveiros grandes, mais utilizados para a pesca de lagosta e linha, estão concentrados em Canavieiras, que possui ainda uma importante frota de saveiros pequenos (35) e médios (75). Ilhéus, por sua vez possui 27 saveiros pequenos, 80 médios e apenas um saveiro grande, além de outras embarcações de menor porte, como as jangadas, que por sua vez, concentram-se especialmente no litoral norte, nas localidades de Ponta da Tulha, Ponta do Ramo e Ponta de Mamoã.

Belmonte apresenta uma frota mais modesta com 16 saveiros médios e 3 pequenos, seguido de Una, que possui além de canoas, uma frota de 8 saveiros, todos referidos à localidade de Pedra do Una.

Contudo, segundo as informações fornecidas durante as entrevistas realizadas com representantes das colônias de pescadores, o número de embarcações assim como a classificação dos tipos de embarcações são distintos. O **Quadro II.5.3-55**, a seguir, mostra estes quantitativos.

**Quadro II.5.3-55 – Número de Embarcações segundo Colônias e Associações**

Município	Canoas/ Escaleres/Botes a remo/ Catraias	Jangadas	Traineras, Barcos de Fibra e Saveiros	Total	%
Canavieiras	2000	10	100	2110	77,0
Ilhéus	220	100	26	346	12,6
Belmonte	150		30	180	6,6
Una	80	10	16	106	3,9
Total AID	2450	120	172	2742	
%	89	4	6		

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Uma das razões da disparidade entre os números coletados pela Bahia Pesca e aqueles fornecidos pelas colônias deve-se ao fato de que as colônias consideram especialmente os barcos de pescadores e proprietários locais, descontando-se assim aqueles provenientes de outros locais e que buscam estas áreas para a pesca. Contudo, destaca-se neste sentido alguns valores, como é o caso das embarcações de pequeno porte encontradas em Canavieiras, onde, segundo os dados apresentados, existem cerca de 2000 embarcações. Essas embarcações, distribuídas nas diversas áreas de manguezais no estuário de Canavieiras, mesmo quando comparadas aos dados fornecidos pelo Estudo para a Criação da RESEX de Canavieiras, fornecem um quadro excessivamente exagerado. No relatório produzido pelo FNMA/PANGEA no ano de 2004, foram contabilizadas 551 embarcações deste porte, sendo 10 canoas e 541 escaleres.

### II.5.3.15.6 - Produção por Tipo de Embarcação

A produção por tipo de embarcação, para os municípios da zona costeira associada à AID foi calculada com base nos dados fornecidos pela Bahia Pesca, que pesquisou e tabulou informações sobre a pesca para o ano de 2003. O monitoramento das embarcações e da produção de pescado foi realizado através de pesquisas nos principais pontos de desembarque dos municípios pesquisados.

O **Quadro II.5.3-56**, a seguir relaciona a quantidade pescada por tipo de embarcação utilizada por município da zona costeira associada à AID.

**Quadro II.5.3-56 - Produção por tipo de Embarcação e Município**

Município	Canoa/Catraia		Jangada		Barco a motor		Saveiro pequeno		Saveiro médio		Saveiro grande		Total
	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	Ton
Belmonte	32,7	58,42	0,0	0,00	4,3	7,66	3,1	5,50	59,9	107,09	0,0	0,00	178,67
Canavieiras	7,5	49,92	0,0	0,00	0,0	0,00	29,7	197,70	53,6	356,14	9,2	61,05	664,81
Ilhéus	14,9	161,03	1,7	18,00	1,9	20,78	25,3	274,45	54,7	593,18	1,5	16,63	1.084,07
Una	30,9	28,19	0,0	0,00	0,0	0,00	27,9	25,38	41,2	37,54	0,0	0,00	91,11
Total	14,7	297,56	0,9	18,00	1,4	28,44	24,9	503,03	54,2	1.093,95	3,8	77,68	2.018,66

Fonte: ESTATPESCA, 2003

O Município de Ilhéus, onde a produção em toneladas se destaca na região, superando mil toneladas anuais, tem 54,7% da pesca realizada com o uso de saveiros médios, seguido de saveiros pequenos, com 25,3% e por canoas e catraias, com 14,9%. Essa mesma tendência se observa em Canavieiras, com saveiros médios representando 53,6% da produção, os pequenos 29,7% seguidos dos grandes, com 9,2% e as canoas e catraias com 7,5%. Os saveiros médios também respondem pela maior parte da produção em Belmonte e Una, com 60% e 41,2% respectivamente, seguidos pela produção em canoas/catraias, em ambos os municípios com mais de 30%. Destaca-se ainda em Pedras de Una, localidade pesqueira do município de Una, uma boa participação dos saveiros pequenos na produção pesqueira local.

### II.5.3.15.7 - Descrição das Pescarias e Petrechos de Pesca Utilizados

Os **tipos ou artes de pesca** mais empregados na área de estudo são: arrasto de praia, calão, rede de cassear; pesca de linha; redes de espera ou rede de emalhar (de fundo e de superfície); pesca com tarrafa; cata de praia ou arrecifes; pesca com armadilhas (covos e manzuás); rede de arrasto ou arrasto de porta e pesca industrial de linha e espinhel ou groseira.

As artes de pesca praticadas na área de estudo foram classificadas principalmente de acordo com o tipo de petrecho utilizado na captura do pescado (apresentado em item próprio desse estudo) Apresenta-se, a seguir, uma breve caracterização de cada uma delas.

#### a) Arrasto de Praia, Calão ou Rede de Cassear

Esta modalidade de pesca é realizada com rede de seda lançada de canoa em todas as praias da costa e do litoral das ilhas que tenham áreas compostas por areia ou cascalho fino. Essas praias são exploradas por pescadores das comunidades locais que também exploram outras praias próximas.

Com esse tipo de pesca, os pescadores cercam cardumes variados de peixes. Os cardumes são localizados pelo olheiro (mestre), que indica a posição do lance e controla o leme da canoa, que é remada por outros quatro pescadores. Os peixes mais comumente capturados por essa modalidade de pesca são as sardinhas, também denominadas de massambê e a tainha, denominada de chago. Em grande medida, esta arte de pesca está direcionada para o consumo próprio e/ou para utilizar os peixes como isca em outras atividades pesqueiras.

#### b) Pesca de Linha e Espinhel

A pesca de linha é realizada por todo o litoral, variando de área conforme a direção do vento, a turbidez da água, temperatura, correnteza, fases de lua, etc. Essas características abióticas indicam aos pescadores locais, o tipo de peixe e a área preferencial dos cardumes em cada época do ano, fazendo com que várias áreas de pesca sejam exploradas em sucessão. Os anzóis utilizados são de formas e tamanhos muito diversos, assim como as iscas, que variam de acordo com o objetivo da pesca. Esses artefatos de pesca normalmente são utilizados para a captura de peixes nobres, tanto de fundo, com linha simples, como de meia água (ou boiados), com espinhel ou groseira.

No litoral sul a pesca com linha simples e a pesca com groseira são realizadas principalmente nas áreas ao longo da costa, até 25 ou 35 braças de profundidade respectivamente, e que se situam na borda de declives abruptos. Existe também a pesca de linha na “parede”, onde, segundo informações dos pescadores locais, a pesca é realizada em áreas de até 100 braças de profundidade.

#### c) Rede de Espera ou Rede de Emalhar ou Rede de Fundo

Essa modalidade de pesca é realizada preferencialmente em áreas com fundo de cascalho, areia, lama ou pedras próximas à costa, mas podem ser utilizadas também em áreas mais afastadas. Os locais onde as redes começam e terminam são marcados por bóias com bandeiras, para indicar o sentido no qual a rede está colocada — pois todas as redes são de fundo.

As redes de espera utilizadas têm, em média, 60 m de comprimento e podem ser emendadas umas às outras até ficarem com 300 a 400 m, ou mais. Para o seu transporte e instalação, são utilizadas tanto canoas a remo como embarcações motorizadas de maior porte.

As redes de *nylon* transparente (monofilamento) são denominadas localmente de “pano seco” e são utilizadas para a captura de peixes, lagostas, gastrópodes e camarões. As malhas variam de 30 mm – para a captura da sardinha –, até 45 mm – para peixes maiores.

No litoral sul, as redes de *nylon* de seda (multifilamento) com linha fina e malha de 60 mm são denominadas localmente de “lagosteiras” ou “caçoeiras”, que são redes de espera de fundo, que permitem a captura de grandes quantidades de lagostas. As redes de *nylon* de seda com malhas acima de 110 mm são denominadas localmente de “raieiras” e são proibidas, por capturarem muitas tartarugas. Mesmo proibidas, continuam sendo utilizadas uma vez que são consideradas eficientes na captura das arraias, bastante valorizadas na região.

#### d) Pesca com Tarrafa

A pesca com tarrafa é realizada com canoas a remo. De tamanhos variados, as canoas são posicionadas sobre os arrecifes próximos à costa e nas pequenas enseadas durante a vazante da maré. Cada arrecife oferece produtos diferentes, sendo que os principais peixes relatados são: vermelho, bodião, carapitanga, pequenos tubarões e arraias.

As áreas da foz dos rios são tarrafeadas durante a enchente e a vazante da maré, tanto de terra quanto de canoa.

#### e) Cata de Praia ou de Arrecifes

A cata de praia ou de arrecifes é uma modalidade de pesca difundida principalmente entre os pescadores mais velhos, as mulheres e as crianças. Realiza-se ao longo de toda a costa do Estado da Bahia e nas áreas de litoral das ilhas, nos locais onde os arrecifes afloram durante a maré baixa. Geralmente é praticada para complementar a alimentação da família (subsistência), porém, durante o verão, época da lagosta e do polvo, assume conotação comercial, complementando a renda familiar.

As tocas e buracos existentes nos arrecifes próximos aos aglomerados populacionais recebem nomes, como os pesqueiros afastados da costa, e são de domínio de quem os explora. Já os arrecifes mais distantes desses aglomerados são visitados por inúmeras canoas e embarcações motorizadas de diversas localidades, tanto para a atividade de cata como para a caça submarina.

Os artefatos utilizados na cata são o bicheiro e anzol. Os produtos da cata na maré baixa nos arrecifes e mangues costeiros são: lagosta, caranguejo, siri, polvo, gastrópodes (buso), moluscos bivalves (ostras e sururu), e peixes variados, com destaque para as moréias. Estas são

capturadas principalmente para venda como isca para tubarões, mas também podem ser utilizadas na alimentação. Os ouriços (pinauna), assim como outros organismos que não têm valor comercial, são utilizados para a alimentação nos pescadores mais distantes.

#### f) Pesca com Armadilhas

Diferentes tipos de armadilhas são utilizados na região, sendo que todas, embora direcionadas para um pescado específico, acabam por capturar também uma grande variedade de peixes, crustáceos ou moluscos. Dentre os tipos de armadilhas utilizadas, destacam-se o jequi (ou covó), o covuco, o manzuá (ou gaiola), a camboa (ou curral) e o tapesteiro (ou tapa-mangue).

O jequi e o covuco são colocados, principalmente, no fundo das lagoas e canais existentes entre os arrecifes, desde as proximidades da costa até áreas mais afastadas, que só podem ser atingidas por embarcações motorizadas. Os principais organismos capturados são lagostas, siris e peixes nobres. O manzuá também é colocado nos canais existentes entre os arrecifes, como os jequis e os covos, porém em profundidades maiores.

A camboa ou curral costuma ser utilizado na parte interna das ilhas, nos canais dos mangues. No entanto, no litoral sul foram observadas três dessas estruturas montadas na parte de fora do arrecife dos Castelhanos, em áreas rasas de passagens de peixes, afastadas da costa.

O tapesteiro (ou tapa-mangue) é uma armadilha fixa utilizada nos locais mais estreitos dos canais dos manguezais que secam durante as marés baixas, de forma a “tapar” a boca do canal. Durante a subida da maré, a “porta” é aberta para que os peixes subam os canais, e quando a maré começa a vazar, a “porta” é fechada retendo os peixes que descem com a maré vazante. Segundo informações de pescadores locais, esse tipo de armadilha também pode ser utilizado nos arrecifes para prender os peixes nas piscinas que se formam durante a maré vazante.

#### g) Redes de Arrasto ou Arrasto de Porta

As redes de arrasto de porta são utilizadas em áreas denominadas localmente como “lamas”, situadas entre os arrecifes. Essas áreas possuem fundo de lama, lama e cascalho ou lama e areia (lamas mais próximas da costa), e são nomeadas segundo as marcações de terra ou o nome de quem as descobriu. A exploração dessas áreas varia de intensidade segundo o conhecimento dos mestres, pois possuem contornos irregulares e cabeços ou pedras isoladas que podem danificar as redes, além de serem limitadas por fundos de cascalho e/ou por pedras altas. Geralmente existem “passagens” entre as diferentes lamas, utilizadas somente pelos mestres mais experientes.

Quando os pescadores locais identificam novas lamas, a área é marcada com bóias, para que sua área interna seja explorada, até que seus limites possuam marcações de terra. Essa prática permite que pescadores menos experientes explorem essas áreas recém-demarcadas.

Não foram identificados na região de estudo, barcos de arrasto de camarão que utilizassem ecossonda para explorar as “lamas” já conhecidas ou para identificar novas “lamas”. É provável que existam barcos de outras regiões que possuam esse equipamento e explorem várias “lamas” não conhecidas pelos pescadores locais.

As redes utilizadas nos arrastos de porta variam de 4 a 10 m de boca, a depender do comprimento do barco e da potência do motor. A malha mais utilizada é de 18 mm entre nós. A maioria dessas redes possui saco duplo, com a linha mais grossa por fora, para protegê-la dos cascalhos. Redes maiores que 6 m de boca são utilizadas em barcos que possuem extensores laterais (chifres) para mantê-las abertas, e pau de carga, ou guincho, para recolhê-las.

Cada arrasto tem, em média, duração de três a quatro horas. O camarão é o principal produto dessa modalidade, sendo os caramujos (búzios), os caranguejos e os outros diversos peixes — de fundo e de meia água — subprodutos não rejeitados. Geralmente, os barcos maiores saem para os locais de arrasto no início da noite e só retornam ao porto no fim da noite seguinte, realizando assim vários arrastos. Os barcos menores, que arrastam nas “lamas” mais próximas da costa, saem para as áreas de arrasto antes do amanhecer e retornam antes do entardecer.

Na Região Sul da Bahia observa-se um grande número de pescadores praticando a pesca de arrasto. Na área de estudo, a pesca de arrasto é praticada em Ilhéus e Canavieiras. Essa atividade vem sendo vítima de um acirrado controle por parte do órgão ambiental — IBAMA —, que estabelece um período de defeso de 50 dias, proibindo a captura do camarão nessa época. O defeso, inicialmente, era realizado entre os meses de maio e junho. Em 2002 o defeso foi alterado para os meses de setembro, outubro e novembro, dada a contestação dos próprios pescadores, que argumentaram que a época de desova do camarão na região é maior entre esses meses e menor no período anterior, como proclamava o defeso instituído nacionalmente. Apesar da proibição, alguns pescadores só diminuem a atividade, procurando fazê-la à noite, a fim de burlar a fiscalização.

#### h) Pesca Industrial de Linha e Espinhel

No litoral baiano também se desenvolve a pesca industrial de atuns e afins com linha e espinhel. A pesca industrial é estimulada por política nacional de incentivo ao desenvolvimento de atividades pesqueiras em maiores distâncias da costa. Para a pesca oceânica, realizada na ZEE,

foi recentemente implementado pelo governo federal, o projeto da SEAP/PR de ampliar a frota pesqueira do país: o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Pró-Frota Pesqueira, criado em março de 2004 com recursos de R\$ 1,5 bilhão destinados à construção de 250 embarcações pesqueiras para empresas brasileiras. O Pró-Frota é uma iniciativa do governo federal que pretende ampliar a frota pesqueira brasileira, para com isso, aumentar a captura de espécies em águas profundas. O edital do primeiro lote foi anunciado em setembro de 2005, e o recurso será usado para a construção, inicialmente, de 39 embarcações. O segundo lote deverá financiar outras 35 embarcações. A expectativa do governo e de empresários do setor é de que a pesca brasileira inicie uma nova fase, com uma frota pesqueira em condições de atender as necessidades do País e gerar empregos com menor agressão ao meio ambiente. Atualmente o Brasil possui pouco mais de 80 barcos para a pesca industrial oceânica operando em águas profundas, dos quais aproximadamente 60 são embarcações estrangeiras arrendadas.

A pesca distante da costa apresenta-se como uma alternativa à condição de sobreexploração dos recursos pesqueiros das áreas próximas da costa, possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros nacionais disponíveis. Estudos do REVIZEE apontam para a presença de recursos demersais encontrados no talude continental baiano. Alguns espinheleiros industriais do Sudeste e Sul do Brasil têm visitado a região ao norte de Ilhéus.

#### II.5.3.15.7.1 - Petrechos e Técnicas de Pesca

Os petrechos e técnicas de pesca utilizados são conhecidos por distintos nomes que vão variar com cada localidade. Aqueles encontrados na área de estudo podem ser observados no **Quadro II.5.3-57**, apresentado a seguir. Em seguida no **Quadro II.5.3-58**, são apresentados os petrechos de pesca de acordo com as espécies capturadas e os principais locais de ocorrência.

**Quadro II.5.3-57 - Petrechos de Pesca Utilizados na Área de Estudo (Características)**

Arte de Pesca	Tipo de Petrecho	Características
Arrasto, Arrastão ou arrasto de porta (RDA).	Rede de arrasto.	Rede de <i>nylon</i> composta por três partes distintas: a manga, o corpo e o saco.
Arrasto de praia (ARR)	Rede de arrasto (litoral sul) ou rede de cassear (litoral norte).	Rede tracionada com as mãos. Utilizada geralmente com o auxílio de barco a vela ou canoa a partir da costa em áreas de enseadas e regiões com fundo de lama.
Caçoeira_CAC.	Rede de espera de fundo, caçoeira ou lagosteira,	Rede de espera posicionada no fundo. A rede é composta por várias malhas.
Coleta Manual_COL	Sem utilização de petrecho de pesca	Captura de marisco com a utilização das mãos, sem o emprego de utensílios ou arte de pesca.

Arte de Pesca	Tipo de Petrecho	Características
Covo (CVC COP e CVS).	Covo camarão, Covo peixe e Covo siri.	Armadilha que consiste em um cilindro com duas aberturas (sangas), onde é colocada a isca dentro. Em geral possui dois tamanhos e as sangas podem variar, geralmente é confeccionado de quitanda, timborana e cipó caboclo.
Curral_CUR ou Camboa	Tapagem, tambor ou curral	Armadilha fixa, de origem indígena, construída em madeira. É colocada próxima à zona de marés, com o propósito de conter os peixes no seu interior.
Espinhel (ESP)	Groseira ou espinhel (litoral sul)	Consiste em uma linha principal de <i>nylon</i> torcido, de onde saem linhas secundárias com anzóis em suas extremidades. A linha principal distende-se horizontalmente sobre a lâmina d'água e as secundárias verticalmente.
Jereré_JER	Jereré	Rede em forma de saco raso, com uma boca armada circular. É empregado em águas rasas ou na borda das embarcações.
Jequi*	Jequiá (litoral norte) Jequi ou covo (litoral sul)	Armadilhas confeccionadas de casca de cana brava trançada manualmente, apresentando sempre a mesma forma, porém, os tamanhos e as iscas variam conforme os organismos a serem capturados.
Linha (LIN) Caniço	Linha de corso, linha de mão, linha de fundo, linha de superfície e anzol	Resume todas as pescarias efetuadas com linhas, de fundo ou superfície, realizadas manualmente pelo homem.
Manzuá (MAN)	Covo lagosta, manzuá, manzuá lagosta, gaiola	Armadilha de Fundo semifixa, revestida de arame e/ou <i>nylon</i> , possui uma entrada chamada sanga.
Manzuá-peixe	Manzuá, manzuá peixe	Armadilha de Fundo semifixa, com formato hexagonal, tem uma entrada designada de sanga. É confeccionada de palheta (cana-brava).
Mergulho livre (MER)	Bicheiro ou arpão.	Mergulho em águas rasas, utilizando bicheiro, pés de pato e máscara.
Rede de cerco ou Calão (RCE)	Rede de cerco	Rede confeccionada com <i>nylon</i> , que tem como objetivo cercar o cardume, sendo utilizada por pequenas embarcações motorizadas ou a vela.
Rede de espera (RED)	Rede de emalhar, rede de cassear ou de acordo com a espécie: sauneira, tainheira, bagreira, corvineira, sardinheira, etc.	Compreende as diversas redes nas quais os peixes ficam emalhados em sua panagem.
Rede de Mariscagem*	Rede de Mariscagem	Espécie de rede de arrasto com menores dimensões, com cerca de 5m, que é puxada por dois pescadores, geralmente mulheres marisqueiras.
Tapasteiro	Tapasteiro	Cerco ao longo do rio – tapar esteiro do rio para apanhar o peixe.
Tarrafa (TAR)	Tarrafa	Rede que, quando lançada sobre o cardume, se abre formando um cerco nos peixes. Empregada em rios e em águas rasas.
Tresmalhos	Tresmalhos ou Mangote (quando se trata de rede de menor dimensão)	Tipo de rede tracionada a mão por dois a três pescadores, confeccionada artesanalmente com fio de algodão ou <i>nylon</i> multifilamento, medindo entre 6 e 40m de comprimento. Empregada somente durante o dia na região estuarina, a uma profundidade média de 1,5m, destina-se à captura de camarão. Na tralha superior utiliza-se cortiça de madeira (mulungu), enquanto que na tralha inferior não é colocada chumbada. No local de pesca, a rede é arrastada e, após um período, recolhida.

\* Arte de pesca identificada durante a campanha de campo e não classificada pela BAHIA PESCA (ESTATISPESCA/2002).

Fonte: Modificado de BAHIA PESCA/2002, PRODESU/2001 e complementado com informações primárias coletadas durante campanha de campo em 2005

**Quadro II.5.3-58 - Petrechos de Pesca (Espécies Capturadas e Locais de ocorrência)**

Arte de Pesca	Espécies Capturadas	Área de Maior Ocorrência
Arrasto, Arrastão ou arrasto de porta (RDA).	Camarão	Ilhéus e Canavieiras
Arrasto de praia (ARR)	Peixes em geral	Ilhéus, Una e Belmonte
Caçoiera (CAC)	Lagosta (litoral sul) e peixes em geral nos demais trechos.	Ilhéus, Canavieiras e Belmonte
Coleta Manual (COL)	Mariscos, ostras, ouriços e outros	Em todo o trecho estudado.
Covo (CVC COP e CVS.)	Emboré (amoréia), siri, aratu, camarão e pitu.	Em todo o trecho estudado.
Curral ou Camboa. (CUR)	Peixes em geral	Em Ilhéus e Belmonte.
Espinhel (ESP)	Atuns, cação, arraia, peixes nobres de fundo, peixes em geral.	Mais utilizada por barcos visitantes (ES/CE), contudo foi identificada em todo o trecho estudado.
Jequi*	Lagostas, siris e peixes nobres	Em todo o trecho estudado.
Linha (LIN)	Peixes em geral	Em todo o trecho estudado. Instrumento utilizado em larga escala.
Manzuá (MAN)	Lagosta	Ilhéus e Canavieiras
Manzuá-peixe	Peixes	Ilhéus e Canavieiras
Mergulho livre (MER)	Lagosta e outras espécies em geral	Ilhéus e Canavieiras
Rede de cerco ou Calão (RCE)	Peixes, lagosta, gastrópodes, arraia e camarão	Ilhéus e Belmonte
Rede de espera (RED)	Tainha, bagre, serra, corvina, arraia, sardinha e etc.	Em todo o trecho.
Rede de Mariscagem*	Tainha, robalo, baiacu, siri e camarão.	???
Tarrafa (TAR)	Vermelho, tainha, robalo, bodião, carapitanga, pequenos tubarões, arraias, etc.	Em todo o trecho.

Fonte: ESTATPESCA, 2002

### II.5.3.15.8 - Artes de Pesca nas Localidades

Considerando os principais aspectos naturais, tais como as zonas de pesca e composição das paisagens naturais, as declarações dadas por pescadores locais durante as pesquisas de campo, as informações sobre os tipos de embarcações e os pontos de desembarque, bem como informações secundárias produzidas por outros estudos realizados na região, foi possível elaborar o **Quadro II.5.3-59**, com informações sobre a pesca realizada nas principais localidades onde figura como atividade econômica de alta relevância.

O **Quadro II.5.3-59** apresenta as de maneira geral as principais artes de pesca utilizadas pelos pescadores locais para a captura das diversas espécies tanto na zona marinha como na zona estuarina.

**Quadro II.5.3-59 – Artes de Pesca encontradas nas Localidades Costeiras associadas à AID**

Município	Localidades	Zona de Pesca		Arte de Pesca								
		Mar	Estuário	Linhas	Rede de arrasto	Rede de espera	Cacoeira	Rede de cerco	Arrasto de praia	Espinhel	Tarrafa	Coleta manual
Ilhéus	Pontas do Ramo, Mamoã e Tulha	X		X	X							
	Lagoa Encantada/rio Almada		X	X		X		X			X	
	São Miguel	X		X	X		X					
	Malhado (prainha)	X		X	X		X					
	Baía do Pontal/Centro	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
	Barra do Cururipe/Olivença	X		X	X							
	Acuipe/Praia de Lençóis	X		X	X	X						
Una	Pedras de Una	X	X	X	X	X			X	X	X	X
Canavieiras	Oitica/Poxim do Sul		X	X		X		X	X		X	X
	Barra Velha/Poxim de Fora		X	X		X		X	X		X	X
	Canavieiras (sede)	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
	Atalaia	X	X	X			X	X		X	X	X
	Campinho		X	X							X	X
Belmonte	Belmonte (sede)	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Observa-se que em pontos mais centrais, como o centro das cidades de Ilhéus, Canavieiras e Belmonte a diversidade de artes de pesca é maior e, em algumas localidades costeiras onde não há o predomínio de zonas estuarinas, a pesca muitas vezes se concentra no uso de linhas e redes de arrasto, que não sem razão, são as artes de pesca mais amplamente utilizadas na região.

### II.5.3.15.9 - Produção da Pesca por Arte de Pesca Utilizada

A produção da pesca dos municípios está baseada na utilização de diversas artes de pesca. No estudo realizado pela Bahia Pesca destacam-se especialmente aquelas que apresentam maior produção comercial, ou seja, aquelas que se reverterem na maior produção de pescado, como é caso da linha, da rede de espera e da rede de arrasto, como mostra a **Figura II.5.3-74**, a seguir.

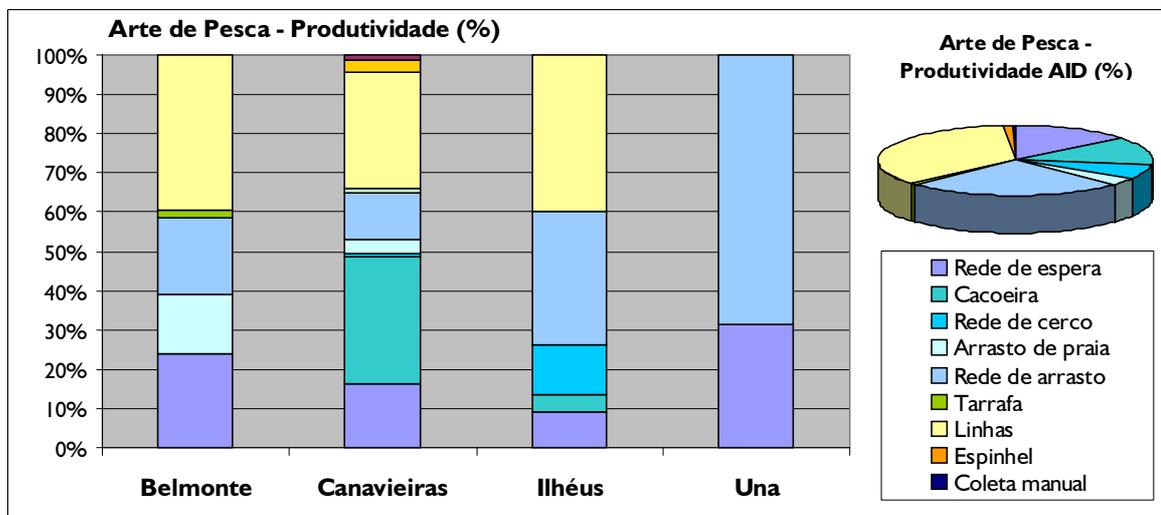


Figura II.5.3-74 – Produtividade (%)

Fonte: ESTATPESCA, 2003

Segundo as informações divulgadas no ESTATPESCA 2003, observa-se que nos municípios de Ilhéus, Canaveiras e Belmonte é praticada a pesca de linha bem como a de arrasto, já em Una a pesca é realizada com o uso de redes, especialmente as de arrasto e espera, linha de mão e espinhéis (de fundo e boiado). O **Quadro II.5.3-60**, a seguir mostra os percentuais e os volumes de pesca em cada município de acordo com as artes de pesca identificadas na zona costeira associada à AID.

Quadro II.5.3-60 – Produção por Artes de Pesca nos Municípios

Arte de Pesca		MUNICIPIO				TOTAL
		Belmonte	Canaveiras	Ilhéus	Una	
Linhas	ton	70,71	196,24	431,26		698,21
	%	39,58	29,52	39,78		34,59
Rede de arrasto	ton	35,07	80,21	364,96	62,51	542,75
	%	19,63	12,07	33,67	68,62	26,89
Rede de espera	ton	42,45	107,29	100,44	28,59	278,77
	%	23,76	16,14	9,26	31,38	13,81
Caçoeira	ton		216,04	44,33		260,37
	%		32,50	4,09		12,90
Rede de cerco	ton		4,18	141,79		145,97
	%		0,63	13,08		7,23
Arrasto de praia	ton	27,05	23,72			50,77
	%	15,14	3,57			2,52

Arte de Pesca		MUNICIPIO				TOTAL
		Belmonte	Canavieiras	Ilhéus	Una	
Espinhel	ton		20,99			20,99
	%		3,16			1,04
Tarrafa	ton	3,38	8,05	1,3		12,73
	%	1,89	1,21	0,12		0,63
Coleta manual	ton		8,09			8,09
	%		1,22			0,40
Total	ton	178,66	664,81	1084,08	91,1	2018,65

Fonte: ESTATPESCA, 2003

De acordo com as informações obtidas durante as pesquisas de campo, no município de Ilhéus, as embarcações que operam com linha de mão, utilizam o padrão de 250m de comprimento, o que permite trabalhar em profundidades variadas, mas que geralmente operam entre 30 e 80 metros, utilizando três anzóis por linha. As embarcações que operam a pesca de linha, normalmente trabalham com quatro ou cinco pescadores a bordo, permanecendo de três a cinco dias no mar.

As redes de arrasto, que representam importantes recursos, especialmente na captura do camarão, possuem em geral comprimento de 15m, de 1 a 2 m de altura e malha de 30mm. São operadas por embarcações com quatro ou cinco pescadores, que normalmente fazem viagens diárias para as zonas de pesca, retornando após seis a oito horas de arrasto. Em períodos de maior produtividade, essas embarcações podem fazer duas viagens ao dia. O arrasto realizado pelos barcos que se dedicam a pesca de camarão é feito manualmente, ou seja, as redes são içadas sem a utilização de força mecânica, o que permite uma operação em profundidades menores, normalmente não ultrapassando os 30 m, mas, eventualmente chegando até 50 m de profundidade.

Outras artes também utilizadas pelas embarcações sediadas em Ilhéus são as redes de cerco e espera, utilizadas especialmente em águas interiores, assim como o covo (manzuá) para a pesca de lagosta no mar.

#### **II.5.3.15.10 - Descrição dos Regimes de Comercialização, dos Métodos de Beneficiamento e Agregação de Valor ao Pescado Capturado**

A atividade pesqueira do Estado da Bahia, de acordo com a classificação oficial, está primordialmente atrelada ao sentido de pesca artesanal, especialmente por ser desenvolvida em embarcações consideradas rudimentares e com equipamentos pouco sofisticados, de dimensões reduzidas e com pouca autonomia.

Contudo este sentido atribuído à pesca artesanal, não deve excluir importantes aspectos quanto à profissionalização dos pescadores, a importância econômica da pesca e, sobretudo, o seu caráter comercial e gerador de renda para a população da costa da Bahia.

Neste sentido, cabe salientar que a falta de uma estrutura de produção mais definida, não é impeditivo para que muitos dos pescadores artesanais sejam credenciados como tais na Colônia de Pescadores e na Capitania dos Portos e que, alguns desses pescadores possuem em suas embarcações equipamentos industrializados, como motores de barco e instrumentos de pesca, como GPS e rádio transmissor.

Observa-se que o setor da pesca na região vem se estruturando ano após anos, e que a questão da profissionalização e formalização dos trabalhadores no setor tem caminhado positivamente, alcançando em menor ou maior grau, dependendo da localidade, as seguintes condições:

- Conquista de garantias trabalhistas (aposentadoria, seguro defeso, Auxílio Doença, etc);
- Formalização empresarial da atividade;
- Acesso a linhas de financiamento e crédito para investimento no setor produtivo;
- Diversificação dos serviços associados à pesca, tais como transporte, processamento, armazenamento, comércio, exportação, etc;
- Reconhecimento e representação pública em órgãos governamentais;
- Ampliação do mercado consumidor;
- Produtividade regular em função dos mercados consumidores.

O desenvolvimento da organização social e econômica da pesca está associado, portanto, em grande parte com a especialização dos trabalhadores nos diversos setores, ou seja, à divisão social do processo produtivo. A geração de empregos em uma cadeia produtiva, que inclui a produção de gelo, o comércio de combustíveis, fabricação de embarcações, comercialização de artigos para a pesca (redes, anzóis, etc.), trabalhadores exclusivos das colônias, transportadoras, etc.

Podem ser destacados, dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal no baixo Sul da Bahia, alguns aspectos principais que, divididos por setores que possuem algum nível de especialização da mão-de-obra empregada, podem apresentar uma diversificação na cadeia produtiva, seja no setor da produção (fabricação), comercialização ou prestação de serviços. Assim, destacam-se os seguintes segmentos da cadeia produtiva associada à atividade de pesca:

**Insumos:** Representado pelos principais recursos utilizados para a prática da pesca, adquiridos na “saída” dos pescadores para o mar. São produtos que possuem comercialização variada, realizada muitas vezes por atravessadores, particulares especializados, ou pelas colônias, associações ou cooperativas de pesca, tais como gelo, combustíveis ou mesmo a alimentação (conhecida como rancho);

**Equipamentos (comercialização):** Referem-se aos recursos técnicos utilizados no apoio à atividade pesqueira, normalmente de fabricação e comercialização regional, tais como embarcações, equipamentos de navegação (GPS, rádio transmissor e etc), sondas e radares, redes, anzóis, iscas, etc;

**Organização Social:** Na organização das entidades e órgão associados à pesca, um número cada vez maior de trabalhadores vem desenvolvendo atividades associadas à condução das políticas públicas bem como na representação e/ou prestação de serviços aos pescadores. Enquadram-se nestes casos, a geração de postos de trabalho nas colônias, cooperativas e associações de pescadores, além das secretarias e órgãos do governo, ONG's e OSCIP's.

**Formação Profissional:** O desenvolvimento de atividades educacionais diretamente associadas ao setor pesqueiro oferece ainda uma outra dimensão da diversidade da cadeia produtiva associada à pesca, como a oferta de cursos profissionalizantes, a existência de educadores especializados, programas governamentais, escolas (escolas de pesca, barcos-escola), etc.

**Desembarque:** A infra-estrutura operacional existente para o desembarque da produção pesqueira, que pode variar da existência de pontes (atracadouros), terminais compartilhados com outras atividades de cabotagem, até terminais pesqueiro exclusivos, indicam também a existência de mão-de-obra especializada associada à atividade pesqueira.

**Processamento:** É também notável a presença de serviços de processamento do pescado, que muitas vezes geram postos de trabalho agregando valor à produção local, tais como a limpeza simples (descamação) e completa (evisceração), a filetagem, a embalagem simples e/ou em padrões que permitem a exportação da produção;

**Transporte/Armazenamento:** O mercado que gira em torno da atividade pode ainda contar com empresas que cuidam do transporte e do armazenamento da produção, gerando maiores garantias para o escoamento e atendimento de mercados regionais, que podem ser verificados pela presença de veículos dedicados, caminhões frigoríficos, empresas transportadoras,

câmaras frigoríficas e empresas de estocagem, que permitem inclusive o suprimento nos períodos de defeso e entressafra de algumas espécies.

**Comercialização:** Existem ainda níveis diferenciados no processo de comercialização que podem ir desde a existência de peixarias que atendam a mercados locais até empresas especializadas e exportadoras da produção.

Desta maneira, é possível traçar um perfil da pesca na região e em cada município, em função da dimensão alcançada pela diversificação da cadeia produtiva para além das atividades desenvolvidas especificamente por pescadores, marisqueiros (as), armadores de pesca, mestres, etc. O **Quadro II.5.3-6I**, a seguir mostra, para os municípios pesquisados a presença destas atividades, de acordo com as informações recolhidas durante as pesquisas de campo para o licenciamento em questão.

**Quadro II.5.3-6I - Diversificação da Cadeia Produtiva do Setor Pesqueiro**

	Ilhéus	Canavieiras	Una	Belmonte
<b>Insumos</b>				
Fábrica de Gelo (cooperativa/associação)	X	X	X	X
Fábricas de Gelo (particular)	X	X		X
Posto Marítimo de Combustíveis				X
Tanque de Combustíveis (cooperativa)		X		X
Alimentação (especializado)				
<b>Equipamentos (comercialização)</b>				
Embarcações				
Navegação				
Estalagem				
Sondas				
Redes	X	X		X
Anzóis	X	X		X
Iscas	X	X	X	X
<b>Organização Social</b>				
Colônias	X	X		X
Cooperativas	X	X		X
Associação	X	X	X	X
Secretaria Estadual (Funcionários)	X			
Secretaria Municipal (Funcionários)	X			
ONGs e OSCIPs				

	Ilhéus	Canavieiras	Una	Belmonte
<b>Formação Profissional</b>				
Cursos Profissionalizantes				
Professores				
Programas Governamentais		X		
Escolas (Barco Escolas)		X		
<b>Desembarque</b>				
Pontes (atracadouros)	X	X	X	X
Terminais compartilhados	X	X		
Terminal Pesqueiro Exclusivo	X	X		
Terminal Pesqueiro Exclusivo (SIF)				
<b>Processamento</b>				
Limpeza Simples (descamação)	X	X	X	X
Limpeza Completa (evisceração)	X	X	X	X
Defumador	X	X	X	X
Filetização	X			
Embalagem simples	X	X		
Embalagem Exportação	X			
<b>Transporte/Armazenamento</b>				
Veículos Pequenos (dedicados)	X			
Caminhões Frigoríficos (dedicados)	X	X		
Empresas Transportadoras (dedicados)	X			
Câmaras Frigoríficas	X	X		X
Empresas de Estocagem	X	X		
<b>Comercialização</b>				
Peixarias	X	X		X
Empresas Especializadas	X	X		
Empresas Exportadoras	X			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

As informações foram obtidas ao longo das entrevistas realizadas e as informações oferecidas nem sempre puderam ser checadas, podendo haver desconformidade em alguns casos.

O município de Ilhéus possui uma cadeia produtiva mais completa, especialmente refletida na estrutura operacional das colônias de pescadores, no número de empresas de armazenamento, processamento e comercialização de pescado. Em Canavieiras a produção também vem se especializando, com algumas empresas, colônia de pescadores e cooperativa que fornecem insumos à pesca, assim como apóiam o processo de armazenamento, processamento e comercialização. Destaca-se ainda a presença de sucursais da Bahia Pesca em Ilhéus e Canavieiras, bem como da criação da incorporação da pasta da pesca na Secretaria de Agricultura do Município de Ilhéus.

Em Canavieiras, algumas iniciativas estão associadas a programas governamentais na área de educação dos pescadores em cursos de processamento da produção de subprodutos da pesca. Essas iniciativas fazem parte do processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, onde além do desenvolvimento do associativismo, busca-se a melhoria das condições de vida dos diversos trabalhadores ligados à atividade extrativa de mariscos, realização de catados e extração de peixes, assim como trabalhadores das peixarias da sede do município, que manipulam peixes e catados, provenientes das diferentes comunidades pesqueiras de Canavieiras.

Desataca-se assim a pesca embarcada em escala comercial, que especialmente em Ilhéus e Canavieiras, pode eventualmente apresentar características empresariais, possui embarcações maiores e são mais bem equipadas, podendo alcançar maiores distâncias da costa e permanecer durante muitos dias em alto-mar.

Contudo, a pesca empresarial desenvolvida na costa do Estado da Bahia é realizada não só pelas empresas locais, mas também por empresas cujas frotas são provenientes de outros Estados, especialmente Ceará e Espírito Santo.

A organização da produção pesqueira em empresas, no entanto, muitas vezes não se amplia à profissionalização dos pescadores, que em geral não são contratados em regime de carteira assinada. A remuneração dos pescadores de linha, por exemplo, ocorre da seguinte forma: descontando-se as despesas da viagem (alimentação, combustível e gelo) que é repartida com a tripulação, divide-se metade do que cada um pescou individualmente para o dono do barco e o restante fica para cada pescador. Dessa forma existem várias maneiras de marcar o peixe de cada um (cortes na nadadeira dorsal, na caudal, ventral, etc.). Segundo informação dos pescadores, em 85% dos casos o pescador se endivida, pois a pescaria não dá para cobrir os gastos, fora os vales (adiantamentos em dinheiro que o dono do barco fornece aos pescadores para custear as despesas operacionais e pequenas despesas domésticas durante sua ausência).

Outro aspecto importante é o fato de que algumas colônias de pescadores, como é o caso da Z-19 e Z-34 de Ilhéus, têm funcionado como empresas, contribuindo para a organização do setor produtivo. O sistema não chega a ser cooperativado, mas apresenta algumas dessas características, como o fornecimento de insumos (gelo e combustível), adiantamento em dinheiro, compra da produção por preços tabelados, armazenamento do pescado, etc.

### II.5.3.15.10.1 - Valor da Produção (Receita Bruta)

As estimativas de produção da região, segundo dados fornecidos pela Bahia Pesca para o ano de 2003, último ano em que a pesquisa foi publicamente divulgada, mostram que a pesca na zona costeira associada à AID composta pelos quatro municípios estudados, representa 4,65% da produção total do Estado, ou seja, pouco mais de 2 mil toneladas de pescado, como mostra o **Quadro II.5.3-62**, a seguir.

**Quadro II.5.3-62 - Valor da Produção por Município**

	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total
Total (Ton)	1084,10	91,14	664,80	178,70	2018,74
%	53,71	4,51	32,93	8,85	100,00
% MUN/BA	2,50	0,21	1,53	0,41	4,65

Fonte: ESTATPESCA, 2003

Destacam-se na produção destes municípios, a lagosta, que em Canavieiras chegou à 211 toneladas em 2003, seguidas da produção de camarão de Ilhéus, cerca de 205 toneladas e de guaiúba, com 146 toneladas para o mesmo período.

Em relação ao valor da produção alcançado na zona costeira associada à AID, estes municípios respondem com 9,35% da produção pesqueira da Bahia, como mostra o **Quadro II.5.3-63**, a seguir.

**Quadro II.5.3-63 - Produção Pesqueira da zona costeira associada à AID por município e tipo de pesca**

Espécies - Área de Pesca	Valor da Produção (R\$ mil)				
	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total
Peixes - mar	2.406,35	73,22	1.450,66	449,80	4.380,03
Peixes - estuário	513,84	39,05	255,77	116,99	925,66
Crustáceos e moluscos- estuário	12,64	17,08	5,90	18,85	54,47
Crustáceos - mar	3.145,54	192,67	8.528,21	175,78	12.042,19
<b>TOTAL</b>	<b>6.078,37</b>	<b>322,02</b>	<b>10.240,54</b>	<b>761,42</b>	<b>17.402,35</b>
%	34,93	1,85	58,85	4,38	
Total da Produção na Bahia					186.033,99
Participação na Produção do Estado	3,27	0,17	5,50	0,41	9,35

Fonte: ESTATPESCA, 2003

De acordo com as informações da Bahia Pesca para o ano de 2003, Canavieiras se destacou com 5,50% da produção do Estado, seguido de Ilhéus com 3,27%. Os dois municípios estão entre os 10 municípios com maior produção do Estado, como mostra o **Quadro II.5.3-64**, a seguir.

**Quadro II.5.3-64 - Participação dos Municípios na produção do Estado**

Município	Participação no valor total da Produção da Bahia (%)
Camamu	19,11
Salvador	10,68
Canavieiras	5,50
S.C.Cabrália	5,09
P. Seguro	5,02
Prado	4,68
Valença	4,32
Alcobaça	4,24
Ilhéus	3,22
Maragogipe	3,17

Fonte: ESTATPESCA, 2003

Desta forma, apesar de Canavieiras ter uma produção em toneladas equivalente à 1,53% da produção do Estado, a representatividade econômica de sua produção é de 5,50%, especialmente pela alto valor alcançado pela lagosta no mercado.

#### II.5.3.15.10.2 - Produções pesqueiras divididas por zona de pesca

A seguir são apresentadas as produções pesqueiras divididas por zonas de pesca e por tipos de produtos, detalhando ainda as principais espécies capturadas. Assim, de uma forma geral a pesca na região se subdivide entre as seguintes zonas de pesca, que foram definidas em função das espécies em seu local de captura, de acordo com as principais técnicas de pesca utilizadas. Na matriz da pesca da zona costeira associada à AID apresentada no **Quadro II.5.3-65**, observa-se maior participação da produção de crustáceos capturados no mar, como é caso do camarão, de destacada produção em Ilhéus, e da lagosta, com maior concentração das capturas em Canavieiras.

**Quadro II.5.3-65 - Participação dos tipos de Pesca na matriz de pesca**

Espécies - Área de Pesca	% da quantidade produzida	
	zona costeira associada à AID	BA
Peixes - mar	52,21	59,77
Peixes - estuário	10,03	20,27
Crustáceos e moluscos - estuário	0,40	3,7
Crustáceos - mar	37,35	16,00

Fonte: ESTATPESCA, 2003

## a) Peixes Capturados em Pesca de Mar

O **Quadro II.5.3-66**, a seguir mostra o panorama da pesca, com o conjunto de espécies de peixes capturadas no mar.

**Quadro II.5.3-66 - Quantidade produzida de cada espécie de peixe em pesca de mar**

Quantidade Produzida								
Espécie	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total AID	%	Total BA	% na prod BA
Guaiúba	146,64	0,90	57,92	24,14	229,60	21,78	1605,77	14,30
Dourado	61,00	0,00	46,46	8,58	116,04	11,01	1139,65	10,18
Sardinha - faca	76,58	0,01	16,04	17,93	110,56	10,49	8620,38	1,28
Arraia	44,91	2,93	43,55	12,58	103,97	9,86	2126,76	4,89
Outros	38,81	14,84	17,34	15,65	86,64	8,22	2579,70	3,36
Albacora	46,80	0,00	14,68	6,14	67,62	6,42	620,31	10,90
Badejo	21,37	0,09	33,24	6,56	61,26	5,81	1133,78	5,40
Arabaiana	8,65	0,01	30,98	1,38	41,02	3,89	481,62	8,52
Cavala	21,19	0,01	15,56	3,09	39,85	3,78	749,87	5,31
Corvina	22,88	0,98	9,54	2,65	36,05	3,42	599,03	6,02
Dentão	17,06	0,29	6,05	3,35	26,75	2,54	1183,53	2,26
Bagre	12,04	2,15	6,71	2,64	23,54	2,23	399,43	5,89
Robalo	10,25	3,19	1,70	2,82	17,96	1,70	797,49	2,25
Cação	7,02	0,22	8,86	0,88	16,98	1,61	565,42	3,00
Xaréu	11,03	0,56	2,45	0,96	15,00	1,42	345,79	4,34
Guarajuba	7,93	0,01	2,05	1,37	11,36	1,08	252,97	4,49
Xangó	10,33	0,00	0,12	0,01	10,46	0,99	1202,87	0,87
Cioba	8,87	0,00	0,43	0,65	9,95	0,94	21,02	47,34
Ariacó	6,86	0,00	0,24	1,96	9,06	0,86	60,77	14,91
Bonito	2,87	0,00	0,47	1,57	4,91	0,47	141,99	3,46
Aracimbora	2,92	0,00	0,72	0,24	3,88	0,37	47,85	8,11
Espada	1,73	0,00	1,59	0,15	3,47	0,33	204,88	1,69
Garoupa	0,81	0,46	1,08	1,02	3,37	0,32	162,57	2,07
Cangulo	0,89	0,00	2,16	0,29	3,34	0,32	212,20	1,57
Beijupirá	0,85	0,00	0,22	0,03	1,10	0,10	63,20	1,74
Xixarro	0,08	0,00	0,04	0,02	0,14	0,01	576,82	0,02
Voador	0,10	0,00	0,03	0,00	0,13	0,01	33,68	0,39
Biquara	0,04	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	1,96	2,04
Total	590,51	26,65	320,23	116,66	1054,05		25931,31	4,06
%	56,02	2,53	30,38	11,07				

Fonte: ESTATPESCA, 2003

Em relação à captura de peixes marinhos, destacam-se, além da guaiúba (21% da produção da zona costeira associada à AID nesta categoria), a produção de dourado (11%), de sardinha (10,5%) e de arraia, com 9,86%. Apesar da região ser conhecida como “berço do robalo”,

pescado considerado um dos mais nobres, a produção desta espécie representa 1,7% do total de peixes produzidos em pesca marinha.

Em relação aos valores alcançados, o **Quadro II.5.3-67**, a seguir, mostra os quantitativos da produção pesqueira de espécies marinhas de pescado, de acordo com os valores médios apurados nos levantamentos do ESTATIPESCA.

**Quadro II.5.3-67 - Valor da Produção de cada espécie de peixe em pesca de mar**

Valor da Produção (receita bruta)								
ESPÉCIE	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total AID	%	Preço médio (R\$/kg)	Valor da Produção (R\$ mil)
Guaiuba	146,64	0,90	57,92	24,14	229,60	27,99	5,34	1226,06
Dourado	61,00	0,00	46,46	8,58	116,04	12,82	4,84	561,63
Badejo	21,37	0,09	33,24	6,56	61,26	10,39	7,43	455,16
Albacora	46,80	0,00	14,68	6,14	67,62	7,69	4,98	336,75
Arabaiana	8,65	0,01	30,98	1,38	41,02	5,83	6,22	255,14
Arraia	44,91	2,93	43,55	12,58	103,97	5,65	2,38	247,45
Sardinha - faca	76,58	0,01	16,04	17,93	110,56	4,44	1,76	194,59
Cavala	21,19	0,01	15,56	3,09	39,85	4,36	4,79	190,88
Dentão	17,06	0,29	6,05	3,35	26,75	3,69	6,05	161,84
Outros	38,81	14,84	17,34	15,65	86,64	3,62	1,83	158,55
Corvina	22,88	0,98	9,54	2,65	36,05	2,67	3,25	117,16
Robalo	10,25	3,19	1,70	2,82	17,96	2,32	5,66	101,65
Cação	7,02	0,22	8,86	0,88	16,98	1,38	3,56	60,45
Bagre	12,04	2,15	6,71	2,64	23,54	1,27	2,36	55,55
Xaréu	11,03	0,56	2,45	0,96	15,00	1,15	3,37	50,55
Cioba	8,87	0,00	0,43	0,65	9,95	1,14	5,00	49,75
Guarajuba	7,93	0,01	2,05	1,37	11,36	1,11	4,27	48,51
Ariacó	6,86	0,00	0,24	1,96	9,06	0,74	3,59	32,53
Garoupa	0,81	0,46	1,08	1,02	3,37	0,45	5,88	19,82
Bonito	2,87	0,00	0,47	1,57	4,91	0,34	3,04	14,93
Aracimbora	2,92	0,00	0,72	0,24	3,88	0,33	3,77	14,63
Espada	1,73	0,00	1,59	0,15	3,47	0,19	2,43	8,43
Cangulo	0,89	0,00	2,16	0,29	3,34	0,18	2,38	7,95
Beijupirá	0,85	0,00	0,22	0,03	1,10	0,14	5,55	6,11
Xangó	10,33	0,00	0,12	0,01	10,46	0,07	0,30	3,14
Xixarro	0,08	0,00	0,04	0,02	0,14	0,01	2,70	0,38
Voador	0,10	0,00	0,03	0,00	0,13	0,01	2,87	0,37
Biquara	0,04	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	1,83	0,07
<b>Total</b>	<b>590,51</b>	<b>26,65</b>	<b>320,23</b>	<b>116,66</b>	<b>1054,05</b>			<b>4380,03</b>
<b>%</b>	<b>56,02</b>	<b>2,53</b>	<b>30,38</b>	<b>11,07</b>				

Fonte: ESTATIPESCA, 2003

Com uma produção total de R\$ 4,38 milhões, a região tem na pesca da guaiúba, do dourado e do badejo suas principais produções do ponto de vista econômico, sendo o primeiro, responsável por 25% do valor total da produção nesta categoria. O badejo figura como um dos produtos de maior valor comercial, representando 10,3% do valor total da produção.

**b) Crustáceos Capturados em Pesca de Mar**

Em relação à produção de crustáceos, a classificação realizada pelo ESTATIPESCA considera o tamanho do produto capturado e não a espécie, embora seja considerável que exista, especialmente no caso do camarão, que a variedade “p”, ou seja “pequeno” equivale ao camarão cinza, a variedade “m” ao camarão rosa e a “g” ao camarão branco.

As lagostas são classificadas como “vr” quando são do tipo vermelha e “vd” quando são da variedade verde.

O **Quadro II.5.3-68**, a seguir relaciona as produções de cada uma das variedades por município pesquisado.

**Quadro II.5.3-68 - Quantidade produzida de cada espécie de crustáceo em pesca de mar**

Quantidade Produzida								
Espécie	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total AID	%	Total BA	% na prod BA
Camarão p	205,20	45,99	57,21	23,54	331,94	44,02	2857,84	11,62
Lagosta vr	33,35	0,15	211,13	0,71	245,34	32,54	818,35	29,98
Camarão g	96,57	6,02	8,93	6,85	118,37	15,70	1631,57	7,25
Camarão m	49,87	2,11	2,95	2,96	57,89	7,68	1625,62	3,56
Lagosta vd	0,46	0,00	0,00	0,02	0,48	0,06	8,89	5,40
<b>Total</b>	<b>385,45</b>	<b>54,27</b>	<b>280,22</b>	<b>34,08</b>	<b>754,02</b>		<b>6942,27</b>	<b>10,86</b>
<b>%</b>	<b>51,12</b>	<b>7,20</b>	<b>37,16</b>	<b>4,52</b>				

Fonte: ESTATIPESCA, 2003

A produção de camarão “p” realizada por embarcações de Ilhéus, destaca-se com 205 toneladas, figurando como um dos principais pólos da Bahia neste tipo de produção, contribuindo para que a zona costeira associada à AID represente 11,62% da produção de todo o Estado.

A produção de lagosta “vr” ganha ainda mais destaque, representando 30% de toda a produção da Bahia, sendo Canavieiras responsável pela produção de 211 toneladas/ano em 2003 das 245 produzidas na zona costeira associada à AID.

De uma maneira geral esses municípios contribuem com 10,86% da produção total de crustáceos capturados em mar do Estado da Bahia, ocupando posição bastante privilegiada no quadro da produção regional.

Em relação ao valor da produção temos o **Quadro II.5.3-69**, a seguir.

**Quadro II.5.3-69 - Valor da Produção de cada espécie de crustáceo em pesca de mar**

Valor da Produção (receita bruta)							
ESPÉCIE	Preço médio (R\$/kg)	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Valor da Produção (R\$ mil)	%
Lagosta vr	39,21	1307,65	5,88	8278,41	27,84	9619,78	79,88
Camarão g	10,76	1039,09	64,78	96,09	73,71	1273,66	10,58
Camarão p	2,38	488,38	109,46	136,16	56,03	790,02	6,56
Camarão m	5,95	296,73	12,55	17,55	17,61	344,45	2,86
Lagosta vd	29,76	13,69	0,00	0,00	0,60	14,28	0,12
<b>Total</b>		<b>3145,54</b>	<b>192,67</b>	<b>8528,21</b>	<b>175,78</b>	<b>12042,19</b>	
<b>%</b>		<b>26,12</b>	<b>1,60</b>	<b>70,82</b>	<b>1,46</b>		

Fonte: ESTATPESCA, 2003

A produção de lagosta de Canavieiras tem destaque especial na pesca da região, na medida em que o valor do produto é bastante alto, fazendo com que o valor da produção municipal chegue a cerca de R\$ 8,2 milhões, só comparável regionalmente à produção de camarão de Ilhéus, com R\$ 1,8 milhões alcançados com a soma das três variedades de camarão produzidas pelas embarcações do município e os R\$ 1,3 milhões da produção de lagosta.

#### c) Peixes Capturados em Pesca Estuarina

Em relação às espécies capturadas em estuários, cerca de 10% do total produzido na zona costeira associada à AID, especialmente nas zonas dos manguezais de Ilhéus e Canavieiras, destaca-se a captura do vermelho com 85 toneladas e o mero, cuja produção se concentra em Ilhéus (**Quadro II.5.3-70**). A pescada e a carapeba também figuram como importantes somas, ambas com mais de 29 toneladas. A pesca de estuário, normalmente realizada com o uso de canoas, escaleres, botes e catraias, e em grande parte está associada diretamente aos meios de subsistências de muitas famílias. Muitas vezes a produção nessas áreas é destinada ao consumo direto, sendo raros os casos em que esta produção está voltada para o mercado. Desta forma os dados quantitativos apresentados para a pesca estuarina estão mais sujeitos a maiores falhas na coleta de informações, podendo muitas vezes se apresentar de forma subestimada.

**Quadro II.5.3-70 - Quantidade produzida de cada espécie de peixe em pesca de estuário**

Quantidade Produzida								
ESPÉCIE	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total AID	%	Total BA	% na prod BA
Vermelho	41,41	2,91	30,45	10,47	85,24	42,09	2655,88	3,21
Mero	31,90	0,00	4,01	2,83	38,74	19,13	283,64	13,66
Pescada	19,25	0,64	8,00	2,02	29,91	14,77	809,46	3,70
Carapeba	10,75	1,35	11,45	6,27	29,82	14,73	2210,24	1,35

Quantidade Produzida								
ESPÉCIE	Ilhéus	Una	Canaveiras	Belmonte	Total AID	%	Total BA	% na prod BA
Bicuda	2,24	3,48	0,75	3,37	9,84	4,86	377,46	2,61
Tainha	1,53	1,84	0,81	2,23	6,41	3,17	770,15	0,83
Agulha	0,30	0,00	0,46	0,46	1,22	0,60	1363,66	0,09
Agulhões	0,45	0,00	0,00	0,11	0,56	0,28	164,89	0,34
Manjuba	0,15	0,00	0,17	0,14	0,46	0,23	25,51	1,80
Caranha	0,14	0,00	0,15	0,02	0,31	0,15	134,05	0,23
<b>Total</b>	<b>108,12</b>	<b>10,22</b>	<b>56,25</b>	<b>27,92</b>	<b>202,51</b>		<b>8794,94</b>	<b>2,30</b>
<b>%</b>	<b>53,39</b>	<b>5,05</b>	<b>27,78</b>	<b>13,79</b>				

Fonte: ESTATPESCA, 2003

Em relação ao valor da produção, a pesca nos estuários também apresenta números mais modestos, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3-71**.

**Quadro II.5.3-71 - Valor da Produção de cada espécie de peixe em pesca de estuário**

Valor da Produção (receita bruta)							
ESPÉCIE	Preço médio (R\$/kg)	Ilhéus	Una	Canaveiras	Belmonte	Valor da Produção (R\$ mil)	%
Vermelho	5,22	216,16	15,19	158,95	54,65	444,95	48,07
Mero	5,32	169,71	0,00	21,33	15,06	206,10	4,71
Pescada	4,14	79,70	2,65	33,12	8,36	123,83	2,83
Carapeba	3,06	32,90	4,13	35,04	19,19	91,25	2,08
Bicuda	3,55	7,95	12,35	2,66	11,96	34,93	0,80
Tainha	2,57	3,93	4,73	2,08	5,73	16,47	0,38
Agulha	2,51	0,75	0,00	1,15	1,15	3,06	0,07
Agulhões	3,18	1,43	0,00	0,00	0,35	1,78	0,04
Manjuba	2,90	0,44	0,00	0,49	0,41	1,33	0,03
Caranha	6,29	0,88	0,00	0,94	0,13	1,95	0,04
<b>Total</b>		<b>513,84</b>	<b>39,05</b>	<b>255,77</b>	<b>116,99</b>	<b>925,66</b>	
<b>%</b>		<b>55,51</b>	<b>4,22</b>	<b>27,63</b>	<b>12,64</b>		

Fonte: ESTATPESCA, 2003

A maior cifra é alcançada pelo vermelho, que de acordo com a tabela de preços médios da Bahia Pesca, gera recursos na ordem de R\$ 450 mil, seguidos do mero, com pouco mais de R\$ 200 mil e a pescada, com cerca de R\$ 120 mil. O valor da produção de peixes capturados em estuários gera cerca de R\$ 925 mil, representando também importante recurso natural explorado na zona costeira associada à AID.

#### d) Crustáceos e Moluscos Capturados em Pesca Estuarina

A captura de crustáceo e moluscos em zonas de estuário está associada especialmente à pesca de subsistência, ou aquela destinada ao próprio consumo. A comercialização de espécies de moluscos como o sururu, a lambreta e crustáceos como siris e caranguejos, é realizada em

escalas menores, normalmente através de comércio informal realizado pelos próprios pescadores. Nos locais onde a presença de restaurantes e bares tem se intensificado com o aumento do turismo na região, o mercado consumidor para este tipo de produto tem alcançado maior regularidade, beneficiando alguns pescadores.

O **Quadro II.5.3-72** a seguir mostra a produção desses gêneros, considerando-se ainda que a atividade de cata e mariscagem ainda possui pouca formalização e o controle da produção ainda é bastante insipiente.

**Quadro II.5.3-72 - Quantidade Produzida de cada espécie de crustáceo e marisco em pesca de estuário**

Quantidade Produzida								
ESPÉCIE	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Total AID	%	Total BA	% prod BA
Caranguejo - uça	0,00	0,00	8,09	0,00	8,09	99,75	1099,52	0,74
Siri	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,25	467,52	0,00
Aratu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,34	0,00
Marisco	0,00	0,00	0,01	0,04	0,05		43,36	0,12
<b>Total</b>	<b>0,02</b>	<b>0,00</b>	<b>8,10</b>	<b>0,04</b>	<b>8,11</b>		<b>1623,74</b>	<b>0,50</b>
<b>%</b>	<b>0,25</b>	<b>0,00</b>	<b>99,88</b>	<b>0,49</b>				

Fonte: ESTATPESCA, 2003

Destaca-se nesse quadro somente a produção de caranguejo-uça em Canavieiras, com oito toneladas produzidas no ano de 2003 de acordo com dados da Bahia Pesca.

Em relação à receita bruta, ou seja, o valor total da produção, temos o **Quadro II.5.3-73**, a seguir.

**Quadro II.5.3-73 - Valor da Produção de cada espécie de crustáceo e marisco em pesca de estuário**

Valor da Produção (receita bruta)							
ESPÉCIE	Preço médio (R\$/kg)	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	Valor da Produção (R\$ mil)	%
Caranguejo - uça	2,91	7,95	12,35	2,66	11,96	34,93	64,13
Siri	2,66	3,93	4,73	2,08	5,73	16,47	30,24
Aratu	3,80	0,75	0,00	1,15	1,15	3,06	5,62
Mariscos	3,66	0,00	0,00	0,04	0,15	0,18	0,34
<b>Total</b>		<b>12,64</b>	<b>17,08</b>	<b>5,90</b>	<b>18,85</b>	<b>54,47</b>	
<b>%</b>		<b>23,20</b>	<b>31,36</b>	<b>10,83</b>	<b>34,61</b>		

Fonte: ESTATPESCA, 2003

A maior receita associada à produção de crustáceos e moluscos em estuários, concentra-se na produção de caranguejo, R\$ 35 mil e de siri R\$ 16 mil, sendo a produção de aratu e mariscos pouco representativas em termos de geração de receita.

#### II.5.3.15.10.3 - Preços Praticados (2005)

A pesquisa estatística sobre a produção pesqueira do Estado da Bahia foi realizada com base nos dados fornecidos pelo ESTATPESCA 2003, assim como os valores utilizados para o cálculo da receita bruta da pesca consideraram os valores correntes médios praticados no Estado da Bahia para o ano de 2003.

Foi realizado ainda, durante a pesquisa de campo nas entrevistas com os principais representantes da pesca nas localidades associadas à AID, um levantamento dos preços praticados para os produtos da pesca nesta região para o ano de 2005. Foram levantados os preços do pescado nos seguintes entrepostos:

**Quadro II.5.3-74 – Principais Entrepostos de Pesca associados à AID**

Ilhéus	Colônia Z-34
	Colônia Z-19
	Pescadores autônomos de Acuipe/ Lençóis
Una	Pedra do Una
Canavieiras	Colônia Z-20
	Associação de Pescadores de Canavieiras
	Associação de Pescadores e Moradores de Atalaia
	Cooperativa de Pescadores de Canavieiras
	Pescan - Empresa de Pesca
Belmonte	Colônia Z-21

Esses valores são apresentados neste estudo como se pode observar no **Quadro II.5.3-75**, e consideram o preço de venda da produção direta, ou seja, aqueles praticados no desembarque do pescado seja nos entrepostos particulares, seja nas colônias de pesca.

**Quadro II.5.3-75 - Preços Praticados nos Entrepostos associados à AID**

Nome	Preço (R\$)		
	Campo (2005)	BahiaPesca 2003	Variação (%)
	Média	Média	
Arabaiana (olho-de-boi)	6,25	6,22	0,48
Ariocó	5,50	3,59	53,20
Arraia	2,40	2,38	0,84
Atum (albacora)	4,42	4,98	-11,31
Badejo	9,29	7,43	24,98
Bagre	4,10	2,36	73,73
Barbudo	2,00	ENP	-
Beijupirá	6,00	5,55	8,11
Bicudo	5,00	3,55	40,85
Bonito	4,00	3,04	31,58
Cação	4,67	3,56	31,09
Caçonete	4,50	ENP	-
Camarão branco (médio)	7,50	ENP	-
Camarão rosa	10,00	5,95	68,07
Camarão sete barbas	2,60	2,38	9,24
Camarão sete barbas (defumado)	7,50	ENP	-
Camarão VG	15,50	10,76	44,05
Cambreaçú	12,00	ENP	-
Cangulo (peroá)	3,00	2,38	26,05
Caranha	8,00	6,29	27,19
Carapeba	5,50	3,06	79,74
Cavala	5,81	4,79	21,35
Cioba	6,36	5,00	27,14
Corvina	2,67	3,25	-17,95
Curimatã	2,25	ENP	-
Dentão	6,50	6,05	7,44
Dorminhoco	4,67	ENP	-
Dourado	5,72	4,84	18,23
Garoupa	6,67	5,88	13,38
Graçai	4,25	ENP	-
Guaiúba	5,94	5,34	11,19
Guaricema (xixarro)	3,50	2,70	29,63
Lagosta (cauda)	53,75	39,21	37,08
Mero	6,67	5,32	25,31

Nome	Preço (R\$)		
	Campo (2005)	Bahia Pesca 2003	Variação (%)
	Média	Média	
mirucaia	2,00	ENP	-
parati	3,00	ENP	-
Pescada amarela			
Pescada camina			
Pescada goiva (barracuda)	5,92	4,14	43,07
Pescada selvagem			
Pescada sete-bucho			
Pintado	4,00	ENP	-
Robalo	10,00	5,66	76,68
Roncador	6,00	ENP	-
Sacarati (namorado)	4,00	ENP	-
Sororoca (sarda)	4,67	ENP	-
Tainha	5,33	2,57	107,52
Tilápia	3,00	ENP	-
Tucunaré	5,00	ENP	-
Vermelho	6,67	5,22	27,71
Xaréu	4,00	3,37	18,69

Fontes: 1) Pesquisa de Campo - BM-J-2, 2005 - 2) ESTATPESCA, 2003

ENP - Espécie não Pesquisada pela Bahia Pesca

Observa-se, segundo o **Quadro II.5.3-75**, que em relação aos preços praticados, seja em função do reajuste dos preços, seja em razão das diferenças regionais nos preços obtidos nos município da AID em relação ao Estado da Bahia, em quase todas as espécies pesquisadas houve alteração positiva nos preços, em média 30,79%. As maiores variações neste sentido foram a da tainha, acima de 100%, o robalo, a carapeba e os bagres, com mais de 70% acima dos valores apresentados pela Bahia Pesca.

Observa-se ainda que foram citadas pelos pescadores locais nas pesquisas de campo algumas espécies que não são pesquisadas pela Bahia Pesca, tais como barbudo, caçonete, cambreaçu, curimatã, dorminhoco, graçáí, mirucaia, parati, pintado, roncador, sacarati (namorado), sororoca (sarda), tilápia e tucunaré.

Para efeito de estimativa do Produto Bruto da pesca nas localidades costeiras associadas à AID, consideramos a produção de 2003, última divulgada pela Bahia Pesca, e os valores correntes apresentados pelos principais comerciantes de pescado da região. De acordo com esta estimativa, que considerou a produção de cada uma das espécies se vendida pelos valores atualizados, a receita bruta da pesca estaria em R\$ 22,7 milhões, divididos nas seguintes proporções como se pode observar no **Quadro II.5.3-76**.

**Quadro II.5.3-76 – Receita Bruta da Pesca na região costeira associada à pesca na região de inserção da AID**

Espécies - Área de Pesca	Valor da Produção (R\$ mil)				
	Ilhéus	Una	Canavieiras	Belmonte	TOTAL
Peixes - mar	2696,58	92,10	1631,25	509,88	4929,82
Peixes - estuário	712,30	58,73	362,38	168,81	1302,22
Crustáceos e moluscos- estuário	12,64	17,08	5,90	18,85	54,47
Crustáceos - mar	4335,31	242,05	11664,90	235,74	16477,99
<b>TOTAL</b>	<b>6078,36</b>	<b>322,02</b>	<b>10240,57</b>	<b>761,57</b>	<b>22764,50</b>
%	34,93	1,85	58,85	4,38	

Fontes: 1) Pesquisa de Campo - BM-J-2, 2005

2) ESTATPESCA, 2003

O município de Canavieiras, com 58,85% da receita bruta seria a principal economia pesqueira da região seguida de Ilhéus com 34,93% do total da AID. Os municípios de Belmonte e Una aparecem neste cenário com pouca representatividade econômica, com respectivos 4,38% e 1,85% da receita bruta da pesca na AID. O produto que mais pesou no cálculo foi a lagosta, que embora seja largamente explorada por embarcações de outros estados, em relação ao volume desembarcado no município de Canavieiras, contabilizou valores acima de R\$ 11 milhões em Canavieiras e R\$ 1,7 milhões em Ilhéus. O camarão VG (branco) também é bastante representativo, somando cerca de R\$ 1,8 milhões na AID.

A pesca realizada no mar, usando em grande parte linha-de-mão, foi responsável por uma receita bruta da ordem de R\$ 5 milhões, enquanto a pesca nos estuários representam uma economia de R\$ 1,3 bilhões, considerando somente o produto bruto, sem os incrementos decorrentes do processamento e outros insumos.

#### **II.5.3.15.11 - Principais Locais de Desembarque por Frota**

Os principais pontos de desembarque associados à AID para embarcações de pesca e de turismo estão localizados em barras, baías e estuários, entre os quais se destacam a Baía do Pontal, em Ilhéus, onde a confluência de 4 rios e a construção de canais permitem o melhor acesso a diversos atracadouros.

### II.5.3.15.11.1 - Ilhéus

O município de Ilhéus apresenta ainda boas condições naturais para a aproximação de embarcações na praia e Ponta do Malhado, bem como na barra do rio Almada, também conhecida como Barra do Itaípe. Essas condições foram mais bem aproveitadas a partir da instalação de estruturas de atracação e cabotagem, tais como pontes e o Porto de Ilhéus administrado pela Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia).

Entre os principais locais de desembarque de Ilhéus se destacam:

- Ponta do Malhado (Praínha)– área de atracação de embarcações de pesca, localizada próximo à sede da Colônia Z-34. Possui estrutura simples, com ponte para desembarque de pescado.
- Ponte do Gás – Localizada na baía do Pontal, na barra do rio Santana é utilizada por pequenas embarcações.
- Baía do Pontal – Em diversos pontos da baía existem atracadouros com concentração de embarcações próximas à costa, em especial a área próxima à Colônia Z-19, onde é feito o desembarque de boa parte da produção de pescado do município. Recentemente o local foi equipado com um entreposto com estrutura para beneficiamento, pesagem, armazenamento e comercialização no varejo em pequena escala.
- Ponte da Coopex (Centro) – Antigo terminal de cabotagem de Ilhéus, localizado próximo à rodoviária do município, onde funcionam algumas empresas de pesca. Possui estrutura de beneficiamento e armazenamento que garante recebimento de boa parte do pescado do município.
- Pontas do Ramo, Mamoã e Tulha – Áreas de desembarque costeiro, com pouco abrigo em relação às condições oceanográficas, sem estrutura de atracação, recebendo especialmente pequenas embarcações e jangadas. Em Ponta do Tulha foi instalado um entreposto de pesca operado pela Colônia Z-34.
- Lagoa Encantada – Na bacia formadora do rio Almada, a Lagoa Encantada é uma importante área explorada pela pesca, tendo pontos de desembarques locais.

A **Figura II.5.3-75**, a seguir, mostra a distribuição dos pontos de desembarque na área urbana de Ilhéus.

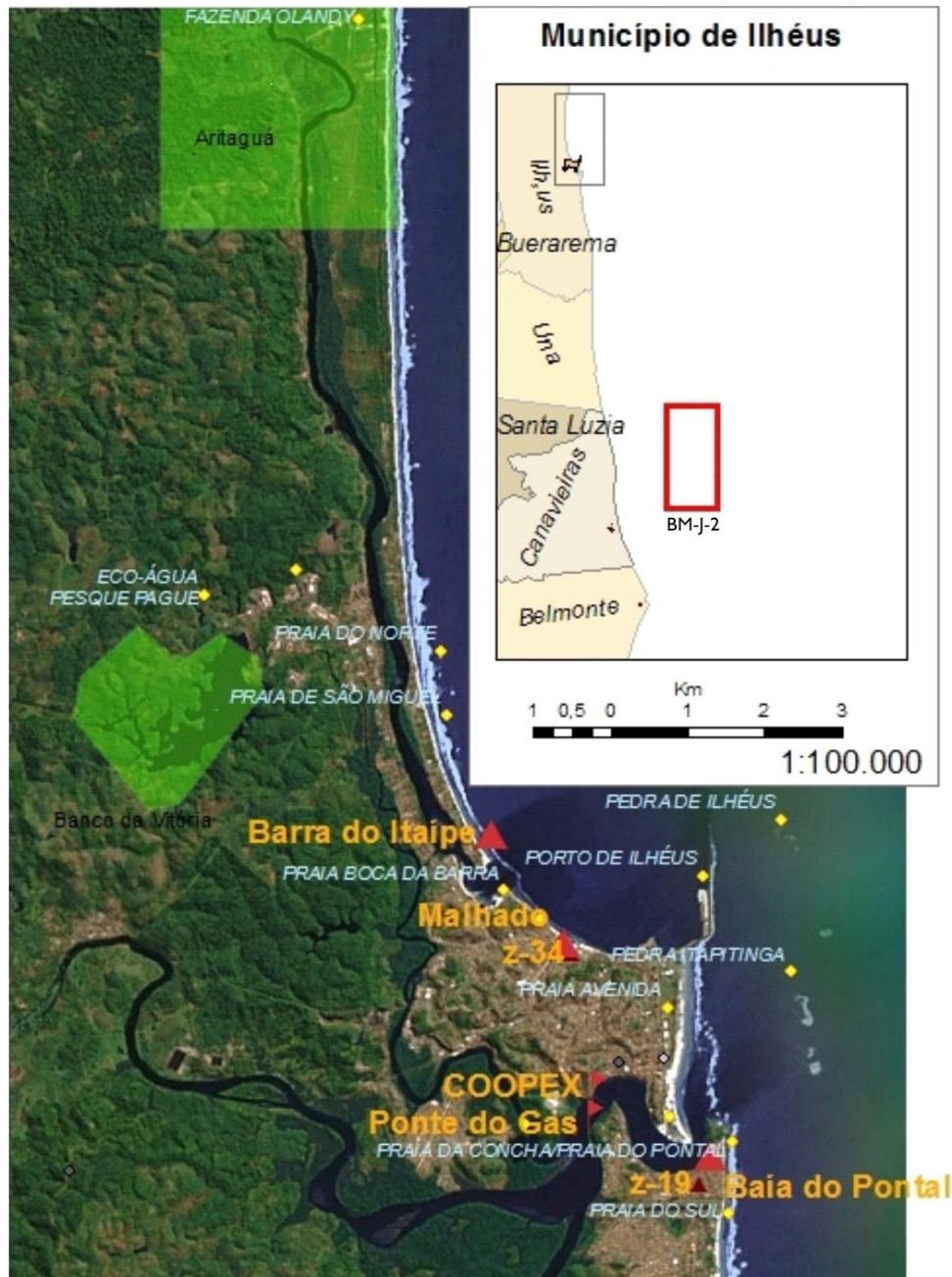


Figura II.5.3-75 – Pontos de desembarque - Ilhéus

#### II.5.3.15.11.2 - Una

O município de Una possui apenas um ponto de desembarque localizado em Pedra do Una. No local é realizado especialmente o desembarque de camarão que é destinado aos defumadores encontrados na própria localidade, de onde seguem para abastecer os mercados de Ilhéus, Salvador e Valença.

### II.5.3.15.11.3 - Canavieiras

O município de Canavieiras possui também boas condições de atracação na zona estuarina formada especialmente pelo rio Pardo. As condições de abrigo fornecidas pelo estuário permitem a navegação e o acesso a pontos isolados nas áreas de manguezais, muito utilizadas por canoas, botes e escaleres. Próximo à área urbana do município existem ainda alguns pontos com estrutura para o desembarque, são elas:

- Porto Grande – área utilizada por embarcações de pesca e de turismo, representa o principal ponto de desembarque do município. Está localizado no rio Pardo, próximo ao centro histórico de Canavieiras. O local possui um cais de atracação de navios desativado devido ao assoreamento do rio Pardo que não permite mais a navegação deste tipo de embarcação. A Ponte dos Pescadores é utilizada por saveiros pequenos, médios e grandes, bem como embarcações de menor porte. Recentemente foi construído um entreposto de pesca da colônia que opera conjuntamente com a Cooperativa de pesca local. Existe ainda um outro ponto usado para o embarque de turistas e embarcações de transporte de passageiros.
- Pescan e Filial/Frutos do Mar – Empresas de pesca localizadas no rio Salgado, próximas à residência dos pescadores. Possuem entrepostos particulares, vinculados à empresas de pesca locais, que recebem boa parte da produção pesqueira do município.
- Ponto dos Lagosteiros – Próximo à área do aterro na confluência dos rios Salgado e Pardo, existe uma área utilizada especialmente por embarcações de outras regiões que praticam a pesca na região. Este ponto não possui nenhuma estrutura de atracação e desembarque, sendo somente servida por um acesso que permite a entrada de veículos. Contudo, como as embarcações de outros estados nem sempre mantêm uma boa relação com pescadores locais, a área é utilizada para a manutenção e embarque.
- Poxim de Fora, Barra Velha, Poxim de Dentro, Oiticica e Campinhos – Nessas áreas a circulação de pequenas embarcações é intensa, sendo comum a existência de áreas de desembarque próximas às comunidades localizadas entre os manguezais que compõem o estuário de Canavieiras.

O desembarque do pescado capturado pelos pescadores da comunidade do Atalaia ocorre principalmente no Porto do Coqueirinho e no Porto de Dna. Almerinda, em Atalaia, onde existe apenas um píer.

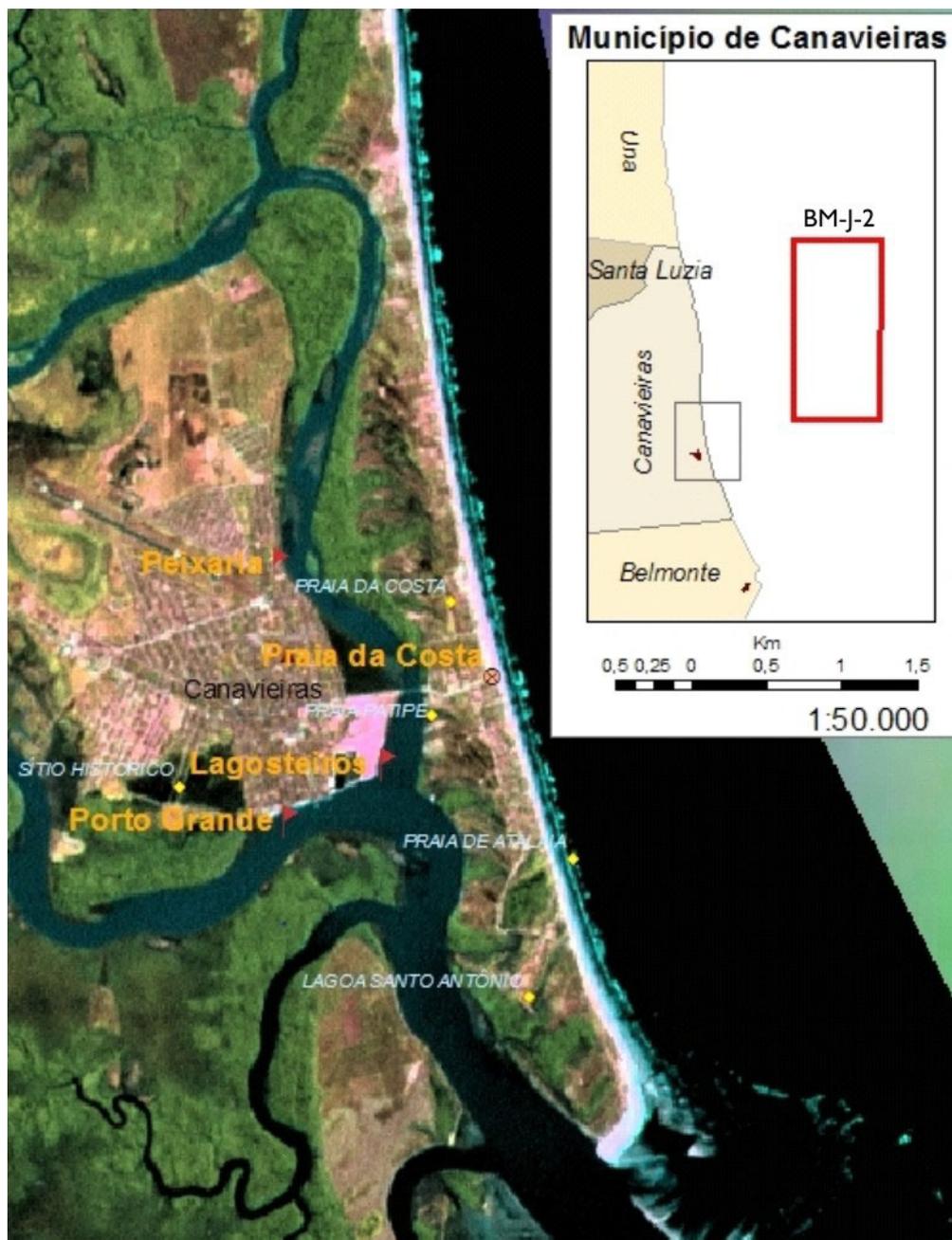


Figura II.5.3-76 – Pontos de desembarque Canaveiras

#### II.5.3.15.11.4 - Belmonte

Os pescadores de Belmonte em geral, usam o Porto Principal para o desembarque de pescado do município, localizado próximo ao Mercado Municipal e da sede da associação, onde existe uma câmara frigorífica, fábrica de gelo e um ponto de comercialização de pescado. Existem

ainda outros pontos de desembarque em outros pontos do rio Jequitinhonha, entre os quais se destaca um conhecido como “Biela” ou “Campo da Moça Bonita”.

### II.5.3.15.12 - Áreas de Atuação e Recursos Pesqueiros

Esta seção trata da “dinâmica das diferentes frotas” (áreas de atuação e períodos de safras) trazendo “informações a serem espacializadas em mapas” sobre a atividade pesqueira. Neste sentido se buscou um entendimento da dinâmica da circulação de embarcações de pesca, especialmente dos municípios confrontantes com o Bloco BM-J-2, de modo a caracterizar quais são as principais áreas de atuação das frotas, os principais locais de pescaria (pesqueiros) e os períodos de maior produtividade pesqueira.

No **Desenho 2263-00-EIA-DE-4003**, ao final desta Subseção, podem ser observadas as áreas de atuação dos pescadores artesanais dos municípios de Una, Ilhéus, Canavieiras e Belmonte, cuja zona costeira esta diretamente associada à AID, ou seja, que atuam na área do Bloco BM-J-2. No **Desenho 2263-00-EIA-DE-4002** podem ser observadas as áreas de atuação dos pescadores artesanais, de acordo com as artes de pesca utilizadas. O **Desenho 2263-00-EIA-DE-4004** apresenta a localização aproximada dos principais pesqueiros freqüentados pelos pescadores artesanais da zona costeira associada à AID, localizados próximos do Bloco BM-J-2.

As informações que permitiram a realização desses mapeamentos foram fornecidas por pescadores locais, durante as entrevistas de campo realizadas na Área de Influência Indireta da atividade. Eventualmente algumas informações acerca de pesqueiros e áreas de atuação de frotas podem não estar representada em mapas. Isto se deveu ao fato de que nem sempre, durante as entrevistas realizadas, foi possível precisar, seja por parte dos pescadores, ou mesmo pelos entrevistadores, onde estavam localizadas as áreas referidas.

Os pesqueiros, nomenclatura usado pelos pescadores para definir as áreas de pescaria no mar, são normalmente definidos por referências costeiras (acidentes geográficos visíveis do mar) e distâncias percorridas normalmente marcadas por tempo de deslocamento ou braças de corda ou rede. Muitos pescadores utilizam estes sistemas de localização quando os barcos, como a maioria na região, são desprovidos de equipamentos de localização, como GPS ou mesmo bússolas.

Durante as entrevistas foram citados alguns desse pesqueiros, que em geral se estão associados a zona de quebra da plataforma continental e do talude superior, que são conhecidos localmente pelos pescadores como “beiradas” e “paredes”. Já os pesqueiros formados por

paleocanais associados aos cânions dos rios da região e que entalham o talude e a plataforma continental, são localmente conhecidos como “regos”. Essas denominações, normalmente dão o nome aos pesqueiros localizados nessas regiões.

No município de Ilhéus os principais pesqueiros são conhecidos localmente pelos pescadores como Pedraria de Olivença, Pedraria de Acuípe, Boca de Iguape e Beirada da Canoa. Segundo os representantes da Colônia Z-34, a área de atuação dos pescadores artesanais desta entidade tem como limite ao sul o município de Belmonte, e ao norte Morro de São Paulo, em Valença. O arrasto do camarão é normalmente realizado na região costeira que vai de Belmonte a Ilhéus, em profundidade variando até 38 metros, sendo que na região de Itacaré, essa pesca também atinge profundidades de até 60 metros. A pesca de linha de mão e com espinhel de fundo é realizada no trecho que vai de Belmonte a Ilhéus, em profundidades variando de 50 a 200 metros. A pesca da guaiúba e da cavala é mais expressiva no mês de outubro enquanto que a do dourado e atuns é predominante nos meses de dezembro a fevereiro. Com relação às espécies estuarinas, destaca-se o robalo, a tainha e a carapeba, que são pescadas principalmente nos meses de junho e julho.

A área de pesca dos pescadores da Colônia Z-19, também de Ilhéus, tem como limite ao sul o município de Canavieiras, e ao norte o município de Ilhéus, numa faixa que vai desde 10 até 200 metros de profundidade. Os principais pesqueiros utilizados pelos pescadores são conhecidos como: Puxim, Comandatuba, Boca do Rego, Beirada do Cano e Buraco da Pesca. Nos meses de verão, as principais espécies capturadas são o dourado, cavala, atum, guaricema, graçaí, albacora e olho-de-boi, enquanto nos meses de inverno as principais capturas se referem a guaiúba, cioba, vermelho, ariocó, mero, pescada e o camarão VG.

No município de Una a pesca se concentra principalmente na região estuarina. O robalo, a tainha, guaiúba, ariocó e cação, ocorrem principalmente nos meses de inverno. O camarão e o vermelho são principalmente capturados nos meses de verão, enquanto que a pesca da carapeba é realizada durante todo o ano.

Os pesqueiros mais comumente utilizados pelos pescadores artesanais associados à Colônia Z-20, de Canavieiras são conhecidos como: Pedra de Aracanguira; Beiradinha; Beirada de Cícero; Canto de Valdez; Terra Firme; Buraco da Cavala e Pedra da Cavala. A área destinada para a captura de peixes tem como limite ao sul o município de Porto Seguro e como limite ao norte o município de Una, numa faixa de profundidade de até 200 metros, incluindo o banco “Royal Charlotte”, importante pesqueiro utilizado por pescadores de todas as partes do mundo para a pesca esportiva de “peixes de bico” como o marlim azul, *sailfish*, entre outros. A área de pesca de camarão tem como limite ao sul a localidade de Mojiçuçaba e ao norte a localidade de Olivença, numa profundidade de até 30 metros.

Os pesqueiros mais freqüentados pelos pescadores da Associação dos Pescadores de Canavieiras são: Barra do Albino e Barra do Atalaia, ambos localizados em profundidade de 50 metros, sendo o primeiro localizado a cerca de 500 metros da praia e o segundo a cerca de 2 km da costa. Além desses, também são freqüentados os pesqueiros conhecidos como Canto do Valdez, Pedra de Aracanguira, Espigão de Fora, Espigão de Dentro e Torre de Comandatuba, localizados em profundidade variando de 30 a 150 metros e, o pesqueiro Buraco do Olho Vermelho, localizado em profundidade de cerca de 120 metros.

Os pesqueiros mais freqüentemente utilizados pelos pescadores da comunidade de Atalaia, em Canavieiras, são conhecidos como: Royal Charlotte, Rio Grande, Mar de cima, Canto do Valdez, Rego de Comandatuba, Areia Preta, Coroas e Fundo. A área de atuação dos pescadores da comunidade do Atalaia abrange como limite ao sul o município de Santa Cruz de Cabrália e ao norte a Ilha de Comandatuba, em profundidade de até 200 metros.

A área de atuação dos pescadores ligados à Cooperativa dos Pescadores de Canavieiras abrange desde Porto Seguro até a localidade de Barra Velha, em Canavieiras, enquanto que os pescadores das empresas Pescan e Filial do Mar atuam em área que abrange o trecho tendo como limite ao sul o município de Santa Cruz de Cabrália e ao norte o município de Ilhéus.

Os pesqueiros mais freqüentados pelos pescadores da Colônia Z-21 de Belmonte são a Pedra de Aracanguira e o Berço da Cama. A área de atuação dos pescadores de Belmonte abrange o trecho que vai desde o município de Santa Cruz de Cabrália até a Ilha de Comandatuba, em Canavieiras, em profundidade de até 200 metros.

O **Quadro II.5.3-77** apresenta algumas características de localização dos principais pesqueiros que foram apontados pelos representantes dos pescadores dos municípios que constituem a AID, durante os levantamentos de campo realizados em outubro de 2005.

**Quadro II.5.3-77 - Características dos principais pesqueiros utilizados pelos pescadores da zona costeira associada à AID**

Nome do pesqueiro	Origem dos pescadores que utilizam o pesqueiro	Distância da costa (km)	Profundidade (metros)
Pedreira de Olivença	Ilhéus	36 a 42	35
Pedreira de Acuípe	Ilhéus	22	35
Boca de Iguape	Ilhéus	-	-
Beirada da Canoa	Ilhéus	-	33
Barra do Albino	Canavieiras	0,5	50
Barra do Atalaia	Canavieiras	2	50
Beiradinha	Canavieiras	-	50 a 200

Nome do pesqueiro	Origem dos pescadores que utilizam o pesqueiro	Distância da costa (km)	Profundidade (metros)
Beirada de Cícero	Canavieiras	-	50 a 200
Terra Firme	Canavieiras	-	-
Buraco da Cavala	Canavieiras	-	-
Pedra da Cavala	Canavieiras	-	-
Canto do Valdez	Canavieiras	-	30 a 150
Pedra de Aracanguira	Canavieiras/ Belmonte	-	20 a 50
Espigão de Fora	Canavieiras	-	30 a 150
Espigão de Dentro	Canavieiras	-	30 a 150
Torre de Comandatuba	Canavieiras	-	30 a 150
Buraco do olho vermelho	Canavieiras	-	120
Rio Grande	Canavieiras	-	20 a 50
Mar de cima	Canavieiras	-	30 a 150
Rego de Comandatuba	Canavieiras	-	30 a 150
Areia Preta	Canavieiras	-	50 a 1.000
Coroas	Canavieiras	-	50 a 200
Puxim	Ilhéus	-	-
Boca do Rego	Ilhéus	-	-
Beirada do Cano	Ilhéus	-	-
Buraco da Pesca	Ilhéus	-	-
Fundo	Canavieiras	-	-
Berço da Cama	Belmonte	-	-

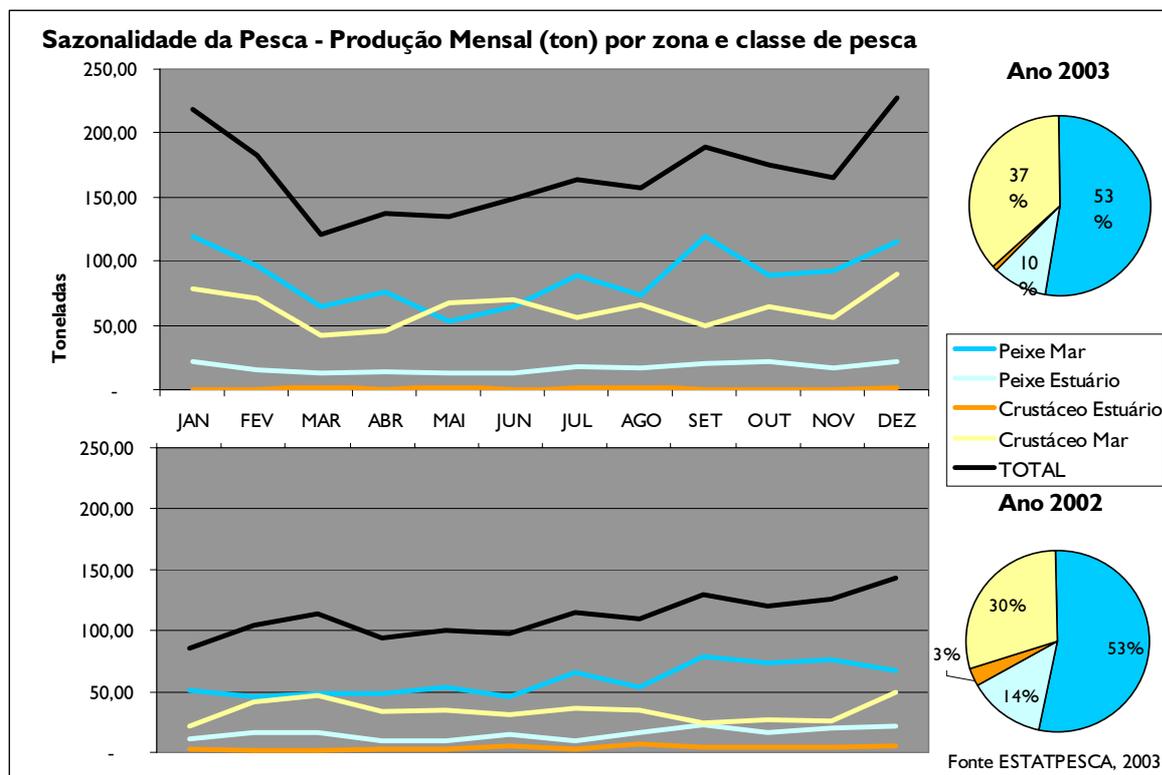
Fonte: Colônias de pescadores (2005).

Foram também levantados em outros trabalhos realizados na região, os seguintes pesqueiros utilizados pelos pescadores de Ilhéus a Belmonte: Rego de Comandatuba, Rego do Puxim e Rego do Una. Os pesqueiros da zona de quebra da plataforma e talude superior, são conhecidos como Beirada de Ventura, Beirada da Canoa, Beirada do Homem e Beirada do Dentão. Outros pesqueiros de menor importância na área, reportados na amostragem da pesca de linha de o Programa REVIZEE foram: o Través de Ilhéus, Baçaueira, Selvagem Grande, Oiteiro da Beira da Serra, Quilombinho, Olivença, Buíra e Terra Firme. (Vianna et al., 1999; Frota et al., 1999; Martins et al., 1998).

### II.5.3.15.13 - Sazonalidade da Atividade Pesqueira

A variação da produtividade pesqueira ao longo do ano tem como principais causas as variações na ocorrência de determinadas espécies, os períodos de defeso e as próprias condições do mercado consumidor, que acompanha as temporadas de maior movimentação turística na região que coincide com o período do verão.

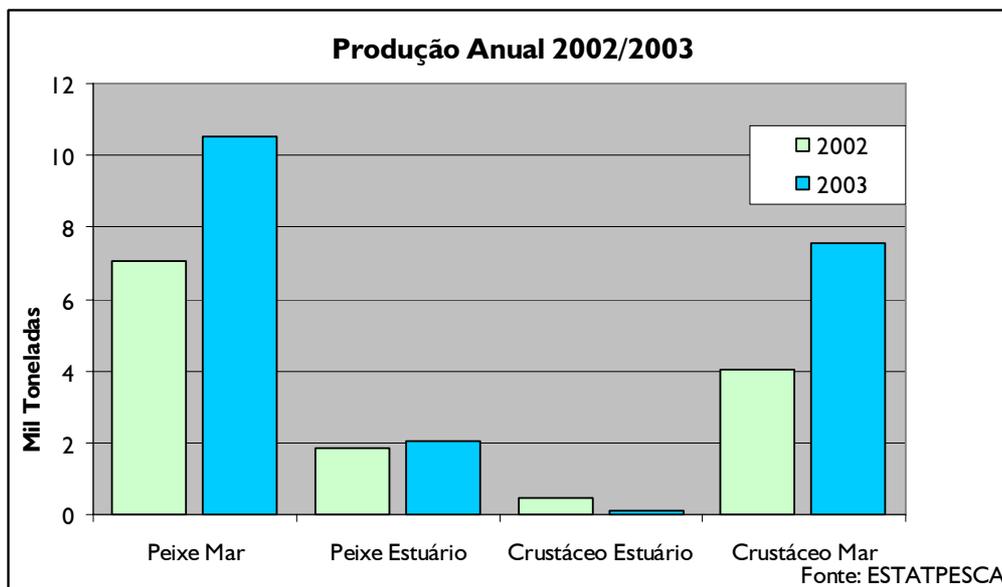
De acordo com as informações da BAHIAPESCA, nos dados produzidos no monitoramento da atividade no estado para os anos de 2002 e 2003, os meses de dezembro, janeiro e fevereiro registram as maiores variações positivas em relação à quantidade produzida, como mostra a **Figura II.5.3-77**, a seguir. Os dados apresentados representam a estimativa mensal da produção dos municípios cuja zona costeira está associada à AID, baseado na aplicação da participação da produção destes municípios para cada espécie sobre a produção total da Bahia em cada mês.



**Figura II.5.3-77 – Sazonalidade da pesca nos municípios associados à AID – produção mensal**

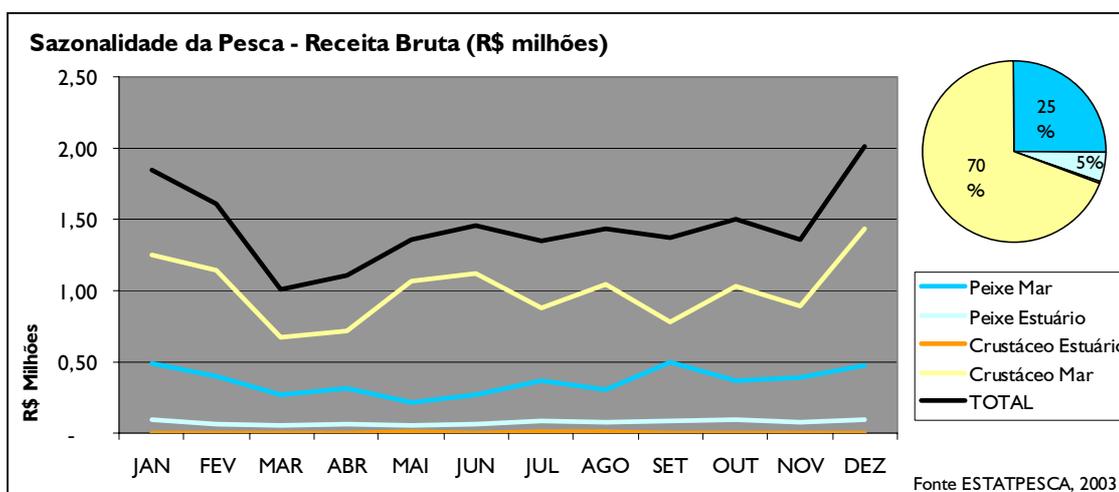
O aumento da produção no período do verão está associado especialmente à produção de sardinha, dourado, albacora, em relação à captura de peixes no mar e à produção de camarão pequeno (cinza) e médio (rosa). A variação positiva no mês de setembro se deve em grande parte ao aumento da produção de badejo, dentão e outras espécies, de maior ocorrência no período. Já a Lagosta tem sua maior produção no inverno (entre maio e setembro), o que fez com que a produção em maio e junho de 2003 de crustáceos superasse a produção de peixes. Contudo nos meses seguintes, de julho, agosto e setembro, a produção de guaiúba, mais representativa da região, chegou a alcançar 35 ton/mês só comparáveis à produção de dourado em janeiro e dezembro, que alcançou 26,6 ton/mês.

Uma outra questão importante apontada nas estatísticas produzidas pela Bahia Pesca para os anos de 2003 e 2004 é que houve, na zona costeira associada à AID, um aumento da produção pesqueira, como mostra a **Figura II.5.3-78**, a seguir.



**Figura II.5.3-78 – Produção Anual estimada nos municípios associados à AID - 2002/2003**

A curva do rendimento da pesca em 2003 é similar à curva da produção. Isso se deveu ao fato de que, apesar de a produção de crustáceos representar 37% da produção e 70% da receita bruta, como mostra **Figura II.5.3-79**, a produção de camarão está também concentrada no período do verão.



**Figura II.5.3-79 – Sazonalidade da Pesca nos municípios associados à AID – Receita Bruta (R\$ Milhões)**

Importante no incremento de receita bruta é a produção de lagostas em Canavieiras e de camarões em Ilhéus, cujo alto valor dos produtos, fazem com que o rendimento mensal no verão chegue a superar, como aconteceu em dezembro de 2003 a barreira dos R\$ 2 milhões/mês.

### II.5.3.16 - Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

A região compreendida pelos municípios da All, em sua porção costeira, é marcada pela presença de extensas zonas de manguezais, cuja ocupação se dá de forma heterogênea, com a presença de áreas urbanas, áreas de exploração turística bem como de áreas habitadas por aldeamentos baseados especialmente na extração marinha, como a pesca e a mariscagem.

Progressivamente, o crescimento da atividade turística tem transformado os perfis das localidades mais isoladas, fazendo com que a maior circulação de pessoas, mercadorias e capitais modifiquem os modos de vida das populações ditas tradicionais.

A dinâmica socioeconômica deste contato entre a população nativa e os empresários e turistas nem sempre é conflituosa, gerando muitas vezes oportunidades, visibilidade e melhorias na infra-estrutura local. Contudo, as transformações mais sentidas estão relacionadas à perda da qualidade ambiental local e, especialmente, a redução do acesso à determinadas áreas que, em muitos casos, foram áreas usadas pelas famílias locais para a garantia da subsistência.

A ocorrência de conflitos entre os interesses imobiliários motivados pela expansão do turismo e o direito e populações tradicionais locais vem motivando ações de criação de áreas especiais, como é o caso da criação de Reservas Extrativistas, destinadas à garantia do acesso por parte de comunidades que desenvolvem a atividade extrativas de pesca. Destaca-se na All da atividade de perfuração no Bloco BM-J-2 a presença de duas áreas nesta situação, a primeira está localizada entre os municípios de Porto Seguro e Prado, na região conhecida como ponta do Corumbau, que empresta o nome à reserva extrativista. A segunda, em fase de criação, mais ao norte, tem sua área confrontante à área do bloco BM-J-2, no município de Canavieiras, como detalhado sucintamente a seguir:

- **RESEX CANAVIEIRAS:** Compreende toda a área estuarina do município, entre a ilha de Comandatuba e o limite com o município de Belmonte, incluindo ainda a área marinha que se estende da costa ao limite confrontante com o bloco de exploração de petróleo BM-J-2. Engloba as localidades de Poxim de Dentro, Poxim do Sul, Oiticica e Barra Velha ao norte da sede de Canavieiras e Atalaia e Campinhos ao sul.

- **RESEX CORUMBAU:** A reserva extrativista de Corumbau compreende uma faixa costeira e marinha que se estende entre os municípios de Porto Seguro e Prado, compreendendo às localidades de Caraívas, Corumbau até às imediações de Cumuruxatiba.

A região é marcada ainda pela presença de Terras Indígenas demarcadas e em processo de demarcação, num processo contínuo de reconhecimento e recuperação da autonomia das etnias Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá. Destaca-se neste sentido a presença de duas etnias cujas aldeias se encontram em áreas costeiras na All da atividade, sumarizadas a seguir:

- **TUPINAMBÁS DE OLIVENÇA:** Compreende a etnia que ocupa uma região entre a foz dos rios Cururupe e Acuipe e a Serra Negra, no município de Ilhéus. A aldeia principal está localizada em Olivença, importante destino turístico do município e a TI está em processo de demarcação, com a realização de estudos preliminares de reconhecimento.
- **PATAXÓS:** A Etnia Pataxó atualmente é formada por vários aldeamentos distribuídos entre os municípios de Santa Cruz Cabralia e Prado, na qual se destacam as Terras Indígenas de Coroa Vermelha e Barra Velha, ambas demarcadas e localizada em regiões costeiras.

Nos Itens a seguir, estão descritos aspectos relevantes em relação a essas duas áreas, as populações que vivem e os modos de vida local, especialmente em relação à apropriação dos recursos naturais disponíveis e sua importância para a garantia das condições de subsistência destas populações.

### II.5.3.16.1 - Etnias Indígenas

A Área de Influência Indireta da atividade, que compreende boa parte do litoral Sul da Bahia, região marcada por ser o local do descobrimento do Brasil pelos portugueses, ou seja, primeiro ponto de contato entre o colonizador e os nativos da América do Sul, possui um amplo histórico das questões indígenas.

De uma maneira geral, como acontece com boa parte da população indígena do litoral do nordeste, a exposição ao contato intenso com os colonizadores, durante alguns ciclos econômicos descaracterizaram sobremaneira os modos de vida tradicionais destas populações indígenas, fazendo muitas vezes com que o processo de reconhecimento e demarcação de suas terras fosse acima de tudo um processo de auto-reconhecimento da identidade indígena, de valorização dos costumes e modos de vida tradicionais e de reconhecimento por parte da sociedade envolvente da importância da garantia da autodeterminação desses povos.

Assim ocorreu com o grupo atualmente denominado Pataxó Hã-Hã-Hãe, etnia que engloba outras etnias, tais como Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren que originalmente ocuparam o litoral sul da Bahia, numa região que compreendia uma larga faixa entre os rios Pardo e Cachoeira.

No estado da Bahia essa situação se aplica a quase totalidade dos povos indígenas, que estão localizados especialmente no nordeste do estado e na região do litoral sul, com algumas exceções no interior. Entre as principais etnias do estado se destacam as seguintes:

**Quadro II.5.3-78 – Etnias indígenas na Bahia**

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/ língua (*)	População censo/ estimativa (2)	Ano
Kaimbé	Caimbé	Português	1270	2001
Kantaruré.	Cantaruré	Português	353	2003
Kiriri	.	Português	1.401	2003
Pancararé	Pancararé	Português	1.500	2001
Pankaru.	Pancaru	Português	84	1999
Pataxó	.	Português	2.790	2001
Pataxó Hã-Hã-Hãe.	.	Português	2.219	2005
Tupinambás	.	Português	2.831	**
Tumbalalá.	.	Português	900	.2001

FONTE: Instituto SocioAmbiental (Quadro geral)

\*Povos que falam o Português correspondem a casos de perdas lingüísticas e/ ou identidades emergentes. - \*\* Em reconhecimento

Destaca-se na região do litoral sul da Bahia, entre os municípios da All, a presença das etnias Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambás. Na chamada costa do Descobrimento, entre os município de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado, destaca-se a presença dos Pataxós, que vem tendo seus direitos reconhecidos através da demarcação das TIs de Coroa Vermelha, Jaqueira, Águas Belas, Imbiriba, Barra Velha e Mata Medonha, todas associadas à área histórica do descobrimento. Na região da Costa do Cacau, destaca-se a presença dos Tupinambás na localidade de Olivença, no município de Ilhéus, que estão em processo de reconhecimento e demarcação de suas terras.

O **Quadro II.5.3-79**, a seguir, mostra um panorama da situação das Terras Indígenas no sul da Bahia.

**Quadro II.5.3-79 – Terras indígenas na área de influência**

Povo Indígena	Município	Terra Indígena e Comunidades	Área (ha)	População	Situação Jurídica
Tupinambá de Belmonte	Belmonte	Tupinambá de Belmonte	-	-	Sem Providência
Pataxó Hã-Hã-Hãe	Camamu	Nova Vida (Faz.Bahiana)	308	63	Área Dominial/Adquirida
Tupinambá de Olivença	Ilhéus /Una	Tupinambá de Olivença	-	2.831	Em identificação
Pataxó	Porto Seguro	Aldeia Velha	2.000	445	Em identificação
Pataxó	Porto Seguro/ Sta Cruz Cabrália	Coroa Vermelha	1.493	2.697	Homologada
Pataxó	Porto Seguro	Imbiriba	398	226	Identificada
Pataxó	Porto Seguro/ Prado	Monte Pascoal	8.627	3.001	Em identificação*
Pataxó	Sta Cruz Cabrália	Mata Medonha	550	228	Homologada

Fonte: ANAÍ - BA, 2003; DSEI/FUNASA, 2003.

\* A TI do Monte Pascoal conta com duas aldeias já demarcadas e homologadas, Barra Velha (Porto Seguro) e Águas Belas em Prado.

Para o desenvolvimento dos estudos foram consideradas apenas as Terras Indígenas localizadas na região costeira, ou seja, aquelas que possuem parte de sua fronteira composta pela faixa litorânea. Essas áreas são destacadas nos itens a seguir, representados pelas etnias e suas áreas de ocupação.

**II.5.3.16.1.1 - Tupinambás de Olivença (Pataxó Hã-Hã-Hãe)**

Os Tupinambás de Olivença, anteriormente denominados Índios de Olivença, ocupam uma região que se estende por boa parte do litoral de Ilhéus em sua porção sul, entre a barra do rio Cururupe e a do rio Acuipe, já no município de Una.

O seu território, no entanto, encontra-se em processo de demarcação, mais precisamente a fase em que se encontra atualmente é de identificação das aldeias e dos territórios tradicionalmente ocupados, para que então se produza o laudo antropológico que permitirá a demarcação e homologação das terras.

Os tupinambás de Olivença, que buscam o reconhecimento de seus direitos através da criação de uma reserva indígena, vivem numa região onde o turismo é explorado intensamente, com a presença de muitas pousadas, condomínios de médio e alto padrão, bares, restaurantes e parques, que se estendem por toda a costa sul de Ilhéus. Muitas das aldeias estão localizadas em áreas costeiras, próximo à foz de alguns rios da região, como é caso do rio Cururupe, Maruim, Cururupe, Sapucaieira e Acuipe.

O histórico do contato desses grupos com os não-indígenas se caracterizou por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos, assim como ocorreu com outros povos da região. As pressões fundiárias forçaram povos como os Baenã, Kamakã, Kariri-Sapuyá, Gueren e os próprios Tupinambás a se deslocarem para a região da reserva Caramuru-Paraguassu, localizada entre os municípios de Camacã, Camamu, Itaju do Colônia e Pau Brasil. Criada a partir da definição de uma área de reserva pelo Estado em 1926 Caramuru-Paraguassu receberia os Tupinambás em 1930, que sob a liderança do índio Marcelino, conhecido como “Caboclo Marcelino”, marcharam da sua região originária, em Olivença, para o interior.

A reserva Indígena de Caramuru-Paraguassu foi invadida e em grande parte convertida em fazendas particulares. Apenas a partir da década de 1980 teve início um lento e tortuoso processo de retomada dessas terras, cujo desfecho parece ainda longe, permanecendo a Reserva sub-judice.

Atualmente os Tupinambás que vivem na reserva Indígena de Caramuru-Paraguassu ocupam parte da região da Água Vermelha e Ourinho, o que segundo a bibliografia consultada, transparece uma relação de certa reserva por parte das demais famílias étnicas, o que talvez decorra de uma certa tendência dos tupinambás a alianças internas com não-índios.

Contudo, grande parte dos Tupinambás, talvez reforçando ainda mais esta tendência, reside em Olivença e suas imediações, muitas vezes empregados nos empreendimentos de turismo ou desenvolvendo atividade agrícola mais para o interior. Essas famílias, cerca de 2800 pessoas segundo dados da Funasa, estão empenhadas na luta pela criação da Terra Indígena, processo que vem sendo importantíssimo para recuperando sua organização, sua auto-estima e sua cultura, promovendo o reconhecimento de seus direitos e da autodeterminação sobre o seu território.

O **Quadro II.5.3-80**, a seguir, mostra a distribuição da população em relação às principais comunidades tupinambás de Olivença. A população informada foi baseada nos dados fornecidos pelo SEI (Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia), que contabilizou um contingente de 2.831 índios nesta região.

É importante destacar que segundo informações geradas pelo projeto Visão dos Índios, que produziu um documento no ano de 2003, a população tupinambá era de 4300 índios, ocupando uma área de aproximadamente 92 km<sup>2</sup>.

**Quadro II.5.3-80 – Comunidades na área pretendida pelos Tupinambás**

Tupinambá de Olivença		
Município	Aldeamento (Comunidade)	População
Ilhéus	Comunidade Cururupe	
	Comunidade Olivença	01.293
	Comunidade Campo de São Pedro	47
	Comunidade Curupitanga	
	Comunidade Cururutinga	
	Comunidade Gravatá	83
	Comunidade Mamão	
	Comunidade Pixixica	
	Comunidade Sapucaieira	390
	Comunidade Santana	196
	Comunidade Santaninha	
	Comunidade Águas de Olivença	117
	Comunidade Serra Negra	
	Comunidade Serra das Trempes	
	Comunidade Serra do Padeiro	
Comunidade Serra do Ronca		
Comunidade Serra do Serrote		
Ilhéus/Una	Comunidade Acuípe de Baixo	251
	Comunidade Acuípe do Meio	83
	Comunidade Acuípe de Cima	
Una	Comunidade Maruim	
	Comunidade Maruinzinho	
Total		2.831

Fonte: ANAI - Ba, 2003; DSEI/FUNASA, 2003.

Grande parte da população local reside em Olivença, que se destaca no litoral sul de Ilhéus como um dos principais atrativos turísticos do município e pela presença de um parque municipal destinado à visitação turística. Apesar do desenvolvimento urbano da localidade, que possui muitas pousadas, bares e até alguns hotéis, a população indígena permanece vivendo no local. O relacionamento entre índios e não índios não é conflituoso, muitos índios trabalham como empregados nos estabelecimentos locais. Contudo, a questão fundiária que envolve a demarcação dessas terras é um assunto que gera certa polêmica em ambas as partes. No passado, entre os anos de 1920 e 1940 muitos conflitos foram gerados pelas pressões fundiárias de veranistas ilheenses que buscavam a região.

Essas pressões acabaram por gerar a morte do Caboclo Marcelino no dia 26 de setembro de 1937, quando aconteceu às margens do Rio Cururupe, em Ilhéus, um grande massacre de índios, conhecido pelos mais velhos como: “a última revolta do caboclo marcelino”. Neste massacre, foram mortos vários índios e nunca se fez um julgamento para punir os culpados, o que enfraqueceu a resistência Tupinambá à ocupação dos brancos na região e permitiu a consolidação de Olivença como localidade turística de Ilhéus.

Atualmente a data é lembrada anualmente com a Marcha em Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe, considerada a única expressão pública de massa do Povo Tupinambá. A marcha é lembrada através de caminhadas e festejos que chegam a reunir na rodovia BA-001 mais de 2000 tupinambás.

O processo de reconhecimento dos índios no nordeste, em muitos casos, é um processo de re-afirmação cultural e resgate, onde manifestações como esta se enchem de sentido e representação. Independentemente da repercussão que causa na sociedade envolvente, elas muitas vezes permitem a costura de uma coesão interna capaz de criar a unidade necessária para a reorganização social dos grupos indígenas. A recuperação da identidade e da auto-estima dos índios de Olivença tem ganhado força a partir da década de 1980, especialmente a partir da promulgação da Constituição e do Estatuto do Índio. A criação de algumas reservas indígenas, especialmente na região de ocupação dos Pataxós também tem motivado os movimentos reivindicatórios em Olivença.

O processo de organização dos Tupinambás tem provocado uma maior atenção por parte do poder público, com a criação de uma escola voltada para a educação indígena e o andamento do processo de reconhecimento da terra indígena junto à FUNAI e ao INCRA.

Contudo, o processo de demarcação se reveste de uma questão bastante polêmica, que é justamente a ocupação atual da região, onde a presença de muitos empreendimentos turísticos esta razoavelmente consolidada. Além de Olivença, outras importantes praias do sul de ilhéus, como é o caso de Águas de Olivença e Cururupe, atualmente são ocupadas por empreendimentos turísticos e condomínios de casas de veraneio, o que suscita muitas questões quanto ao processo de reconhecimento legal do território tupinambá.

Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos índios de Olivença destaca-se a agricultura, a extração vegetal e emprego no setor turístico. A atividade de pesca é realizada com reservas, já que em grande parte está associada às águas continentais nos principais rios que drenam a região, bem como nos estuários. Não foi registrado, durante as pesquisas realizadas, a ocorrência de pesca embarcada no mar associada à região onde estão localizadas as aldeias Tupinambás.

#### II.5.3.16.1.2 - Pataxós

Os remanescentes da Etnia Pataxó estão distribuídos por diversas aldeias na região conhecida como Costa do Descobrimento, no sul da Bahia. A origem do povo é da mesma região, nas proximidades do Monte Pascoal, e remonta seus últimos registros de ocupação ao início do

século, quando a língua da família Maxacali, do tronco Macro-Jê, ainda não havia sido substituída pelo português.

As aldeias Pataxós em áreas já demarcadas estão distribuídas em seis Terras Indígenas, das quais duas estão localizada na costa. São elas as T.I. Coroa Vermelha e Barra Velha, nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, respectivamente, como mostra a **Figura II.5.3-80**.

O processo de criação das reservas indígenas pataxó iniciou em 1943, quando o governo da Bahia criou o Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal. Posteriormente, em 1951 ocorreu um grande massacre na aldeia de Barra Velha, causado por policiais militares da Bahia, o que fez com que muitos descendentes Pataxós escondessem sua identidade indígena por medo ou para evitar discriminação. No ano de 1961, o Estado da Bahia repassou o território do parque para a União, que criou por decreto o Parque Nacional do Monte Pascoal. A implantação do Parque obrigou a população indígena a abandonar as áreas do parque, deixando suas terras, suas roças e suas aldeias, o que contribuiu para o processo de marginalização e perda da identidade.

Nos novos locais de concentração da população indígena, surgiram aldeamentos que acabaram por consolidar novos territórios, como foram os casos de Coroa Vermelha, Mata Medonha e Águas Belas.



Figura II.5.3-80 – Mapa de terras indígenas – Litoral Sul

O **Quadro II.5.3-81**, a seguir mostra as principais aldeias e comunidades pataxós distribuídas entre os municípios de Cabrália, Porto Seguro e Prado.

**Quadro II.5.3-81 – Terras indígenas e aldeias Pataxó**

Terra Indígena e Comunidades	Município	Situação Jurídica	Área (ha)	População	
Aldeia Velha	Porto Seguro	Em identificação	2.000	445	
Coroa Vermelha	Porto Seguro Sta Cruz Cabrália	Homologada	*1.493	2.697	
Imbiriba	Porto Seguro	Identificada	398	226	
Monte Pascoal	Porto Seguro e Prado	Identificada	8.627	3.001	
Meio da Mata	Porto Seguro	Em identificação		117	
Boca da Mata				1.029	
Guaxuma				–	
Barra Velha	Prado	Homol. e Registrada		1.855	
Águas Belas		Homologada		839	
Craveiro	Prado	Em identificação		–	
Corumbauzinho				211	
Alegria Nova				–	
Pequi				–	
Barra do Caí				–	
Mata Medonha	Sta Cruz Cabrália	Homologada		550	228

Fonte: SEI, 2005

#### a) TI Coroa Vermelha

O Início do reconhecimento dos territórios indígenas se deu com a demarcação, em maio de 1997 da Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, localizada em Santa Cruz Cabrália, nos limites dos rios Mutá e Mutari, alcançando a BR-367, que liga o município a Porto Seguro, no sítio histórico constituído pelo local de realização da 1ª Missa celebrada no Brasil, em 26 de abril de 1500, pelo Frei Henrique Soares (de Coimbra). A cruz é o símbolo do início da evangelização no Brasil. Está fincada na praia, em frente ao ilhéu, onde em sua parte emersa, foi celebrado o ato religioso. Diz-se que, originariamente, uma pequena cruz de madeira foi ali colocada pelos Capuchinhos, em 3 de março de 1898. Recentemente, a cruz de madeira foi substituída por uma outra de aço, perdendo toda a magia do simbolismo primitivo, e a referência ao pau-brasil. Neste centro turístico os índios, vestidos a rigor, vendem seus artesanatos e dançam e cantam em torno da cruz.

A Área onde moram os índios possui apenas 77 ha, localizados na região costeiras na imediações da APA da Coroa Vermelha. Nas proximidades, dentro da Mata Atlântica, tem uma Reserva Indígena, chamada de Jaqueira de cerca de 2500 ha. A aldeia de Coroa Vermelha teria se originado a partir da chegada da família do Pajé Itambé, em 1972, vinda da reserva indígena de Barra Velha, como contam alguns moradores locais.

O Pajé Itambé, de nome de batismo Alberto Espírito Santos Matos, 65anos., tem loja de artesanato e farmácia homeopática. É a figura mais conhecida da comunidade, junto ao índio Boré, muito requisitado por seus trabalhos de curandeirismo.

O fato de Porto Seguro representar o terceiro maior destino turístico do país tendo como pano de fundo atrativos histórico-culturais associados ao descobrimento do Brasil e à presença Indígena na região, fizeram com que o contato entre os pataxós e a sociedade envolvente se intensificasse sobremaneira, fazendo com que a identidade indígena se dissociasse cada vez mais de suas origens e tradições. O local, por ser um dos principais pontos turísticos da região, permitiu o desenvolvimento de uma economia baseada no artesanato Indígena.

Muitas ações desenvolvidas por organizações que apóiam a causa indígena na região procuram justamente o resgate e a preservação da cultura pataxó, tais como a criação de escolas dedicadas às questões indígenas e, recentemente, a demarcação da reserva da Jaqueira, uma área fora do eixo urbano de Coroa Vermelha, local de intensa movimentação turística. Na Jaqueira é desenvolvido um projeto de resgate, especialmente junto aos jovens, da tradição indígena pataxó, como o treinamento para o uso de ferramentas, arco e flecha, instrumentos e técnicas. O projeto, orientado por antropólogos indigenistas e representantes pataxós permite aos jovens a vivência de acordo com os costumes dos antigos, vivência como a confecção e o uso de roupas tradicionais, construção de moradias a caça, pesca e culinária e, principalmente, o exercício da língua pataxó, há muito perdida pelos moradores de Coroa Vermelha.

A Terra Indígena de Coroa Grande em muito se assemelha a um bairro periférico, com casas de alvenaria, como arruamentos padrões, iluminação e infra-estrutura. Muitos dos moradores indígenas de Coroa Vermelha (existem muitos não indígenas que moram no local) trabalham diretamente no comércio realizado na feira local, além de galerias e lojas nas imediações da BA-001 que corta a área.

Os Pataxós de Coroa Vermelha vivem, basicamente, do artesanato e, uns poucos, das roças da mandioca e do milho, praticadas na Reserva Indígena; e da pesca, realizada no mar. No artesanato: "... coisas de pena, chocalho, leque, tanga, arco e flecha, gamela, colher de pau,...". Existem também uma parte dos índios que pescam no mar com auxílios de embarcações de médio e pequeno porte.

A pesca praticada em muito se assemelha à pesca artesanal praticada por não índios na região, usando artes como a linha, o arrasto de fundo (camarão), as redes de espera e, eventualmente, espinhéis para peixes boiados. Também é realizada a pesca de lagosta, por mergulhadores que utilizam o faxo (tocha) para captura do animal quando este sai da loca.

A pesca na região motivou inclusive a criação de uma associação, a APIP (Associação dos Pescadores Indígenas Pataxós), atualmente presidida pelo índio Belisco, morador de Coroa Vermelha. A associação foi fundada há cerca de 10 anos e possui sede própria. Os pescadores da associação são índios e não índios, e muitos moram em outras localidades, como é o caso de Corumbau, Guaiú e Mogiquiçaba, já no município de Prado. As áreas de pesca são em geral nas águas confrontantes com a localização das comunidades, portanto entre as localidades de Mogiquiçaba, em Belmonte, e Cumuruxatiba em Prado, em profundidades que podem chegar a 200 metros.

Há uma escola de primeiro grau dentro da comunidade, com professoras índias, que procuram preservar os costumes e as tradições indígenas. Cerca de 244 alunos freqüentam as salas de aulas. Um Posto Médico da FUNAI atende aos índios, com a presença semanal de um médico. Normalmente os índios procuram os Postos Médicos e Hospitais de Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro e Belmonte.

A qualidade de vida dos índios de Coroa Vermelha não é satisfatória, pois a roça produz pouco e a pesca é modesta. A venda do artesanato é fraca "... tem dia que a gente vende nada.... bem pouco". "O índio tem vez que está, até, passando fome aqui". Muitas casas de índios, de condições precárias, não têm gás de cozinha, luz elétrica e água encanada. Esta é pega no chafariz da escola. Alguns índios abandonaram o artesanato e vivem da venda de bebidas alcoólicas e cigarros, em birosacas.

#### b) TI Barra Velha

Ao sul do município de Porto Seguro, próximo à divisa com Prado, nas imediações do Monte Pascoal está localizada a aldeia Barra Velha, no distrito de Caraívas. O relativo isolamento dessa região, embora não tenha impedido, permitiu que os índios da região sobrevivessem com relativa segurança e integridade até a metade do século XX, quando foram então expulsos de suas terras originais no Monte Pascoal para a criação do parque. Neste período, as condições locais de isolamento permitiram que a população indígena sobrevivesse explorando os ricos manguezais junto à foz do rio Corumbau e as extensas matas nas bacias deste rio e na do Caraíva, até a base da montanha.

A criação do parque do Monte Pascoal fomentou a partir da década de 1950 a dispersão da população indígena por várias aldeias, especialmente a partir do desenvolvimento da vocação turística da região nos anos sessenta e setenta. O engajamento no mercado de trabalho regional e na florescente indústria do turismo, foi um capítulo a mais no processo da perda da identidade pataxó. Contudo a aldeia de Barra Velha, continuou a representar a principal referência cultural e territorial para os Pataxó, que jamais abandonaram a sua "aldeia mãe" nem as reivindicações para terem de volta a sua antiga terra, agora ocupada pelo Parque e por fazendas também recém implantadas.

Assistidos pela FUNAI apenas a partir de 1971, os Pataxó aceitaram, mesmo que isso não atendesse as suas principais reivindicações, um acordo em 1980 entre o órgão indigenista e o IBDF (atual IBAMA), pelo qual passaram a viver em 8 mil hectares do "Parque", cerca de apenas 20% do seu território tradicional.

A resistência dos Pataxó e a conquista dos direitos constitucionais levaram a um processo de reorganização social como povo indígena. Nos últimos anos, impulsionados pela notoriedade alcançada e pela aproximação dos "500 anos de descobrimento", o progresso no reconhecimento do seu território tem sido conseguido através da demarcação das Terras Indígenas Coroa Vermelha, Mata Medonha e Águas Belas. Em 1999, os Pataxó finalmente reocuparam as suas terras no Monte Pascoal e, progressivamente vem conquistando antigas terras ocupadas por fazendas nas imediações do parque.

A Terra Indígena Barra Velha ocupa uma área de 8627 ha e tem como limites os rios Caraíva e Corumbau, adentrando o continente até o Monte Pascoal. A população é estimada em 1855 índios, que falam a língua Pataxó. Sua forma de organização política consiste nas presenças de um cacique e de um grupo de líderes. O cacique atual é Taquari Pataxó, 46 anos (batizado Antônio Alves do Nascimento), que substituiu, recentemente, Tururim Murian Pataxó, 69a., (Rufino Vicente Ferreira), chefe da aldeia por 22 anos.

Cultivam mandioca, cana-de-açúcar, feijão, arroz, batata-doce, banana, coco, jaca, abacaxi, melancia, amendoim, manga, etc.. Com a mandioca fabricam a farinha de cuba (farinha de mesa grossa), o biju e a bebida "luá", ingerida nos dias de festas. Há uma criação embrionária de gado para produção de leite. A pesca é praticada em rios e no mar. Neste, dentro do espaço da Reserva Extrativista de Corumbau, criada para evitar a presença de barcos de outras regiões. Os frutos do mar são o marisco, a ostra, a concha e o aratu. Usam a canoa com rede para pescar o camarão e a lagosta. Com uma armadilha chamada espinhal (corda com várias iscas), capturam a arraia. É também comum a mariscagem, entre elas a pesca de caranguejo nos manguezais.

A farinha de cuba, também chamada de farinha de índio, tem um procedimento especial para ser feita. Põem-se raízes de mandioca na água, por três dias, para amolecer. Depois misturam-nas com outras raízes de mandioca frescas, raladas. Seca-se essa massa numa prensa. Peneira-se e coloca-se no forno para torrar.

O artesanato é a atividade mais visível. Destacam-se os talheres, os pentes, os colares de sementes e as cestarias. As madeiras mais usadas neste trabalho são o mata-passo, o fariri, a juesana, a salsa mauri e o tento. Dentre as cestarias estão a cesta, o samburá e o abano. O arco e flecha e a borduna são confeccionados com a palmeira pati. Embora haja o pau-brasil no Parque Nacional de Monte Pascoal, dentro da reserva esta madeira não é encontrada.

Na reserva o artesão Ananias do Nascimento, 49 anos, esculpe em madeira figuras de animais, utilizando ferramentas bem rústicas, como o formão, o facão e a faca. As esculturas são desenhadas com traços a lápis sobre a madeira e o corte com as ferramentas. A tinta é extraída da casca da própria madeira em uso, num processo de fervura até obter-se uma consistência que permita a utilização da massa com os dedos, no lugar dos pincéis.

As festas são realizadas no Centro Muturembá, área onde estão representadas todas as atividades da aldeia e tem um ponto privilegiado da vista do Monte Pascoal, distante 60 Km do núcleo da comunidade. As comemorações acontecem no Dia do Índio, 19 de abril.

### **II.5.3.17 - Identificação e Caracterização de Tombamentos**

#### **II.5.3.17.1 - Sítios do Patrimônio Histórico e Cultural e Sítios do Patrimônio Mundial Natural**

A região de inserção da atividade é uma região de importantes referências para a história nacional. Figurando inicialmente como palco do descobrimento, quando os navegantes portugueses registraram as primeiras visitas ao continente americano e, posteriormente, durante o período econômico do Cacau, a região possui importantes monumentos históricos.

Além da importância histórica, a riqueza natural local motivou a criação de um grande número de parques e áreas de preservação ambiental, especialmente pela presença de áreas de mata atlântica de grande relevância para a biodiversidade, bem como de zonas recifais, restingas, praias e manguezais de singular riqueza natural.

Na região conhecida como Costa do Descobrimento, período em que a frequência portuguesa se deu em função dos primeiros contatos com o território brasileiro, o patrimônio histórico se confunde com o patrimônio natural na medida em que o período não é marcado por expressivas construções, os principais monumentos do período referem-se aos acidentes geográficos citados por Pero Vaz Caminha, em sua carta. Monumentos como o Monte Pascoal, a praia onde aportaram os navios e o “caudaloso” rio que marcam a paisagem local (rio Jequitinhonha).

Em Ilhéus, por outro lado, destaca-se o patrimônio arquitetônico associado ao período áureo da lavoura cacaueteira, como as capelas, igrejas, sobrados, fazendas e praças que remetem ao início do século XX. Em outros municípios essas referências também se fazem presente, como é o caso de Belmonte e Canavieiras.

Os quadros apresentados a seguir nesta seção destacam pontualmente, os principais bens representativos do Patrimônio Histórico, Natural e Cultural de cada um dos municípios que compõe a área de influência direta da atividade. As informações foram disponibilizadas pelo Governo da Bahia que realizou o “Censo Cultural da Bahia”, trabalho que merece destaque pelo amplo e profundo levantamento realizado no período de 1996 a 1998 em 415 municípios do Estado. Esta pesquisa foi disponibilizada para consulta pública na Internet através do site do governo (<http://www.censocultural.ba.gov.br>).

### II.5.3.17.2 - Patrimônio Natural

O **Quadro II.5.3-82**, a seguir, é uma síntese das principais referências do patrimônio natural local.

**Quadro II.5.3-82 – Principais representantes do Patrimônio Natural dos Municípios com Zona Costeira associados à AID**

Nome	Localização
<b>Município: BELMONTE</b>	
APA Santo Antônio	Cerca de 2,5 Km da sede do município de Belmonte
Ilha do França	A Oeste da sede do município
Manguezais	Ao Norte da cidade
Praia da Barra	Foz do Jequitinhonha
Praia do Norte	Divisa de Belmonte e Canavieira
Uma Parte da Mata Atlântica Localizada na Região Sul	A Sudoeste e Oeste da sede do município
<b>Município: CANAVIEIRAS</b>	
Barra de Albino – Área Norte	Área Norte
Ilha das Graças	Ilha situada na Foz do Rio Prado
Ilha das Graças – Barra Sul	Ilha situada na foz do Rio Pardo
Ilha de Atalaia	Praia da Costa Ilha de Atalaia

Nome	Localização
Manguezais	Zona circundante da cidade de Canavieiras
Manguezal	Às Margens dos Rios Cipó, Patipe e Pardo
Praia	Ilha de Atalaia
Rio Cipó	Ilha de Canavieiras
Rio Pardo	Foz do Rio Pardo – Barra Sul – Ilha de Atalaia
Rio Patipe	Fica na Zona Urbana e a Margem Coberta por Manguezais e Coqueiros
Rio Salsa	Entre o Rio Pardo e o Jequitinhonha
<b>Município: ILHÉUS</b>	
Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada	Zona rural do município de Ilhéus
Baía do Pontal	Município de Ilhéus
Balneário de Olivença	Município de Ilhéus
Morro de Pernambuco	Localizada no bairro de Pontal, Ilhéus
Rio Cachoeira	
Rio do Banco	Notrevo de Lage do Banco - Banco Central e Gongogi
Rio Santana	
Rios Almada, Santana, Cachoeira	Entre mais ou menos 14° 26' / 15°20' Lat Sul 31° 01' / 40° 09' WGR
Unidade de Conservação Parque Municipal Esperança	Antiga Rodovia Ilhéus/ Itabuna, Fundão
<b>Município: UNA</b>	
Balneário Ilha da Fantasia	Povoado de Comandatuba - Una
Belas Cachoeiras do Rio Una	Rodovia Una - BR 101 - Km I
Ecoparque de Una	Às margens do Rio Maruim
Estação Experimental Lemos Maia	Km I da Rodovia Una - BR 101
Ilha de Comandatuba	Povoado de Comandatuba
Povoado de Pedras	Povoado de Pedras
Reserva Biológica de Una	Rodovia Una - Ilhéus, Km 17, BA 001

Fonte: Censo Cultural da Bahia, 2001

### II.5.3.17.3 - Bem Representativo da Cultura e da História do Município

O **Quadro II.5.3-83**, a seguir, é uma síntese das principais referências do patrimônio Histórico e Cultural dos Municípios associados à AID.

**Quadro II.5.3-83 - Principais representantes do Patrimônio Histórico e Cultural dos Municípios com Zona Costeira associados à AID**

Nome	Proprietário	Período (séc.)	Protegido
<b>Canavieiras</b>			
Avenida Augusto Luiz de Carvalho	Município de Canavieiras	XIX	Não
Avenida Felinto Melo	Prefeitura Municipal	XIX	Não
Biblioteca Pública Afrânio Peixoto	Associação Bahia Sul dos Adventistas do Sétimo Dia	XIX	Não
Igreja Adventista do Sétimo Dia	Diocese de Itabuna	XX	Não
Igreja Católica de São Boaventura	Convenção Geral das Assembléias de Deus	XX	Não

Nome	Proprietário	Período (séc.)	Protegido
Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Supremo Conselho da Igreja Presbiteriana do Brasil	XX	Não
Igreja Presbiteriana	Prefeitura Municipal	XX	Não
Praça 15 de Novembro	Município de Canavieiras	XX	Não
Praça 25 de Maio	Prefeitura Municipal	XIX	Sim
Praça da Bandeira	Prefeitura Municipal	XX	Não
Praça da Capelinha	Prefeitura Municipal	XX	Não
Praça do Cacau	Prefeitura Municipal	XIX	Não
Praça dos Ex-Combatentes	Prefeitura Municipal	XX	Não
Praça Doutor Eduardo Campos	Prefeitura Municipal de Canavieiras	XX	Não
Praça Maçônica	Prefeitura Municipal	XX	Não
Prefeitura Municipal de Canavieiras	Prefeitura Municipal de Canavieiras	XIX	Não
Rua Benjamim Constant , s/n	Prefeitura Municipal de Canavieiras	XX	Não
Rua General Pederneiras	Prefeitura Municipal	XIX	Não
Rua Marechal Deodoro	Prefeitura Municipal	XIX	Não
Sítio Histórico Governador Paulo Souto		XIX	Não
<b>Ilhéus</b>			
Associação Comercial de Ilhéus	Associação Comercial	XX	Sim
Bar Vesúvio – Empreendimentos Turísticos Ltda	Hans Rudolf Koella	XIX	Não
Capela de Sant'ana	Diocese de Ilhéus	XVI	Sim
Capela de São Tiago	Diocese de Ilhéus	XIX	Não
Catedral de São Sebastião	Diocese de Ilhéus	XVII	Não
Estátua da Poetisa Grega Sapho	Município de Ilhéus	XIX	Não
Estátua Representativa do Inverno	Município de Ilhéus	XIX	Não
Igreja de Nossa Senhora da Escada	Diocese de Ilhéus	XVIII	Não
Igreja Matriz de São Jorge	Diocese de Ilhéus	XVII	Não
Instituto Nossa Senhora da Piedade	Ordem de Santa Úrsula do Brasil	XX	Não
Palacete Ramiro de Castro	Colégio Dom Eduardo	XX	Não
Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal	XX	Não
<b>Una</b>			
Casa dos Almeidas	Espólio dos Almeidas	XX	Não
<b>Belmonte</b>			
Casa da Fazenda Boa Vista	Não possui	XX	Não
Casa de Fazenda com Mirante		XX	Não
Estufa de Cacau		XX	Não
Prédio da Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal de Belmonte	XIX	Não
Sobrado com Mirante	Prefeitura Municipal de Belmonte	XIX	Não

Fonte: Censo Cultural da Bahia, 2001

#### II.5.3.17.4 - Manifestações Artísticas e Socioculturais - Grupos Folclóricos

O **Quadro II.5.3-84**, a seguir, é uma síntese das principais referências das das Manifestações Culturais nos Municípios com Zona Costeira associados à AID

**Quadro II.5.3-84 - Principais representantes das Manifestações Culturais nos Municípios com Zona Costeira associados à AID**

Nome	Bairro	Integrantes	Classificação
<b>Canavieiras</b>			
Cordão de Caboclo Pitiguara	Comandatuba	50	Cordão de Caboclo Pitiguara
As Filhas de Oiá	Sócrates Resende	30	
Boi-Duro	Sócrates	60	Bumba Meu Boi
Cordão das Cabloquinhos - Filho	São Boaventura	20	Dança Afro
Grupo Africanos e Folia	João Fomfon	30	Maculelê
O Guarani	São Boaventura	22	Dança de Afoxés
<b>Ilhéus</b>			
Grupo Arte em Movimento	Sobradinho	18	Samba de Roda, Maculelê, Capoeira e dança afro
Grupo de Capoeira Camarada Camaradinha	Centro	15	
Grupo de Presevação da Cultura Negra Dilazenze	Auto da conquista	150	Samba de Roda, Maculelê, Dança Afro
<b>Una</b>			
Afoxé das Baianas	Comandatuba		Afoxé
Cordão de Caboclo	Comandatuba		Cordão de Caboclo Pitiguara
Terno de Reis	Comandatuba		Reizado
<b>Belmonte</b>			
Associação Beneficente Cultural Netos de Gandhi	Biela	120	Samba de Roda
Nagôs	Biela	80	Samba de Roda

Fonte: Censo Cultural da Bahia, 2001